

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Eliane Gonçalves

Vidas no singular:
noções sobre “mulheres sós” no Brasil contemporâneo

Tese de Doutorado em Ciências Sociais
apresentada ao Departamento de Sociologia do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, sob
orientação da Profa. Dra. Adriana Piscitelli.

Banca Examinadora

Adriana Piscitelli (orientadora)

Luiz Mello de Almeida Neto

Martha Célia Ramirez-Gálvez

Mariza Corrêa

Guita Grin Debert

Richard Miskolci (suplente)

Iara Beleli (suplente)

Ângela Carneiro Araújo (suplente)

Campinas
2007

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

G586v **Gonçalves, Eliane**
Vidas no singular: noções sobre “mulheres sós” no Brasil contemporâneo / Eliane Gonçalves. - Campinas, SP : [s. n.], 2007.

Orientador: Adriana Piscitelli.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mulheres – Brasil. 2. Solteiras. 3. Morar só. 4. Solidão. 5. Feminismo. 6. Estilo de vida. I. Piscitelli, Adriana. I. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

cn/ifch

Título em inglês: Singular lives: notions on “lone women” in the contemporary Brazil

**Palavras chaves em inglês (keywords) : Women - Brazil
Single women
Living alone
Solitude
Feminism
Life style**

Área de Concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora: Adriana Piscitelli, Luiz Melo de Almeida Neto, Martha Célia Ramirez-Gálvez, Mariza Corrêa, Guíta Grin Debert

Data da defesa: 24-08-2007

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Eliane Gonçalves

Vidas no singular:
noções sobre “mulheres sós” no Brasil contemporâneo

Tese de Doutorado em Ciências Sociais
apresentada ao Departamento de Sociologia do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, sob
orientação da Profa. Dra. Adriana Piscitelli.

Banca Examinadora

Adriana Piscitelli (orientadora)

Luiz Mello de Almeida Neto

Martha Célia Ramirez-Gálvez

Mariza Corrêa

Guíta Grin Debert

Richard Miskolci (suplente)

Iara Beleli (suplente)

Ângela Carneiro Araújo (suplente)

Campinas
2007

À Francisca, minha mãe e à memória de meu pai, Sebastião
Com todo o meu vivo amor

A Lenise, Kemle, Joana, Gelva e Rurany
Por esse acontecimento chamado Grupo Transas do Corpo

A que distância dos outros devo manter-me, para construir com eles uma sociabilidade sem alienação, uma solidão sem exílio?

Claude Coste, 2003

Resumo

Nesta tese exploro como são construídas as noções de “mulheres sós” no Brasil contemporâneo a partir de três contextos distintos: estudos de população, textos da mídia brasileira e narrativas de mulheres de camadas médias, sem filhos, que moram sozinhas na cidade de Goiânia. Nos estudos de população, mulheres que moram sós são contempladas nas discussões sobre os “novos arranjos familiares” e na tendência de crescimento progressivo do número de pessoas morando sozinhas (“domicílios unipessoais”) observada a partir dos anos 1970. A mídia coloca em “evidência” o alto número de “solitárias” nas metrópoles brasileiras e chama a atenção para o estilo de vida das “novas solteiras”, consideradas um fenômeno mundial. O debate ganha relevância nas ciências sociais brasileiras e assume uma dimensão de notícia em um processo no qual morar sozinha é frequentemente associado à idéia de estar “solteira”, compreendida enquanto ausência de vínculos amorosos e sexuais e, conseqüentemente, traduzido como “solidão”. Várias noções atribuídas às mulheres “sós” nos distintos contextos remetem a algumas idéias proclamadas pelo feminismo, sendo a educação e o trabalho qualificado e remunerado percebidos como centrais à autonomia das mulheres. A partir de algumas terminologias recorrentes nos recortes considerados – “nova mulher”, mulher “independente”, “livre” e “autônoma”, etc. –, proponho uma reflexão sobre as possíveis conexões entre a produção da noção da “mulher só” e algumas noções centrais do ideário feminista.

Abstract

In this thesis, I explore how contemporary notions of “single women” are constructed in three different contexts: Population studies (Demography), the Brazilian media, and the narratives of middle class childless women living alone in the city of Goiânia. In population studies, women living alone are considered in the discussion of “new families” and the increasing number of “single person households” observed beginning in the 1970s. The media emphasizes the “evidence” of the high proportion of “single” women in Brazilian metropolitan areas, drawing attention to their ways of life, in what is seen as a worldwide phenomenon. The debate becomes relevant in the Brazilian social sciences and draws the attention of the news in a process in which living alone is often associated with the idea of being single (unmarried), understood as the absence of partnership and sexual life, and therefore translated as “loneliness”. Several notions attributed to single women in the three different contexts resonate with ideas proclaimed by feminism, where education and professional and paid work are perceived as central to the autonomy of women. Regarding recurrent terminologies such as the “new woman”, “independent” woman, “free” and “autonomous”, etc, I question the potential connections between the production of the notion of the “single woman” and key ideas in feminist thinking.

Sumário

Resumo	ix
Abstract	xi
Agradecimentos	xv
Introdução	1
Parte I – “Mulheres sós” nos estudos de população e na mídia brasileira	19
Capítulo 1 – A “pirâmide da solidão”	21
Consolidação de uma disciplina	22
Família e “outros” arranjos	25
Domicílios unipessoais como um “novo estilo de vida”	28
“Excedente de mulheres”, “mercado matrimonial”, “pirâmide da solidão”	32
“Pretas e pardas”: mais solidão	36
Casamento: um problema de Estado	39
Um paradoxo na cultura: autonomia, casamento e família	41
Necessidade do par e <i>gender gap</i>	46
Capítulo 2 – As “novas solteiras”	51
Construção das informações a partir da mídia	53
A produção das noções na mídia	55
Morar, viver, estar só, driblando confusões	58
O fantasma da solidão feminina	60
“Falta homem”: as solteiras e o mercado matrimonial	64
<i>Avassaladoras</i>	70
Solteiras, ricas e felizes	72
Novas feminilidades	76
Fragilidade e liberdade: masculinidades em contraste	79
Estratégias para “arranjar marido”	85

Parte II – Trajetórias, contextos, narrativas	91
Introdução	93
Capítulo 3 – Uma nova forma de vida?	101
A cidade	101
As entrevistas	106
Elas	110
“Um teto todo seu”	115
Estilização da vida	120
Estilo de vida como um ato de escolha	124
Morar só: contingência, adaptação, prazer	126
Roteiros e rotinas	133
Entre o cuidado de si e a “psicologização” da vida	139
Escolha e projeto	140
Capítulo 4 – “Remando o próprio barco”: a instabilidade da independência	145
A centralidade do trabalho	148
Letramento e acesso à educação	151
Ter dinheiro, ganhar a vida: significados do trabalho	154
Entre carreira e casamento: ainda o impasse?	164
Casamento como “não investimento”	167
Intimidação e marcas do <i>gender gap</i>	170
Elas “pagam um preço”...	177
Capítulo 5 – Nem só nem mal acompanhada: reinterpretando a solidão	183
Retrato de uma época	183
A mulher “só” na encruzilhada dos olhares	186
“Assuntos do coração” e variedade sexual	191
Amizade e outras formas de intimidade	199
Ter e não ter filhos	211
Voltar aos velhos tempos?	220
Considerações finais	223
<i>Post Scriptum</i>	229
Referências bibliográficas	231
Anexos	

Agradecimentos

É boa a sensação de concluir um trabalho. Trata-se de um período relativamente longo, no qual muita gente querida se cansa de ouvir “quando terminar a tese...” como resposta. Uma tese é um paradoxo; é uma das atividades mais solitárias e, no entanto, reúne as mais diversificadas companhias. Escrivê-la é reconhecer os que vieram antes e as inúmeras e enormes dívidas com quem acompanhou, de longe e de perto, o desenrolar desta missão [quase] impossível. Pessoalmente, acho que é um dos trabalhos que me requereu mais humildade, afinal, não é fácil, nem confortável, reescrever várias vezes versões que parecem sempre esboços precários. Mas, como lembra Howard Becker, e minha orientadora certamente concordaria, “a única maneira de aprender a escrever bem, é reescrever coisas. Ninguém pode escrever algo de maneira perfeita logo na primeira vez. Pelo menos isso não é provável”. Nesse sentido, ao modificar muitas vezes minha escrita, empreendi uma *áskesis* - um exercício sobre e para modificar a mim mesma. Ao longo da jornada, são muitas e distintas as gratidões que desejo expressar.

Às minhas entrevistadas, pelo colorido de suas vidas singulares, que deram uma dimensão de “carne e osso” a esta tese.

À Adriana Piscitelli, orientadora querida, presente, lúcida, justa, elegante, ética, respeitosa, generosa e rigorosa. Sem sua leitura paciente, atenta e cuidadosa, eu não teria encontrado o caminho.

À Iara Beleli, por ter me dado tanto. Sua amizade e generosidade me permitiram ter um abrigo, uma casa, um lar, aonde chegar, de onde partir. Juntas, compartilhamos intensas discussões intelectuais e nos deliciamos com as coisas mais simples e mais significativas da vida, na mais perfeita acepção da palavra amizade. Iara tornou o trabalho de correção “em processo” e final do texto uma experiência muito estimulante. Esses agradecimentos são extensivos aos seus filhos Marcelo e Rafa, pela convivência em muitas das minhas estadas em sua casa.

Às professoras, com as quais pude ter acesso ao vasto e complexo campo das ciências sociais, dos estudos de gênero e das teorias feministas: Mariza Corrêa, Sueli Kofes e Adriana Piscitelli, porque “o primeiro curso a gente nunca esquece”. Ao professor Plínio Prado Jr., pelo curso *Corpo, psiquê, diferença sexual e exigência ética*, que me levou novamente ao Foucault das formas de subjetivação e da ética. A Maria Ligia Quartim de

Moraes e a Iara Beleli agradeço os pertinentes comentários durante o seminário de tese, e a Mariza Corrêa e Martha Ramirez as importantes contribuições no exame de qualificação. Estes dois momentos foram decisivos para a redefinição de alguns percursos teóricos e metodológicos. Ao Luiz Mello, pelo “sim” ao convite para participar da banca de defesa ao lado de Martha Ramirez, Mariza Corrêa, Guita Debert e Adriana Piscitelli, a quem agradeço a leitura e os comentários.

À secretaria do doutorado, nas pessoas de Maria Rita e Gilvani, e ao Pagu, especialmente Jadson e Regiane, pela ajuda com a documentação, o envio de textos, o apoio logístico e a carinhosa atenção.

Às relações novas, bonitas e singulares desenvolvidas na estada em Barão Geraldo e Campinas, especialmente minhas vizinhas Diane e Mariana, com quem agradavelmente partilhei nosso “kibutz”; a Vera, Elisiane e Flávia, por outras tantas alegrias; a todos/as os/as colegas de cursos, seminários e vida acadêmica; a Piera Prandoni, pela escuta profissional e acolhedora num momento delicado.

Às pessoas muito queridas, antigas e novas, de longe e de perto, que contribuíram de modos diversos – conversaram longamente sobre o tema e suas conexões na contemporaneidade; enviaram comentários, livros, revistas, matérias jornalísticas; recomendaram candidatas para as entrevistas; visitaram-me em Campinas e Goiânia, ou me receberam em suas casas –, além de terem, cada um/a a seu modo proporcionado companhia, consolo e momentos de adorável distração: Marta Alves, Suzana Maria, Ana Flávia, Mariana Versino, João Marcelo, Rodrigo Jardim, Sérgio Ribeiro, Carlinhos Antunes, Léo Borges, Miriam Plaza, Dais Rocha, Hilary Burger, Asha George, Jesse Ribot, Angeles Cabria, Rhoda Kanaaneh, Angela Bayer, Aninha Pereira, Carlinha Batista, Bertrand Alencar, Gene Whitmer. Meu encontro com Luiz Mello nos anos iniciais do doutorado foi muito precioso e sou muito grata por sua amizade e encorajamento constantes.

À Katherine Holden da University of the West of England, Bristol, por sua receptividade, disponibilidade e generosidade que, além de sugerir e enviar artigos, colocou-me em contato com a rede de estudiosas/os sobre “solteiras” (*Scholars of single women network*) e me apresentou Roona Simpson da The London School of Economics

and Political Sciences, a quem agradeço a atenção e o envio de sua tese de doutorado, recurso valioso na interlocução com os estudos internacionais.

Ao Fórum de Pesquisa *Família contemporânea: relações intergeracionais e de gênero*, realizado na XXIV Reunião Brasileira de Antropologia (Recife, 2004), em especial a Russel Parry Scott e Myriam Moraes Lins de Barros, pelos comentários ao meu trabalho.

À Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia, por ter me possibilitado conciliar agenda e horários entre 2002 e 2007. Às/Aos colegas, pelo interesse diante de um trabalho “pouco ortodoxo”.

Ao Núcleo de Estudos de População (Nepo/Unicamp) e à Fundação Ford, através do *Programa de Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva*, pela oportunidade de aprendizagem, interlocução e bolsa de pesquisa concedida em 2003.

À Anita Lima, pelo trabalho com a seleção das matérias nas revistas, e a Sandra Figueiredo, pela inestimável ajuda com o banco de dados do IBGE/GO.

Ao Ricardo Leite, Danilo Carneiro e à Luzia Leão, por cuidados diferentes em momentos e lugares distintos.

Agradecer à minha família não é tarefa fácil, porque ela é imensa em todos os sentidos, numérica e afetivamente. Eu não teria chegado até aqui sem o apoio, cuidado, carinho e estímulo de cada um/a deles/as. Expresso minha gratidão às minhas irmãs Gisa, Cora e Cida e aos meus irmãos Zé, João, Heleno, Hélio e Rilva e, por extensão, com o mesmo carinho, às/aos cunhadas/os, sobrinhos/as e afilhadas. À Cacá agradeço a deliciosa visita em Campinas e por nossa aventura em São Paulo!

Tudo ficaria incompleto se não mencionasse a enorme gratidão para com o Grupo Transas do Corpo, organização feminista da qual sou co-fundadora e que, nesses vinte anos, tem afetado profundamente minha existência. Com Lenise, Joana e Kemle divido todas as alegrias e desafios. Esta tese é tanto minha quanto delas. Minha gratidão por Lenise é infinita, por tudo que significa em minha vida. Agradeço à equipe que se modifica com o passar dos anos, especialmente, Gelva, Rurany, Fernanda Calderaro, Luciana, Elcimar, Ana Paula, Inês, Eleusa, Ligia, Lidianne, Lara, Valu, Marília, Thalita, Flávia, Carol e Lília. À Marta Rovey sou particularmente grata pelas inúmeras discussões no âmbito dos estudos de população, dicas de leitura nesta área, leitura conjunta de textos e tabelas e por seu entusiasmo vibrante com o tema. À Elaine, com saudade, por sua partida tão precoce.

Introdução

Eu quero, sozinha, seguir a viagem ao fundo da minha liberdade. Só, sem pai nem mãe, sem amante tutelar.

Katherine Pancol [1980]¹

Um estudo sobre a solteirice parece, tal como o solteiro, “esquisito”. Dentro da hierarquia oficial de assuntos “nobres”, soa como escolha meio frívola. Pessoalmente, não tenho nada contra a frivolidade. Ao contrário, acredito que, ao ser puxado, traz consigo mil e uma novidades.

Cláudia Fonseca, 1989

Na virada do milênio, no Brasil, as mulheres “sós” ganharam destaque. A divulgação dos dados demográficos de 2000 apontando para a tendência de aumento no número de pessoas que moram sós e a atenção concedida pela mídia às “novas solteiras” abriram caminhos para a construção de uma problemática diferenciada em torno da questão. Nos estudos de população, essa tendência é assinalada no marco de discussões sobre os “novos arranjos familiares” e no crescimento progressivo do número de pessoas morando sozinhas, os chamados “domicílios unipessoais”, observadas a partir dos anos 1970. Posteriormente, a mídia colocou em pauta a “evidência” do alto número de “solitárias” no Brasil, particularmente nas grandes metrópoles, chamando a atenção para o estilo de vida das “novas solteiras”, consideradas um fenômeno mundial.

O debate ganha relevância nas ciências sociais brasileiras e assume uma dimensão de notícia em um processo no qual morar sozinha é frequentemente associado à idéia de estar “solteira”, compreendida enquanto ausência de vínculos amorosos e sexuais e, conseqüentemente, traduzido como “solidão”. Apesar da crescente atenção suscitada por essa problemática, são raras as pesquisas que levam em conta a perspectiva dos próprios sujeitos (Elza Berquó *et alii*, 1988; Parry Scott, 2002).

Nesta tese trato da produção da noção de “mulher só” presente no Brasil contemporâneo, particularmente entre os 1990 e o início do século XXI. Centro-me nas

¹ Trata-se de um romance que descreve a experiência de Sophie, uma jovem de 20 anos, para se tornar “um indivíduo individualizado” (*apud* Singly, 2000:17).

discussões dos estudos demográficos e nas percepções veiculadas na mídia, sobretudo a partir da divulgação dos dados do censo de 2000 do IBGE e de pesquisas correlatas. Contemplo, também, as percepções de mulheres de camadas médias urbanas brasileiras, sem filhos e que moram sozinhas na cidade de Goiânia, Goiás. Interessa-me compreender como a noção – que aparece intercambiada com a idéia de “solteira”, quase como um sinônimo, na mídia e em parte dos textos que tratam dos domicílios unipessoais, nos estudos de população –, é criada e recriada nos diferentes âmbitos de produção de idéias.

A maneira de tratar essas mulheres nos recortes considerados se expressa em termos que remetem ao ideário feminista – “nova mulher”, mulher “independente”, “livre” e “autônoma”, etc. Nesta tese, proponho uma reflexão sobre as possíveis conexões entre a produção da noção da “mulher só” como “solteira” e algumas noções centrais deste ideário, sobretudo a partir de sua expansão, nos anos 1960, no chamado “mundo ocidental moderno”, buscando compreender quais os pressupostos vinculados a essas noções em dois âmbitos da produção e circulação de idéias – estudos de população e mídia – e também nas narrativas de mulheres sem filhos, morando sozinhas.

Apoiada nos argumentos de Michel Foucault (1992), Clifford Geertz (1983, 1997) e Donna Haraway (1995), considero os diferentes *corpus* de noções como um conjunto de discursos parciais, localizados, interessados, posicionados, referidos a contextos particulares e passíveis de interpretação. Os textos e as narrativas, expressando visões de mundo, são tratados como uma forma, dentre outras, de percepção do social (Adriana Piscitelli, 1996), possibilitando apreender quais noções e concepções são privilegiadas nos contextos analisados.

Estudos demográficos, mídia e narrativas de si

Refletindo sobre a ordem dos discursos na episteme moderna, Michel Foucault distingue configurações que se inscrevem como ciências e que conformam “outros saberes” (Foucault, 1992:382-383). Considerando Demografia e mídia, embora diferentemente posicionados, como âmbitos de saberes “vizinhos” – que se apropriam largamente de recursos de outros horizontes disciplinares e também “científicos” – é possível pensar o que é “científico” e o que é “senso comum”, tomando ambos como sistemas culturais que compartilham alguns pressupostos (Clifford Geertz, 2003).

De acordo com Geertz (2003:114-116), o senso comum² pode ser tomado como um

corpo organizado de pensamento deliberado... [e] se o bom senso [senso comum] é uma interpretação da realidade imediata, uma espécie de polimento desta realidade, como o mito, a pintura, a epistemologia, ou outras coisas semelhantes, então, como essas outras áreas, será também construído historicamente e, portanto, sujeito a padrões de juízo historicamente definidos. Pode ser questionado, discutido, afirmado, desenvolvido, formalizado, observado, até ensinado, e pode também variar dramaticamente de uma pessoa a outra. Em suma, é um sistema cultural, embora nem sempre muito integrado, que se baseia nos mesmos argumentos em que se baseiam outros sistemas culturais semelhantes: aqueles que os possuem têm total convicção de seu valor e de sua validade. Neste caso, como em tantos outros, as coisas têm o significado que lhes queremos dar.

Para o autor, o senso comum apresenta, de modo geral, em seu sentido de forma cultural presente em qualquer sociedade, as seguintes propriedades: naturalidade (*naturalness*), caráter prático ou “praticabilidade” (*practicalness*), leveza (*thinness*), não-metodicidade (*immethodicalness*) e acessibilidade (*accessibleness*). Sendo um sistema cultural heterogêneo como a religião, a arte ou o direito, cuja lógica varia de um contexto a outro, conforme o modo como as pessoas lidam com as diversas “realidades” circundantes, “possui uma ordem única, passível de ser descoberta empiricamente e formulada conceitualmente” (Id., 1997:139).

A naturalidade, tida como a propriedade mais essencial, diz respeito ao modo como o senso comum apresenta alguns temas, como se fossem da ordem das coisas, da natureza, marcando que “isto é óbvio” ou “isto faz sentido”, sendo retratados como intrínsecos à realidade (Id., ib.:129). O caráter prático não é apenas o sentido pragmático de “utilidade”, mas sagacidade, sensatez (aqui caberia o sentido de “bom senso”). A leveza – que poderia ser substituída por simplicidade – pode ser lida literalmente como “aquilo que é, é”. A não-metodicidade está implicada na forma como o senso comum se apresenta nas mais diferentes culturas – provérbios curtos, piadas, relatos. A acessibilidade presume que qualquer pessoa com suas “faculdades razoavelmente intactas pode captar as conclusões do senso comum [porque] o senso comum representa o mundo como um mundo familiar, que todos podem e devem reconhecer” (Id., ib.:138-139).

² A tradução brasileira substituiu várias vezes *common sense* por bom senso, prejudicando o sentido atribuído por Geertz (1997 [1983]).

Levando em conta essas caracterizações, as noções presentes no material veiculado pela mídia podem ser inscritas no âmbito do senso comum. Contudo, certas conceitualizações sobre mulheres “sós”, expressas em afirmações que aludem à necessidade de proporcionalidade ou equilíbrio (“para cada mulher, um homem”) ou metaforicamente (“para cada panela, uma tampa”), remetem a pressupostos também presentes no discurso “científico”. Essa idéia de equilíbrio é central nos estudos de população, traduzidas em seus parâmetros como “razão de sexo” e “equilíbrio do mercado matrimonial”. Embora bem delimitados em termos do objeto ao qual se dedicam, dos métodos para produzir a informação e dos públicos aos quais se dirigem prioritariamente, esses âmbitos apresentam certas recorrências em termos dos supostos vinculados à temática tratada nesta tese. Como lembra Joan Scott, os terrenos discursivos se sobrepõem, se influenciam e competem entre si, fazendo apelo às suas verdades em busca de legitimação.³ Entretanto, não cabe aqui hierarquizar os significados – sempre locais, particulares e contingentes – das diferentes “comunidades lingüísticas”, uma vez que só podem ser interpretados e compreendidos em seus próprios contextos e a partir dos seus “efeitos de verdade” (Foucault, 1985; 1995).

A mídia valoriza os dados produzidos e disseminados pelas pesquisas demográficas, conferindo-lhes estatuto de verdade e dando-lhes uma dimensão mais dramática, às vezes, de cunho sensacionalista. Valendo-me da análise de Veiga-Neto (s.d.) no âmbito da educação, diria que, quando a mídia tenta apresentar com “realismo” as ocorrências do mundo social numa época determinada, ela concede um alto valor aos dados empíricos, tomados como fatos. Na dimensão da notícia, esse “realismo” opera sustentando a crença de que é possível apresentar a realidade aos leitores de forma direta e transparente.

As narrativas de mulheres que moram sós compõem o terceiro recorte deste estudo e suas falas, assentadas na “experiência de si mesmas”, poderiam ser tomadas como “mais verdadeiras”. Entretanto, segundo Foucault (1997a; 1997b), não há um sujeito que preexista à experiência da narrativa, mas esta o constitui. A experiência de si não pode ser descolada

³ Joan Scott considera que a linguagem constrói sentido e significado, mediante o qual se constroem práticas culturais e a partir do qual as pessoas se representam, se relacionam e compreendem o mundo. A compreensão desses significados permite abrir novas possibilidades interpretativas, sendo importante responder na análise “o como, em que contextos específicos, entre quais comunidades e através de que processos sociais e textuais o significado é adquirido, como eles mudam, por que alguns permanecem, outros desaparecem e outros são eclipsados; o que revelam sobre o poder” (Scott, 1999:205-206).

de suas relações com um domínio de saberes e um conjunto de práticas normativas, segundo Jorge Larrosa (1994:56), ela é

o resultado de um complexo processo histórico de fabricação no qual se entrecruzam os discursos que definem a verdade do sujeito, as práticas que regulam seu comportamento e as formas de subjetividade nas quais se constitui sua própria interioridade.

Para o autor, ao narrar-se, o sujeito assume uma posição que é mediada; não irrompe na experiência discursiva narrativa, mas esta estabelece a sua posição e as regras de sua própria inserção como narrador, personagem, etc. Se sujeitos não preexistem às narrativas e são socialmente constituídos através de suas práticas e das normas que regulam o social, eles são múltiplos e marcados por gênero (Haraway, 1995). As narrativas das mulheres entrevistadas acerca de sua própria “condição” (e isso não implica nenhuma marca identitária fixa) só podem ser tomadas, portanto, desde uma perspectiva situada, contingente, mediada, que, embora não encerrem nenhuma “verdade intrínseca”, podem traduzir de maneira particular a realidade⁴, ampliando a compreensão do entrelaçamento das noções produzidas e reproduzidas socialmente acerca do morar só

Ideário feminista e *gender gap* nas relações amorosas

Várias das noções atribuídas às mulheres “sós” nos distintos contextos remetem a algumas idéias proclamadas pelo feminismo. Nos estudos de população, na mídia e nas percepções das entrevistadas, educação e trabalho qualificado e remunerado são considerados a via privilegiada pela qual as mulheres adquirem independência e conquistam maior autonomia em suas vidas. A ampliação da autonomia possibilitaria a um conjunto de mulheres, educadas e profissionais, maiores chances de realizar escolhas,

⁴ A perspectiva situada de Donna Haraway (1995) me pareceu apropriada, apesar de entender que ela está referida ao contexto da produção do conhecimento e do fazer ciência, nos moldes de uma epistemologia feminista. Esta posição, conhecida nos estudos feministas como *standpoint theory* ou teoria feminista de perspectiva, sublinha que sujeitos socialmente marcados, subalternos ou subjugados, apresentam uma visão privilegiada da realidade *vis-a-vis* às perspectivas dominantes. Donna Haraway não sugere que esta visão seja “privilegiada”, mas, se a objetividade científica só pode ser conseguida através de uma perspectiva parcial e situada, “a objetividade feminista significa simplesmente, saberes localizados” (Id., ib.:18). Para Haraway, “a objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto” (Id., ib.:21). Esta perspectiva privilegia o posicionamento responsável e não o relativismo; não abdica da ciência, mas a desconstrói; diz não à universalidade e sim às particularidades. Segundo Haraway, o feminismo “ama a ciência e a política da interpretação, da tradução, dos sujeitos múltiplos, num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero” (Id., ib.:31). Para uma discussão atual sobre as *standpoints theories* em diferentes correntes teóricas do feminismo, ver Dietz (2003).

decidir por si mesmas e ter mais poder, inclusive o de romper com os estereótipos clássicos da “solteirona”.

Vale lembrar que no início do século XX, Virgínia Woolf traduzia a preocupação com a falta de autonomia das mulheres de seu círculo, na Inglaterra, em *A room of one's own* (Um teto todo seu), atribuindo grande importância à renda anual própria e ao espaço para o desenvolvimento de um trabalho criativo. A metáfora do quarto ou do teto para si parece uma evocação apropriada no contexto desta pesquisa, porque, reitero, a experiência de morar só tende a ser mesclada às noções da “nova solteira” ou da mulher “independente” e “moderna” nos *corpus* de noções analisadas.

No entanto, atualmente, a mulher altamente escolarizada e qualificada profissionalmente ainda é pressionada socialmente a casar-se. Sua autonomia é apresentada como conflitante com o “mercado matrimonial”, que não favorece as relações entre “velhos homens” e “novas mulheres”. Esse aparente paradoxo (quase um clichê) é recorrente nos discursos da mídia, da Demografia e também das mulheres entrevistadas. Contudo, ele tem recebido pouca atenção de estudiosos/as feministas, que tendem a olhar o fenômeno sob a rubrica estrita de um *gender gap* nas relações amorosas. Compreender como se entrelaçam as noções associadas à idéia de “mulher independente” e seus paradoxos requer revisitar algumas idéias que marcaram a emergência e a consolidação do feminismo como um movimento político da “modernidade”.

O feminismo, independentemente de suas distinções ou filiações teóricas, tende a ser considerado como o movimento de lutas coletivas de mulheres que buscam igualdade de direitos – sociais, políticos, econômicos, etc – em todos os planos da existência. Esta luta se apóia no reconhecimento de que as mulheres são oprimidas específica e sistematicamente e que essa opressão não está inscrita na natureza, colocando a possibilidade política de sua transformação (Dominique Fougeryrollas-Schwebel, 2002). Segundo Mary Dietz,

O Feminismo é um movimento político e social, local e global, historicamente constituído com uma proposta emancipatória e um conteúdo normativo. Ele afirma um sujeito (mulheres), identifica um problema (a sujeição e objetificação das mulheres através de relações marcadas pelo gênero), e expressa vários objetivos (...) em nome de princípios específicos: igualdade, direitos, liberdade, autonomia, dignidade, auto-realização, reconhecimento, respeito, justiça (Dietz, 2003:399).

Zilah Eisenstein (1992) localiza historicamente o feminismo nos marcos das revoluções burguesas – francesa e americana – e sua organização enquanto força política no final do século XIX e primeira metade do século XX, particularmente na Inglaterra e nos Estados Unidos. Assim delimitado, o feminismo traria, em sua gênese histórica, muitos dos valores do pensamento liberal clássico: a noção de indivíduo de direitos, autonomia, liberdade e igualdade de oportunidades. A adoção de determinados conceitos como direitos e poder aciona a categoria indivíduo, “que só possui significado no interior do sistema que a produziu, a sociedade ocidental moderna” (Heilborn, 1980:31). Nesse corpo de idéias, cada ser humano é portador de uma singularidade, de um eu individualizado que possui autonomia e liberdade de escolha (Marilyn Friedman, 1995).

A defesa dessas noções pode ser encontrada nas diversas correntes geralmente atribuídas ao feminismo – liberal, radical, marxista e socialista – em suas distintas composições e diálogos com diferentes marcos teóricos⁵ (Linda Nicholson, 1986; Judy Grant, 1993; Norma Chinchilla, 1982; Adriana Piscitelli, 2002). Mesmo diferindo nas abordagens sobre as origens da desigualdade sexual, as estratégias para conseguir a transformação social e as metas e objetivos da ação política, as feministas da “segunda onda” ou o “novo feminismo”⁶ utilizaram amplamente essas idéias centrais.

No feminismo liberal dos anos 1960 a palavra-chave é igualdade de oportunidades, traduzida na idéia de que as mulheres precisam conquistar a plena igualdade de direitos com os homens. Para isso, são necessárias reformas legais que garantam seus direitos à educação, a uma profissão e a um trabalho remunerado que lhes dêem independência e um sentido para a vida, capaz de solucionar o “mal que não tem nome”.⁷ O feminismo radical assinala a importância da autonomia das mulheres sobre o corpo e a sexualidade⁸, cria

⁵ Algumas teóricas incluem uma vertente psicanalista, cf. Stacey (1986).

⁶ O feminismo costuma ser dividido em duas ondas: a primeira, que vai do final do século XIX ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando o movimento experimenta um refluxo após as conquistas do direito ao voto em diversos países, inclusive o Brasil, entre outras conquistas no campo legal. A segunda onda se inicia no final dos anos 1960, quando, de fato, se produz uma tentativa de teorizar a opressão da mulher. Sobre essa discussão, ver Rupp (2002). A partir dos anos 1980, emergem as teorias críticas à segunda onda (Piscitelli, 2002; Simpson, 2005).

⁷ Em *Feminine Mystique*, Betty Friedan (1963) assim denomina o conjunto de queixas vagas, mas nem por isso sem importância, das mulheres americanas nos anos do pós-guerra, período no qual o papel de esposa e mãe era glorificado na sociedade e muito reforçado pela mídia que criou a imagem lendária da dona-de-casa feliz e realizada com seu marido e filhos.

⁸ O feminismo radical produziu uma metodologia – grupos de reflexão (tradução imprecisa de *consciousness raising groups*) – que propunha traduzir o *slogan* “o pessoal é político” através de uma fala e

slogans – “nosso corpo nos pertence”, “o pessoal é político” –, enfatizando que a opressão das mulheres é decorrente de sistemas múltiplos de dominação masculina. Essas idéias também são sustentadas por feministas marxistas e socialistas, embora ancoradas em uma análise materialista da história e na sua crítica ao capitalismo (Chichilla, 1982). De modo geral, todas são críticas à divisão normativa entre público e privado sustentada pelas teorias sociais dominantes no período, sobretudo, o funcionalismo. Entretanto, o modo como essa crítica é transformada em ação política varia consistentemente de uma corrente para outra (Nicholson, 1986; Piscitelli, 2002).

No marco desses diferentes posicionamentos, é possível delimitar um ideário feminista. Trata-se de um corpo não muito uniforme de idéias e terminologias que expressam noções relativas à igualdade de direitos de cidadania, autonomia pessoal⁹, poder, liberdade de escolha, emancipação e auto-determinação relativas às mulheres. Essas noções, marcantes em termos de sua influência na teoria social, têm sido apropriadas e reelaboradas pelos meios de comunicação.¹⁰

No final da década de 1940, Simone de Beauvoir considerava autonomia e independência praticamente como sinônimos, uma vez que a autora vinculava a idéia de independência à existência de uma profissão e uma renda, afirmando que todas as conquistas femininas – o voto e outras liberdades cívicas – permanecem abstratas se não

de uma escuta compartilhada, questões específicas da vida das mulheres, visando a um engajamento político (Gonçalves, 1999). Os temas que motivavam esses grupos eram, sobretudo, saúde e sexualidade. A estratégia dos grupos de reflexão podia ser desenvolvida em função de uma categoria unificadora – “mulher” –, portadora de uma suposta identidade comum (Grant, 1993). Nos anos 1980 surgiram no Brasil centenas de grupos com essa inspiração (eu mesma sou co-fundadora de uma organização criada nesta “matriz”, o Grupo Transas do Corpo, em Goiânia, Goiás, em 1987) que foram atores fundamentais para a elaboração de uma política governamental na área de saúde sexual e reprodutiva – o Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher – PAISM, pelo Ministério da Saúde. Também causou grande impacto a tradução para diversas línguas de *Our bodies, ourselves* do Boston Women’s Health Collective. A Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, investiu na elaboração de folhetos educativos (Cartilhas *Esse Sexo que é Nosso*), amplamente utilizados pelos grupos de reflexão em todo o país. Há uma rica produção que trata desse tópico, cf. Ana Maria Costa (2005); Maria Betânia Ávila e Sônia Correa (1999); Lenise Borges (1995).

⁹ Rosalind Petchesky e Sônia Corrêa (1994:115) propõem o termo *personhood*: o direito à livre auto-determinação é irredutivelmente pessoal, não abstraído dos contextos históricos e sociais; não é meramente uma escolha individual. Como um direito, precisa ser garantido socialmente através de desenvolvimento econômico, poder político e diversidade cultural.

¹⁰ São abundantes, hoje, os trabalhos que analisam a produção da mídia voltada exclusiva ou predominantemente para mulheres. É interessante notar que Betty Friedan produziu seu famoso *The Feminine Mystique* (1963) a partir das colunas que escrevia nas revistas femininas nos anos 1950 nos Estados Unidos. No Brasil, temos o exemplo de Carmem da Silva, considerada pioneira neste ramo, escrevendo para revistas “femininas” como *Cláudia*, desde 1963 até sua morte em 1985. Cf. Goldenberg e Toscano (1992).

são acompanhadas de uma autonomia econômica: “foi pelo trabalho que a mulher cobriu, em grande parte, a distância que a separava do homem, só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta” (De Beauvoir, 1980:449). A autora reafirma a importância do trabalho como condição que torna a mulher sujeito:

(...) Produtora, ativa, ela reconquista sua transcendência; em seus projetos afirma-se concretamente como sujeito; pela sua relação com o fim que visa, com o dinheiro e os direitos de que se apropria, põe à prova sua responsabilidade. Muitas mulheres têm consciência de tais vantagens, mesmo entre as que exercem os mais modestos ofícios (Id., ib.).

A relação entre autonomia e independência é reiterada em leituras da década de 1990. No *The Dictionary of Feminist Theory*, o verbete *autonomy* (autonomia) sugere uma antítese à dependência: “uma pessoa é tanto mais autônoma quanto menos dependente for de outrem”, e está associada à noção de auto-determinação (Magie Humm, 1995:18).¹¹ Assim, “uma mulher que preserva um senso de auto-determinação, que cresce com a ajuda da conexão com outros ao invés da competição com eles, é uma mulher autônoma” (Id., ib.). A noção se aplica ao campo político, no qual as feministas recusam qualquer tendência a subsumir a questão da mulher nas questões gerais dos movimentos, sendo as organizações autônomas de mulheres a expressão do desejo de preservar sua identidade.¹²

De acordo com o *Dictionary*, o sentido de autonomia é alargado quando empregado no terreno da política sexual que algumas feministas associam à autonomia econômica.

¹¹ Teóricas feministas têm apontado os problemas advindos da própria noção de indivíduo presente no pensamento liberal, uma versão masculina que apresenta o indivíduo como essencialmente independente, centrado, auto-suficiente, dotado de uma capacidade de agir que lhe é pré-existente. Essa versão comprometeria várias das noções mais caras ao feminismo – emancipação, cidadania, subjetividade, *agency*, empoderamento –, que derivam diretamente da noção liberal individualista. De certo modo, como mostra Dietz (2003) ao longo de sua revisão mais recente sobre teoria feminista, grande parte das autoras feministas contemporâneas problematiza noções herdadas pelo feminismo, noções estas comprometidas com uma visão etnocêntrica e masculina e na qual as mulheres são tomadas como “o outro”. Em que pese suas diferenças analíticas, essas teóricas chamam a atenção para o sentido de alteridade construído com base nas diferenças instituídas normativamente sobre a diferença sexual, tentando estabelecer princípios de multiplicidade, heterogeneidade, hibridismo, pluralidade, posicionalidade, interseccionalidade, que ajudam a pensar as diferenças também entre as mulheres, “que é, na realidade, a vitalidade da teoria feminista contemporânea” (Dietz, 2003:422). Entre outros, cf. Di Stefano (1996); Pateman (1993); Benhabib e Cornell (1987); Gordon (1994); Butler (1998); Simpson (2005).

¹² A discussão sobre autonomia do movimento feminista em relação aos movimentos políticos de esquerda está contida nas análises de algumas feministas radicais como Shulamith Firestone (1976) e é desenvolvida especialmente nos trabalhos de feministas socialistas como Sheila Rowbotham (1981). Conferir a discussão recente de Bethânia Ávila (2005:56) que afirma: “a autonomia para os movimentos feministas significa preservar espaços próprios de organização enquanto atuam nas instituições, organizações sociais, questionando seus sistemas de poder”.

Autonomia, nesse sentido, diz respeito ao direito e à capacidade das mulheres de exercerem controle sobre o próprio corpo e sobre as decisões na esfera sexual e reprodutiva, que não envolve apenas escolha voluntária, mas condições materiais, políticas e simbólicas para sua realização (Helena Hirata *et alli*, 2002; Sônia Correa e Rosalind Petchesky, 1994; Françoise Heritier, 2004). Autonomia se refere, ainda, ao poder de se tornar sujeito e conseqüentemente de dizer “eu”, e “é por isso que o feminismo, que pode definir-se pelo combate a favor da igualdade, é o meio para as mulheres acederem tanto ao poder da palavra como ao poder da ação” (Michele Riot-Sarcey, 2002:198-199), permitindo às mulheres quebrar as hierarquias que sustentam as desigualdades de gênero.

Ao revisitar as fontes da “segunda onda” do feminismo é possível ler em diversos momentos expressões deste ideário. Autonomia e independência pressupõem que as mulheres devem se constituir em cidadãs livres e iguais. Mesmo quando emergem críticas a este feminismo de “mulheres brancas, intelectuais de classe média e heterossexuais”, mulheres negras e lésbicas fundam suas organizações e grupos feministas afirmando as “múltiplas opressões” de sexo, classe, “raça” e sexualidade mais que qualquer política sexual isolada¹³, mas não abandonam a idéia de autonomia.

Gênero, Feminismo, circulação de idéias e “camadas médias”

É inegável o impacto do feminismo em diversas áreas da vida social. O efeito é perceptível não apenas nas vidas das mulheres, em diversas partes do mundo, mas também na produção do conhecimento, incluindo as ciências sociais. Este impacto, difícil de ser dimensionado, está relacionado à disseminação desse ideário com características específicas em diversos contextos, incluindo sua influência, como uma perspectiva valorizada aos olhos de alguns intelectuais de prestígio internacional e à internacionalização da indústria cultural, que filtra e recria algumas de suas noções.

No plano acadêmico, teóricos reconhecidos, não necessariamente feministas, concedem ao feminismo o estatuto de a maior revolução do século XX.¹⁴ Segundo Weeks

¹³ *apud* Miriam Schneir (1994): NOW [1966]: The Redstockings manifesto and The Combahee River Collective Statemant [1974].

¹⁴ No Brasil, segundo Ávila e Correa (2000:s.p.), é rara ou ausente “a incorporação do movimento de mulheres ou das mulheres em movimento como questão pelos cientistas sociais e formuladores de políticas que não estão no campo feminista”.

(1989), o feminismo é o evento político e cultural mais importante dos anos 1960/70, tendo influenciado, em grande medida, outros movimentos de identidades, por exemplo, o movimento homossexual. Esta afirmação encontra ressonância, dentro e fora da produção de teóricas e ativistas feministas, em autores distintos, entre eles, Anthony Giddens, Ulrich Beck, Stuart Hall, Homi Bhabha, Manuel Castells e Gilles Lipovetsky.¹⁵

No âmbito dos estudos de população, as referências ao feminismo são escassas, mas as conquistas das mulheres são mencionadas e tratadas como fator explicativo para as mudanças nos parâmetros demográficos. A categoria gênero, ferramenta teórica desenvolvida no pensamento feminista, quando incorporada, se refere à diferença sexual e aos papéis sociais, enfatizando a oposição entre os sexos. Segundo Antonella Pinnelli (2004:11), “a importância das questões de gênero só foi reconhecida recentemente no campo dos estudos de população, [e] gênero compreende o conjunto de papéis, direitos e status específicos do que é ser homem em oposição ao que é ser mulher numa dada sociedade ou cultura”. Os dados comparativos são apresentados como relevantes para compreender o lugar ou o estatuto das mulheres face aos parâmetros demográficos de nupcialidade, fecundidade e mortalidade e as repercussões que determinadas mudanças no comportamento feminino produzem em termos demográficos. Escolaridade, trabalho remunerado, adoção de práticas contraceptivas e maior liberdade dos costumes no âmbito da sexualidade são tidos como exemplos de fatores que influenciam o regime demográfico.¹⁶ Alguns estudos demográficos acentuam o “desequilíbrio no mercado matrimonial” e autoras/es que adotam o conceito de gênero (Elizabeth Bilac, 2002; Michel Bozón, 1995, 2003; Pinnelli, 2004) explicam esse desequilíbrio atribuindo à educação, ao trabalho remunerado e à conquista de maior autonomia pessoal das mulheres um papel significativo nas mudanças sociais mais recentes que têm afetado homens e mulheres.

Alguns textos da Demografia atribuem o aumento do número de pessoas morando sozinhas a uma preferência pessoal ligada à eleição de um estilo de vida que vem se

¹⁵ Há controvérsias quanto à incorporação ou não da categoria gênero na teoria social. No espaço de uma década, duas opiniões diferentes acerca desta afirmação: Henrique Gomariz (1992) considera limitado o avanço quanto à relação direta entre teoria social e gênero, quando muito “se esbarra” nele, sem contudo torná-la relevante. Adriana Piscitelli (2002:7), apoiada em autoras consagradas das teorias de gênero, como Joan Scott, considera que “o conceito de gênero tem se difundido notavelmente na teoria social, sendo suas marcas evidentes em alguns autores como Anthony Giddens e Arjun Appadurai”.

¹⁶ Terminologia adotada por Goldani (1999) para transição demográfica.

firmando nos grandes centros urbanos, sobretudo nas camadas médias. Esse estilo de vida estaria, por sua vez, relacionado ao processo de individualização crescente que se observa nesses segmentos, uma característica da modernidade.¹⁷ Para Berquó (1989:13), este mundo transformado pelas lutas feministas impulsionaria as mulheres “independentes” à auto-determinação, favorecendo determinadas “escolhas” e investimentos em outros projetos individuais e não apenas no casamento.

Embora reflita sobre os ganhos das mulheres, a Demografia salienta a “problemática” da mulher madura – com mais de 30 anos –, colocando-a como vítima do “excedente” de mulheres no mercado matrimonial, que disputam, em desvantagem com as mais jovens, reforçando a idéia da necessidade do par. Essa perspectiva, também recorrente nos textos da mídia, é centrada nas noções de união heterossexual e de “família”, nas quais ser, mas, sobretudo, permanecer “solteira” figura mais como uma idéia fora do lugar. Em ambas as abordagens, reside uma certa idéia de “solidão” que condena as mulheres sem um par masculino a serem vistas como “párias” na sociedade. Por sua vez, essa noção está ancorada em algumas leituras sócio-antropológicas que percebem o celibato como uma “aberração” social (Lévi-Strauss, 1980; Geertz, 1989) e também é reproduzida, em maior ou menor escala, em textos feministas (De Beauvoir, 1980), particularmente os que concedem um lugar privilegiado à maternidade e à família como um lugar de valorização, por excelência, do feminino (Jean Bethke Elsthain, 1995). A “solteirice” vista como um peso ou consequência nefasta das lutas feministas não escapa nem mesmo às críticas produzidas no interior do feminismo (Judith Stacey, 1986). Como sugere Cláudia Fonseca, se as “solteiras” se tornam objeto de estudo não é porque o casamento seja “o destino natural da mulher”, mas por não se “conformar ao ideal dominante, exige uma explicação” (Fonseca, 1989:103).

Esse leque de questões torna relevante ouvir as vozes das mulheres que moram sós, explorando suas próprias percepções. Levando em conta as noções da Demografia e as

¹⁷ Cf. Berquó 1988, 1989, 1991, 1992, 1997; Bozón, 1995, 1998, 2003; Ana Maria Goldani, 1993, 1994, 1999, 2002; Pinnelli, 2004. Vale ressaltar que a terminologia “estilos de vida” ou “novos estilos de vida” emerge como termo *ênico* dos estudos de população. A mídia faz referência a modos de ser e viver das solteiras e das pessoas que moram sozinhas, mas raramente adota a terminologia. Na análise das entrevistas, adoto-a enquanto categoria analítica que comporta várias situações de sociabilidade referidas pelas mulheres entrevistadas. O conceito de estilo de vida é discutido na introdução da Parte II e no capítulo 3.

caracterizações das mulheres “sós” nos textos da mídia, as camadas médias urbanas parecem configurar um lugar significativo para esse exercício.

No Brasil, há uma extensa produção acadêmica voltada ao estudo das camadas médias urbanas, destacando as rupturas com valores tidos como “convencionais” ou tradicionais, sobretudo no Rio de Janeiro.¹⁸ Alguns desses autores (Velho, Heilborn, Salem) e outros neles inspirados apóiam grande parte de suas análises na teoria de Louis Dumont (1985; 1993), que opera com a oposição holismo (hierarquia) e individualismo (igualitarismo), atribuindo às sociedades modernas uma característica mais igualitária e, portanto, individualista.¹⁹ Segundo esses estudos, as camadas médias urbanas reuniriam certas condições que, permeadas por valores individualistas, favoreceriam o florescimento de arranjos familiares alternativos ou “novas famílias” que teriam, nessas camadas, maiores chances de se afirmarem enquanto uma tendência. Ressalto que praticamente a totalidade dos estudos mencionados sobre camadas médias deixa intacta a discussão das mulheres “sós”.

A associação traçada nesses estudos é problematizada por Eunice Durham (1997), que elabora uma crítica importante, ao considerar que eles tendem a realizar uma aplicação da análise dumontiana ao contexto brasileiro de modo ahistórico, resultando na homogeneização de classificações baseadas na oposição entre igualitarismo e individualismo das classes médias e holismo e hierarquia nas classes populares. Apoiada nesta mesma observação, Fachini (2006) argumenta que, ao vincular determinado *ethos* a uma classe ou segmento estabelecido a priori, perde-se a possibilidade de qualquer entrecruzamento e de perspectiva relacional. Ao analisar trajetórias de mulheres de camadas médias, sem filhos, que moram sozinhas em Goiânia, não pressuponho que elas compartilhem um *ethos* peculiar ou homogêneo, mas, levando em conta as relações entre “mulheres sós/novas solteiras” e camadas médias esboçadas nos estudos de demografia e na mídia, considero relevante estabelecer um contraponto entre as noções veiculadas nesses campos e as presentes em mulheres desses setores.

¹⁸ Cf. Tânia Salem, 1978; Tânia Dauster, 1987; Maria Luísa Heilborn, 1980, 1992, 2004; Gilberto Velho, 1989, 1999, 2002; Sérvulo Figueira, 1987; Jeni Vaistman, 1994; Goldani, 1999; Mirian Goldenberg, 2001; Christine Victorino, 2001; Roseli Buffon, 1997.

¹⁹ Para Dumont (1985), designa-se **individualismo** uma ideologia que valoriza o indivíduo, que subordina a totalidade social, por oposição a **holismo**, uma ideologia que valoriza a totalidade social e negligencia ou subordina o indivíduo humano.

Numa direção crítica, mas ligeiramente diferente dos estudos mencionados, Parry Scott (2002:96) chama a atenção para os conceitos muito “arrumadinhos” de família presentes em estudos sobre as camadas médias, que tendem a criar uma idéia universalizante de determinadas transformações mobilizadas pelos efeitos da globalização. Sua crítica é dirigida às formulações de autores como Anthony Giddens (1993) que lidam com as “transformações na intimidade” em contextos de camadas médias de países centrais que comandam os processos de globalização e que são transferidas acriticamente a qualquer outro contexto.²⁰ Em certo sentido, a crítica de Scott procede também quando o universo social de pessoas morando sozinhas – ou as previamente definidas como “solteiras” ou “sós” – é apresentado nas análises sobre estilo de vida na contemporaneidade. Essas pessoas são tomadas como um grupo homogêneo, que possui ou compartilha determinadas características, sem considerar sua enorme variabilidade. Nesta tese, exploro as diferenças presentes nessa categoria.

Estudiosas que pesquisam mulheres “sós” ressaltam as dificuldades em considerá-las como uma categoria (Gordon, 1994; Simpson, 2003, 2005). No senso comum há uma variedade de situações ou expressões que a definem: a mulher jovem que *ainda* não casou; a “solteirona” que já passou da idade de casar; a “encalhada” que queria casar, mas não encontrou as chances no momento certo ou o homem certo; a separada (desquitada ou divorciada) que adia ou recusa uma nova união; a mulher em união consensual ou informal, considerada “solteira”; a mulher que mora sozinha, com ou sem par, também considerada “solteira”. Como lembra Simpson (2003), do ponto de vista do estatuto marital (ou estado civil) a mulher “solteira” é a não casada legalmente, o que torna “solteirice”, ao abarcar essa multiplicidade de situações, uma categoria conceitual frágil. Nesta tese, que trata das percepções de mulheres sem filhos e que também moram sozinhas, a categoria que melhor

²⁰ De certo modo, essa mesma crítica é dirigida, em trabalhos anteriores, por Mariza Corrêa ([1981], 1993), Eunice Durhan (1982, 1983) e Cláudia Fonseca (1995) às análises que estabelecem um eixo de oposição entre “família nuclear moderna” e “família patriarcal” ou “família extensa” do passado, ou entre “família nuclear”, como uma noção idealizada de família “harmoniosa” e “unida”, formada pelo casal e seus filhos, característica das camadas médias urbanas e a noção de fragmentação ou “desestruturação” associada às camadas populares. O mesmo se poderia dizer acerca dos chamados “arranjos familiares alternativos”, tomados como expressão de “ruptura” típica de alguns segmentos “psicologizados e intelectualizados” das camadas médias urbanas (permeáveis, portanto ao ideário feminista). Essas autoras, embora realizando análises distintas sobre a “família brasileira”, tentam mostrar que a noção de “família” é capaz de acomodar tantas “diversidades”, quanto diversos são os contextos históricos e culturais, particulares e específicos, que a produzem.

traduz sua condição, face às caracterizações da Demografia e dos textos da mídia, é o estatuto de ter ou não um par.²¹

Nas matérias produzidas pela mídia escrita sobre mulheres “sós” – jornais e revistas de circulação local e nacional –, a mulher retratada (em imagens e textos) é heterossexual, branca, jovem e de camadas médias urbanas. Boa parte das matérias veiculadas pela mídia aponta para um modo de viver temporário, voluntário, como uma opção que vincula-se à idéia de autonomia e independência. Ao “vender” essa idéia, a mídia aposta na descrição da “solteira” ora como uma caçadora implacável, ora como alguém que, decididamente, não está “nem aí” para o fato de estar sem marido, contrapondo-se à noção recorrente da solteirona “encalhada”, que não consegue casar. Levando em conta as especificidades de cada âmbito de produção de idéias, a caracterização dos “solteiros” ou “solitários”, quando existe, tende a reafirmar, em ambos os discursos, as oposições normativas de gênero.

A “problemática” das pessoas morando sozinhas tem sido analisada, sobretudo, a partir dos grandes centros urbanos, notadamente as capitais do Sudeste. Conforme demonstram trabalhos anteriores focados na mídia, fontes institucionais e vozes autorizadas, em matérias de âmbito nacional, estas pessoas são majoritariamente da região Sudeste, particularmente São Paulo e Rio de Janeiro. Exemplos tomados de outras regiões apenas confirmam a regra e apontam para o caráter especificamente localizado de determinada situação. Em “Capitais da solidão” (*Veja*, 25/04/2005), Salvador e outras cidades do interior da Bahia aparecem no topo da lista de cidades brasileiras com maior número de mulheres “sozinhas”. Iara Beleli (2005) afirma que as pesquisas de opinião – e por consequência as matérias temáticas – definem metodologicamente um recorte geográfico que estabelece o eixo Rio-SP como referências principais para a região sudeste e incluem o Recife como representante da região Nordeste e Porto Alegre, representando a região sul. O centro-oeste, segundo a autora, nunca entra no recorte. O mesmo padrão é seguido na seleção e escolha das personagens que ilustram as matérias.

Assim, ao explorar como essa noção é (re)criada nas experiências de mulheres de camadas médias que moram sós em Goiânia – que não estão coabitando e não têm filhos²²

²¹ Do inglês, *partnership status* – estatuto de ter ou não um/a parceiro/a (Simpson, 2005) –, sem equivalente em português. Para uma crítica à classificação que separa “solteiras” e “casadas” ou “unidas” nos censos demográficos e nos estudos de família, entre outros, cf. Sâmara, 2002; Costa, 2000.

–, lanço um olhar sobre um lugar pouco contemplado, até o momento, nas discussões sobre a temática. As mulheres que emprestam suas histórias de vida a este estudo são oriundas de diferentes partes do País e do interior do Estado e, portanto, cada narrativa apresenta elementos culturais particulares.

Tomando este quadro geral como referência, proponho-me a analisar as seguintes questões nos diferentes recortes empíricos: 1) quais são as noções centrais associadas à mulher “só”, quais as contestam e como gênero permeia essas idéias? 2) Que idéias de sociabilidade são associadas à mulher que mora só na atualidade? 3) Como é construída a noção de “solidão”? 4) Como se apresentam (ou não) as noções centrais do feminismo – igualdade, autonomia, liberdade e independência.

Na primeira parte da tese, **“A produção de uma noção no Brasil contemporâneo”**, apresento discussões em dois âmbitos da produção de idéias: os estudos de população e a mídia. O capítulo 1 – **A “pirâmide da solidão”** – analisa textos da Demografia (ou estudos de população) em contexto brasileiro. Consultei textos correlacionados ao assunto em algumas das principais revistas sobre estudos de população no país, teses e dissertações nacionais. Foram consultados ainda os resultados consolidados dos censos, sínteses e relatórios de pesquisas derivadas dos censos e PNADs do IBGE, bem como pesquisas realizadas em instituições acadêmicas.

Os textos escolhidos permitem perceber as limitações de categorias “clássicas” consideradas, atualmente, por estudiosos/as dos estudos de população, insuficientes para analisar e compreender as transformações ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas. Analiso como são tratadas as transformações na “família” e o modo como se constroem as percepções da mulher “só”. No marco dos estudos brasileiros, discuto a “pirâmide da solidão”, expressão cunhada por Elza Berquó em meados dos anos 1980, para explicar as diferenças de “oportunidades” no “mercado matrimonial” para homens e mulheres nas mesmas faixas etárias, assim como seu significado em outros contextos.

²² Como se verá, ao longo desta tese, mulheres assim caracterizadas são uma realidade empírica historicamente recente no “mundo ocidental moderno”. Solteiras sempre existiram em todas épocas na humanidade e muitas também moraram sozinhas, por contingências pessoais, familiares e de classe social. Entretanto, mulheres profissionalizadas, independentes economicamente, solteiras e morando sozinhas, como “estilo de vida” dentro de uma margem de escolha variável, é uma aquisição histórica recente, produto da contemporaneidade.

O capítulo 2 – **As “novas solteiras”** – analisa textos da mídia escrita brasileira entre 1995 e 2005, considerando-os produções culturais locais, contextualizados com outros produtos culturais, nacionais, locais e internacionais. Para este recorte, foram selecionadas matérias em quatro tipos de fontes: jornais de circulação nacional, jornais locais (Goiás), revistas de interesse geral de ampla circulação nacional e revistas “femininas”. Este capítulo trata das noções mais recorrentes sobre o morar só em alguns textos da mídia brasileira, particularmente aqueles que traduzem e reinterpretam noções inspiradas nos discursos acadêmicos da Demografia ou dos estudos de população e de outras áreas disciplinares. Atenção especial é igualmente concedida ao que aparece de modo incipiente ou está ausente nos estudos de população – a idéia de sociabilidade como marca de um certo estilo de vida das pessoas que moram sozinhas e a expressão “novas solteiras”, caracterização aparentemente restrita a essas produções.

Na segunda parte da tese – **“Trajetórias, narrativas, contextos”** –, precedida por uma introdução, analiso as percepções de mulheres de camadas médias de Goiânia que moram sozinhas. No capítulo 3 – **“Uma nova forma de vida?”** – o morar só é discutido à luz das teorias sociais a partir da elaboração do conceito de estilo de vida na modernidade, iluminado pelos relatos das entrevistadas. Este capítulo introduz alguns elementos sobre a cidade de Goiânia, mostrando quem são, e como vivem, as mulheres que deram materialidade “de carne e osso” a esta pesquisa. Descrevo, ainda, os procedimentos metodológicos e apresento uma breve caracterização dos sujeitos e de suas “habitações típicas” (residências).

Os capítulos 4 e 5 estão centrados nas percepções das mulheres entrevistadas, captando os significados particulares atribuídos ao morar só, fundamentais à análise de seu universo de referências simbólicas. Nestes capítulos, analiso como as noções sobre “solteiras” destacadas nos estudos populacionais e na mídia mantêm ou não relações com suas próprias percepções.

O Capítulo 4 – **“Remando o próprio barco’: a instabilidade da independência”** – abarca noções relacionadas ao impacto do letramento e da educação na definição das prioridades que colocam maior ênfase na trajetória profissional e pessoal, deixando o casamento ou alguma forma de união em segundo plano. Esse tópico trata das noções de “autonomia”, “liberdade” e “poder” simbolizados, sobretudo, em sua relação com a

existência de trabalho remunerado e de uma carreira profissional gratificante, mas também a elementos tidos como traços particulares que definem comportamentos e atitudes no mundo público e da intimidade, tratando com relevância as contradições emergentes nas narrativas em torno da independência. Neste capítulo trato das noções de distância entre modelos de feminilidades e masculinidades vigentes na contemporaneidade – *gender gap* – e suas tensões na esfera afetiva, introduzindo a perspectiva da não eleição do casamento como um projeto prioritário de vida e a necessidade de explicação dela resultante.

No capítulo 5 – “**Nem só nem mal acompanhada: reinterpretando a solidão**” – finalizo a exposição das noções relativas às entrevistas, analisando o entrelaçamento das relações afetivas, familiares e de amizade e os projetos de maternidade. Neste capítulo traço um contraste entre as noções de solidão dessas mulheres em contraposição àquelas sustentadas pelos estudos de população e pela mídia e tangencio alguns aspectos acerca do envelhecimento.

Ressalto que as aspas utilizadas no decorrer desta tese marcam palavras ou expressões êmicas dos textos analisados ou das narrativas das entrevistadas e, em menor escala, noções cuja interpretação não é unívoca nas ciências sociais. Apesar de uma extensa literatura em inglês, optei por traduzir as citações, visando poupar os/as leitores/as dos excessos de notas de rodapé. A conclusão de cada capítulo recupera as questões enunciadas, oferecendo um esboço analítico das noções prevalentes, mostrando recorrências e especificidades nos distintos recortes empíricos à luz dos estudos feministas e de gênero. Concedo atenção àquelas noções que aparecem como dissonantes às noções dominantes nas caracterizações das “mulheres sós” tais como estilos de sociabilidade, a importância da amizade e o sentido positivo de solidão.

As “**Considerações finais**” retomam questões enunciadas na Introdução, abrindo caminhos para a formulação de novas perguntas.

Parte I

Mulheres “sós” nos estudos de população e na mídia

Capítulo 1

A “pirâmide da solidão”

O movimento feminista pela conquista de direitos iguais inaugurou um período no qual a luta pela auto-realização se trava no terreno da competição entre os sexos. Este enfrentamento influencia os desejos e as decisões de entrar e de sair de uniões conjugais. O que, por sua vez, afeta o celibato, a idade da entrada em união, o tipo de união conjugal escolhido, sua duração, seu rompimento e início ou não de novas uniões. (...) Pode-se prever que as pessoas desembarquem no século XXI trazendo na bagagem uma pluralidade cada vez maior de arranjos “familiares”.

Elza Berquó, 1989

A “problemática” da “solidão feminina”, associada ou não à perspectiva do morar só, faz parte das preocupações de outras ciências, mas adquire particular importância nos estudos de população ou Demografia²³, sobretudo a partir das teorizações sobre a família enquanto matriz da reprodução populacional. Neste capítulo, exploro as noções associadas ao morar só e à “solidão” feminina, presentes em alguns textos demográficos.

Consultei textos correlacionados ao assunto na *Revista Brasileira de Estudos de População* (Rebep) de 1984 a 2005 disponíveis na página eletrônica da Associação Brasileira dos Estudos de População²⁴; na revista *Demographics*; além de artigos, livros, teses e dissertações.²⁵ Consultei, ainda, os bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os resultados consolidados dos censos, sínteses e relatórios de pesquisas derivadas do censo de 2000 e das pesquisas por amostra de domicílios (PNADs) do IBGE e artigos referentes a outras pesquisas de instituições diversas – Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fundação Seade/SP, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea).

²³ Pelo uso corrente no Brasil, utilizarei os dois como sinônimos, embora esteja atenta às discussões sobre a disputa de significados dessas terminologias. Cf. Oliveira, 2001.

²⁴ www.abep.org.br

²⁵ Os termos de busca foram: morar só, pessoa morando sozinha, domicílios unipessoais, famílias unipessoais, solteiras, celibato feminino, não-casamento, solidão, solidão feminina, pirâmide da solidão, novas famílias, novos arranjos familiares, estilos de vida, camadas médias urbanas.

Ressalto que ainda são escassos estudos específicos sobre pessoas morando sozinhas, particularmente sobre mulheres de camadas médias. O tema emerge – às vezes em pequenas notas ou seções – nos trabalhos sobre as mudanças demográficas que atingem e modificam a “família” brasileira. Quando focalizado nos estudos de população, atenção maior é concedida à importância estatística do grupo de pessoas mais velhas (mais de 50 anos), dentre as quais as mulheres, que predominam nas residências unipessoais. Nesse sentido, são parcas as informações e análises disponíveis sobre mulheres adultas, profissionalizadas e economicamente ativas, que moram sozinhas em grandes centros urbanos, cujas estatísticas ainda não são suficientemente relevantes para torná-las um objeto “robusto”.

Consolidação de uma disciplina

De acordo com Alves e Correa (2003:131), etimologicamente,

A palavra Demografia é formada a partir de dois vocábulos gregos: *dámos* (Demo), que quer dizer povo, população ou povoação, e *gráphein* (grafia), que quer dizer ação de escrever, descrição ou estudo. Portanto, o objeto da Demografia é a análise das populações humanas e suas características gerais. Mais especificamente, a Demografia estuda o tamanho da população, sua composição por sexo e idade e sua taxa de crescimento (positiva ou negativa). A Demografia se auto-define como ciência, tendo como um dos seus objetos de estudo os problemas populacionais.

O interesse sobre eventos que marcam a vida das pessoas, tomados coletivamente enquanto população, pode ser percebido desde o século XVII. A Demografia, porém, se consolidou como ciência no início do século XIX, na Europa e Estados Unidos, a partir de sua institucionalização. Segundo Szmrecsányi, a expansão e consolidação dos estudos de população não foram possíveis antes das primeiras décadas do século XIX devido “à inexistência de dados e informações de qualidade satisfatória em quantidades suficientes para a formulação de generalizações minimamente confiáveis” (Szmrecsányi, 1999:3). Até então, os estudos demográficos, alocados na Economia Política, uma ciência já consolidada, tinham um caráter especulativo e até mesmo arbitrário, porque “faltava, na maioria dos países, a institucionalização dos registros públicos e obrigatórios de nascimentos, casamentos e óbitos” (Id., ib.:4).

Como aponta Foucault (1985; 1995; 1997c, 1997d; 2000), a gênese da Demografia enquanto uma ciência da população mantém estreita vinculação com o nascimento do

estado moderno e de uma série de dispositivos de ordem sanitária, que visavam assegurar a existência e o bem estar dos indivíduos: controle das epidemias, campanhas de higiene, cuidados com a saúde das crianças, etc. A população emerge como uma questão importante de governo, de algumas tecnologias políticas dos indivíduos, enquanto parte de uma sociedade, uma nação, um estado, não sendo mais redutível à família.²⁶ A família, até então considerada o modelo privilegiado de preocupações de governo, passa a ter um papel instrumental, embora não menos importante, pois é alvo das campanhas para reduzir a mortalidade, promover casamentos, vacinações, etc.

Mesmo partindo de perspectivas distintas, autores como Szmrecsányi (1999), Nadalin (2004) e Foucault (2000) estabelecem um parentesco entre Demografia e Aritmética Política, uma espécie de estatística vital aplicada às técnicas de governo no século XVIII²⁷, e a partir da qual se desenvolvem técnicas e métodos utilizados até hoje pelos estudos de população. O aperfeiçoamento das técnicas de registro e a sistematização das informações em grande escala, que permite comparações, consolidou a Demografia enquanto ciência. A contagem populacional e a descrição de suas características gerais, instrumentos utilizados pela Demografia, deram origem aos chamados censos demográficos.

Segundo Camarano (1990), as informações demográficas no Brasil estão distribuídas em três grandes sistemas de pesquisa: os censos, as estatísticas vitais e as pesquisas nacionais por amostra de domicílios (PNADs).²⁸ Os levantamentos demográficos do IBGE

²⁶ Para Foucault, as questões relativas ao governo ocupam o pensamento político e filosófico que se estende do século XVI ao século XVIII. Na literatura sobre a arte de governar, que contestava o “Príncipe de Maquiavel”, o autor traçou uma tipologia de governo que se exerce, sobretudo, de três formas, cada uma se referindo especificamente a uma forma de ciência ou de reflexão: o governo de si mesmo, que diz respeito à moral; o governo da família, que diz respeito à economia e o governo do Estado, que diz respeito à política (Foucault, 1995:280). Essas três formas mantêm uma série de continuidades, assegurando que aquele que quer governar um Estado deve primeiro ser capaz de governar a sua família (Id., ib:281).

²⁷ Segundo Nadalin (2004:166), a expressão aritmética política foi cunhada por Willian Petty, em obra publicada na Inglaterra em 1690, como “a arte de raciocinar com algarismos sobre coisas relacionadas com o governo”. Para uma discussão sobre Aritmética Política, Demografia e Estado moderno, a partir de uma perspectiva de gênero, ver Rhoda Kanaaneh (2002).

²⁸ Segundo o IBGE (2004a), os censos se iniciaram em 1872 e são realizados a cada dez anos, no Brasil, desde 1940. As PNADs são realizadas entre um censo e outro e tiveram início em 1967, tendo por objetivo acompanhar o mercado de trabalho e outras variáveis socioeconômicas. Segundo Camarano (1990:208) as estatísticas vitais informam sobre nascidos vivos, casamentos, óbitos e óbitos fetais; as PNADs investigam habitação, rendimento e mão-de-obra, educação e algumas características demográficas. Há ainda as estimativas populacionais que ocorrem entre os censos. Segundo a autora, o órgão coordenador do sistema de informações demográficas em âmbito nacional é o IBGE, que produz a maioria dos dados. Além dele, estados

são fundamentais para os estudos sobre dinâmica dos arranjos familiares, os padrões de conjugalidade, as variações no perfil da população quanto à fecundidade, mortalidade, etc. As informações geradas nos censos e em outras pesquisas amostrais, tomadas como um retrato do país, raramente são contestadas ou problematizadas. O enorme banco de dados gerado pelos censos estimula diversas pesquisas que são reproduzidas e circulam profusamente em artigos acadêmicos e na mídia. Desse modo, as informações e análises produzidas por esses levantamentos sócio-demográficos têm um efeito de verdade praticamente incontestável.

As variáveis mapeadas pela Demografia através dos levantamentos censitários – nupcialidade, fecundidade, modalidades de união, tipos de família, entre outras – permitem a elaboração de tabulações especiais, séries históricas e análises comparativas, que visam fornecer um “retrato” da situação em dado momento histórico e, por sua vez, atestam sua “normalidade” ou sua variabilidade em termos de crise, flutuações, riscos, probabilidades, chances, ameaças, etc. No Brasil, a palavra “retrato” é muito utilizada pelo IBGE na montagem de dossiês e igualmente reproduzida em matérias na mídia. Como artefato, um retrato é o resultado de algumas combinações que colocam em evidência a “verdade” sobre algo em tempos e contextos determinados. Como um recorte da “realidade”, alguns pressupostos estão implicados em sua tradução e interpretação – entre outros, idade ideal para casar e ter filhos, número desejável de filhos, modalidade ideal de família – e servem de parâmetro para classificar as modalidades que funcionam como “alternativas”, ou mesmo “discordantes”.

Esses pressupostos, tratados muitas vezes como universais, sustentam algumas teorias muito utilizadas no âmbito dos estudos de população, que também possui seus próprios parâmetros para avaliar a condição de “normalidade” ou de “desvio” em um contexto determinado, como ocorre com a noção basilar de “família”. Embora Berquó (1991:55) afirme que a Demografia tradicionalmente tome o indivíduo como unidade de análise, “família” emerge como uma noção central para os estudos de população, tornando necessário entender como esta noção é utilizada para caracterizar as “solteiras” que moram sozinhas.

e municípios podem ter seus próprios sistemas e o Ministério da Saúde também fornece informações sobre estatísticas vitais.

Família e “outros” arranjos

Os levantamentos censitários utilizam, de modo equivalente, uma variedade de terminologias com o sentido de família – agrupamento doméstico, domicílio, unidade domiciliar, arranjo domiciliar ou familiar.²⁹ Essas terminologias estão perpassadas pela idéia de relação e de posicionamento em função das pessoas que a compõem, o que interfere no sistema de classificações adotado.³⁰

A PNAD de 1987 define família como “o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que mora só em uma unidade domiciliar”. No censo de 2000, considerou-se como família, “as pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que moravam no mesmo domicílio; a pessoa sozinha que morava em domicílio particular e o conjunto de pessoas que moravam em um domicílio particular, embora não estivessem ligadas por laço de parentesco e/ou dependência doméstica” (Brasil, 2004a).

Segundo o IBGE (Brasil, 2004a), esses conceitos “refletem” o contexto atual de mudança nas formas conjugais e de residência, noção que se aproxima da concepção de família enquanto arranjos plurais, nos quais os indivíduos transitam de modo mais ou menos flexível (Goldani, 1993, 1994, 1999, 2002; Berquó, 1989; Berquó, Cavenaghi e Oliveira, 1990; Osório e Medeiros, 2000). Tomar esta família multifacetada como unidade de análise é problemático, uma vez que:

Todo indivíduo está, de uma maneira ou de outra, vinculado ou associado a algum tipo de relação com um número variável de pessoas, que se altera no tempo. A dificuldade em tomar estes contornos como unidade de

²⁹ Medeiros e Osório (2000:68) apontam que, apesar da complexidade dos conceitos, Demografia e Economia tendem a privilegiar a idéia de família como grupo doméstico. Para uma definição detalhada e aprofundada dos conceitos de famílias e domicílios nas PNADs e censos do IBGE, cf. Medeiros, Osório, e Varella (2002).

³⁰ No contexto específico desta análise, considero úteis as distinções entre família, parentesco e grupo doméstico propostas por Durham, na medida em que contribuem para pensar historicamente os conceitos de família atualmente vigentes nos estudos de população: Família são grupos sociais estruturados através de relações de afinidade, descendência e consangüinidade que se constituem como unidades de reprodução humana. O parentesco diz respeito ao modo de ordenação mais amplo dessas relações de afinidade, descendência e consangüinidade que regula as relações entre famílias e determina as formas de herança e sucessão. Sendo unidades de reprodução, as famílias se constituem pelo menos parcialmente como grupos domésticos e residenciais. Entretanto, não só esses grupos podem ampliar-se para incluir pessoas que não são, *strictu sensu*, membros da família, mas inclusive podem constituir-se como grupos não familiares (Durham, 1982:32).

análise está na grande variedade de tipos ou na complexa rede de relações entre as pessoas, dentro de um mesmo contorno e entre contornos (Berquó, 1991:56).

Segundo Bozón (1998:227, grifos no original), “a Demografia tem por objeto o ritmo e os fatores da *reprodução* nas sociedades humanas”. Nos estudos de população, a noção de família – nuclear, estendida, plural, flexível ou matizada – é vital, porque a ela se cola a noção de reprodução ou de reposição populacional, o significado da passagem do tempo e da sobrevivência:

Para uma população, esse significado é o problema da reposição. Se uma população deve persistir, a despeito da mortalidade de seus membros, novos seres humanos precisam continuamente ser criados e preparados para repor os que morrem. A família é, acima de tudo, a instituição a que é atribuída a responsabilidade por tentar superar os problemas da passagem do tempo tanto para o indivíduo como para a população (Berquó, 1997:415).

A essa noção de reposição biológica está também implicado o sentido ideológico de reprodução social, ou seja, família definida como instituição, concebida como realidade empírica delimitada e socialmente reconhecida e como modelo cultural definido por regras e padrões, como pontua Durham (1982:32). Diversos estudos sociológicos e antropológicos – e também demográficos³¹ – mostram que as definições de família têm passado por mudanças ao longo da história, impondo um desafio analítico. Segundo alguns/mas estudiosos/as³², as ferramentas da Demografia já não são consideradas suficientes para abarcar a complexidade das relações que matizam o tecido social. Em virtude dessa limitação inerente à própria disciplina, as moradias de uma só pessoa são percebidas predominantemente como transições para alguma modalidade de união. Essa percepção é compartilhada por Parry Scott, ao considerar, numa perspectiva antropológica, que a tendência de crescimento dos domicílios unipessoais deve ser pensada no contexto de “vivência de itinerários domésticos que identificam este período como intermediário entre outras condições de conjugalidade e da criação de relações familiares” (Scott, 2001b:103).

³¹ Cf., entre outros, Corrêa [1981] 1993; Quartim de Moraes, 1981; Ribeiro e Ribeiro, 1987; Figueira, 1985; Scott, 2000; Singly, 2000; Vaitsman, 1994; Heilborn, 1992; Bardwick, 1981; Mello, 2005; Uziel, 2002; Salém, 1987; Goldemberg, 2001, 2006; Jelin, 1995; Goldani, 1993, 1994, 1999; Durhan, 1982.

³² C.f. Berquó e Cavenaghi 1988, 1991; José, 1988; Goldani, 1993, 1999; Alves e Correa, 2003.

Embora os tipos de família sejam extremamente diversificados empiricamente, o modelo social dominante é a família nuclear estabelecida em torno do vínculo conjugal e seus filhos, que funciona como matriz da qual derivam as classificações com as quais os estudos de população operam. Desse modo, ao coincidir a noção de família com a de grupo doméstico/residencial, a pessoa que mora sozinha é denominada “família unipessoal” adotada pelo IBGE como equivalente a “domicílio unipessoal”. Outras denominações são utilizadas em tabulações especiais que estabelecem uma classificação segundo a condição de “sem família” (Berquó, Oliveira e Cavenaghi, 1990) e “não-família” (Goldani, 1993, 1994; Scott, 1990).³³ Berquó, Oliveira e Cavenaghi (1990) identificaram onze arranjos familiares a partir da PNAD de 1987, denominando “arranjos não canônicos” aqueles que despontavam como “reveladores de novos estilos de vida”, dentre os quais, as pessoas morando sozinhas.

Como observam Véronique Hertrich e Thérèse Locoh (2004:100), esses sistemas classificatórios a partir da observação das modalidades de casamento, das estatísticas de nupcialidade e dos arranjos residenciais das famílias “produzem” mais do que “revelam”, nos estudos demográficos, interpretações sobre as relações privilegiadas por cada sociedade. Na visão de Parry Scott (2001:97), a idéia mesma de sociedade passa, necessariamente, pelas noções de conjugalidade e família, através das quais “as identidades sociais acham caminhos para a sua construção”. Portanto, os estudos de população ainda constroem as figuras das “outras” tipologias em relação ao casal nuclear, sobretudo em relação à reprodução e vinculação com os filhos. Para Parry Scott (Id., ib.:102-103), a nomeação de “outros arranjos” torna ainda mais evidente a centralidade da conjugalidade no contexto global, uma vez que existem as modalidades que a negam – famílias monoparentais (que valorizam mais a filiação do que a conjugalidade) e unipessoais – e as que a reforçam – “casais homossexuais”. Para o autor, essas exceções (outros arranjos) apenas confirmam a regra (conjugalidade) e morar só é reafirmado enquanto uma etapa transitória no ciclo doméstico:

³³ Em Portugal são denominados domicílios “mono-residentes”. LAT (*living apart together*) é a sigla para denominar pessoas que mantêm relacionamentos/casamentos em casas separadas que também são pessoas só do ponto de vista da moradia. Cf: Guerreiro, 2003.

Morar só é passar por um período de liberdade, autonomia e individualidade: esses valores podem se tornar importantes ao ponto de representar uma preferência por essa condição residencial realizada ao longo da vida. Essa opção merece o devido respeito, mas esse não parece ser o caminho da maioria. (Scott, 2001b:104).

É possível observar o efeito da importância concedida à conjugalidade e à família quando o morar só, que não modifica o estado civil de alguém, é percebido como um ato de isolamento social. Frequentemente percebidas como “solteiras”, no sentido de não coabitantes ou sem cônjuges, pessoas que moram sozinhas são recorrentemente vistas como seres que se isolam socialmente, enfraquecendo as regras de aliança e, talvez por isso, o tema da solidão seja automaticamente associado a esse “estilo de vida”, embora, nos estudos de população, a utilização desta terminologia não se apóia em descrições que o caracterize.

Domicílios unipessoais como um novo estilo de vida

Há aproximações nos estudos analisados sobre a idéia de que a família brasileira contemporânea seja multifacetada e as análises sobre o contexto dessas transformações são bastante convergentes. A literatura brasileira concede atenção diferenciada à pluralidade de arranjos familiares. Comparativamente, as “famílias monoparentais” chefiadas por mulheres são alvos privilegiados, resultando em maior produção analítica nos textos sobre família e nos trabalhos específicos sobre o tema da monoparentalidade.³⁴ Reitero que pessoas morando sozinhas têm ainda uma fraca expressão na produção dos estudos demográficos e das Ciências Sociais, e as análises, até o momento, privilegiam sua distribuição espacial e geográfica.³⁵

Os “novos arranjos” são frequentemente vistos como resultado da multiplicação de novos estilos de vida no contexto das transformações sociais mais recentes e figuram como arranjos “alternativos” no estudo das famílias – ainda definidas majoritariamente pela composição nuclear (pai, mãe e filhos), tipo estatisticamente predominante. Segundo o IBGE (Brasil, 2002), no Brasil, 10% da população residente em domicílios particulares é

³⁴ Cf. Costa, 2000. O estudo de Barroso (1978) é pioneiro na análise da monoparentalidade feminina sob uma ótica feminista, no Brasil, enfatizando a relação entre pobreza e expansão das famílias chefiadas por mulheres.

³⁵ Cf. Gomes, 2005; Poley, 2000; Berquó, 1988.

composta apenas por uma pessoa. Estudiosas da Demografia³⁶ afirmam que esse índice ainda não é tão expressivo quanto em algumas regiões da Europa – Escandinávia, Inglaterra e França –, Estados Unidos e Canadá, mas a tendência de crescimento é bem superior às taxas de crescimento geral da população, na ordem de 5,4% ao ano. Segundo Berquó (1988:157), um elevado aumento no número de domicílios unipessoais foi observado entre os anos 1950 e 70, quando se esboça a tendência, refletindo processos de mudança “que incidem sobre a finalidade, a formação, a manutenção e a dissolução da família”.

Os estudos mencionados explicam genericamente a tendência de aumento crescente do número de pessoas morando sozinhas por uma combinação de fatores múltiplos e complexos: aumento da expectativa de vida, especialmente para as mulheres; queda da fecundidade³⁷ e da mortalidade com impacto sobre o tamanho e composição da família; aumento da escolaridade das mulheres e entrada no mercado de trabalho associado a processos crescentes de urbanização; fluxos migratórios significativos e aumento das taxas de divórcio e separações e fatores de ordem subjetiva, como o desejo de individualidade. Nos marcos analíticos da teoria da modernização e da hipótese da convergência³⁸, esses fatores resultariam da incorporação e adoção de comportamentos dos países “desenvolvidos” em escala global, por meio da difusão de conhecimentos e atitudes que modificam a situação de indivíduos e famílias. Entretanto, a suposição de que o modelo nuclear de família seja um produto específico da modernidade, e resultado das sociedades industriais, é arbitrária, ahistórica e contestada por outros estudos.³⁹

A percepção de que no Brasil se esboçava uma tendência mundial inspirou Berquó a produzir análises instigantes sobre o fenômeno, nos anos 1980. No primeiro trabalho, de 1986, a autora discute a desproporção entre homens e mulheres vis-à-vis o mercado matrimonial. Berquó e Cavenaghi (1988) realizaram tabulações especiais dos dados dos

³⁶ Berquó, 1989, 1997; Berquó e Cavenagui, 1988; Berquó, Oliveira e Cavenaghi, 1990; Goldani, 1993, 1994.

³⁷ No Brasil, o impacto da redução das taxas de fecundidade, nas últimas quatro décadas, sobre o tamanho e composição da família tem sido extensivamente discutido dentro e fora do país. Alguns autores consideram a televisão, particularmente as telenovelas brasileiras, como fator que contribuiu para a redução da fecundidade e do tamanho da família. Cf. Martine, 1995.

³⁸ Sobre a teoria da modernização e a hipótese da convergência, cf. Souza, 1990; Goldani, 1999, 2002; Berquó, 1989, 1991; Hertrich e Locoh, 2004; Pinnelli, 2004; Alves, 2002; Alves e Correa, 2003. Souza (1990) apresenta críticas ao modelo teórico e metodológico desta teoria, afirmando que as realidades históricas de cada população ou região não as reduzem a meros eventos vitais.

³⁹ Mello, 2005; Fonseca, 1987; Durham, 1982; Corrêa, 1981.

censos e das PNADs até 1980, cruzando variáveis de sexo, idade, estado civil, escolaridade, situação geográfica (urbano e rural) e renda. Ao expor uma radiografia dos domicílios unipessoais, as autoras concluem que sexo, idade e estado civil foram diferenciais importantes, uma vez que predominavam homens solteiros e jovens e mulheres viúvas e mais velhas, ambos habitantes das grandes cidades.⁴⁰ O cruzamento de outras variáveis mostrava ainda que as mulheres “sós” possuíam mais anos de estudo que os homens na mesma faixa etária.

Ao analisar a incidência dos domicílios unipessoais nas grandes cidades brasileiras, as autoras apontam algumas causas que explicam a “inversão” entre os sexos: antes dos 30 anos, são poucas as mulheres morando sozinhas, pois ainda moram com os pais ou já se casaram; na faixa seguinte, a maioria já se casou e mesmo no caso de ter se separado permanecem com os filhos; acima dos 45 anos, a proporção de mulheres começa a crescer, porque os filhos já saíram de casa e elas raramente voltam a se casar ou são solteiras sem filhos que nunca se casaram; acima dos 60 anos aumentam as chances de viuvez e como a longevidade é maior para as mulheres, elas tendem a viver por mais tempo sozinhas. Estudos posteriores (Goldani, 1993, 1994, 1999; Scott, 1990, 2001b) mostram que a tendência de crescimento começa a se esboçar também entre o segmento das mulheres mais jovens, explicado em parte pelas demandas da vida profissional nas grandes cidades (Berquó, 1989). Ao analisar a mesma desproporção mostrada pelas estatísticas de mulheres e homens morando/vivendo sozinhos, Parry Scott (1990) observou que as probabilidades dos homens permanecerem sozinhos, enquanto escolha definitiva, eram menores, o que explicaria a menor incidência no grupo com mais de 50 anos.

Ao ser considerada uma ciência cuja competência é, ao mesmo tempo, produzir e analisar as variáveis que participam do processo de reprodução populacional, as transformações na família se apresentam como um aparente paradoxo, uma vez que as categorias de análises reiteram pressupostos normativos. Assim, uma variável importante que avalia se o chamado mercado matrimonial está ou não em equilíbrio é a *razão de sexo*, definida em função do número de homens em relação ao de mulheres na população, numa

⁴⁰ Apesar de citar o mesmo trabalho de Elza Berquó (1988), Parry Scott (1990), ao buscar os homens e mulheres sem cônjuge, contrastando as esferas produtiva (da rua) e reprodutiva (doméstica), encontra “unipessoais” em áreas rurais, homens que diferem do perfil identificado a partir dos dados do IBGE.

determinada faixa etária.⁴¹ Nas análises do mercado matrimonial, se a razão de sexo é menor que 100, significa que há um número menor de homens, como parece ser, historicamente, o caso do Brasil (Brasil, 2004a). A verificação dessa “desproporção” conduz a análises que visam restaurar o equilíbrio mediante a sugestão de soluções práticas que podem não ser apropriadas para todos no terreno das relações afetivas. Como observa Cláudia Fonseca (2003), algumas “fórmulas” e terminologias das ciências, inclusive da antropologia, evocam noções de “mercado e escassez de mulheres”⁴² – recorrentes nas análises aqui incorporadas – centradas em perspectivas econômicas e não de relações entre pessoas. Penso que a lógica simples da razão de sexo emoldura um pressuposto fundante de nossa cultura: cada homem deve ter a sua mulher e vice-versa. Outras normas derivam desta, por exemplo, a noção de que toda sociedade estabelece uma idade para o casamento. Baseadas em convenções de gênero, essas regras estabelecem que a idade para o casamento é histórica e culturalmente diferente para os dois sexos, aceitando como “universal” a idade mais elevada para os homens (Pinnelli, 2004; Hertrich e Locoh, 2004; Greene e Rao, 1992).

Segundo essas autoras, a idade da entrada no casamento se altera pouco para os homens e vem se modificando para as mulheres no mundo todo. No Brasil, nas últimas décadas, os dados do IBGE (Brasil, 2004a) apontam que a média de idade ao casar variou de 22 a 27 anos para as mulheres. Estudiosos da Demografia afirmam, em coro, que a escolaridade, cada vez mais alta, aliada à profissionalização tem tido impactos decisivos sobre o casamento e a maternidade. Não apenas a idade ao casar aumentou para as mulheres, como também a idade para ter o primeiro filho. A queda da fecundidade e a conseqüente redução no número de filhos por mulher é reconhecidamente o fenômeno mais marcante entre as modificações pelas quais passaram as famílias. Isoladamente, a escolaridade é apontada como fator que afeta a idade ao casar e o adiamento ou recusa da maternidade (Pinnelli, 2004). Esses estudos apontam, ainda, que o aumento dos anos de

⁴¹ Segundo o IBGE (2004b), “razão de sexo” expressa o número de pessoas do sexo masculino para cada grupo de 100 pessoas do sexo feminino e é obtida através do quociente entre as populações masculina e feminina por grupos de idade. A China é um exemplo de preocupação oposta. Em virtude da preferência cultural e milenar pelo filho do sexo masculino, aliada à política do filho único e dos abortos seletivos de bebês do sexo feminino, a população exibe uma “distorção” na sua razão de sexo. Neste país, os solteiros começam a ser objeto de discussão.

⁴² Cláudia Fonseca faz esta observação a partir do trabalho de Susan Mackinon (2001) acerca da utilização de metáforas e exemplos do mundo “natural” para o comportamento humano. As metáforas econômicas na Demografia são constantes: estoque de homens disponíveis, demanda reprimida de casamentos, excedente ou superávit de mulheres, déficit de homens, etc.

educação formal também influenciam a adoção de práticas contraceptivas, que têm um inegável impacto nas decisões acerca da sexualidade e da reprodução.⁴³

Essas mudanças mobilizam uma série de questões sobre as “solteiras” e as pessoas que moram sozinhas, mas poucas vêm sendo respondidas. Por que as pessoas se casam menos, mais tardiamente, ou permanecem menos tempo casadas, se separam mais, têm menos filhos? Como afirma Parry Scott (2001a:5), apontando a necessidade de maior aproximação entre Antropologia e Demografia nos estudos de população, “ao empregar um modelo que seleciona alguns elementos como relevantes para a elaboração e comprovação da teoria, fatalmente outros elementos estão, sistemática ou assistematicamente, ofuscados”. É o que ocorre nas abordagens que evocam o “excedente de mulheres”.

“Excedente de mulheres”, “mercado matrimonial”, “pirâmide da solidão”

A diferença de idade ao casar, “universalmente” mais alta para os homens, segundo Greene e Rao (1992:169), está relacionada ao estatuto inferior das mulheres e a relações de poder desiguais, situação que, para as autoras, “obviamente, não é nada útil em uma situação de compressão do mercado matrimonial”. A idade é vista como um “dote” que a mulher leva para o casamento; quanto mais jovem, mais chances no “mercado”; as mais velhas necessitam outros atributos – riqueza ou instrução.⁴⁴ Se a idéia prevalente é de equilíbrio, cada sociedade deveria se encarregar de encontrar soluções para reverter ou amenizar o “problema” – casamentos entre idades semelhantes; presença de mulheres que permanecem “solteiras”; poligamia; uniões instáveis com várias mulheres, nas quais os homens se movem ao longo da vida, etc. Essa “circulação”, denominada por Greene e Rao (1992:169) de “reciclagem” e apontada como tendência no Brasil, é informada pelo aumento das uniões consensuais comparadas às uniões legais (casamento civil) nos últimos anos. Ao estudar o crescimento das uniões consensuais no Brasil e identificar a existência de um “excedente” de mulheres “em idade de casar”, as demógrafas observam que:

⁴³ Para uma análise da importância da contracepção na vida das mulheres, apontada pelas francesas como o maior acontecimento do século XX, ver Heritier (2004).

⁴⁴ Uma contradição em termos, já que a instrução é tida como obstáculo ao casamento.

Uma maior ou menor oferta de homens e mulheres no mercado de casamento leva a uma situação que chamamos de compressão no mercado matrimonial: a escassez de um sexo ou de outro na faixa etária em que geralmente acontecem os casamentos influi na constituição de uniões (Greene e Rao, 1992:168).

Ancoradas em alguns pressupostos de gênero, as autoras avaliam que a elevada proporção de uniões consensuais é resultado de uma “preferência” dos homens, notadamente os de camadas populares. As mulheres, ao contrário, preferem as uniões formais, porque, em virtude das desigualdades de gênero, necessitam maior proteção legal e econômica. Entretanto, pelas mesmas razões, elas se “submetem” às uniões consensuais. Nas classes altas, os homens não “preferem” este arranjo devido às implicações legais – bens e herança. O estudo das autoras aponta, ainda, um elemento surpresa, que concerne às mulheres com renda própria, mais propensas às uniões informais. Não se detendo especificamente sobre as “solteiras”, Greene e Rao (Id.,ib.) consideram que a heterogeneidade das mulheres que se casam informalmente dificulta a captação de modelos e associam a existência dessas uniões informais em áreas urbanas à possibilidade de experimentação de novos estilos de vida.

O “superávit” de mulheres no Brasil, em todas as faixas etárias, é igualmente apontado por Berquó (1980, 1988, 1991, 1997) como um fator que tem impacto sobre o celibato feminino. Suas conclusões acerca dessa “disparidade” entre os sexos deram origem a uma expressão já tornada “clássica” no Brasil, quando o assunto é “mercado matrimonial”. Em “Pirâmide da Solidão?”⁴⁵, Berquó (1986) faz uma projeção “dramática” sobre as “chances” de casamento para mulheres acima dos 30 anos no Brasil contemporâneo. Tomando por base a população brasileira do censo de 1980, Berquó propõe um exercício de cálculo hipotético das chances de mulheres e homens encontrarem parceiros no mercado matrimonial, considerando as normas sociais vigentes, nas quais as mulheres buscam parceiros mais velhos ou da mesma faixa etária. O exercício consistia em

⁴⁵ O texto original, no qual Berquó cunhou esta expressão, é uma versão mimeografada do trabalho apresentado no *V Encontro Nacional da ABEP*, em Águas de São Pedro, 1986 e, creio, até o momento, não publicado. Uma versão eletrônica editada, ilustrada e colorida encontra-se disponível na página do CEBRAP. Nessas “notas mais que preliminares”, Berquó afirma que um estudo qualitativo com entrevistas em profundidade seria conduzido num segundo momento, o que não creio ter sido realizado. A expressão reaparece em “Oportunidades e Fatalidades” (1988) e é explicada em “Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica” (1997), adotando a variação “pirâmide dos não-casados”, expressão que não se tornou popular, diferente de “Pirâmide da Solidão”, recorrentemente abordada na mídia brasileira, que discuto no capítulo 2.

dividir o número de mulheres (ou homens) em cada faixa etária pela soma do número de homens (ou mulheres) na mesma faixa etária e nas superiores (ou inferiores) como representado no quadro abaixo:

Indicador de disponibilidade para homens e mulheres, por faixa etária
(Censo de 1980)

Idade	População masculina e feminina (em milhões)	Mulheres para cada homem	Homens para cada mulher
15 a 19	6,7	1,0	5,1
20 a 24	5,6	2,2	4,9
25 a 29	4,6	3,7	4,8
30 a 34	3,8	5,4	4,6
35 a 39	3,1	7,7	4,4
40 a 44	2,8	9,5	3,8
45 a 49	2,3	12,6	3,4
50 a 54	2,0	15,4	2,7
55 a 59	1,5	21,6	2,3
60 a 64	1,1	30,4	1,8
65 a 69	0,9	38,2	1,0

Fonte: Berquó, 1986.

O exercício com dados do censo de 1991 mostra que a perspectiva era a mesma:

(...) Este mesmo raciocínio leva a situações cada vez mais assimétricas à medida que homens e mulheres avançam em idade, ou seja, as chances no mercado matrimonial diminuem para as mulheres e aumentam para os homens. (...) Na faixa de cinquenta a 54 anos, por exemplo, um homem não casado teria uma chance trinta vezes maior de encontrar uma parceira do que uma mulher na mesma faixa etária (Berquó, 1997:436-437).

O gráfico em formato de pirâmide populacional, separando homens e mulheres nos lados esquerdo e direito, mostra a inversão ocorrida à medida que as idades aumentam e ultrapassam os 34 anos. O aumento na proporção de mulheres após os 45 anos reflete as que ficaram “solteiras”, as que se separaram e as que enviuvaram. As mulheres sós (sem cônjuge), no conjunto, representariam finalmente a “pirâmide da solidão”. Ao analisar a tendência de crescimento dos domicílios unipessoais, Berquó e Cavenagui reafirmam a pirâmide da solidão:

Considerando-se que as chances de casamento declinam após os 30 anos, principalmente para as mulheres, é de esperar-se que o casamento seja também pouco provável para as mulheres que vivem sozinhas e tenham 30 anos ou mais de idade, ou seja, o prognóstico é de que continuem a viver sozinhas (Berquó e Cavenagui, 1988:175).

Escritos individualmente ou em colaboração, os trabalhos de Elza Berquó incorporam análises sobre o estatuto social das mulheres e a influência do feminismo como fator que contribui para explicar as inúmeras mudanças ocorridas no âmbito da família e das relações sociais, sobretudo, os que analisam o crescimento do número de pessoas morando sozinhas e o desequilíbrio no mercado matrimonial. Esse olhar demográfico não exclui uma interpretação do que se vê em contextos sociais mais amplos. No entanto, “pessoas morando sozinhas” e “desproporção entre os sexos” são achados demográficos expressos em números, escalas e gráficos como um dado construído; “solidão das mulheres” é um conceito, uma noção informada por uma lógica, uma matriz de conjugalidade e uma norma heterossexual com validade universal. Considerar “fatalidade” uma mulher que não se casa – qualquer que seja a motivação – denota a centralidade concedida ao estatuto do casamento como um valor em si mesmo. Nesse sentido, alguns elementos dos exercícios de simulação de cálculo de disponibilidade de parceiros no mercado matrimonial e as projeções sobre o crescimento dos domicílios unipessoais foram tomados de forma absoluta por outros autores e autoras, sem falar na “sensação” que provocou na mídia brasileira, como será analisado no próximo capítulo. A “pirâmide da solidão” tornou-se uma “matriz geradora” ou uma categoria *explanans* (Hawkesworth, 1999), utilizada para explicar fenômenos distintos, como o “machismo” brasileiro, a “solidão” de jovens que estão sem namorado, de idosas viúvas e, até mesmo, o aumento na venda de “vibradores” para mulheres em *sex shoppings*.⁴⁶ Ao tratar da dominação masculina nos estudos de população, Alves retoma esses conceitos:

Assim, a mulher mais alta, mais velha, mais rica ou mais instruída tem maior dificuldade, pelo padrão dominante, de encontrar parceiros (heterossexuais) no “mercado matrimonial”. O homem que por acaso quebre a regra da ascendência masculina é acusado de *gigolô* ou de ter dado o “golpe do baú”. A chamada “pirâmide da solidão” é uma explicação demográfica para o antigo ditado: “*burro velho, capim novo*”, isto é, o homem mais velho procura a mulher mais nova e ainda costuma brincar: “*troco uma mulher de 50 anos por duas de 25*” (Alves, 2001:8).

⁴⁶ Cf. citação específica sobre vibradores no capítulo 2 sobre a mídia. A busca no portal Scielo com a expressão “pirâmide da solidão” mostra vários estudos sobre envelhecimento e a população de idosos em diferentes áreas disciplinares além da demografia (psicologia, saúde pública, medicina, enfermagem, educação física, etc.), que atualizam a expressão como matriz explicativa para a “solidão” associada ao sexo feminino.

Tendo cunhado a expressão em 1986, anos mais tarde, Berquó (1997:437) afirma: “hoje, denomino-a apenas ‘pirâmide dos não-casados’, até porque às vezes é preferível estar só do que mal acompanhado e, para muitas mulheres, estar só pode ser uma opção e não tão somente um fardo”. Contudo, permaneceu o vigor da primeira expressão e uma apropriação acrítica de suas hipóteses iniciais na mídia e na academia, realçando um pressuposto heterossexual centrado na naturalização da necessidade do par/casal e influenciando leituras que acirram a problemática da solidão feminina, sobretudo quando vista sob o recorte racial. As normas sociais do par heterossexual, hierarquizadas na intersecção entre gênero, idade, raça e classe, intensificam as pressões para gerar informações sobre esses “desequilíbrios”, produzindo análises extremamente negativas do estar “só”.

“Pretas e pardas”: mais solidão

“Pretas e pardas diante da solidão” (José, 1988), estudo demográfico sobre o fenômeno das mulheres sós em Campinas, São Paulo, apresenta conclusões semelhantes, derivadas das análises centradas no “excedente de mulheres” e na idéia de solidão.⁴⁷ A autora afirma que a Demografia não tem tradição em estudar temas como a solidão, e esta é precisamente a razão pela qual pretende introduzir a discussão sobre as pessoas sozinhas que crescem numericamente no Brasil. Ao se lançar sobre a temática, a autora parte de duas “evidências” estatísticas: um “excedente” de mulheres que aumenta nas faixas etárias mais avançadas – que, do ponto de vista da nupcialidade, tem suas oportunidades restritas no mercado matrimonial – e o fato de as pretas e pardas constituírem um grupo ainda mais “desprivilegiado” nesse excedente. Além da desvantagem do desequilíbrio na razão de sexo, as pretas têm que “competir com as brancas que têm vantagens sobre elas no mercado matrimonial” (José, 1988:186-187).

Para montar o quadro estatístico do mercado matrimonial, a autora utilizou o “indicador hipotético de disponibilidade” formulado por Berquó na “Pirâmide da solidão” para o censo de 1980:

⁴⁷ A autora entrevistou 18 mulheres sós (viúvas, solteiras e descasadas), com mais de 30 anos, pretas e pardas, de todas as camadas sociais (José, 1988:192-193) e os psicanalistas Rubem Alves, Flávio Gikovate e Maurício Knobel, com a finalidade de dar um caráter interdisciplinar ao trabalho (Id., ib.:210).

As preocupações são as mais diversas, principalmente quando se vê expresso o desfavorecimento da mulher quanto ao encontro de parceiros; ao passo que aos homens é conferida uma posição privilegiada, mediante o desequilíbrio entre os sexos, ou melhor, o excedente de mulheres detectado no censo demográfico de 1980. (...). As mulheres, ao contrário, principalmente as de mais de 30 anos, reforçam o quadro das solitárias a cada mudança de faixa etária, mediante o fato dos homens desta faixa etária estarem preferindo as mulheres de faixas etárias inferiores (José, 1980:188).

A autora trabalha com três hipóteses que funcionam como pano de fundo nas análises das entrevistas e representações da solidão: 1) celibato forçado (pela falta de parceiros disponíveis), 2) poliginia disfarçada (tem um ou vários homens sem compromisso formal ou de coabitação) e 3) celibato voluntário (opção por ficar só). José confirma a endogamia do mercado matrimonial brasileiro do ponto de vista racial e de idade – homens brancos se casam com mulheres brancas e apenas uma pequena parcela dos casais é composta por mulheres mais velhas que os homens; na grande maioria dos arranjos, os homens são mais velhos do que as mulheres. Esse quadro é acirrado no cruzamento da categoria raça (pretas e pardas), segundo a autora, “envelhecer é também um forte agravante às chances dessas mulheres em construir ou reconstruir suas vidas” (José, 1988:192).

As terminologias utilizadas para descrever os dados caracterizam as marcas negativas da disparidade entre os sexos e se acentuam à medida que o diferencial “cor” é introduzido – disponibilidade, chances, oportunidade de casar, construir a vida no casamento, competição desfavorecida, segundo José (1988:187), “negras competem em desvantagem com brancas, sendo legado à mulher preta a marginalidade, a solidão e o preconceito”. Essas análises, entre outras, expressam uma excessiva preocupação com a manutenção do *status quo* do casamento heterossexual para mulheres de todas as idades.

Como resultado da análise das representações (referencial teórico-metodológico que norteia a pesquisa) de solidão, José afirma que, das 18 entrevistadas, sete mencionaram apenas representações negativas – desilusão, dificuldade de encontrar o homem certo e presença de filhos –, as demais, pelo menos uma representação positiva. Embora um terço das entrevistadas (seis mulheres) tenha mencionado a liberdade como representação positiva do estar só, a análise se restringiu a um único parágrafo, sob o argumento de que as representações positivas foram pouco significativas:

Esta representação foi mencionada principalmente por mulheres solteiras de até 35 anos, sem filhos, com alguma escolaridade, que, por estarem numa faixa etária que ainda lhes proporcionava um “fácil” acesso ao mercado matrimonial não perceberam a mudança que se inicia no avanço da idade, não considerando-se sós, mas sim livres e vivendo um momento de simples transitoriedade (José, 1988:205).

A ênfase na transitoriedade parece explicar a relativa aceitação da “solteira” jovem – momento de maiores pressões sociais –, porque há expectativas de casamento. Quanto ao recorte racial, a autora conclui que o fator “cor” contribui em maior escala para a ausência de parceiros. Se para as pretas o homem ideal é mais velho, também preto, esse homem “elege” as brancas e jovens, não lhes restam opções (José, 1988:208).

A força da “pirâmide da solidão” extrapola o âmbito da Demografia. O estudo etnográfico de Ana Cláudia Pacheco sobre a “solidão” de mulheres negras na Bahia é mais um exemplo de como a noção de solidão é prévia à própria elaboração de uma pesquisa com mulheres “solteiras”. Pacheco também parte do estudo de Elza Berquó sobre a “pirâmide da solidão” e o recorta racialmente, “confirmando” a tese de que as negras “sofrem” um maior “isolamento afetivo” no “mercado matrimonial”. A expressão “mulher solitária” é utilizada como sinônimo de “sem par [masculino] fixo” (Pacheco, 2003:41), que orientou a escolha de suas entrevistadas. Mesmo atenta à intersecção de categorias (raça e gênero), escapa à pesquisadora os estereótipos vigentes acerca da “solidão feminina”, uma construção dos estudos de população que se tornou emblemática para caracterizar as mulheres que não estão “casadas” ou “unidas” a um homem.

Novamente, esses estudos tentam mostrar a relação intrínseca entre a proporção de mulheres existentes em localidades e épocas específicas e as “oportunidades” de casamento, por sua vez, afetadas por marcadores sociais – gênero, idade, raça, etnia e classe social –, informando que, para os estudos de população, a existência de contingentes de pessoas “solteiras” é vista como “problemática”. Nesse sentido, os censos e outras estatísticas elaboradas com a intenção de marcar ou colocar em relevo um determinado segmento populacional são altamente políticos (Kanaaneh, 2002). Ao generalizar conclusões a partir de estudos de base populacional, a Demografia contribui para a naturalização de seus pressupostos e estes estimulam a regulação social, como ocorre nas estratégias de “intervenção” nos assuntos do casamento e da família, mostrando, uma vez

mais, a validade da afirmação das feministas da segunda onda de que o “privado” é “político”.

Casamento: um problema de Estado

Em “Casamento em tempos de crise”, Berquó e Oliveira (1992) estabelecem nexos entre a crise econômica da chamada “década perdida” – anos 1980 – e o declínio do número de casamentos legalizados informado pelos dados de registro civil. A crise iniciada nos anos 1970 atinge seu ápice em meados dos 1980, quando os índices de nupcialidade sofrem uma queda expressiva. Entretanto, segundo as autoras, esse declínio não pode ser analisado apenas pela via econômica e destacam que a lei do divórcio, em vigor a partir de 1977, a emancipação feminina observada desde os anos 1960 e o aumento nas uniões consensuais são fatores importantes para a compreensão do fenômeno, pois baixos índices de casamento produzem um alerta. Para Neri (2005), entre as variáveis demográficas chaves – fecundidade e mortalidade –, o casamento apresenta maior relação com as flutuações econômicas, pois depende mais da escolha e menos da fisiologia. A pesquisa “Sexo, Economia e Casamento”, coordenada por Néri, analisou como as variáveis econômicas afetam o fato de uma pessoa estar acompanhada, ou sozinha, no sentido conjugal, concluindo que em períodos de *boom* econômico há maior propensão aos casamentos, embora outros fatores, como a proporção de homens e mulheres, continuem afetando os padrões de união.

Para Hertrich e Locoh (2004:101), a formação e a dissolução de uniões ao longo da vida dos indivíduos estão relacionadas ao que cada sociedade elabora em seus “sistemas de gênero”, definidos enquanto “regras, imperativos e interdições que as sociedades, explicita ou implicitamente, estabelecem para seus membros no domínio matrimonial”. As posições ocupadas por homens e mulheres em relação às regras de filiação e aliança nesses sistemas determinam as chances de escolha nas decisões sobre casamento.

Nessas regras e normas que cada sociedade elabora, estruturam-se políticas de governo ou de estado que direcionam, direta ou indiretamente, como deve ser a vida dos cidadãos em relação à vida familiar. Alguns programas têm metas bem claras e investem no sentido de garantir apoio governamental a determinadas estratégias para favorecer e fortalecer a instituição do casamento. Em depoimento à Comissão de Educação, Saúde,

Trabalho e Proteção Social à Infância e Família do Senado, nos Estados Unidos, Barbara Dafoe Whitehead argumenta:

O casamento é uma instituição humana universal. Ele realiza um número de funções chave em virtualmente todas as sociedades conhecidas. O casamento organiza o parentesco, estabelece identidades familiares, regula o comportamento sexual, aproxima os pais de sua prole, ajuda a criar os filhos, canaliza o fluxo dos recursos econômicos e o cuidado mútuo entre as gerações e situa os indivíduos em famílias, grupos de parentesco e comunidades. Em nossa sociedade, o casamento é a instituição central da família. Ele estabelece uma residência organizada em torno do par conjugal e, em muitos casos, de seus filhos dependentes. Neste sistema, o casamento joga um papel chave na promoção de laços sociais, econômicos e emocionais entre marido e mulher, pais e filhos, e da família com a comunidade mais ampla. Ele prescreve uma série de normas, responsabilidades e obrigações a seus membros. Ele modela a identidade familiar, cria um contexto para a intimidade e constrói um senso de pertencimento entre seus membros. Finalmente, o casamento goza de aprovação social e reconhecimento público. Ele confere um *status* positivo e uma nova identidade social a homens e mulheres.⁴⁸

Os estudos mencionados mostram que o número de pessoas morando sozinhas nos países mais ricos, como Inglaterra e Estados Unidos, vem aumentando desde os anos 1950, alcançando índices atuais de 25% da população residente (Berquó, 1997). O custo social com os solteiros é apontado como a razão para iniciativas governamentais de estímulo ao casamento.⁴⁹ Entretanto, a ênfase na manutenção da família enquanto instituição, base da identidade, sentido de bem estar das pessoas e *status* social de homens e mulheres, atribui a esses programas uma função social que opera muito além da mera perspectiva econômica. O Projeto de Casamento dos Estados Unidos, entre outros espalhados pelo mundo, ilustra a discussão sobre estratégias matrimoniais de estado, nem sempre descritas nos estudos de população, mas, algumas vezes, implicitamente sugeridas. Os programas têm em comum o fato de creditar às gerações contemporâneas a responsabilidade pelos altos índices de não-

⁴⁸ Depoimento de Barbara Dafoe Whitehead, 28 de abril de 2004, disponível em <http://marriage.rutgers.edu/> (acesso em fevereiro de 2006). Conferir as exposições de Whitehead na mídia, no capítulo seguinte. Bárbara é historiadora social, escritora e ativista pró-família estadunidense, co-diretora do Projeto Nacional de Casamento (National Marriage Project) da Universidade de New Jersey. O orçamento para 2003 deste projeto girou em torno de um bilhão de dólares. O sítio na internet possui vários *links* para outras organizações e grupos em defesa do casamento e pró-família, além de publicações de seus diretores.

⁴⁹ É também uma contradição, já que do ponto de vista capitalista, os solteiros são muito bem vindos, porque são tidos como consumidores de alto potencial. Cf. o capítulo sobre a mídia.

casamento, especialmente nos países ricos, e não é raro encontrar nesses programas os avanços dos movimentos feministas como responsáveis pelas mudanças.⁵⁰

Hertrich e Locoh (2004: 104) afirmam que também em Singapura, em 1984, foi criado um ministério para assuntos matrimoniais, cuja função era promover encontros entre solteiros instruídos numa tentativa de “compensar, através de ações públicas, o fracasso dos pais na organização do casamento dos seus próprios filhos”. Não há informações sobre programas de caráter explicitamente pró-casamento em países latino-americanos, entretanto, fontes jornalísticas informam que o próprio IBGE reconhece um incremento no total de casamentos causado por iniciativas de prefeituras, cartórios e igrejas, que realizam cerimônias coletivas com a finalidade de legalizar uniões consensuais.⁵¹ Goldani (1999) – em aparente contradição sobre o declínio do familismo como um valor cultural, descrito em outro trabalho (Id., 1993:90) – reforça o sentido da família, ao apontar para a garantia de direitos, como proteção social, onde famílias são descritas como eixos de sustentação material e afetiva, servindo de base para políticas públicas.

Um paradoxo na cultura – autonomia da mulher, casamento e família

O fato da educação das mulheres ser percebida como o fator de maior peso – entre outros, pelo retardamento da idade ao casar ou pela recusa irrestrita ao casamento, e também pela decisão de retardar a maternidade ou mesmo não ter filhos (Pinnelli, 2004) – aponta para um paradoxo, se visto sob o prisma de gênero. Segundo essa lógica, se as mulheres continuarem perseguindo instrução, autonomia financeira e controle sobre suas vidas, o que obviamente inclui a sexualidade, é possível que se apresente um “problema” de população de difícil solução. Analisando as mudanças nas “relações sociais de sexo”,⁵² na França contemporânea, Bozón (1995, 2003) afirma que os pilares da emancipação feminina

⁵⁰ Sobre este aspecto, cf. Lasch, 1991; Para uma crítica ao movimento pro-família, ver Barret e MacIntosh, 1991; sobre publicações “feministas” pró-família, ver discussão no capítulo 3 e Stacey, 1986.

⁵¹ “IBGE diz que casamentos coletivos contribuem para aumento das uniões” (*Folha uol on line*, 16/12/2005). Nos últimos anos, a Rede Globo, o sistema S (Senai, Sesi, Sesc, Sebrae) e as secretarias de governos municipais e estaduais realizam uma campanha denominada Ação Global, na qual são oferecidos serviços gratuitos à população, entre eles, a legalização de uniões informais e realização de cerimônias de casamento civil. Os programas governamentais de renda (renda mínima, renda cidadã, bolsa família, etc.) são orientados às famílias, particularmente às mães, o que não deixa de ser um dispositivo de reforço à norma familiar.

⁵² Terminologia dos estudos franceses que adotam o que chamamos de perspectiva de gênero. Cf. Hirata *et alii*, 2002.

na França, nos últimos 25 anos, são a educação, o emprego e o controle da fecundidade e essas mudanças contribuem para aumentar a autonomia pessoal das mulheres. Segundo o autor:

A evolução do estatuto feminino é o principal motor da repentina transformação das formas e das estruturas familiares, iniciada na segunda metade dos anos 1960 e que levou alguns demógrafos a falar de uma segunda transição demográfica (Bozón, 1995:122).

De acordo com Elza Berquó⁵³, o declínio da fecundidade nos países ricos tende a não se reverter no futuro, pois as iniciativas governamentais, sobretudo na Escandinávia, não têm conseguido alterar a realidade que ostenta patamares abaixo da taxa de reposição da população. Segundo a autora, as mulheres não parecem dispostas a ceder às pressões sociais e incentivos governamentais para ter mais filhos e que somente a imigração poderia resolver o problema da reposição, o que implica sérias questões políticas.

As interpretações sobre as transformações no estatuto feminino e suas consequências em torno do casamento são ambivalentes. Ao mesmo tempo em que a emancipação é saudada como positiva, revolucionária, as mulheres são vitimizadas, vistas como reféns de um sistema de gênero desigual. Suas escolhas não são analisadas em consonância com sua *agency* ou sua capacidade de decidir em diferentes contextos. Utilizando a expressão de Berquó (1988), as mulheres estão mais próximas da fatalidade que das oportunidades. Assim, a análise de Bozón da sexualidade na França, à luz da emancipação feminina, enfatiza a importância da conjugalidade:

Seria falso concluir pelo declínio do casal. Seja qual for a forma institucional, o casal continua sendo uma realidade para a grande maioria das mulheres. Mesmo aquelas que vivem sozinhas em geral conheceram uma experiência de casal em um momento de suas vidas e vivem com aspiração de recomeçá-la sob uma forma ou outra. O casal, mais que o casamento, continua sendo a vértebra da sociedade francesa (Bozón, 1995:122-123).

O autor afirma ainda que, após uma separação, é mais difícil para algumas mulheres recasarem, porque elas se tornam mais exigentes em matéria de cônjuge. A interpretação do fenômeno não focaliza as mulheres, suas motivações e hesitações ante uma nova união; as explicações remetem ao mercado matrimonial:

⁵³ Conferência realizada em Goiânia no Instituto de Saúde Coletiva da UFG, a convite do Grupo Transas do Corpo, maio de 2004: “O mapeamento sócio-econômico-regional dos níveis de fecundidade no país”.

(...) Finalmente, elas têm mais dificuldades para encontrar um cônjuge, na medida que sofrem também a concorrência das mulheres mais jovens. (...) Além disso, suas dificuldades para formar um segundo casal são particularmente reveladoras da forte dominação masculina sobre o mercado matrimonial nessa idade mais tardia (Id., ib.:134).

Não há referências, nos textos de Bozón, às “solteiras” ou às pessoas morando sozinhas na França atual em sua análise comparativa sobre sexualidade realizada nos anos 1970 e 1990.⁵⁴ Mesmo autores/as que adotam alguma perspectiva de gênero ou feminista não contestam as noções aqui desenvolvidas, ao contrário, elas são enfaticamente reafirmadas. Pinnelli (2004), em seu estudo sobre gênero e família nos países desenvolvidos, numa análise relativamente ampla, que abarca os mais variados contextos – conjugalidade mais igualitária, conquistas das mulheres, persistentes desigualdades –, surpreendentemente, não faz alusão às mulheres “sós” (“solteiras” ou morando sozinhas), apenas marca a desvantagem das descasadas no mercado matrimonial. Apesar de tecer longos comentários sobre o impacto da escolaridade e profissionalização das mulheres em suas vidas reprodutivas e conjugais, seu enfoque sobre o mercado matrimonial reitera as noções aqui discutidas:

...as mulheres têm menos possibilidades de formar novas uniões que os homens. É mais fácil para os homens recasar, e eles o fazem mais cedo e com mais frequência, com mulheres que nunca casaram. Quando as mulheres envelhecem, elas passam a ser em maior número que os homens da mesma idade, devido ao efeito acumulado da supermortalidade masculina, e elas estão em *desvantagem* com relação aos homens no mercado matrimonial. Isto também ocorre porque, se é aceitável que um homem se case com uma mulher muito mais jovem do que ele o mesmo não ocorre com relação às mulheres. (...) Portanto, o *risco de solidão* aumenta com a idade e varia de acordo com os recursos da mulher (educação, trabalho), devido às expectativas das mulheres de encontrar um parceiro com status igual ou superior, o que é mais difícil. Finalmente, quando as mulheres encontram um novo parceiro, *elas preferem coabitar ou viver em casas separadas, se possuírem recursos, em vez de arriscar um casamento*, como mostra um estudo sobre recomposição familiar na França (Martin, 1994), porque o aspecto de “acomodação” do casamento não lhes interessa e *elas preferem manter um status mais independente* (Pinnelli, 2004:86-87, grifos meus).

⁵⁴ Sobre a pesquisa, cf. Bozón, 2003.

Poucas leituras dessas transformações escapam a este modelo interpretativo. Hertrich e Locoh (2004) apontam que a escolaridade e o emprego com renda possibilitam o adiamento do início da vida conjugal, permitindo às mulheres uma identidade e um reconhecimento sociais fora da maternidade e da conjugalidade. Para as autoras, essas mulheres mais escolarizadas e financeiramente mais independentes têm mais condições de “questionar as regras tradicionais da instituição conjugal”. Entretanto, não escapam às pressões sociais para o casamento:

A probabilidade de permanecer solteiro ou solteira depende de fatores culturais: pressão social em favor do casamento, valorizações respectivas do estado de solteiro ou casado, exigências financeiras concernentes aos futuros casados, mas também fatores demográficos que determinam os efetivos masculinos e femininos em presença. No plano individual, as pressões do mercado matrimonial tornam-se cada vez mais fortes à medida que a idade da mulher aumenta, *podendo chegar a verdadeiros impasses* (Hertrich e Locoh, 2004:120, grifos meus).

Mesmo em sociedades com forte tradição de casamentos “arranjados”, como em alguns países africanos, asiáticos e do oriente médio, o fenômeno do *gender gap* é mencionado. O estudo etnográfico de Rhoda Kanaaneh (2002), sobre as estratégias de mulheres palestinas em Israel face ao processo de “modernização/ocidentalização” da sociedade (mudanças nos padrões de consumo, hábitos culturais, sexualidade, conjugalidade e maternidade, entre outros), também aponta que a escolarização progressiva das mulheres afeta a dinâmica dos casamentos e da maternidade. Recentemente, Kanaaneh informou que a presença de “mulheres sós” nos territórios árabes em Israel já é percebida como um “problema demográfico”. Mulheres mais educadas, que têm oportunidade de viver em outros países, ao retornar, não se submetem a casamentos arranjados, não estão dispostas a aceitar a poligamia dos maridos, recusam maridos com menor qualificação. Como nesses territórios o padrão dominante é homem mais velho/mulher mais jovem, o “excedente” de mulheres “solteiras” produz inquietações.⁵⁵

Ao retratar o comportamento de francesas de origem argelina, e suas conquistas de autonomia, a socióloga e demógrafa Marnia Belhadj enfatiza a capacidade das mulheres de negociar entre expectativas familiares e necessidade de individualização. Afirmando que uma das revoluções mais marcantes do século XX foi a progressiva escolaridade das

⁵⁵ Informação concedida pessoalmente em visita da antropóloga ao Brasil, em janeiro de 2006.

mulheres, que lhes possibilitou uma vida profissional mais qualificada e ascendente, a autora ressalta o aumento de mulheres “solteiras” e sua reinterpretação dos modelos conjugais e familiares (Belhadj, 2000:63). O modelo resultante busca manter a coesão familiar e a conciliação com a vida social e profissional, universo no qual as amigas têm um valor considerável no papel de ampliação da margem de liberdade. Se não pode morar só, as marcas da individualização começam no espaço da casa paterna, com um cômodo só para si, um lugar próprio, decorado a seu gosto, permitindo-lhe gerir seus assuntos pessoais, amigos, etc.

A idéia do *gender gap*, central na Demografia, se difunde nas interpretações sobre a “solidão” feminina em contextos brasileiros. Segundo Néri (2005), nas grandes cidades, as chances de uma mulher não casar excedem em até 142% sobre as das regiões rurais. Em cidades de porte médio (mais de 100 mil habitantes) chega a 98%. Quanto mais escolarizadas e com renda mais alta, mais aumentam as chances de ficarem “sozinhas”. Do ponto de vista estritamente demográfico, a pesquisa sugere que as tendências de aumento da “solidão” entre mulheres não se justificam, apontando para questões de comportamento, ou seja, decorrentes do padrão cultural, na medida em que, comparando a década de 1970 com ano 2000, os casamentos ainda se dão entre mulheres mais jovens e homens mais velhos.

Essas noções, construídas em torno das dinâmicas populacionais, estão atadas a conceitos que já não abrangem a diversidade, reforçando pressupostos sobre pessoas que não se enquadram nas expectativas demográficas, especialmente as que nunca se casam, não têm filhos e as que moram sós. Também fica evidente que as noções sobre pessoas “sós” em geral, e mulheres em particular, não são o foco das pesquisas e estudos demográficos. As análises recortam a temática das “solteiras” e das que moram sozinhas por aquilo que elas não são, ou seja, por não serem casadas, mães, coabitantes. A referência à condição de morar só ou da “solteira”, na maioria das vezes, é bastante negativa e a palavra solidão, vista como uma fatalidade, é percebida como um fardo, mesmo quando tratada em “gradientes de oportunidades e fatalidades” (Berquó, 1988). Se estudos acerca do casamento, das formas de conjugalidade e da família são abundantes, há um silenciamento sobre a condição do “celibato” ou das pessoas que não se casam, agravado

pela utilização de noções de forma genérica sem observar os diferentes contextos culturais e históricos.

“Celibato” é um termo *ênico* presente em alguns textos acadêmicos, independente da área disciplinar e, no senso comum, muitas vezes é confundido com “abstinência sexual” devido à sua associação ao celibato religioso. Gordon (1994) estabelece uma diferenciação entre as “solteiras celibatárias” (sem atividade sexual temporária ou permanente) e as sexualmente ativas. Em sentido não religioso, entretanto, “celibato” significa pessoa solteira, não-casada. Para a Demografia, as “celibatárias” são pessoas que chegam aos 50 anos sem se casar (Berquó, 1989:15). Segundo Berquó (1989), Bassanezi (1994) e Barroso (1978), os estudos acerca do “celibato” no Brasil encontram dificuldades, pois não há informações disponíveis ou não estão desagregadas nos censos anteriores a 1980, neste caso, as “celibatárias” podem ser incluídas nas uniões livres ou consensuais.⁵⁶

Como avalia Holden (2002:482), a posição de aparente vitalidade ostentada pelo casamento, como proteção à solidão, é mantida através do contraste com aquilo que ele exclui. Assim, ante a suposta solidez e permanência do casamento, o celibato é apresentado como inferior, transitório, e as pessoas “solteiras” são descritas como egoístas, solitárias, sexualmente frustradas ou promíscuas. A autora sustenta que, mesmo face à crescente crise no casamento e à diversificação dos “estilos de vida” no mundo contemporâneo, persistem alguns estereótipos que tornam as pessoas “solteiras” uma categoria problemática ou incômoda.

Necessidade do par e *gender gap*

As noções mais recorrentes sobre a “mulher só” nos estudos demográficos estão intrinsecamente relacionadas à idéia de “equilíbrio do mercado matrimonial”, por meio de alusões à “fatalidade” de estar só, às poucas chances de encontrar um marido a partir dos trinta anos de idade, à “compressão” do mercado, etc. Essas noções expressam oposições

⁵⁶ No âmbito antropológico, há o interessante estudo de Lélia Rodrigues (1993) acerca do “celibato” em uma comunidade rural de descendentes italianos e católicos que chegaram ao Brasil no final do século XIX (Venda Nova do Imigrante, ES). Numa perspectiva de gênero, Rodrigues analisa os significados simbólicos concedidos ao “celibato” feminino, em contraste com o masculino, além de distinguir entre significados religiosos e laicos que tornam o celibato aceitável ou estigmatizado na comunidade.

que remetem à expectativa de que a população se mantenha equilibrada em termos da distribuição de casamentos e da organização da família como unidade reprodutiva.

Essas noções não são exclusivas a autoras/es brasileiros, mas também são recorrentes na literatura internacional em análises de outros contextos. O investimento de alguns governos em políticas públicas, visando estimular o casamento e fortalecer a família nuclear, mostra que, longe de ser uma mera questão de atração entre dois seres adultos e heterossexuais, a “eleição” pelo casamento envolve outras, e mais sofisticadas, estratégias políticas. A reprodução da população é considerada em alguns pressupostos demográficos, função que deve ser realizada pela família. Assim, taxas de fecundidade muito baixas, ou mesmo negativas – consideradas como resultado de processos crescentes de escolarização e profissionalização das mulheres – são vistas com preocupação, quando não como real ameaça.

Apontando fatores “universais”, a Demografia chama a atenção para um diferencial nas idades ao casar para homens e mulheres; enfatizando as normas sociais que balizam a “preferência” das mulheres por homens mais velhos e destes por mulheres mais jovens e, ao mesmo tempo, salienta os diferenciais de mortalidade, acentuando a sobremortalidade masculina. Juntas, essas seriam as razões que melhor “explicariam” a “pirâmide da solidão”. O “celibato feminino” é considerado em alguns estudos demográficos como uma possibilidade, entre outras, que ajudaria na regulação do mercado matrimonial. A Demografia aponta, ainda, para a potencial convergência dos padrões de comportamento reprodutivo das mulheres do “norte” para mulheres do mundo todo, como efeito dos processos de globalização.

O apelo ao “equilíbrio no mercado matrimonial” no paradigma demográfico, cuja preocupação é a reprodução da população, pode ser lido como impositivo, na medida em que incide sobre a elaboração de políticas sociais que reforçam a centralidade da família e contribuem para apagar outras formas de viver. Se nas sociedades ocidentais contemporâneas prevalece o ideal de relações heterossexuais mais igualitárias, em termos de idade e divisão de responsabilidades, o cenário apresenta outros roteiros (Gagnon, 1977), o que certamente inclui relações (não necessariamente igualitárias) com pessoas do mesmo sexo e o “celibato” (que pode incluir ou não pessoas morando sozinhas).

Quando a coabitação emerge no rol das mudanças em curso na sociedade, o conceito está restrito ao par homem-mulher, como define Berquó (1989:5): “por coabitação entende-se a situação de duas pessoas, homem e mulher, que vivem juntos como marido e mulher sem serem casados formalmente”. Mais uma vez, a noção de casal heterossexual é estruturante. No que concerne à “crise da família”, mesmo discursos que contemplam a pluralidade enfatizam demasiadamente sua capacidade de permanência enquanto instituição:

Como na maior parte do mundo, as famílias brasileiras experienciam maior permissividade sexual, novas tecnologias reprodutivas, um aumento das mulheres na força de trabalho, mudanças nos papéis de gênero, elevadas taxas de divórcio, novos arranjos sexuais e mais nascimentos fora das uniões. Tudo isso oferece a falsa impressão de que as famílias estão desestruturadas, ameaçadas ou mesmo desaparecendo, quando de fato, elas demonstram, uma vez mais, sua enorme capacidade de adaptação e de mudança (Goldani, 1993:89).

A força dos pressupostos – centralidade da família, heterossexualidade, conjugalidade, reprodução – não contribui para pensar a situação das mulheres que moram sozinhas, pouco mencionadas e, sobretudo, vinculadas aos “novos estilos de vida”. Contudo, não há elementos que os caracterizem ou apontem para sua elaboração conceitual: o que se entende por estilo de vida? Quais são os estilos de vida “típicos” das camadas médias urbanas? Não há informações integradas sobre quantos são, onde estão, quem são e como vivem as pessoas que moram sozinhas; poucos estudos oferecem alguma perspectiva empírica que possibilite análises diferentes daquelas que prevalecem nos estudos demográficos sobre o morar só.

Embora existam argumentos que concedem ao feminismo um lugar de importância nas mudanças sociais contemporâneas, nos estudos de população ainda prevalece a idéia negativa de emancipação das mulheres, porque ela incide diretamente como fator causal na desproporção do mercado matrimonial, devido ao *gender gap*. As noções de autonomia pessoal e independência das mulheres estão presentes em vários textos, particularmente os que operam com a categoria gênero e estão embasados em perspectivas feministas. No entanto, essas noções não são utilizadas para marcar um ganho efetivamente positivo do ponto de vista das mulheres, elas operam como fator de impedimento ou que dificulta a entrada no matrimônio heterossexual. As transformações no estatuto das mulheres nas

últimas décadas são consideradas marcas definitivas que incidem no comportamento sexual e reprodutivo de homens e mulheres e no estilo de vida que ambos elegem em contextos urbanos, mas são percebidas com “inquietação”. O paradoxo envolvido nessa inquietação está na celebração do aumento da escolaridade das mulheres e no lamento das “perdas” no mercado matrimonial.⁵⁷

Ao longo de décadas, o feminismo tem insistido que a escolaridade, o trabalho remunerado, aliado ao controle sobre a sexualidade e às funções reprodutivas, são requisitos básicos para que as mulheres conquistem autonomia e adquiram cidadania em um mundo desigual (Ávila, 2005). No entanto, como apontam Froide (1999) e Simpson (2005), abordagens feministas, que reconhecem a importância de eixos de diferenciação que se intersectam a gênero, têm sido pouco sensíveis às diferenças de estatuto conjugal ou de conjugalidade ou ao estatuto de ter ou não um par (*partnership status*), entendendo que existe uma valoração social diferenciada entre “solteiras” e casadas ou unidas. Por outro lado, ao salientar a idade e a “raça” como obstáculos ao “mercado matrimonial”, a Demografia e os saberes que a confirmam reforçam a norma do par heterossexual, criando classificações *a priori* que produzem discriminação e estigma. Identificar mulheres negras como mais “solitárias” no mercado matrimonial ou afirmar que não encontrar par é uma fatalidade que pesa sobre mulheres com mais de trinta anos, é não questionar normas que instauram a heterossexualidade, a conjugalidade e a vida doméstica organizada de acordo com um certo modelo de família.

A mídia, a literatura e o cinema são importantes veiculadores dessas noções produzidas e legitimadas nos estudos de população. No próximo capítulo, apresento uma reflexão sobre mulheres “sós” em alguns produtos culturais – jornais e revistas de circulação nacional.

⁵⁷ O modelo interpretativo requer a leitura atenta de Fúlvia Rosemberg sobre um fenômeno semelhante, embora em outra esfera. Ao realizar um balanço da educação formal feminina no Brasil contemporâneo, Rosemberg (2001) aponta que a interpretação contida em documentos oficiais – UNICEF, UNESCO, Banco Mundial, Ministério da Educação, INEP, entre outros – das estatísticas sobre aumento da escolaridade das mulheres sugere que elas ganharam destaque não pelo seu esforço pessoal ou por sua capacidade, mas porque os homens deixam a escola mais cedo para entrar no mercado de trabalho. Segundo Rosemberg (2001:530) “descrições e interpretações omissas, insuficientes e circulares, algumas nitidamente equivocadas, outras quicá ideológicas, ganham espaço onde o senso comum não é ‘criticado’ pela reflexão teórica”.

Capítulo 2

As “novas solteiras”

Jornalista não corre atrás do fato. Ele está sempre correndo inexoravelmente atrás do tempo perdido. Nesse afã, muitos profissionais vêm abdicando daqueles minutos de ceticismo diante da notícia bruta, minutos preciosos de indagação e questionamento: afinal, a quem isso interessa? Que realidades espelha? Que percepções provoca?

Laura Greenhalgh, 2002

A Demografia, pelos métodos que utiliza na produção do conhecimento, é considerada uma ciência positiva. Como tal, suas informações auferem grande prestígio na mídia, que tende a validar suas notícias com “objetividade científica”. Ao popularizar certas informações que, de outro modo, permaneceriam apenas entre os pares das ciências, alguns conceitos ou noções se tornam comuns. Expressões como “censo”, “pirâmide populacional”, “explosão demográfica”, “expectativa de vida”, “longevidade”, “mortalidade”, “migração”, “controle de natalidade”, “mercado matrimonial”, entre outras, já não se configuram como noções exclusivas à demografia, mas tornaram-se parte de um sistema cultural mais amplo (Geertz, 2001). Desse modo, termos como “excedente de mulheres” e “pirâmide da solidão” são amplamente disseminados nos textos jornalísticos.

A incidência de algumas dessas noções e a ausência de outras nos produtos da mídia reafirma uma estreita e antiga aliança entre os processos de produção do conhecimento e a produção da notícia. Segundo Foucault (1995:12), “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade, isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”. Em sentido foucaultiano, Rios (2002:113) pontua que essa profusa circulação de saberes está inextricavelmente relacionada à circulação de poderes enquanto sistemas reguladores que atravessam todo o processo de produção da notícia – fontes financiadoras, falas autorizadas dos diversos atores sociais, incluindo editores/as, articulistas, etc.

Partindo do pressuposto que “a mídia é uma expressão das formas de pensar vigentes na nossa sociedade” (Piscitelli, 1996:13), ao invés de interrogar quais realidades ela espelha (Greenhalg, 2002), proponho uma reflexão sobre as noções produzidas e (re)criadas pelos media. Através dos jornais e revistas, a imprensa escrita é uma forma privilegiada de

produção da informação e, portanto, fundamental como formadora de opiniões (Rios, 2002), muitas vezes, exacerbando o significado original das terminologias por ela incorporada. É o que ocorre com a expressão “Pirâmide da solidão”, cunhada por Elza Berquó, cuja função heurística é transmutada em teoria explicativa acabada para diversas situações envolvendo a “problemática” das mulheres “sós”. Neste caso específico, o *insight* de Berquó é convenientemente utilizado numa rede de interesses resultantes de relações compostas por atores heterogêneos (Citeli, 2002). Nesse sentido, “o comunicador deixa... de figurar como ‘intermediário’ (...) para assumir o papel de mediador” (Barbero, 2003:69).

A proliferação de produtos culturais sobre as “solteiras” sugere uma preocupação internacional com o tema. Paralelamente às informações sobre os dados nacionais, a mídia brasileira também focaliza o fenômeno da “nova solteira” em sintonia com a literatura e filmografia sobre mulheres com mais de 30 anos, “solteiras”, moradoras das grandes cidades – ao estilo Bridget Jones e *Sex and the City* –, gerando notícias em jornais, revistas e em portais na Internet.⁵⁸

Se nos contextos acadêmicos a tendência de crescimento do número de pessoas morando sozinhas vem sendo explorada desde os anos 1980, na mídia o tema entra em pauta com maior vigor a partir do ano 2000⁵⁹, seguindo um fluxo mais ou menos constante de veiculação ao longo dos anos subsequentes. A metodologia de disseminação da informação segue um planejamento regular: as instituições encaminham *press releases* divulgando sínteses dos seus estudos e pesquisas recentes à grande imprensa (geralmente, as grandes redes combinam vários media) que, por sua vez, pauta veículos menores

⁵⁸ Bridget Jones é protagonista do livro de Helen Fielding, autora britânica dos best-sellers *O Diário de Bridget Jones* e *Bridget Jones: no limite da razão*, publicados, no Brasil, pela Editora Record. O primeiro livro, levado às telas em 2001, tornou ainda mais popular a personagem. Ao lado da produção nacional, outros livros sobre o tema foram traduzidos para o português e lançados no Brasil: *Como arrumar um marido depois dos 35* (Rachel Greenwald, 2004), *Por que não sobraram homens bons* (Barbara Whitehead, 2003), *O sexo e a cidade* (Candance Bushnell, 2003), *Mulheres Alteradas, Volumes 1,2,3,4,e5*, (Maitena, 2003-2005), *Dores e alegrias de morar só* (Rosane Queiroz, 2003), *Morar só: uma nova opção de vida* (Christinne Victorino, 2001). O seriado *Sex and The City* é exibido no Brasil pelo canal a cabo Multishow.

⁵⁹ Os textos analisados compreendem o período de 1995 a 2005. Mas é a partir de 2000, ano da realização do Censo Demográfico pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que as tendências demográficas atuais começam a aparecer com mais frequência na imprensa, à medida que o IBGE divulgava dados parciais da pesquisa. As transformações no âmbito das relações homem-mulher, as mudanças no mundo do trabalho e a emancipação feminina são assuntos que vêm ganhando espaço na mídia brasileira, assim como as questões de saúde sexual e reprodutiva (Citeli, 2002; Melo, 2001). A revista *Veja* exibiu, no período, três edições especiais *Mulher* (2000, 2001, 2003) e dedicou várias seções específicas nos especiais *Século XX* (2000), *Século XXI* (2001) e *Homem* (2003).

conforme seus interesses e prioridades. Como assinala Jacira Melo (2001), quando um grande jornal como *Folha de S. Paulo* ou *O Globo* destacam um tema, na mesma semana, às vezes no mesmo dia, outros veículos de informação – jornais locais e revistas semanais – seguem a mesma pauta.

A divulgação dos dados do Censo em 2002, publicado em CD e em versão impressa, e a geração de *press releases* com a síntese dos indicadores sinalizam o *boom* de notícias sobre os domicílios unipessoais e os/as solteiros/as no Brasil. A partir de 2002, novos documentos e outras sínteses e pesquisas com os indicadores elaborados pelo IBGE e por outras instituições – Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fundação SEADE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), dentre outras – tornaram-se vozes autorizadas e recorrentes nas produções analisadas. A pesquisa “Sexo, Economia e Casamento” (Néri, 2005), realizada pela FGV, é um exemplo de alta performance em termos de divulgação nos diversos *media* do país e ganhou centralidade em uma matéria antecipada na revista *Veja* (“Capitais da Solidão”, 2005), sinalizada como um “furo” de reportagem. A confluência desses dois fenômenos – o que se informa sobre a realidade das pessoas morando/vivendo sozinhas e os diversos produtos sobre “solteiras”/os difundidos no Brasil – aponta para o crescimento de matérias sobre o assunto na mídia brasileira.

Cconstrução das informações a partir da mídia

Uma busca com as palavras chave “morar só”, “pessoas morando sozinhas”, “mulheres que moram sozinhas”, “solteiras”, “solidão feminina”, “domicílios unipessoais” e “pirâmide da solidão” foi realizada nos portais de notícias e sítios de busca na Internet e nas publicações – jornais e revistas – que mantém edições *on line*.⁶⁰ Também foram enviados e-mails para as redações de diversas revistas, solicitando formalmente as matérias publicadas no período e utilizando os mesmos descritores, na tentativa de garantir resultados.⁶¹ À medida em que o percurso da pesquisa era traçado, novas buscas foram

⁶⁰ Portais de busca e notícias: Uol, MSN, Terra, Google, Globo. Jornais e revistas a partir do portal Uol: Jornal *Folha de S. Paulo*, revistas *Veja*, *Cláudia*, *Elle*, *Nova*, *Caras*, *Vida Executiva*, *Estilo de Vida* e *Exame*; seção Vya Estelar. Portal Globo: jornal *O Globo* e revistas *Época*, *Marie Claire*, *Criativa*. Portal Terra: revista *Isto É*. O site *bolsademulher* foi incluído porque apareceu nos resultados da busca no Google.

⁶¹ Retornaram: *Marie Claire*, *Cláudia*, *Criativa*, *Isto É*, *Veja* e *Época*. Não retornaram: *Elle*, *Exame*, *Estilo de Vida* e *Nova*. A partir das matérias elencadas nas repostas, foi realizada uma busca em todas as edições

realizadas, levando à leitura de inúmeras reportagens, artigos de opinião, resenhas, entrevistas, cadernos especiais, cartas do, e ao, leitor publicadas em diversas revistas de circulação nacional, jornais locais e nacionais e sítios na Internet.⁶²

Na primeira etapa foram privilegiadas as reportagens que abordavam temas próximos – família, casamento, separações, emancipação das mulheres, etc. –, resultando em uma pré-seleção de 107 matérias. A leitura cuidadosa possibilitou selecionar 28 matérias específicas, que permitiam contextualizar noções que circulam na mídia impressa brasileira a respeito da temática do morar só. Essas matérias⁶³ foram selecionadas em quatro tipos de fontes: dois grandes jornais de circulação nacional (*O Globo*; *Folha de S.Paulo*), dois jornais goianos (*Diário da Manhã*; *O Popular*), três revistas de interesse geral de maior circulação nacional (*Veja*; *Isto É*; *Época*) e três revistas “femininas” que atingem públicos-alvo distintos (*Marie Claire*; *Cláudia*; *Criativa*).⁶⁴

As matérias⁶⁵ se dividem em duas perspectivas temáticas inter-relacionadas: 1) a constatação da tendência de aumento dos chamados domicílios unipessoais; 2) o interesse pelas transformações sociais e culturais envolvendo as mulheres no âmbito do trabalho, da família e da sexualidade, notadamente as “novas solteiras”. Não raro, o tema do morar só está colado à experiência de não ter um par. Praticamente todas as matérias investigadas utilizam, de forma confusa, estatísticas de pessoas morando sozinhas e solteiros/as,

impressas de *Veja*, *Isto É* e *Época* de janeiro de 1995 a junho de 2005. As outras revistas (*Marie Claire*, *Cláudia* e *Criativa*) enviaram cópias anexas das reportagens realizadas no período.

⁶² Outras formas de captação de material incluem, ainda, o envio informal – e de grande ajuda – feito por amigos.

⁶³ As matérias foram lidas e anotadas em uma ficha com os seguintes dados: título, chamada principal, ilustração, perfil das personagens, fontes das informações, vozes autorizadas (tipo de profissional ou especialista consultado), modo de iniciar e fechar, terminologia utilizada pelo/a articulista, pelos profissionais e pelas personagens, local (região geográfica) de produção da matéria, veículo (jornal, revista, site), autoria e tipo de enfoque. Para a composição do perfil, foram observadas as informações sobre as personagens: nome, idade, ocupação/profissão, renda, estado civil anterior, vida afetiva atual e anterior, se mora ou não sozinha, “raça”/cor (apenas do ponto de vista da caracterização pelas fotos, pela pesquisadora), região geográfica, adjetivos utilizados para descrevê-las e frases ditas pela personagem. Este trabalho foi realizado de forma sistemática entre 2003 a 2005, mas matérias mais recentes também foram objeto de análise ao longo da tese.

⁶⁴ Com exceção dos veículos locais, os demais têm abrangência nacional, distribuição regular, mantêm edições *on line* atualizadas diariamente. Informações detalhadas sobre caracterização de público leitor são apresentadas nos anexos. As revistas de interesse geral têm apresentado um número cada vez maior de leitoras, razão pela qual, presume-se que os assuntos referentes à mulher estejam aumentando. Na edição especial *Mulher* (11/2000), *Veja* afirma que chegou a ter 53% de leitoras. A revista realizou 56 reportagens especiais – das quais quatro eram chamadas de capa – cuja temática principal era a mulher.

⁶⁵ Conferir relação detalhada das matérias e suas fontes nas referências bibliográficas.

tornando simplificada a intrincada relação entre morar só, não estar casada e não ter um par amoroso.

A produção das noções na mídia

A preocupação em construir notícias e fatos “objetivos” é evidente em matérias que são muito semelhantes na maneira de iniciar e desenvolver os argumentos. As informações sobre pessoas “sós”, em geral, se apóiam em dados produzidos por institutos de pesquisa nacionais e/ou estrangeiros sobre as novas tendências de comportamento na sociedade. Essas reportagens estão alocadas, recorrentemente, nas colunas ou seções específicas de “Comportamento” ou “Sociedade”⁶⁶ e frequentemente utilizam gráficos, tabelas e quadros ilustrativos, nem sempre coerentes entre si, além de personagens que ilustram, com suas histórias “vivas”, o tema em discussão. Igualmente importantes são as vozes autorizadas de “especialistas”, em geral do meio acadêmico – escritores, estudiosos, pesquisadores e intelectuais –, agregadas ao texto para imprimir maior cientificidade e veracidade à informação (Citeli, 2001, 2002).

As matérias sobre “solteirice”⁶⁷ e pessoas morando sozinhas demonstram seus argumentos através de dados atualizados ancorados nos censos demográficos e em pesquisas comportamentais. Há, conseqüentemente, uma predominância quanto às fontes da informação, lideradas, em primeiro lugar, por intelectuais – professores/as e/ou pesquisadores/as – de universidades brasileiras. Em segundo lugar, aparecem empresas de publicidade e de pesquisa de opinião, brasileiras e estrangeiras, seguidas pelas instituições públicas de pesquisa – IBGE, Ipea, FGV e Fundação Seade. Redes internacionais de notícia – CNN, BBC, as revistas *Time* e *Newsweek* – e instituições da ONU também são acionadas, com menor frequência, para compor a matéria.

Os “especialistas” mais entrevistados e com alta predominância são os da área “psi” (psicólogos, psiquiatras e psicanalistas), seguidos pelos das ciências sociais e autores/as de livros que inspiram matérias. Outras vozes, menos freqüentes, emprestam seus

⁶⁶ As exceções foram: *Veja*, seção Geral (carreira, poder e solidão); *O Globo* publicou uma no primeiro caderno, na seção Economia (A riqueza das solteiras); *O Popular*, uma no caderno Cidades (“Mulheres cada vez mais solitárias”) e a *Folha de S.Paulo* nas seções Cotidiano.

⁶⁷ Terminologia recorrente na produção jornalística brasileira. O termo não consta dos dicionários de língua portuguesa que adotam “solteirismo” (tradução literal de *singleness*), que designa a condição das pessoas que não são casadas ou que nunca se casaram.

conhecimentos para fundamentar dados sobre consumo – alimentação, tendências no mercado imobiliário, automóveis, moda, entre outros. Pelas próprias características da temática e suas interfaces, as matérias mais complexas combinam vozes e saberes das ciências sociais e da área “psi”, raramente de forma dissonante. É comum a realização de “pesquisas” pelo próprio veículo da informação – *Cláudia*, *Veja*, *Época* e o portal *MSN*⁶⁸ –, neste caso, as vozes das personagens se tornam ainda mais importantes e, em geral, estabelecem uma conexão entre a fala autorizada e a “realidade concreta”. Ressalto que falas – de especialistas ou não – são frequentemente editadas conforme decisão do/a autor/a ou do veículo.

Em matérias de âmbito nacional, as fontes institucionais e as vozes autorizadas são majoritariamente da região Sudeste, particularmente São Paulo e Rio de Janeiro. Exemplos tomados de outras regiões apenas confirmam a regra e apontam para o caráter especificamente localizado de determinada situação, como no caso de “Capitais da solidão”, no qual Salvador e outras cidades do interior da Bahia aparecem no topo da lista de cidades brasileiras com maior número de mulheres “sozinhas”.

O acompanhamento das reportagens permite delinear o perfil dessas “solteiras” – majoritariamente mulheres brancas, independentes financeiramente, com escolaridade superior e uma profissão definida ou uma carreira específica.⁶⁹ Elas têm entre 20-49 anos, com uma ligeira concentração na faixa dos 25-35 anos. Em algumas reportagens, o grupo de 28 a 35 anos constitui um novo movimento feminino ou uma “casta feminina” no cenário⁷⁰ e é em torno delas que se circunscrevem muitas das análises de especialistas consultados. São predominantemente mulheres urbanas morando sozinhas, sem filhos, da região sudeste, mais precisamente, as capitais São Paulo e Rio de Janeiro, descritas como mulheres jovens, de classe média e alta, independentes economicamente, consumidoras e liberadas. Algumas matérias incluem personagens com filhos e parecem caracterizar a

⁶⁸ As matérias que exibem informações obtidas por “pesquisas” encomendadas pelos próprios veículos foram: “O fantasma da solidão” (*Veja*, 25/07/2001); “A nova solteira” (*Cláudia*, 05/2003), “Mulher solteira procura...” (*Época*, 03/03/2003) e “Sex and The City” (versão brasileira, www.msn.com, acesso em junho de 2005).

⁶⁹ Profissões e ocupações mapeadas: publicitárias, bailarinas, sociólogas, professoras, advogadas, executivas, gerentes em empresas de hotelaria e turismo, secretárias executivas bilingues, atletas (duas campeãs em suas modalidades), artistas plásticas, arquitetas, engenheiras, economistas, médicas, *webdesigners*, *designers* gráficas, modelos, atrizes, apresentadoras de TV, veterinárias, estilistas de moda, vendedoras, estudantes universitárias, analistas comerciais, aposentadas e empresárias.

⁷⁰ “A nova solteira” (*Cláudia*, 06/2003). Idéia também presente em “Adoro ser solteira” (*Veja*, 08/2002).

solidão feminina como ausência de parceiros, mas, ao mesmo tempo, destacam o desinteresse de mulheres descasadas em se casar novamente.

As matérias analisadas não mencionam o auto-erotismo, a homo ou a bissexualidade. Quando aparece, a referência é pejorativa. Em “Mulher solteira procura” (*Isto É*, 30/06/99), uma personagem de 28 anos diz: “há três anos não beijo na boca. Ou você se mata ou então vira lésbica”. A heterossexualidade aparece como algo que não precisa ser mencionado, tanto que as práticas não heterossexuais compõem matérias à parte, tão específicas quanto a aparente especificidade das sexualidades não reconhecidas no modelo hegemônico. A amizade, embora referida genericamente, não é objeto de reflexão, exceto a curta entrevista com o filósofo francês Gilles Lypovetsky, que a apresenta como um diferencial da nova geração de “solteiras”, substituindo a velha “rivalidade” entre as mulheres (*Época*, 03/03/2003:54).

Quando entram em cena os personagens do sexo masculino, as credenciais são semelhantes: idade, profissão, estado conjugal anterior, cidade onde mora, presença ou não de filhos. No conjunto, é possível descrever esses personagens como homens aparentemente heterossexuais, entre 20 e 49 anos, brancos, a maioria com filhos de casamentos anteriores, atualmente considerados “solteiros”, morando sozinhos em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.⁷¹

De modo geral, a mídia constrói seus argumentos sobrepondo noções extraídas das ciências sociais e das áreas “psi” às do senso comum, fundamentadas nas histórias construídas a partir das personagens. Explicações sociológicas, econômicas ou psicológicas são tomadas de empréstimo sem qualquer problematização. Ainda que a produção acadêmica sobre o tema seja relativamente escassa⁷², a idéia de que existe uma “pirâmide da solidão”, utilizando ou não esta terminologia, é amplamente aceita e verificada na realidade apresentada pela mídia. As “novas solteiras” e, em menor grau, os “novos solteiros”, são “criações” da mídia, uma vez que a demografia não utiliza esta expressão. As revistas, mais do que os jornais, têm difundido a noção da “nova mulher” – solteira,

⁷¹ Considerei Goiânia separadamente porque personagens locais só aparecem em matérias locais. Profissionalmente são: executivos, jornalistas, empresários, músicos, médicos, estudantes, *designers* gráficos, comerciantes, engenheiros e arquitetos, com carreiras consolidadas.

⁷² Cf. Introdução, Parte II desta tese.

independente, autônoma, bem resolvida – e, em duas matérias analisadas, retratam comparativamente a “solteirice” de homens e mulheres.

As revistas de interesse geral e as dirigidas ao público feminino têm sido caracterizadas como produtos culturais marcados por gênero, na medida em que traçam distinções entre masculinidade e feminilidade – e ao fazê-lo, tendem a reforçar estereótipos. Tânia Swain (2001:70), analisando revistas “femininas” publicadas no Brasil e no Canadá, considera que:

Os produtos culturais destinados ao público feminino desenham, em sua construção, o perfil de suas receptoras em torno de assuntos relacionados à sua esfera específica: sedução e sexo, família, casamento, maternidade e futilidades. A ausência, nas revistas femininas, de debate político, de assuntos econômico-financeiros, das estratégias e objetivos sociais, das questões jurídicas e opinativas é extremamente expressiva quanto à participação presumida, à capacidade de discussão e criação, ao próprio nível intelectual das mulheres que as compram.

Para além das especificidades dos veículos e as tendências editoriais, as abordagens sobre “solteiras” e o morar só⁷³ apresentam mais convergências que contrastes, talvez porque as matérias selecionadas tenham sido majoritariamente publicadas nas seções “Sociedade” ou “Comportamento”, conferindo-lhes uma certa unidade de discurso. Ou seja, no tocante ao tema, a especificidade das revistas “femininas” não apresenta abordagens significativamente distintas daquelas dirigidas ao público geral.

Morar, viver, estar só, driblando confusões

Morar e *viver* só podem ser tratados como sinônimos, uma vez que, em português, os verbos *morar* e *viver* significam residir, habitar. Contudo, quando se deseja enfatizar o caráter de “solidão” de alguém que mora sozinho, utiliza-se frequentemente o *viver* em detrimento do *morar*. Não haveria razão para distinções dessa natureza não fossem as confusões proporcionadas pela leitura de algumas matérias que tratam das pessoas “sozinhas”, referindo-se, sem distinção, às “solteiras” (estado civil), às que moram sozinhas e às sem par. Algumas ambivalências, recorrentes nas matérias, ilustram o modo como se

⁷³ Aqui não estou analisando os conteúdos ou tendências das revistas femininas que têm sido apontadas como majoritariamente voltadas para o sexo, a sedução e os dotes femininos (Cf Swain, 2001). Ressalto que analisei mais matérias de jornais e revistas de interesse geral, que as veicularam em maior número (23 contra seis), no referido período, impossibilitando análises comparativas.

compreende a fusão das situações – a solidão das pessoas que moram sozinhas e a solidão das sem par ou “solteiras” –, gerando ambiguidades:

Entre as inúmeras mudanças pelas quais o mundo vem passando nos últimos anos, há uma que não tem sido observada em todas as suas tremendas implicações. É o fato de que há cada vez mais gente *vivendo* sozinha no planeta. Estima-se que um terço da população mundial adulta *viva* sem um parceiro. (...) Fala-se aqui de gente *sozinha*, não necessariamente solitária. Há muitas pessoas que *vivem* bem sozinhas e *não fazem muita questão de casar*. (...) Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número dos brasileiros que *vivem* sós saltou de 1,6 milhão em 1981 para 3,8 milhões em 1998. A vida *solitária* ficou mais fácil nos últimos tempos. (*Veja*, 30/07/2000, grifos meus).

O primeiro trecho sugere que as pessoas não são casadas, não coabitam, mas podem ter alguém, já que não são solitárias, mas não fica claro se moram sozinhas. No segundo, os dados demográficos dos domicílios unipessoais referem-se às pessoas que moram sozinhas e, neste caso, morar só é sinônimo de vida solitária.

Na mesma matéria, outra informação não permite identificar se elas, além de estarem sem par, também moram sozinhas: “Entre as engenheiras brasileiras, 55% *vivem* sozinhas – ou são ‘solteiras’, separadas ou viúvas. Uma pesquisa do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) fez essa descoberta em 1997” (Id., ib.).

Em “Vidas no Singular”, embora explicitando as denominações, percebe-se a mistura entre morar só e estar solteiro/a:

De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há 52 milhões de brasileiros com mais de 18 anos *solteiros ou descasados*. Goiás é o terceiro Estado do ranking com mais *solteiros* (9,6% da população adulta). Só perde para o Rio de Janeiro (11,2%) e para o Rio Grande do Sul (10,9%). Entre 1990 e 2000, o número de *pessoas que moram sozinhas* no Brasil aumentou 70%. Em Goiás, o número de *domicílios unipessoais* cresceu 27,2% nos últimos cinco anos. A Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE 2006 mostrou que a porcentagem de *casas com um só morador* saltou de 8,8% em 2000 para 11,2% em 2005. Só a comunidade do Orkut *Solteiros(as)* de Goiânia tem mais de 10.613 membros (*O Popular*, 21/01/2007, grifos meus).

Embora imbricadas, as razões que ajudam a compreender a “solidão” das mulheres sem par nem sempre são as mesmas para compreender o morar só como modo de vida. As mulheres sem par são descritas como as “novas mulheres”, que recusam modelos tradicionais de homens e de relações conjugais; elas podem morar sozinhas ou não (volto a

esse ponto adiante). Quanto à tendência de crescimento das pessoas que moram sozinhas, válida tanto para homens quanto para mulheres, as explicações privilegiadas pela mídia e apoiadas em vozes autorizadas seguem a trilha do individualismo e da afirmação de um novo estilo de vida, resultante de escolhas mais ou menos voluntárias, como informam as falas de Gilberto Velho e de Miriam Goldemberg:

Este fato está muito ligado à noção de modernidade ocidental e é bem acentuado em grandes metrópoles, como Paris e Nova York. (...) Essa é uma escolha mais ou menos restrita às camadas mais intelectualizadas da sociedade que vivem nas metrópoles cosmopolitas. É uma escolha que as pessoas estão valorizando mais nos últimos tempos (Gilberto Velho, *Folha de S.Paulo*, 2000).

As pessoas querem ter a sua casa, a sua independência. Esse é um conceito que cada vez mais vem sendo valorizado no país. A tendência é que com o maior desenvolvimento da economia brasileira, a população procure cada vez mais morar só, como já ocorre muito nos Estados Unidos e na Europa (Miriam Goldemberg, *Agência Radiobrás*, 2005).

Apesar destas falas vincularem o morar só a um desejo subjetivo de individualidade e independência, algumas matérias que utilizam a expressão “pessoas sozinhas” associam o fato de alguém morar só à solidão e à recusa de relacionamentos, uma espécie de isolamento da vida social. Essa associação não encontra eco na maioria dos depoimentos, já que as personagens aparecem como seres sociáveis e desejosos de relacionamentos diversificados, desde que gratificantes. Algumas pessoas, ainda que tenham relacionamentos, preferem manter suas casas separadas:

...muitas vezes as pessoas se casam por dificuldade financeira. Não pode ser assim. O ideal é ter um namorado por perto, mas cada um com a sua casa. Quero morar sozinha sempre.

A duração de um casamento é diretamente proporcional ao tempo que se leva até descobrir que a coabitação é impossível (*Época*, 19/04/99).

O fantasma da solidão feminina

No geral, o morar só aparece tematizado de modo alarmista. Ao focar os domicílios unipessoais e as “solteiras”, o epicentro das narrativas da mídia escrita – jornais e revistas – tem sido a problemática da “solidão feminina” nas grandes cidades. Ainda que os homens sejam retratados, a maior parte das discussões tem como referência as mulheres. Essa “solidão” – também abordada em algumas matérias que extrapolam a discussão sobre

os domicílios unipessoais ou sobre as “novas solteiras” – equivale a não ter um homem como par fixo ou mesmo um homem na casa, como são representadas as mulheres “sós” que moram com filhos ou com parentes do mesmo sexo (filhas, irmãs, mães, avós, tias). Em “Capitais da solidão” (*Veja*, 27/04/2005), a justificativa para as altas estatísticas de “mulheres sozinhas” na Bahia é atribuída à tradição matriarcal da região, influenciada pelo candomblé, na qual mulheres de várias gerações vivem em uma mesma casa, sem depender de um homem que as sustente. A explicação com base na cultura local como amparo para que elas “sobrevivam sem um parceiro e permaneçam solitárias”, engrossando as estatísticas das “cada vez mais sozinhas”, é apoiada nos estudos da socióloga Maria Gabriela Hita, da Universidade Federal da Bahia.

Sob uma perspectiva sombria, o texto mais contundente é “O fantasma da solidão”, matéria de capa da revista *Veja* (25/07/2001), ilustrada pela imagem de uma mulher de costas, bebendo num bar solitariamente; ao fundo, as prateleiras repletas de garrafas de bebidas variadas, destaca-se a frase: “milhões de brasileiros vivem sós. Eles já formam um mercado à parte, com serviços e comodidades especiais. Mas, o que fazer quando bate a tristeza?” A abertura da reportagem de sete páginas enuncia:

Solidão: lição de casa: aprender a viver só [e prossegue, contraditoriamente, com a frase síntese] No Brasil, 9% dos lares já são compostos de pessoas que moram sozinhas. Elas formam um mercado respeitável e se dizem felizes. Mas ninguém gosta de se imaginar solitário para sempre (Id.:102).

A ilustração interna mostra um porta-escova de dentes com apenas uma, denunciando a “falta” nos três buracos vazios. A matéria, assinada por Aida Veiga, chama a atenção pelo modo como a articulista encaminha a, e interfere na, discussão. Como recurso adicional, são apresentados os resultados de uma discussão em grupo realizada pela agência de estudos do comportamento Comsenso e acompanhada pela revista. O grupo se reuniu separadamente, por duas horas, homens e mulheres, não identificados por prévio acordo, com idades entre 30 e 40 anos, solteiros, viúvos e separados, moradores sós da cidade de São Paulo (*Veja*, 25/07/2001:103). A matéria não informa o número de participantes nos dois grupos ou a metodologia adotada, mas uma voz de especialista, a diretora da Comsenso, comenta uma das falas do grupo feminino (Id.:106). Supõe-se que as personagens agrupadas na reportagem sejam oriundas dos dois grupos.

O medo da “solidão” permanente, noção recorrente nesta matéria, é reforçado pelos argumentos de especialistas, das personagens e da própria articulista. Morar só é apresentado como “um estilo de vida, não importa se mau ou bom, feliz ou infeliz”, que atinge hoje 4 milhões de brasileiros, ou seja, 9% dos domicílios do país, uma tendência em crescimento em outros países desenvolvidos (mostrado em dados em um quadro sem indicar fonte), realidade da qual o Brasil começa a fazer parte. Segundo Veiga (Id.:103), o assunto é pouco comentado se comparado à “desagregação da família tradicional” e a flexibilização no casamento.

Os lares de uma pessoa são caracterizados como confortáveis e seus ocupantes como pessoas independentes que gostam de falar das vantagens de “ser sozinho”, ao que a articulista pondera: “à medida que o diálogo avança, não é difícil *extrair dos solitários a confissão* de que a perspectiva de viver só para sempre é preocupante. Para alguns chega a ser *apavorante*” (Id.:103, grifos meus).

O caráter atemorizante da matéria prossegue com muitas outras expressões, sempre em forma de um “mas” que se segue a qualquer afirmação mais positivada de morar só. A articulista, de um lado, reforça a noção de união ou coabitação como “tábua de salvação”. De outro, a noção de culpa e fracasso para aqueles/las que adotam formas alternativas de viver. Nesse sentido, qualquer tentativa de afirmar um lugar menos negativo do viver/morar só é seguida de uma expressão em sentido contrário:

É claro que é possível viver bem sozinho – em especial quando dá para jogar para um futuro incerto a hora de dizer sim a alguém que deseje dividir o mesmo teto. Em certos momentos, contudo é difícil driblar a *tristeza* de não ter ninguém ao lado. Para não falar dos *pensamentos terríveis* que *atortentam* as pessoas sós de qualquer idade – do tipo ‘*e se eu cair, bater a cabeça e desmaiar, quem vai me socorrer?*’ *Tudo fica mais complicado*, porém, para os que deixam de ver no horizonte a possibilidade de ter um companheiro. Nessa hora, *bate a culpa e auto-estima baixa a níveis abissais* (Id.:104, grifos meus).⁷⁴

Atualmente, afirma a articulista, ser solteiro já não carrega tanto as marcas que estigmatizaram homens como homossexuais e mulheres como as “encalhadas que ficaram para titia”. “Está mais fácil bancar o auto-suficiente, mas um certo *sentimento de fracasso*

⁷⁴ A mídia costuma reportar casos nos quais a pessoa – mais frequentemente as mulheres – que mora só foi encontrada morta sem que vizinhos, parentes, amigos ou mesmo algum membro de alguma instituição do governo tenha notado sua ausência e a tenha buscado.

persiste e, em muitos casos *a solidão atrapalha a vida*” (Id.:104-105, grifos meus). A utilização de paradigmas de estudos médicos sobre a solidão mostra como a seleção das vozes autorizadas é feita com precisão no sentido de corroborar os argumentos da articulista em favor de uma solidão “ruim”:

Segundo estudos médicos, a falta de parceiro contribui para debilitar a saúde. Explica-se: os solitários tendem a levar dia-a-dia mais desregrado, com menos rotina, o que do ponto de vista orgânico é uma *bomba relógio*. Perturbações de ordem psicológica também podem surgir: a solidão força a pessoa a conviver consigo mesma dentro de um quadro de introspecção que pode tornar-se insuportavelmente *sufocante*. Tudo somado, as estatísticas *confirmam* que solteiros e divorciados têm mais possibilidade de cometer suicídio e são vítimas mais freqüentes de depressão, diabetes, câncer de fígado e de pulmão. Sua expectativa de vida é menor (Id.:105-106, grifos meus).

Ressalto que não aparecem as fontes dessas estatísticas, aparentemente seguras. A voz do psicanalista Luiz Alberto Py crava a última sentença: “É muito chato não ter ninguém para cuidar da casa ou de nós quando ficamos doentes. Além disso, nem sempre é satisfatório ter de pegar a agenda de telefones e sair pelos bares para dar um jeito na vida sexual” (Id.:106). A fala do especialista sinaliza para uma demarcação quanto ao gênero, reafirmando pressupostos tradicionais de masculinidades e feminilidades, uma vez que cuidar da casa e do outro é uma prerrogativa socialmente associada às mulheres. Se, por um lado, homens e mulheres podem lamentar não ter quem lhes cuide nos momentos de adoecimento, “dar um jeito na vida sexual” remete a visões de masculinidade associada a um impulso sexual inato.

No desfecho da matéria, que insere uma nota sobre produtos – pães, ovos, vinho, sopas e queijo em tamanhos reduzidos – para o “segmento dos sozinhos”, Veiga reforça que “ter família ou alguma companhia é uma apólice de seguro para a velhice”. A articulista introduz duas personagens mais velhas – uma senhora de 78 anos e um senhor de 80 anos, ambos, moradores do asilo Lar Golda Meir, em São Paulo –, chamando a atenção para “um dos piores pesadelos de quem mora sozinho: o de terminar seus dias num asilo de velhos” (Id.:108).

Se a perspectiva da articulista aponta para modos femininos e masculinos de encarar a solidão – elas saem mais em grupos, freqüentam mais teatros, cinemas, restaurantes, enquanto eles só saem com outros homens para paquerar, jogar futebol –, a dedicação

integral à vida profissional é comum a ambos, uma compensação para os que *não têm uma família*. O trabalho aparece como um fator que os/as leva a adiar os planos de casamento, de forma que, quando decidem casar, as manias adquiridas dificultam a divisão do espaço da casa com outras pessoas.

Mais uma vez, nesta matéria, o excedente de mulheres no “mercado matrimonial” explica as causas da “solidão feminina”. A noção de que toda mulher solteira está em busca de um par é reforçada por uma socióloga do grupo: “por mais emancipadas que sejamos, *sempre guardamos um véu e grinalda na bolsa*. (...) a vida não compartilhada ainda é uma idéia difícil de ser encarada por nós, brasileiras. Somos muito ligadas à família” (Id.:106, grifos meus). As ambivalências entre independência, autonomia e prazer de morar só e o sentido da “falta” do par são reiteradas em outras matérias analisadas.

“Falta homem” – as “solteiras” e o “mercado matrimonial”

A idéia de falta, desproporção ou desequilíbrio como explicação para tantas mulheres “sozinhas” no mercado amoroso – afetivo, conjugal ou matrimonial – incorpora noções desenvolvidas nos estudos de população. Para o psicólogo Ailton Amélio da Silva, voz recorrente nas matérias analisadas, não faltam homens estrito senso. Ao analisar os dados do IBGE, tirando os viúvos e as viúvas, Silva afirma que sobram homens disponíveis, no entanto, a preferência dos homens por mulheres mais jovens (e das mulheres por homens mais velhos) causa o excedente de mulheres acima dos 30 anos. Em diversas matérias, o psicólogo afirma que a diferença de idade aumenta proporcionalmente ao envelhecimento: aos 30 anos, o homem se casa com mulheres quatro anos mais jovens; aos 40, com mulheres nove anos mais jovens e na faixa dos 50/60 anos, em média, os homens se casam com mulheres 15 anos mais jovens.⁷⁵

De forma mais detalhada, essa teoria remete às noções desenvolvidas na “pirâmide da solidão”. Para Amélio, um complicador na situação das mulheres é a forma como os sexos se relacionam a partir dos 30; o mercado é desfavorável para as que passam dessa idade. Ancorado em suas pesquisas, o psicólogo afirma que a maioria dos divórcios ocorre entre os 30-39 anos; os homens não têm problemas em olhar para o degrau de baixo da

⁷⁵ Em “Capitais da Solidão”, os articulistas atribuem ao psicólogo a versão de que, aos 60, os homens se casariam com mulheres 14 anos mais jovens. Referências similares: “O Guru do amor”, Fórum AOL: www.aol.com.br; *Época*, 03/03/2003.

pirâmide social e casar com uma mulher que ganhe menos ou não tenha um diploma; elas, ao contrário, só olham para cima, querem parceiros mais velhos, mais instruídos, mais bem-sucedidos, categorias em que há menos candidatos disponíveis e aconselha a mulher a olhar para baixo na pirâmide social. A articulista intervém e diz: “não é fácil, como sabem todas as mulheres maduras que não se chamam Marília Gabriela” (*Época*, 03/03/2003). O “olhar para baixo” foi imediatamente compreendido, pela articulista, como fator geracional, silenciando sobre a posição de classe ou “raça”.

A antropóloga Miriam Goldemberg, voz recorrente em reportagens de jornais e revistas, também faz coro com a teoria da escassez do mercado matrimonial e da “pirâmide da solidão”, afirmando que “é fato: os homens morrem mais cedo do que as mulheres, viajam mais, vão presos mais que elas. Para uma mulher de 50 anos é quase impossível se casar. Ela busca um homem mais velho, mas eles ou estão comprometidos ou estão mortos” (*O Popular*, 2005).

Em entrevista à revista *Época* e ao jornal *Folha de S.Paulo*, por ocasião do lançamento de seu livro – *Why there are no good men left?* (Por que não sobraram homens bons?) –, Bárbara Whitehead afirma que “todas as sociedades têm um sistema de acasalamento, ou seja, um papel em proporcionar o encontro entre as pessoas tendo em vista o casamento e os filhos” (*Folha de S.Paulo*, 26/10/2003). Sua visão normativa do casamento, que ecoa as abordagens dos estudos de população, explicita que o enlace não decorre de um encontro natural e espontâneo na vida das pessoas, mas necessita de uma intervenção externa, portanto, não cabe aos homens e às mulheres cuidarem disso sozinhos.

A historiadora defende, ainda, outro argumento para explicar ou justificar o aumento de mulheres “sós” – uma crise geracional, de modelos, de gênero – o *gender gap*. Enquanto as mulheres conquistavam sua independência, homens e mulheres continuaram a serem educados da mesma maneira, provocando uma crise de expectativas quanto ao comportamento de um e de outro. Segundo Whitehead, a próxima geração talvez tenha tempo de se adaptar às novas circunstâncias das relações entre os sexos, desde que enfrente algumas questões: inventar uma nova forma de paquera ou corte amorosa; formar redes e montar estratégias de aproximação que ultrapassem a escola, a família ou a igreja, instituições que favoreciam aproximações no passado. As velhas expectativas que as mulheres modernas carregam também precisam ser ajustadas, assim como as expectativas

dos homens; afinal, enfatiza, as mulheres mudaram. A autora reafirma que as mulheres podem fazer por si mesmas aquilo que, antes, esperavam de um homem – suporte emocional, intimidade e amizade. Os homens se sentem intimidados com as conquistas femininas e, segundo ela, muitas das expectativas errôneas são fruto de uma educação ainda diferenciada com mensagens contraditórias.

Miriam Goldenberg concorda com Whitehead: “as mulheres querem as mesmas coisas que suas mães, mas vivem uma vida completamente diferente da que elas tiveram” (*Época*, 03/03/2003). Na mesma matéria, uma personagem diz: “as mulheres de 40 assistiram a revolução sexual, mas ainda carregam o conto de fadas: da casinha, do filhinho e do príncipe encantado” (Id.:RT, 40 anos).

A partir de estatísticas dos EUA, “Poder e solidão” (*Veja*, 08/05/2002) realça a relação “negativa” entre carreira feminina e mercado matrimonial, recorrendo à figura pública de Condoleezza Rice e sua “queixa sobre a dificuldade de achar um parceiro compreensivo”. Mais uma vez, o saber acadêmico é utilizado para persuadir:

Para as mulheres, quanto maior o sucesso na carreira, menor a probabilidade de casar e ter filhos. O oposto é igualmente verdadeiro para os homens. Estudos publicados recentemente nos Estados Unidos abalam o mito da mulher maravilha, capaz de ser feliz em todos os aspectos da vida. A economista Sylvia Ann Hawlett, da Universidade Harvard, *vem provocando a ira das feministas*. No livro recém-lançado *Creating a life* (gerando uma vida, numa tradução literal) ela entrevista 1200 mulheres em cargos de chefia, com idades entre 28 e 55 anos e conclui que quanto mais perto do topo da hierarquia, menores as chances de casar e ter filhos (*Veja*, 08/05/2002, grifos meus).

Outro trecho da mesma matéria soa ainda mais dramático:

Numa passada de olhos na lista de vítimas dos atentados ao World Trade Center, em setembro do ano passado, descobre-se que, na maioria, as executivas eram solteiras. Deixaram sobrinhos e amigos. Os homens, filhos e esposas (*Veja*, 08/05/2002).

No contexto, “sobrinhos e amigos” não se equiparam, em termos de *status*, a “filhos e esposas” na comparação sobre as mortes de executivo/as do WTC. Nos trechos recortados acima, fica evidenciada a pressão social sobre as “mulheres de carreira” em relação à maternidade, “provocando a ira das feministas” (palavras da articulista). Essa discussão acerca da maternidade adiada e sua relação com a emergência da “mulher de carreira” (*career woman*) está presente de modo agudo na mídia internacional “ocidental”. Um

programa realizado pela BBC de Londres⁷⁶ mostrou como a sociedade enuncia mensagens contraditórias: as mulheres são encorajadas a buscar educação e profissionalização e ao atingir o ápice de suas vidas produtivas são pressionadas a rever suas escolhas. Uma rápida leitura das mensagens enviadas por ouvintes de diferentes faixas etárias e inserções profissionais evidencia indignação ao tipo de abordagem corrente na mídia, que trata da equação carreira-casamento-maternidade como se as mulheres tivessem de ser punidas por terem se esforçado para satisfazer as expectativas de sucesso profissional e o “preço a pagar” seria não terem filhos e ficarem “sozinhas”.

Em “A riqueza das solteiras” – uma das matérias que divulgaram da pesquisa *Sexo, Economia e Casamento*, que se ancora na discussão sobre a emancipação feminina nos últimos trinta anos – o antropólogo Roberto Da Mata, convidado a dar sua opinião, conclui:

Os homens se amedrontam com as mulheres bem-sucedidas, é esta a verdade. Na idéia brasileira, o homem ‘come’ a mulher, no sentido de incorporá-la, englobá-la. A sensação de ter controle físico, mental e intelectual sobre a mulher desaparece se ela tem mais sucesso profissional. Além disso, mulheres independentes provocam crises, porque questionam. Isso acaba com o casamento. O simétrico inverso é verdadeiro. As mulheres gostam de homens com poder, seja físico, financeiro ou social. É mais adequado que tenham prestígio. O sucesso estigmatiza, marca as pessoas, o que dificulta as relações. Além disso, todo mundo que é bem-sucedido se obriga a trabalhar mais para manter a imagem de sucesso. Isso traz solidão, porque espanta determinados tipos de parceiros e restringe o mercado conjugal (*O Globo*, 10/06/2005).

O reiterado descompasso entre “velhos homens” e “novas mulheres” alinha explicações de ordem sociológica ou psicológica nas vozes autorizadas. Quando as normas de gênero são desafiadas vemos emergir um homem “amedrontado”, “fragilizado”, que se sente “objeto”, segundo a compreensão de alguns “especialistas”. É o que conclui o psiquiatra Luiz Cushnir, apresentado como coordenador do Centro da Identidade do Homem e da Mulher:

⁷⁶ O programa (que foi ao ar em 18/06/06) discute a questão da maternidade adiada, mostrando que mulheres de carreira pecam ao adiá-la e pagam o preço de não engravidarem nunca. As reações das ouvintes (depoimentos transcritos na página) demonstram uma perspectiva francamente feminista e me perguntei como seria a reação das brasileiras a um programa semelhante aqui (<http://news.bbc.co.uk/1/hi/programmes/panorama/5097780.stm>, acesso em 10/09/06).

Os homens se sentem descartáveis, parte de um pacote em que não são prioridade. Elas querem um homem para sair, para não continuar solteiras a partir de certa idade, para ter filho, para ter sexo em casa, mas não fazem esse homem se sentir particularmente desejado (*Época*, 03/03/03).

O trecho sugere um modelo de feminilidade não “tradicional”, pois a afirmação “ter sexo em casa” pressupõe que a “nova mulher” também está buscando “sexo na rua”. Igualmente, o homem ser tratado como objeto de desejo desloca a idéia naturalizada das mulheres nesta posição.

Reiterando a “pirâmide da solidão” de Elza Berquó, “Sozinhas, por que?” parece apontar a resposta no subtítulo: “Com superávit de 3 milhões de mulheres, o mercado matrimonial brasileiro coloca os homens em alta e deixa como saldo a solidão feminina”, associando “solidão” feminina à disputa no mercado matrimonial. A abertura da matéria anuncia que a atriz Maria Fernanda Cândido está solteira⁷⁷ aos 25 anos e que as brasileiras que não podem se comparar a ela “correm em raia estreita rumo ao altar”, os articulistas recorrem à “pirâmide” para explicar a afirmação:

Colhidos pela primeira vez no Brasil, tais números emergem do estudo Pirâmide da Solidão, idealizado pela demógrafa Elza Berquó, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). “A partir dos 50 anos, as chances de a brasileira encontrar um parceiro são quase nulas”, comprovou a demógrafa. O número de homens disponíveis para mulheres dessa faixa etária é de 1,9. Já os cinquentões podem escolher entre 56,7 candidatas. A pesquisadora fez um minucioso exercício matemático com base no último censo. Separou, por exemplo, o universo de homens e mulheres não casados entre 30 e 34 anos. Constatou que em 1991 havia um déficit de 136.883 homens. Essa cifra significa que 10% das pretendentes estão excluídas do mercado. Como os homens costumam casar-se com parceiras da mesma idade ou mais jovens, a concorrência cresce ainda mais: são 11,3 mulheres para cada candidato a marido (*Época*, 06/12/1999).

Dois quadros realçam, de um lado, a “explosão feminina: de 1980 a 2050, o Brasil somará um excedente de 9 milhões de mulheres em relação à população masculina”, de outro, o suposto superávit de homens que a Inglaterra terá na próxima década, sugerindo que a saída para as brasileiras é cruzar o Atlântico: “é a chance de globalizar também o mercado matrimonial”. Segue-se, então, o apelo ao casamento:

⁷⁷ A atriz estava solteira quando a matéria foi realizada. Segundo os noticiários, ela casou-se algum tempo depois e teve o primeiro filho em 2005.

Elza Berquó está convencida de que a mulher do ano 2000 terá, mais uma vez, de subverter padrões. Uma saída é fazer como os homens: buscar parceiros mais jovens. Elys Chargel, psicóloga de 41 anos, trabalha no grupo Mulheres Que Amam Demais Anônimas (Mada), do Rio. A entidade funciona como pronto-socorro sentimental. Elys se oferece como exemplo às associadas. Casou-se aos 35 com parceiro dois anos mais moço. Na contramão do darwinismo amoroso, pediu o marido em casamento. “Chega do mito da Cinderela”, diz. “É hora de escolher o mais adequado em função do que está disponível”.

As informações apoiadas nas palavras de especialistas concorrem para aumentar a visão de solidão feminina que avança com a idade:

Além disso, a expectativa de vida das mulheres supera a dos homens em sete anos. Somando tais fatores, as mulheres estão condenadas à solidão na terceira idade. Cerca de 75% dos homens com mais de 65 anos estão casados. Apenas 30% das mulheres contam com um parceiro na velhice. “Por fatalidade ou falta de oportunidade, elas estão sós”, diz a demógrafa Elza Berquó.

Essas idéias – *gender gap*, “solidão”, “excedente de mulheres”, etc – reaparecem nos jornais locais. Goiânia também é apresentada como uma cidade cujo número de mulheres supera o de homens e as matérias analisadas privilegiam mulheres aparentemente convictas de sua “solteirice” como reação ao “machismo” local, afirmando a seletividade das “novas solteiras”. Em “Mulheres cada vez mais solitárias”, a personagem Mavione (48 anos) afirma que um dos motivos de estar sem um companheiro é seu nível de exigência:

Gostaria de encontrar alguém que saiba dialogar, capaz de manter uma conversa profunda, que também seja estabilizado profissional, sentimental e financeiramente. [A articulista resume] não é pouca coisa. [A antropóloga Miriam Goldenberg empresta sua fala autorizada para enfatizar a idealização do parceiro] elas não aceitam qualquer coisa, mas o parceiro que buscam é idealizado. Então, é óbvio que vão ficar sozinhas. É difícil para o homem ser ao mesmo tempo sensível e forte, romântico e provedor (*O Popular*, 30/01/2005).

No conjunto de algumas falas autorizadas, chama a atenção o modo condescendente das especialistas para aludir, com frequência, ao comportamento dos homens – amedrontados, acuados ante a independência das mulheres, etc. –, reforçando a noção de um estilo de masculinidade pouco flexível e com dificuldades de lidar com essas mudanças. Novamente, prevalece a idéia de que são elas que devem se ajustar a eles, reiterando

expectativas sociais que incitam mulheres independentes a preencher todos os requisitos – amantes perfeitas, mães dedicadas, profissionais competentes.⁷⁸

Avassaladoras

O tema da “seletividade” das “solteiras” – incompatibilidade entre a procura pelo par ideal e a escassez no “mercado matrimonial” – reaparece em outros produtos culturais recriando a “ameaça” da solidão.

Em *Avassaladoras*⁷⁹, a “pirâmide da solidão” explicada por Marcel (Wellington Nogueira), antropólogo e escritor, a Laura, *designer* gráfica e solteira “encalhada” (Giovana Antonelli), ilustra de maneira notável como os saberes acadêmicos são difundidos através das linguagens da arte. Segundo Mara Mourão (produtora e diretora), o filme foi inspirado em suas amigas “solteiras” “quase sempre à procura de alguém” e pretende retratar a “realidade das solteiras” no país, recorrendo às explicações sobre o mercado matrimonial.

Ambientado na cidade do Rio de Janeiro, com sua face *cool*, *Avassaladoras* conta a história de Laura, uma profissional bem sucedida, 34 anos, adequada aos padrões de beleza vigentes e sem namorado há um ano. Laura e as três amigas dão forma ao imaginário atual sobre as “solteiras” – executiva *workaholic*, fútil, só pensa em beleza e “devoradora” de homens.⁸⁰ As diferenças entre elas são superadas pelo desejo de encontrar “alguém”. Thiago (Reinaldo Gianecchini), chefe de Laura, é apresentado como um “don Juan”, evocando o estereótipo do homem “galinha”, que paquera e se relaciona sexualmente com todas as moças do escritório e não se fixa em nenhuma. Laura resiste às investidas de Thiago, mas acaba sucumbindo ao assédio. Nas estratégias para arrumar namorado/marido, elas tentam Internet, bares para *singles* e uma agência de matrimônio, apresentada como um último recurso que, por vergonha e preconceito, deve ser acionado às escondidas. Laura conhece alguns homens e se relaciona com Miguel (Caco Ciocler), um árabe “exótico”,

⁷⁸ Esse discurso é recorrente em vários textos que analisam a condição da mulher moderna na mídia. Cf. entrevista com Maureen Doud em *Veja Especial Mulher*, 2006; Goldenberg e Toscano, 1992:86.

⁷⁹ O subtítulo **“um filme que coloca o homem em seu devido lugar”** estampa o encarte da fita e do cartaz do filme no qual a atriz Giovana Antonelli (Laura) tem Reinaldo Gianecchini (Thiago) miniaturizado em sua mão. Informações técnicas podem ser obtidas em <http://www.avassaladoras.com.br/ofilme/ofilme.htm>. O filme inspirou sua diretora a realizar um seriado de TV – *Avassaladoras* – exibido pela TV Record e pelo canal de TV a cabo Fox, a partir de janeiro de 2006.

⁸⁰ O paralelo com *Sex and the City* é inevitável.

mas nada lhe parece satisfatório. Hesitante, às vezes ela pede conselhos à sua avó Maria Alice (Márcia Real), personagem que exalta a voz da experiência, da compreensão madura da vida, do acolhimento, enquanto prepara um doce, diz “não existe panela sem tampa”, uma referência metafórica a “para cada mulher, um homem”. A avó também é “sozinha”.

Laura é designada por Thiago para produzir graficamente o livro “Mulheres à procura de alguém” de Marcel (Wellington Nogueira), “um dos antropólogos mais famosos do país”. No encontro dos personagens é ressaltada uma página do livro com o gráfico da pirâmide da solidão. O autor diz a Laura que esta é a parte mais importante do livro porque a Dra Elza Berquó está explicando que as mulheres buscam homens mais velhos ou da mesma idade e com os homens ocorre o contrário. Laura brinca “é a famosa ‘troca uma de 40 por duas de 20’”.⁸¹ O livro fictício de auto-ajuda pretende explicar as causas culturais da “solidão” feminina e ajudar as mulheres a se valorizarem para encontrar o par perfeito. O autor fictício é um homem gay que se torna amigo íntimo, uma espécie de confidente e guru de Laura, reforçando noções de amizade entre mulheres e homens gays.⁸² Ironicamente, o filme elege Marcel como um modelo de masculinidade ideal, diferente de Thiago – caracterizado como um namorador bonito, superficial e machista – e Miguel, apresentado como machista, grosseiro, simplório e ridículo.⁸³ Marcel reúne características que as “novas solteiras” apreciariam: sensibilidade, boa educação, saber ouvir. O resultado do trabalho gráfico é considerado satisfatório, mas o autor se decide por outro título – *Avassaladoras* –, motivado pela sua interpretação da transformação de Laura, de uma mulher insegura a confiante nos seus próprios recursos.

Ressalto que o filme apresenta dois finais alternativos. No primeiro, a protagonista Laura escapa à obsessão por arrumar namorado e viaja para Nova York onde consegue um trabalho novo, fica famosa e permanece “sozinha e feliz”. No segundo, ela encontra, ao acaso, um rapaz por quem se apaixona e é retribuída, reencenando a fórmula do casal apaixonado com final feliz. É como se, ao utilizar a estratégia de dois finais felizes, a “nova

⁸¹ Esta cena foi reproduzida na abertura da *Reunião Anual da ABEP* em 2004, como uma homenagem a Elza Berquó.

⁸² Amigos gays, apresentados como os melhores tipos de companhia masculina para as solteiras, são referências recorrentes em produções culturais diversas. Cf., entre outras, *O Diário de Bridget Jones*, “Meus trinta e poucos anos” (*Marie Claire*, dezembro/2000).

⁸³ Comentários extraídos de Kleber Mendonça Filho (<http://cf.uol.com.br/cinemascopeio>).

solteira” pudesse ainda sonhar com o encontro mágico que se realizará em algum lugar no futuro ou permanecer como imagem disponível para acalantar um sonho.

Solteiras, ricas e felizes

As matérias sobre as “novas solteiras”, terminologia bastante utilizada pelos/as articulistas, parecem contestar a imagem estereotipada da “solteira do passado”, inovando na descrição das mulheres desacompanhadas (de parceiros homens), através de polarizações contrastivas. As “novas solteiras” são caracterizadas como mulheres “independentes”, “estudadas”, “malhadas”, “inteligentes”, “bem sucedidas”, “viajadas”, “elegantes”, com vida social intensa, “intelectualmente inquietas”, que vivem em grandes centros urbanos, geralmente “bonitas”, extremamente exigentes e que se dizem felizes.⁸⁴ O que as diferencia das “solteironas”⁸⁵ de outrora ou das que ficavam para “titia” é o aspecto econômico – elas se tornaram um grupo consumidor “de peso” – e a escolha ou a opção por estar só – morando ou vivendo sem um par. Ambos contribuem para pensar o morar só enquanto uma decisão pessoal marcada pela seleção de um estilo de vida próprio, que evoca a noção de uma maior margem de manobra em um amplo campo de possibilidades nas grandes cidades (Velho, 1999). Essas “novas solteiras” estariam colhendo os frutos das conquistas da revolução feminina ou feminista⁸⁶ e suas falas conferem positividade à “solteirice”:

Casar não é o único objetivo na vida
É muito bom ser dona do próprio nariz
A felicidade não está só no relacionamento homem-mulher
É preferível estar sozinha do que ter alguém que não corresponda às expectativas
Amar é fundamental, casar, não.

Um outro aspecto contradiz, em termos, as positivities do estar só, pois recoloca a falta do par, embora expresse uma crítica ao casamento: “adoro ser independente, mas sinto falta de um companheiro”; “não quero ficar sozinha, mas não é esse o tipo de homem que procuro”; “não sou contra o casamento, mas contra o contrato que torna a mulher

⁸⁴ Veja, Especial Mulher, 2000; *Época*, 03/03/2003; *Marie Claire*, 05/2003; *Cláudia*, 05/2003.

⁸⁵ Sobre “solteironas” na mídia impressa brasileira nas primeiras décadas do século XX, cf. Cláudia Maia, 2005.

⁸⁶ Terminologias apresentadas como equivalentes em algumas matérias, embora historicamente distintas para o feminismo.

dependente do homem”. Essas noções contraditórias, recorrentes também nos estudos de população, são reforçadas na mídia ao enfatizar que escolaridade e renda funcionam como as armas da independência da mulher face ao casamento, mas criam barreiras na conquista de parceiros estáveis. A natureza da falta, expressa nas expectativas frustradas com o objeto amoroso, é apresentada como o não preenchimento dos altos requisitos do homem ideal desejado pelas “novas solteiras”. Esse jogo, que entrelaça as falas das próprias mulheres às das/os articulistas, requer uma leitura cuidadosa para perceber como se chega a uma verdade quase absoluta – “o que as novas solteiras têm em comum é a vontade de casar, mas não com qualquer um” (Veja, 30/07/2000).

Inspirada em Bridget Jones, “Meus trinta e poucos anos” (*Marie Claire*, 12/2000) mistura vozes distintas – Helen Fielding, autora do *best seller*; Bridget Jones, personagem vivida pela atriz Renée Zellweger no cinema, e três personagens “reais” de 34, 35 e 39 anos. A articulista Sarah Lopes afirma que Bridget Jones, uma solteira independente, têm “clones” na vida real no mundo todo. A matéria destaca o estilo de vida dessas três mulheres “solteiras e felizes”, que já viveram experiências de união e que estão “sozinhas” no momento, vivendo na “contramão do tradicional modelo de felicidade lar-marido-filhos”. Paradoxalmente, a matéria gira em torno de homens – fracassos e sucessos na conquista, separações, namoros seriados – e do “relógio biológico”, ou seja, da preocupação com a idade para ter filhos.

Para Susan Faludi⁸⁷ (*Época*, 07/01/2002), as mulheres conquistaram muitas coisas, mas são pressionadas a arrumar um marido; a personagem de Bridget Jones é “deliciosa”, cria empatia, mas encarna o velho estereótipo da mulher que pode até ser bem sucedida, mas precisa encontrar um homem. Essas representações que fazem sucesso na mídia são parte de estratégias “sutis”, segundo a escritora, para pressionar as mulheres a reverem suas conquistas. Contraditoriamente, a autora, perguntada ao final da entrevista se a idéia de casamento estava em crise, respondeu: “não, a sociedade de consumo celebra o mundo dos solteiros porque ele significa a venda do dobro de eletrodomésticos, mas o desejo por uma união estável, que ofereça amor, conforto e apoio, tem prevalecido”. Kristin Aune comenta que Bridget Jones é celebrada por ter “dado voz às ansiedades de mulheres em torno de sua

⁸⁷ Feminista estadunidense, autora de *Backlash – the undeclared war against American women* (1991), tradução brasileira: *Backlash – o contra-ataque na guerra contra as mulheres* (2002).

solteirice”, reforçando o mito cultural da “solteirice” como algo ruim e a melhor coisa é arrumar um parceiro, de preferência, um marido: “ela vive na romântica ilha da fantasia, de onde Mr. Right a resgatará, trazendo-lhe felicidade total, caso consiga perder alguns quilos e parecer adequadamente bonita” (Aune, s.d.:s.p.).

Outro aspecto sobre as “novas solteiras” na mídia, que pode ser lido transversalmente e remete a uma série de afirmações positivadas da “solteirice”, aponta para a questão do estilo de vida, hoje socialmente mais aceito, enfatizando que não é mais um estigma chegar aos 40 e não ter se casado ou, no caso do homem, ser considerado homossexual, particularmente nas grandes cidades, onde as pessoas transitam sem serem percebidas ou incomodadas. Além disso, esse estilo de vida está estreitamente associado ao consumo, destacado nas matérias como certas “facilidades” que tornam a vida dos/as solteiros/as mais administrável e oferecem um antídoto para a solidão: produtos em tamanhos e embalagens específicos, imóveis no tamanho ideal, edifícios inteiros voltados para pessoas “solteiras”, locais de lazer, eletro-eletrônicos, etc. As “novas solteiras” são comparadas aos *yuppies* dos anos 1980⁸⁸ e exaltadas como “o grupo consumidor mais poderoso da atualidade” (Veja Especial Mulher, 2001).

Em “A riqueza das solteiras”, a “solteirice” de hoje é apresentada como contraste às casadas/unidas:

A solteirice é particularmente rentável para as mulheres. Precisamente para as cerca de 19 milhões de brasileiras com mais de 20 anos de idade que vivem sem marido ou companheiro e, contrariando o senso comum de que casamento enriquece, têm renda 62% superior à recebida pelas casadas ou informalmente unidas.(...) Não por acaso, 30 anos atrás seis em cada dez mulheres eram casadas. Hoje, o casamento no papel só seduz 45% delas. Os anos de emancipação fizeram crescer a solteirice (de 35% para 38%) e as uniões informais, que quadruplicaram desde 1970: de 4,4% para 16,5% (*O Globo*, Economia, 10/6/2005).

Algumas matérias aludem às “novas solteiras” como SARAHs (*single-and-rich-and-happy*) – “solteiras ricas e felizes”, na Europa – expressão introduzida pelo articulista Mário Grangeia (Veja, Especial Mulher, 08/2002) para designar essa “casta feminina”, enfatizando a independência econômica conquistada pelas mulheres. Segundo o autor, “a sociedade está mais aberta às solteiras depois que elas passaram a ganhar e a consumir

⁸⁸ Nos Estados Unidos, as novas solteiras são consideradas os *yuppies* do novo século, com espírito auto-indulgente e grande poder de consumo (“Mulher solteira procura”, *Época*, 03/03/2003).

tanto quanto os homens”. As três personagens de 34, 30 e 27 anos, todas cariocas, afirmam em coro que se divertem bem sozinhas e que para trocar as baladas com as amigas o homem tem que ser mesmo muito especial.

Um número significativo das matérias sugere que a solidão feminina deve ser encarada como uma situação transitória – “enquanto o príncipe encantado não chega”. Em “50 idéias para ser feliz sozinha” (*Cláudia*, 06/2002), as mulheres sós são estimuladas a preencher o vazio temporário com atividades incessantes que variam de telefonemas aos amigos à imersão em cursos de fotografia, culinária, filosofia, línguas, etc. Reproduzindo o *slogan* de um livro de auto-ajuda⁸⁹ – “a solidão nada mais é que do que um estado passivo” –, a articulista convida as mulheres sós a serem pró-ativas, a tomarem a iniciativa. Entretanto, formulada a partir de uma visão marcada por gênero, essa iniciativa deve ser coerente com as “armas femininas” – um modo “charmoso e sutil de seduzir” – e jamais imitar o estilo masculino “don Juan” de conquista.

Um antídoto para a solidão é estar sempre ocupada, evitando, propositalmente, a si mesma, o que remete, de certa maneira, a um afastamento dos pensamentos profundos e dos sentimentos indesejáveis, como aparece em “Adoro ser solteira” (*Veja*, 08/2002). A personagem Renata – analista comercial, “sozinha” há um ano e meio – tem uma “rotina alucinante que inclui natação, ginástica, aulas de francês, dança do ventre, sessões de massagem, fora as noitadas com amigos e em *boites* e restaurantes”. Se namorasse, diz, “não faria metade das coisas”. Reafirmando velhos pressupostos tidos como do universo feminino, associados a valores identificados como de classe média e alta, ir às compras, “lotar o carro com sacolas” é oferecido como antídoto certo contra a solidão. Não importa o quê se compra – mais um par de sapatos pretos, um vestido deslumbrante –, mas o ato de comprar e seu efeito psicológico benéfico. Assim, o investimento em produtos de beleza e bem estar – loções e cremes caros e poderosos, sais de banho, toalhas fofas e macias – prometem a garantia de felicidade.

Em “50 idéias...”, a lista de recursos oferecidos às mulheres sós evidencia que a mensagem é dirigida a um público de alto poder aquisitivo, heterossexual e consumidor de produtos e bens culturais típicos de grandes centros urbanos, que trabalham e moram sozinhas. A lista segue com quatro itens fora do rol de produtos de consumo: exames de

⁸⁹ *You can choose to be happy* (Tom Stevens, 1998).

rotina (papanicolau, colesterol, mamografia), ter fé, adotar um gato, um cachorro, ou ambos, e fazer terapia. Essas recomendações, aliadas às dietas e aos exercícios, remetem ao “o cuidado de si”. Buscar psicoterapia “quando a barra tá difícil de segurar sozinha” é uma solução individual que confirma alguns valores e modos de ver o mundo retratados por Velho (1999; 2002) nas camadas médias intelectualizadas.

Novas feminilidades

Aparentemente invertendo as regras, nessas matérias, as “novas solteiras” desarrumam noções de feminilidade “tradicionais” e, ao mesmo tempo, atualizam sonhos românticos, agora em contextos mais igualitários. Se as “novas solteiras” têm dúvidas quanto ao casamento e à maternidade, elas mostram uma inequívoca sexualidade “liberada”. A vida sexual ativa é apresentada como um fato, uma obviedade sobre a qual não pairam dúvidas. O ar de “revanche”, que sugere uma inversão nas convenções de gênero, aparece em “Diário de uma mulher só” (*Marie Claire*, 03/2000). A narrativa em primeira pessoa, escrita à semelhança dos diários íntimos, evidencia marcas de um cotidiano que pode ter ressonância em outras jovens de classe média e alta.

A protagonista, jovem publicitária de 29 anos, que mora em São Paulo com sua gata Kitty, narra suas aventuras de “mulher independente, mas nem tanto”, durante cerca de um mês. Em meio a inúmeras atividades de trabalho e vida social intensa, Roberta narra o prazer de morar sozinha, porque sabe que se trata de uma experiência passageira; ela sonha com o grande amor. Como muitas mulheres liberadas de seu tempo, ela experimenta uma vida sexual livre que pode incluir ex-namorados para transas eventuais “de manutenção”, casos, *flerts*, namoricos e divide os homens em duas categorias: os para investir (casar, constituir relações estáveis e duradouras) e os para viver (desfrutar sexualmente). Roberta afirma uma autonomia sexual ao aceitar, entre hesitante e fascinada, a corte de um amigo casado. Ao mesmo tempo, afirma a espera pelo homem dos seus sonhos, que comece do zero com ela, recusando, como fez no passado, um “kit pronto”, um pretendente descasado e pai de dois filhos. O homem que a faz suspirar é idealizado, perfeito, e sua existência concreta é percebida através de sinais intuitivos – um olhar, uma conduta, um jeito de se portar diante dela, incluindo valores igualitários –, curiosidade intelectual, amorosidade, bom humor, companheirismo, etc. Para encontrar este homem, é preciso continuar

independente “sem deixar de ser mulher”, pois na opinião de Roberta as mulheres (independentes?) estão muito “ranzinhas” e é preciso ser um pouco “Pollyana”⁹⁰, recriando uma noção de feminilidade clássica, sem romper com a norma.

Em “Vida de solteira” (*bolsademulher*, sd), Laura Araújo afirma que existem três tipos de “solteiras”, a diferença está na forma de encarar o “estereótipo”. As “desesperadas” dispensam explicações, as “mentirosas” saem muito, dizem que estão ótimas, mas estão cansadas de esperar o príncipe encantado, e as “satisfeitas” é o que todas deveriam se esforçar para ser. Nem sempre são “solteiras” por opção, mas sabem lidar com isso e curtem cada minuto da vida. Não é fácil enquadrar as personagens do conjunto das matérias nessas categorias, mas a maioria se diz feliz e satisfeita.

A noção mais desenvolvida nos textos da mídia é a da nova solteira que está à “procura de”, mas, de certo modo, tanto faz se encontrar ou não um parceiro. Este tipo de mulher é enquadrado na “satisfeita resignada” –mulher que deseja, mas não quer abrir mão de certas conquistas para ter a seu lado um “sapo” qualquer.⁹¹

A conquistadora, outro tipo marcado pela mídia, é ilustrada na coluna “Amor e Sexo” da revista *Nova* intitulada “Confissões de uma conquistadora”, que durou 12 meses e foi encerrada na edição de julho de 2005. A primeira entrada da coluna foi “mulher solteira procura!”. Beth (32 anos), protagonista das confissões, mora em São Paulo e seu objetivo é arrumar um namorado “estável”, que ela parece conquistar, pelo seu relato de número 12, alguém que ela descreve como um ogro feio, nada a ver com seu tipo ideal, mas que teria fisdado o seu coração. As 12 colunas são narradas em primeira pessoa ao estilo *blog*. Como ela, uma das personagens de uma longa matéria do MSN apresenta sua filosofia de vida: “solteira sempre, sozinha nunca”.⁹²

Existem, ainda, as “pró-ativas” – mulheres capazes de investir “qualquer coisa, exceto as ilegais e imorais” para arrumar um marido (grifos meus). A denominação “pró-

⁹⁰ Pollyana, personagem que dá nome ao livro de Eleanor H. Porter (1914), é a boa menina/moça que pratica o “jogo do contente”, uma visão otimista e esperançosa diante de qualquer situação adversa, buscando sempre o lado bom.

⁹¹ “50 idéias...”; “Diário de uma mulher só”; “Mulher solteira procura...”; “Mulher solteira não procura (mas...)”; “Adoro ser solteira”; “A nova solteira”.

⁹² Molinaro, Denise. *Sex and The City versão brasileira!* (www.msn.com). Nesta longa reportagem, a articulista diz que o Guia da Semana entrevistou 40 mulheres solteiras de diferentes idades e perfis “a maioria de mulheres que conquistaram independência e que colhem os frutos da revolução feminina”. A matéria apresenta fotografias de oito personagens, dentre as quais, uma “negra” e uma “oriental”.

ativa” e não desesperada, aparece no livro *Como arrumar um marido depois dos 35 anos* (*Época*, 12/07/2004), cuja autora, Rachel Greenwald, se apresenta como “pós-feminista” e defende que casar exige estratégias tão sofisticadas quanto um plano de ação no mundo dos negócios. Em tempos de crise, afirma a autora, é preciso começar cedo; as mulheres devem se esforçar para mudar a situação e traçar planos realizáveis. Admitindo que seu método dá resultados entre 12 a 18 meses e que 80% das mulheres encontram maridos maravilhosos, ela destaca que é importante encontrar o homem certo.⁹³

Proposições como as de Rachel Greenwald colidem frontalmente com as noções mais radicais do ideário feminista que ela julga ultrapassar quando se auto-proclama “pós-feminista”. O contrato de casamento (Pateman, 1988) foi severamente criticado por perpetuar as desigualdades de gênero e relegar a mulher à condição de “complementar” ao homem (Gordon, 1994). Aparentemente, o que está em jogo no programa estratégico de Greenwald é menos o acesso à propriedade – considerado por Pateman como uma explicação do por quê algumas feministas ainda defendem o contrato de casamento –, uma vez que mulheres economicamente independentes não teriam necessidade deste artifício, mas a ordem simbólica, as normas sociais que vêem a mulher sem par masculino como *manquê*, uma anomalia. Como analisa Rubin (1989), concepções como as de Greenwald alinham-se perfeitamente à política de segregação social e sexual que valoriza as relações de matrimônio – heterossexual, monogâmico, estável, procriativo, homogâmico em termos de classe, idade e raça – em detrimento dos comportamentos e práticas “desviantes”, que não se aproximam deste modelo, entre os quais certamente figuram as mulheres “sós”.

Assim, são raras as noções dissonantes de “solidão” das mulheres nas matérias analisadas. “A geração do antes só”, publicada no Dia Internacional da Mulher, oferece basicamente as mesmas referências discutidas no decorrer deste capítulo – desencontro de valores e expectativas entre homens e mulheres, individualismo, etc. –, embora pareça realçar de modo mais positivado a experiência das mulheres “sós” a partir dos 40 anos, recorrendo a uma voz autorizada local:

⁹³ Entrevista com Rachel Greenwald. *Época*, 12/07/2004, conteúdo exclusivo *on line*. Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,ESS641-2107,00.html> (acesso em maio de 2005).

Feminista e PhD em Antropologia, Telma Carmargo atribui o fenômeno a um descompasso entre valores e comportamento. Telma destaca que suas considerações são sobre uma categoria muito específica: mulheres de classe média, que vivem em Goiânia, brancas e na faixa entre os 40 e 50 anos. “Cada contexto e faixa etária têm as suas próprias especificidades”, explica. Quatro fatores explicariam a busca solitária dessas mulheres. O primeiro é a reestruturação dos novos papéis desempenhados por homens e mulheres. “As mulheres estão mais preocupadas do que os homens e há um descompasso na construção do novo modelo”. Nessa faixa etária, as mulheres também já teriam vivenciado suas experiências amorosas. Como no ciclo de vida anterior, elas se voltaram muito ao outro (pais, filhos, ex-maridos), nessa fase elas estão em busca do que Telma chama de “momento criativo prazeroso”. É o momento da “individuação”, hora de alcançar o máximo da individualidade. O terceiro fator é como o mundo vê essas mulheres. A mídia impõe como modelo a mulher jovem e bonita em detrimento das mulheres maduras. Por fim, tem o olhar da mulher sobre si mesma. Nessa fase, ela acredita que “toda a forma de amor vale a pena”, mas “não é qualquer amor que vale a pena”. Na prática, o nível de exigência delas aumenta (*O Popular*, 08/02/2006).

Entretanto, a voz de Telma Camargo não encontra eco neste especial do Segundo Caderno (*Magazine*), cujo texto apresenta, entre outras coisas, receitas de como tornar as mulheres mais sedutoras.⁹⁴ A sedução reaparece em outras matérias com nova roupagem – a dos cinquentões disponíveis –, marcando mais um contraste na discussão sobre mercado afetivo/matrimonial do ponto de vista de gênero.

Fragilidade e liberdade: masculinidades em contraste

Parte da literatura demográfica utiliza distinções de gênero para explicar as transformações no mundo da família e das relações sociais, focalizando de modo preferencial as conquistas das mulheres. A “solidão” masculina nos textos da mídia analisados apresenta uma polarização: de um lado, homens frágeis e dependentes do cuidado de uma mulher; de outro, homens seguros de si, que escolheram morar só para escapar às restrições e pressões do casamento. Muitas matérias, freqüentemente, comparam homens e mulheres, enfatizando a importância das conquistas femininas, embora o feminismo só seja mencionado em matérias específicas, compondo edições especiais como as de *Veja Mulher*. Algumas matérias reiteram feminilidades e masculinidades

⁹⁴ O título traz o enunciado: “Cabelos e unhas impecáveis, pernas depiladas, equilíbrio sobre o salto. Confira algumas dicas importantes para manter a aparência impecável” (*O Popular*, 08/03/2005).

“tradicionais”, mesmo quando contestadas pelas normas e práticas, ao modo de Bozón (1995).⁹⁵

Ainda que por razões opostas, o casamento aparece como o cerne das caracterizações de homens “solteiros” na mídia – necessitam dos cuidados de uma mulher e “precisam” se casar ou, se são/foram casados, querem se sentir livres. O homem “solteiro”, ou sem companheira, não é questionado, uma vez que sua “solteirice” é presumida como fase transitória livremente escolhida. Não sendo um “problema”, apenas se constata sua vida desregrada: mal alimentado, bebe e fuma muito, dorme pouco. Se já foi casado e quer a liberdade de volta, morar sozinho é apresentado como a escolha de um estilo de vida e, nesse sentido, convive bem com a solidão, desfrutando das conveniências e facilidades. O olhar condescendente de parte da mídia para essas tipologias é evidenciado em duas matérias.

A segunda parte do Especial *Veja Homem* (10/2003) sobre os sozinhos oferece uma matéria contrastiva sobre os impactos da “solteirice” na vida dos homens. A chamada “A constatação agora é científica: por trás de um homem saudável, há sempre uma mulher zelosa. Os solitários tendem a descuidar da própria saúde” não apresenta ambiguidades. Se em “O fantasma da solidão”, Veiga utilizou as informações “científicas” sobre os riscos da vida de solteiro, estendendo-as também às mulheres, aqui, são claramente distintas e encontram eco nas falas de duas personagens:

Como moro sozinho, a minha vida acaba sendo desregrada: trabalho até de madrugada, durmo só umas cinco horas por noite e é comum almoçar apenas um sanduíche. Só quando estou com namorada séria atinjo o peso ideal. Se ela mandar comer, obedeço. (Edson Zampronha, 37 anos, compositor paulista). [A articulista indaga]: alguma leitora se habilita a endireitar o sujeito?

⁹⁵ O foco de análise do autor, nesse texto, está centrado nos comportamentos sexuais e amorosos de casais heterossexuais na França contemporânea. Bozón (1995:123-124) distingue três classes de realidade: as práticas, as normas e as representações. As representações designam a parte mais antiga, mais estável e mais implícita na visão de mundo dos indivíduos (Id., ib.:123). Apresenta-se como uma visão de mundo natural, não exigindo qualquer justificativa. As representações organizam a percepção, mas podem se objetivar em instituições ou encarnar formas corpóreas (ex: homem forte e protetor). As normas são regras explícitas de comportamento sobre as quais os indivíduos se referem conscientemente e se fundam em princípios filosóficos, políticos, religiosos ou ideológicos. Numa sociedade podem coexistir normas em conflito. O surgimento de normas novas – a igualdade entre os sexos, por exemplo – não perturba as representações de imediato. As práticas, individuais ou coletivas, são comportamentos realizados e podem confirmar ou contestar as normas; as modificações decisivas afetam diretamente as práticas.

Para ilustrar a “cura” efetuada por uma esposa, a matéria apresenta a fala de outro personagem:

...por causa da minha mulher, eu me tornei muito mais saudável. Parei de fumar e de comer carne, aderi à ioga, reservo tempo para lazer e não acordo mais de ressaca (Sérgio Palmiro Serra, *designer* gráfico, paulista, 38 anos).

[seguida por comentários da articulista]

Nessa toada, quando chegar aos 48 anos, as chances de Serra viver até os 65 serão de quase 90%. Se continuasse solteiro, a probabilidade de isso acontecer baixaria para 60%. (...) Então, minha amiga, o casamento acabou? Viva o casamento!

“A solidão que dói”, quadro que encerra a matéria, apresenta os homens solteiros, divorciados e viúvos como mais propensos às doenças – hipertensão, problemas cardíacos, câncer na garganta e pneumonia.⁹⁶

Mesmo uma leitura desatenta permite perceber a clássica noção de que o homem, ao se casar prolonga a dependência dos cuidados da mãe para uma esposa zelosa. No entanto, as matérias não estabelecem nenhuma correlação entre os contextos de “solteirice”, como se a resistência das mulheres ao casamento estivesse relacionada apenas às idiossincrasias resultantes de sua mudança de *status* econômico.

“Morar sozinho é uma escolha” (*Época*, Caderno Especial Homem, 04/2004) enfatiza a liberdade no estilo de vida dos que moram sozinhos ancorada em três depoimentos com fotos que exibem diferentes situações: o primeiro, um homem de 42 anos, diretor de uma empresa em São Paulo, aparece sorridente em ambiente doméstico, sentado em uma poltrona confortável, uma sala de estar bem decorada, sob a chamada “Mais feliz. Gahito sente-se melhor e mais diversificado depois da experiência do casamento”. O segundo, um arquiteto carioca de 50 anos, é fotografado em sua prancheta de trabalho, aparentemente no escritório, “cada um em seu canto. A relação em casas separadas é mais saudável na opinião de Cavallere”. O terceiro, comerciante de 48 anos, também carioca, é mostrado

⁹⁶ A articulista informa que os dados são da demógrafa americana Linda Waite, da Universidade de Chicago. O livro em questão, de Linda Waite e Maggie Gallagher – *Why Married People Are Happier, Healthier and Better Off Financially* (2000) – é alvo de críticas quanto aos métodos que utiliza e as conclusões resultantes da análise dos dados em outras matérias na internet. Análises sobre este tipo de pesquisa em defesa do casamento pela via da comparação com pessoas solteiras, com base em dados epidemiológicos, quase sempre manipulados, é bastante criticada nas discussões que alimentam a lista Single-W (http://medusanet.ca/singlewomen/resources/bib_hist.htm).

tomando um *chopp*, a foto sugere que ele está acompanhado: “nada de solidão. Para Campos, é bom ter companhia, mas respeitando a individualidade”.

O sub-título – “após longos casamentos, muitos homens sentem falta da individualidade. Para tê-la de volta, optam por viver sós – e não se arrependem” – é seguido pela apresentação das vantagens deste estilo de vida, escolhido após terem passado pela experiência do casamento e, atualmente, optando por relacionamentos nos quais cada um tem o seu espaço. Embora valorizado como experiência, o casamento é apresentado como um lugar de restrições impostas pela convivência e também pela esposa: “todas tentaram me mudar”. Se a matéria não coloca como problema querer morar só depois de uma experiência de casamento, o mesmo não acontece com a “solteirice” crônica. Na tentativa de reforçar que essa escolha só é saudável quando ocorre após um casamento, o articulista encerra a matéria inspirado nos argumentos do terapeuta Sérgio Savian – que acredita que o casamento mata a individualidade e, depois de um tempo, é natural querer ficar sozinho, uma opção para ser mais feliz – “sem ter experimentado, como alguém pode dizer que não gosta de determinada situação?”. Ainda neste Especial Homem, a revista reforça o papel das mulheres no cuidado da saúde dos homens: “o ‘empurrãozinho’ feminino é fundamental para que o homem visite o médico e faça *check-ups* preventivos que podem salvar sua vida”.

Em evidente contraste, as matérias que focalizam os solteiros, não fazem referências às preocupações com problemas de oferta/demanda no mercado matrimonial, afinal, como afirma a coordenadora da Comsenso, referindo-se ao grupo de discussão apresentado em “O fantasma da solidão” (*Veja*, 25/07/2001), “elas nem falam em filhos porque acreditam que só por um golpe de sorte vão constituir família. Já o homem tem certeza de que vai encontrar uma parceira”.

“A sedução aos 50” aposta no contraponto “vaidade masculina”, anunciada no subtítulo – “os homens cuidam-se melhor, investem em estilo de vida e rendem-se aos apelos da vaidade” –, e continua discorrendo sobre a alta performance dos cinquentões, valorizando o investimento em beleza e cuidado com o corpo:

(...) Todos nasceram na primeira metade do século passado e driblam as décadas como atletas do bem-viver. Tornaram-s mais atraentes com o decorrer do tempo. Jogam no time cada vez mais numeroso, no Brasil e no mundo, dos grisalhos em plena forma (*Época*, 05/02/2001).

A articulista Anabela Paiva apresenta explicações atualizadas, baseadas em informações demográficas, para as diferenças entre os cinquentões e as cinquentonas:

Maduros e bem cuidados, os homens de 50 despontam na preferência feminina. Melhor ainda se bem sucedidos, livres e desimpedidos. (...) O consultor e hoje produtor Fernando Almeida, de 51 anos, aposta no sorriso impecável e na boa experiência (...). Divorciado (...), atualmente sem namorada, acha-se preparado para a retomada de compromissos emocionais. Os índices são favoráveis a Fernando. A pesquisa Pirâmide da solidão, do CEBRAP, mostra que um cinquentão pode escolher entre 57 candidatas, com idades que vão dos 20 aos 50. Para as cinquentonas, em contrapartida, sobram poucos parceiros na mesma faixa etária.

A busca por parceiros/as é tratada de forma distinta. “Homens solteiros procuram... farra e fama” (*Veja*, 24/07/2002) abre com o *slogan* “Para isso dão festas de arromba e não economizam no champanhe” e é ilustrada com nomes de milionários e suas companhias femininas apresentadas como “troféus” exibidos nas festas – eles estão solteiros, mas nunca “sozinhos”. Se em “Mulheres procuram” (*Época*, 03/03/03) a tônica era a dificuldade para encontrar parceiros estáveis, aqui, ao contrário, há exibição de um estilo de vida livre e desimpedido no qual as mulheres figuram como adereços, como símbolo de *status*, de conquista.

As “novas mulheres” são interpretadas como seres fora do eixo, adotando metáforas que as desqualificam. A psicóloga Ana Bock da PUC/SP declara:

Ser solteira é não ter respostas prontas, e sim estar em busca delas. São mulheres na fase da descoberta, como uma criança que abre os olhos para o mundo. A criança acha difícil escolher porque tem que decidir o que irá perder. A mulher também. (...) casamento significa ter que escolher apenas “um brinquedo”. Elas encaram a opção pelo casamento não pelo que estão ganhando, mas pelo que estão perdendo.

As conclusões sobre o futuro das “solteiras” apresentam uma visão mais “otimista”, que aposta na mudança de comportamento das pessoas, homens e mulheres, e num certo equilíbrio para a próxima geração, e uma mais “pessimista”, que enfatiza o acirramento da concorrência para as mulheres, aprofundando a distância entre expectativa e realidade, ou seja, ampliando o *gender gap*. Bárbara Whitehead e a psicanalista Beatriz Kuhn acreditam que o novo homem já existe e que as mulheres precisam ter paciência; elas não ficarão sozinhas, otimismo compartilhado por Miriam Goldenberg:

As relações estão muito melhores, mais próximas, mais satisfatórias do que sempre foram. (...) A dificuldade não significa crise, mas sim que deve haver negociação maior, porque as mulheres estão podendo mais.” (*O Popular*, 2005). [E, ainda] a mulher se sentirá feliz quando encarar que ser solteira é uma forma, entre várias, de se realizar (*Cláudia*, 2003).

Em entrevista à *Época* (03/03/03), o filósofo francês Gilles Lipovetsky tem uma compreensão distinta das exigências da nova solteira. Ao ser questionado se não é anacrônico as mulheres idealizarem um certo tipo de homem, responde: “Não, elas estão exercendo um direito de escolha e isso é muito moderno. A dinâmica individualista não exclui o amor, mas criou a reivindicação da autonomia dentro dele. É o amor não sacrificial”. No tocante à compreensão entre os sexos, Lipovetsky acredita que não houve progresso, ambos continuam se desencontrando.

Apenas uma matéria enfatizou arranjos alternativos para as “novas solteiras”. Segundo a articulista, devido à grande preocupação com a segurança, nos Estados Unidos e na Inglaterra, as mulheres sozinhas estão formando grupos que comprem quadras inteiras de casas ou arrematam prédios de apartamentos para se sentirem mais amparadas e compreendidas (*Veja*, 30/07/2000). Não há menção sobre formas de convivência entre mulheres de diferentes gerações, raças ou classes sociais. Destaco que a centralidade está colocada nas questões de segurança e não na busca por outros arranjos.

Uma matéria encontrada quase ao acaso nas buscas continuadas na Internet mostra uma abordagem sobre sexualidade, enfocando os instrumentos eróticos ou vibradores, me chamou a atenção pela referência à pirâmide da solidão.

Em “Loucos por sexo”, a coluna “saúde e comportamento”, traz uma longa matéria sobre vibradores, apresentando a seguinte introdução:

Elas só pensam, cada vez mais, nos prazeres do sexo. Isso mesmo: o mais novo fenômeno cultural do século XXI atinge sobretudo as mulheres. O mercado erótico no Brasil cresce de 10% a 15% por ano e elas estão à frente da nova bandeira da busca do orgasmo total. Elas são 65% dos consumidores das 600 sex shops do país. No Rio, lojas de multimarcas, como a Clube Chocolate, estão com o estoque esgotado de vibradores em suas sex shops vips e boa parte das lojas de lingerie sofisticada abriu um cantinho com produtos para turbinar o sexo. É comum ver senhoras da sociedade na fila de espera de “brinquedinhos” que as levem à lua de prazer, entre eles o best-seller Rabbit, um pênis vibratório de R\$ 600 que, além da penetração trepidante, estimula também o clitóris (*Jornal da cidade, Sergipe*, 10/09/2006).

Uma das entrevistadas, a antropóloga Mirian Goldenberg, associa o aumento do consumo de vibradores por mulheres à “pirâmide da solidão”: “a proporção de mulheres acima de 60 anos no Brasil é infinitamente maior que a de homens. Elas não têm alternativa. Ou viram homossexuais, e isso vem ocorrendo cada vez mais na terceira idade feminina, ou então, compram vibradores”.

Estratégias para “arranjar marido”

Pessoas morando sozinhas são consideradas “consumidores/as potenciais, um dos motivos de sua crescente aceitação na sociedade em tempos atuais. Nas matérias jornalísticas e outros produtos culturais analisados, a ênfase nestes modos de vida opera com distinções de gênero: as mulheres são consideradas mais “independentes, mais sociáveis e agora são aceitas e respeitadas, porque “consomem” como os homens. Essas mesmas considerações são contraditórias quando tratam da “solteirice” feminina e masculina. Os homens tendem a ser vistos como seres que se fragilizam na ausência de uma parceira, adoecendo mais frequentemente, levando uma vida desregrada e sem horários. Os “benefícios” oferecidos pelo casamento são reforçados e, em algumas matérias, os/as articulistas chegam a propor soluções práticas aos solteiros. A “solidão” feminina é reiteradamente acentuada a partir das informações estatísticas e das noções desenvolvidas pelas pesquisas demográficas. Assim, a “pirâmide da solidão” é tratada como verdade absoluta inquestionável e é utilizada para “explicar” desde o aumento na venda de vibradores nos *sex shoppings* à atitude de desconfiança das mulheres mais maduras quanto a uma nova união. No entanto, a mídia também investe na produção da figura da “nova solteira” como uma mulher “emancipada”, “bem resolvida” e “feliz”, filtrando e reinterpretando noções que caracterizam o ideário feminista.

Ao mesmo tempo, nas matérias analisadas, o “drama das solteiras” tem sido apresentado em termos de um típico desencontro resultante da emancipação das mulheres, reiterando, de certa forma, as análises realizadas pelos textos demográficos. O “velho homem” não corresponde, não atende, não satisfaz, não compreende essa “nova mulher” determinada, independente e autônoma, que já não aceita casar por casar e, quando o faz, reivindica um relacionamento em bases igualitárias. Sem lugar no imaginário social, ela é descrita em termos que ora a compara aos homens, ora às solteironas do passado e, ao lhe

atribuir adjetivos que as infantiliza ou demoniza, ela é, ao mesmo tempo, vítima e culpada pela sua “condição”.

Paradoxalmente, uma das noções que se destaca na leitura do material da mídia é a das estratégias para arranjar um par ou um marido. Nas décadas de 60 e 70 do século XX ficaram famosas as coleções literárias que abordavam o sexo numa perspectiva pretensamente científica. Boa parte dessa produção anglo-saxã foi traduzida no Brasil e serviu como guia para toda uma geração interessada em educação sexual, matrimonial, etc. “Garimpei” um desses exemplares em uma de minhas buscas nos sebos. *Sexo e mulher solteira* (Frank Caprio *et alii*, 1977), escrito em 1964, aborda uma variada gama de assuntos concernentes à sexualidade, incluindo alguns tomos acerca das “solteiras”, do sexo pré-marital, da “lésbia”. Das notáveis informações contidas no livro, chama a atenção o último artigo – “Agências matrimoniais – são úteis?”. O autor sustenta que estes serviços podem parecer frios porque se apresentam como científicos, mas sua utilidade é inquestionável, uma vez que, nos grandes centros urbanos e industrializados, a atribulada vida profissional de homens e mulheres não abre espaço para o encontro dos parceiros naturalmente. Para o autor, as agências são equivalentes às redes familiares, religiosas e escolares, nas quais rapazes e moças são apresentados um ao outro. Ciente de que se trata de contextos e épocas distintas, é notável a semelhança dos termos empregadas por Bárbara Whitehead, quarenta anos depois, para explicar a falta de parceiros disponíveis no mercado matrimonial e o desencontro amoroso entre homens e mulheres presente no filme *Avassaladoras*. As estratégias para favorecer o casamento aparecem como uma resposta a um “problema” na ordem da cultura, que solucionam uma situação anômala (o “excesso de mulheres solteiras”), quando o esperado “equilíbrio no mercado matrimonial” não se realiza.

Análise semelhante sobre literatura de massas centrada no aconselhamento ao matrimônio no final dos anos 1970 nos Estados Unidos é desenvolvida por Ellen Ross (1980), mostrando que “ser parte de um casal heterossexual era visto como uma necessidade vital” no sentido de diferenciar casadas de não casadas, num contexto de aumento de divórcios e de declínio da fecundidade para o qual se cunhou a expressão “a crise do amor” (*love crisis*). Para a autora, a literatura de auto-ajuda ou de aconselhamento amoroso partia do pressuposto de que qualquer problema – solidão, insegurança,

incompatibilidade entre os sexos – poderia ser resolvido individualmente ou pelo casal utilizando técnicas adequadas. A idéia era proporcionar ferramentas para que as pessoas se realizassem em um ideal de matrimônio carregado de intimidade, amor e mutualidade.

Em termos das “estratégias matrimoniais”, estudos como os de Ross (1980) demonstram que não há nada de “natural” no encontro amoroso entre os sexos e, em diferentes épocas, as sociedades encontram modos de intervir no sentido de favorecer ou não o casamento, sendo a permanência de mulheres “solteiras” interpretada como uma necessidade, uma aberração ou um valor. Cláudia Fonseca (1989; 1995) observou que suas “senhoritas” de 80 anos, nascidas no início do século XX, na França, não haviam “sobrado” em virtude da alta mortalidade de homens na Primeira Guerra Mundial. Ao contrário, elas faziam parte de uma engrenagem complexa, altamente referida ao contexto de classe, às condições sociais e econômicas vigentes na época e, sobretudo, ao universo simbólico que valorizava as virtudes da moça casta e leal a seus pais e irmãos. Para essas mulheres burguesas do começo do século XX, permanecer solteira lhes poupava alguns constrangimentos de casamentos arranjados e lhes destinava um papel social que, para elas, era tão ou mais importante que o de esposa e mãe.

Nas representações da mídia, o estar “solteira” é visto com mais “simpatia” quando percebido como um momento transitório, de investimento pessoal, e o casamento como um sonho idealizado, mesmo quando não explicitamente referido pelas personagens. Neste ponto, as noções da mídia se aproximam da Demografia. Apesar das mudanças sociais e das críticas, o casamento permanece como um lugar de estabilidade, de segurança, de algo mais fixo e duradouro, capaz, por consequência, de dissolver a insustentável transitoriedade da vida de solteiro. Para conferir à união um caráter mais estável são oferecidas sugestões que o ritualizem, como recomenda o psicólogo Ailton Amélio, que os casais realizem pelo menos uma cerimônia, para dar à união um sentido mais duradouro.⁹⁷

As noções aqui analisadas remetem à existência de conexões importantes entre noções produzidas nos estudos demográficos e as disseminadas pela mídia. Como mediadora, a mídia traduz as informações consideradas relevantes, selecionando-as e reinterpretando-as, num determinado contexto, para o público não especializado, na maioria das vezes, exagerando e distorcendo os significados dessas informações. Assim, enquanto

⁹⁷ SOUZA SILVA, Adriana. O Guru do amor. Fórum AOL: www.aol.com.br (acesso em 10/07/2005).

Elza Berquó fala sistematicamente em simulação de cálculos, em indicador hipotético de disponibilidade de parceiros/as na pirâmide da solidão, a mídia a recria em termos absolutos de solidão feminina, como realidade que pode ser conferida numericamente em exatas proporções. Essas distorções raramente encontram reações por parte de pesquisadores no terreno da produção da notícia. A palavra que fica para o grande público é aquela que a mídia veiculou, muitas vezes, com o aval do/a especialista.

A mídia produz, sistematicamente, novas informações com “efeitos de verdade”. A pesquisa *Sexo, Economia e Casamento* é mencionada em nove matérias de televisão – cinco na Rede Globo (três no *Jornal Nacional*, uma no *Bom Dia Brasil*, uma no *Globo Repórter* especial sobre solidão) e quatro em outras redes. Nos jornais e revistas de todo o Brasil contabilizei 42 matérias e mais de 50 inserções em veículos *online* (www.fgv.br/clipping). O grande interesse das várias mídias nessa pesquisa estava centrado no *ranking* das capitais da “solidão feminina” somado à enorme capilaridade dessas notícias na Internet, seja na reprodução dos *clippings* realizados pelas instituições, seja na geração de matérias derivadas.

Alguns estudos⁹⁸ mostram que a relação “cooperativa” entre mídia e ciência a respeito das mulheres não é recente. O problema das *surplus women* (excesso de mulheres na população) na Inglaterra no final do século XIX e no período entre-guerras foi, sobretudo, um fenômeno jornalístico, no qual, as estatísticas eram tomadas sem critério, produzindo pânico social. Elaine Showalter, analisando os mitos, imagens e metáforas sexuais produzidas na virada do século XIX para o século XX na Inglaterra e nos Estados Unidos, mostra como a imprensa britânica, com base nas informações demográficas da época, veiculou imagens exageradas sobre o “excedente de mulheres” muito semelhantes às descritas neste nosso *fin de siècle*. As mulheres sem par (*odd women*) eram aconselhadas a migrar “sob patrocínio do governo, para as colônias onde mulheres inglesas estavam em falta e onde talvez conseguissem marido” (Showalter, 1993:37). A autora aponta, ainda, para a oposição sistemática ao trabalho feminino, que tornaria a vida de solteira uma opção como muitas, “estimulando um celibato antinatural”. A imagem da “nova mulher” (sufragista, independente, celibatária) estava vinculada, segundo Showalter, ao nascimento de um novo grupo social com expressão política. Nas matérias analisadas, as “novas

⁹⁸ Cf. Showalter, 1993; Vicinus, 1985; Bennet and Froide, 1999; Holden, 2002, 2005.

mulheres” (autônomas, independentes, “solteiras”), são consideradas herdeiras da “revolução feminista” e identificadas como um grupo com alto potencial de consumo, convidadas a migrarem para a Inglaterra para assegurar um marido em um momento de potencial “*surplus men*”.

É recorrente a articulação entre as informações com dados estatísticos, característica dos estudos demográficos, e as vozes de especialistas para produzir “verdades”, cumprindo a função de legitimar, raramente de contrapor, os pressupostos em questão. A seleção das personagens e as terminologias adotadas produzem “retratos” da realidade que se correlacionam com alguns repertórios discursivos presentes nas narrativas de algumas entrevistadas. Entretanto, inseridas em um outro contexto cultural e geográfico e por apresentar maior heterogeneidade em aspectos etários, profissionais, familiares e de relacionamentos, não se limitando a relações heterossexuais, as entrevistadas se distanciam, em certa medida, das caracterizações das personagens que ilustram matérias da mídia.

Na primeira parte desta tese identifiquei e analisei as principais noções dos estudos de população e da mídia acerca do morar só no Brasil contemporâneo à luz das perspectivas feministas e de gênero. Na segunda parte, localizo conceitualmente o morar só enquanto uma forma de vida e apresento as noções expressas pelas mulheres entrevistadas a partir dos significados atribuídos à experiência de morar só na cidade de Goiânia, Goiás, mapeando convergências e divergências entre suas percepções e o conjunto das noções exploradas.

Parte II

Trajetórias, contextos e narrativas

Introdução

O discurso é aquele que nunca é castrado. É o que recomeça, renasce (...) Por outras palavras: começar é sempre, num estágio do sujeito: encadear. Encadear com o quê? Com o que se estava dizendo. Encadeio com aquilo que eu estava dizendo.

Roland Barthes, 2003.

Na primeira parte desta tese mostrei que as mulheres “sós” têm sido vinculadas a uma certa noção de solidão, percebida como um problema nos estudos de população. Essa idéia é recriada e sustentada pela mídia. A “pirâmide da solidão”, “das não casadas” ou “das sem par” é uma representação gráfica para uma aritmética das relações entre os sexos, raramente problematizada. Em certas sociedades, casar ou não constitui um problema de estado passível de intervenção, mediante estratégias sofisticadas e caras. A centralidade do matrimônio heterossexual como um valor e a pouca ou nenhuma preocupação com outras formas de relacionamento disponíveis às pessoas “não casadas” reforça a norma heterossexual dominante como matriz que ordena o social. Essa matriz da conjugalidade ancora outras representações sociais e está, em todos os sentidos, atada a noções de normalidade (Rubin, 1989). Nos textos analisados na Parte I, morar tende a ser considerado um estilo de vida⁹⁹ próprio. Nesta parte da tese analiso as percepções de mulheres que moram sozinhas em Goiânia, Goiás, retomando as questões enunciadas na introdução geral – noções dominantes e alternativas; como gênero opera, ou seja, que noções de feminilidade e masculinidade marcam as narrativas; formas de sociabilidade disponíveis; como se articulam as noções do ideário feminista – igualdade, liberdade, autonomia e independência.

Os ainda raros estudos sobre morar só e/ou sobre pessoas “solteiras” realizados no Brasil e em outros países¹⁰⁰ sugerem tratar-se de um estilo ou modo de vida particular, no

⁹⁹ No geral, o morar só como um estilo ou modo de vida não necessariamente implica na teorização sobre esses conceitos por parte dos/as autores/as. Nesses estudos, estilo ou modo de vida é uma maneira de ser e estar no mundo, de fazer escolhas, de viver a vida; é uma forma de vida. Entretanto, dado que este conceito evoca sentidos nem sempre unívocos nas ciências sociais, ofereço uma breve discussão no capítulo que se segue.

¹⁰⁰ Ainda são escassos os trabalhos sobre “solteiras” ou mulheres morando sozinhas publicados no Brasil, especialmente sobre o momento atual. O tema vem ganhando mais estatura no mundo anglo-saxão desde os anos 1980, particularmente na História e nos estudos sobre a mulher. Em 2006, foi realizada a primeira

qual a decisão voluntária o diferencia de outras formas de vida. Transitório ou permanente, este estilo de vida se dá pela oposição direta ao viver junto, seja na família parental, na conjugalidade (casamento, coabitação, união informal) ou outra modalidade de habitação compartilhada. As marcas deste estilo de vida, mais característico na vida urbana contemporânea, estão no gosto pela liberdade, pela individualidade e no apreço pela casa como local de privacidade e intimidade, uma espécie de extensão de si mesmo. Descritas como mais autônomas e independentes, as pessoas que escolhem morar sós estariam mais habilitadas a lidar positivamente com a “solidão”, outra marca de distinção atribuída a este grupo.

Muitos dos estudos sobre as transformações na família mencionam o morar só – e mais raramente o ser/estar solteiro/a – como um novo arranjo doméstico, um novo estilo de vida, no entanto, não se detêm sobre o tema, como foi visto no capítulo I. Alguns estudos retratam pessoas morando sozinhas, outros focalizam o ser/estar “só” ou ser/estar solteiro/a como uma “condição” mais ou menos contingente nas grandes cidades.

O estudo da socióloga Ana Cláudia Pacheco (2005) estabelece a conexão entre gênero, solidão e “raça”, sugerindo que ser mulher acima dos 30 anos, negra e economicamente independente em Salvador, Bahia, são credenciais que colocam as mulheres em uma condição particularmente vulnerável no mercado matrimonial. Através de um estudo empírico, a autora confirma os pressupostos da “pirâmide da solidão” de Elza Berquó sob o ponto de vista racial.

A psicóloga clínica Christine Victorino retrata a experiência de 10 mulheres de camadas médias do Rio de Janeiro que saíram da casa dos pais para morarem sozinhas e trata o conjunto das entrevistadas de forma homogênea: mulheres jovens, entre 25-35 anos (a autora não menciona “raça”), com carreiras profissionais em fase de consolidação e heterossexuais. Neste trabalho, as entrevistadas afirmam terem buscado morar só como uma experiência de vida de caráter transitório, que estabeleceria uma ponte para a conjugalidade e a formação de uma família, tornando-as mais maduras e aptas a viver junto. A autora indaga se morar só é causa ou consequência das transformações ocorridas na família (Victorino, 2001:xvi) e interpreta a decisão de morar só como uma marca da

conferência internacional sobre “solteiras” na história, de 1000 a 2000 (cf. <http://humanities.uwe.ac.uk/swhisnet/swhisnet.htm>).

individualização crescente nas sociedades modernas. Como psicóloga clínica, seu enfoque a partir das transformações na família privilegia uma discussão centrada nos conflitos que a saída de casa pode gerar para ambos, mulheres e pais/mães.

Em *Flexíveis e Plurais*, estudo sociológico sobre os novos arranjos familiares no Brasil atual, Jeni Vaistman analisa as transformações na família brasileira, tendo como pano de fundo a heterogeneidade presente nas relações amorosas, afirmando que a marca da contemporaneidade é a ausência de um modelo de família. Atenta às influências do feminismo e da emergência das mulheres como indivíduos, a autora não aborda particularmente nenhuma trajetória de pessoas que moram sós, mas tece comentários acerca da não-coabitação:

Entre a nova classe média, em poucos anos a não coabitação emergiu das zonas obscuras das situações desviantes, adquirindo legitimidade social, constituindo-se como um fato social e culturalmente legítimo, porque sustentado em práticas e valores mediante os quais as mulheres conquistaram direitos, fizeram-se reconhecer como indivíduos (Vaistman, 1994:154).

Nádia Amorim (1992) realiza um estudo antropológico sobre a condição das “solteiras” em Maceió, nos anos 1980, a partir do depoimento de 66 mulheres entre 30 e 90 anos, de todas as classes sociais, nível educacional e formação profissional variadas e algumas morando sozinhas. A autora está preocupada em desconstruir o caráter de estigma que acompanha a “condição” de solteira na sociedade local e na sociedade brasileira de forma geral, por isso, não se detém especificamente sobre as especificidades do morar só. Apesar das restrições locais, a leitura dos depoimentos das que moram sozinhas remete à ênfase na separação da família como um ato de independência, autonomia e liberdade.

O estudo de Roseli Buffon (1997) analisa o morar só a partir da experiência de homens jovens, entre 30-35 anos, heterossexuais, que moram sozinhos na cidade de São Paulo. Realizando uma etnografia dos espaços domésticos e focalizando a problemática sob a rubrica do individualismo das camadas médias “intelectualizadas e psicologizadas”, a autora mostra como esses jovens se sentem diferenciados do homem “machão tradicional”, afirmando-se como “homens sensíveis” que se esmeram na decoração da casa, na cozinha e nas suas conquistas amorosas. O morar só é percebido como um estilo de vida particular, voluntário e marcado por idiossincrasias.

Mais atentas às discussões feministas e às transformações históricas no estatuto das mulheres nos países “do norte” e suas tensões no “todo” social, os trabalhos de Tuula Gordon (1994), Anne Byrne (2000) e Roona Simpson (2005) sobre “solteiras” na contemporaneidade¹⁰¹ expressam a idéia de uma “solteirice” (*spinsterhood*, *singleness* ou *singlehood*) como estilo ou forma de vida, resultante de múltiplas injunções sociais que contrasta – e, ao mesmo tempo, produz novas discriminações – com as “solteironas” (*spinsters*) do passado, fortemente limitadas por restrições materiais e simbólicas. Consideradas as diferenças contextuais, esses estudos se apóiam na noção de *agency*, capacidade das mulheres em realizarem escolhas, de decidirem e agirem por si mesmas. Estes estudos buscam demonstrar que, atualmente, ser só, tanto no sentido de não ter um par, de morar sozinha ou ambos, constitui-se uma forma de vida voluntariamente eleita, ainda que não tenha o mesmo estatuto social do casamento ou do viver junto e, eventualmente, em graus maiores ou menores, seja estigmatizada (Byrne, 2000).

A partir das formulações da teoria social, é possível caracterizar o morar só como um estilo de vida específico na contemporaneidade? Quais fatores estão implicados nessa caracterização?

Morar só: o papel das cidades

Uma coisa é um solteiro, assim, na capital, outra no interior, tanto pra o homem quanto para a mulher. Eu acho que a mulher, numa cidadezinha, é aquela solteirona que fica naquela casa isolada, criando gatos, cachorrinho, é assim. É uma coisa que fica, assim, mais de olho nela. Eu acredito que na capital se dilui mais, as pessoas têm outros interesses, têm que ficar centrados nisso (Tália).

Como tem sido assinalado ao longo desta tese, nas leituras realizadas em diferentes abordagens, morar só, nos marcos de uma escolha mediada ou contingenciada por diferentes circunstâncias – mobilidade social, migração, separações, viuvez, desejo “subjetivo” de liberdade e independência, pressão do mercado, etc. – é um modo de vida cuja incidência é maior nas grandes cidades de países do chamado “mundo ocidental”.

¹⁰¹ Tuula Gordon realizou um estudo transcultural, entrevistando mulheres solteiras em três cidades grandes, duas capitais – Londres e Helsinki – e São Francisco, CA. Anne Byrne analisa a situação das solteiras na Irlanda e Roona Simpson, na Inglaterra. Para outros períodos históricos, cf. Fonseca, 1989; Vicinus, 1985; Bennet and Froide, 1999; Holden, 2002, 2005.

Como sustentam diversos autores em diferentes épocas, é nas grandes cidades que se misturam os múltiplos e variados modos de viver a vida.¹⁰²

Para Wirth (1976:91), o crescimento das cidades e a urbanização do mundo é um dos fatos mais notáveis dos tempos modernos, já que é a partir das cidades que idéias e práticas irradiam, dando forma àquilo que chamamos civilização. Simmel (1971a e b), Elias (1994) e Wirth (1976) analisaram as mudanças operadas nos modos de vida com a intensificação dos processos de urbanização decorrentes da revolução industrial. Suas análises apontam uma série de oposições entre sociedades complexas (urbanizadas, industrializadas, densamente povoadas) e sociedades simples (rurais, pequenas comunidades de subsistência), nas quais a noção de eu/indivíduo se opõe à noção de nós/grupo. O mundo urbano é descrito como o domínio da objetividade, da racionalidade, da anomia e do distanciamento, onde as relações têm um caráter instável, transitório, superficial; o mundo rural, interiorano, é marcado pela integração, emocionalidade, subjetividade e relações próximas, estáveis e permanentes. Para Simmel (1971:269) os círculos sociais mais amplos – as cidades, o país, a nação – encorajam a liberdade individual, os menores – comunidades, pequenos grupos – a restringem. Com a nova divisão do trabalho, as cidades favorecem processos de individualização, diferenciação e especialização e, em certo sentido, cada indivíduo se torna singular, único, mas dependente de outros (Elias, 1994; Simmel, 1971). Se nas sociedades mais simples predomina um forte sentimento integrador de “nós”, nas sociedades mais complexas os indivíduos sentem-se isolados e forçados a tomar decisões por si mesmos. Essa sensação de “solidão” que o indivíduo experimenta – sozinho ou aos pares, nos grandes centros, num grau elevado de individualização – “abre caminho para formas específicas de realização e de insatisfação” (Elias, 1994:109).

Inspirado nesse corpo de idéias, sobretudo as de Simmel, Gilberto Velho (1995, 1999, 2002) argumenta que a vida nas grandes cidades permite uma multiplicidade de comportamentos e estilos de vida, favorecendo a individualização. As grandes cidades ou metrópoles contemporâneas “instituem complexos sistemas de controle e disciplinamento, traçando novos mapas de orientação sócio cultural, por sua vez associados a modelos

¹⁰² Stuart Hall, 1992; Keneth Thompson, 1992; Mike Featherstone, 1995; Anthony Giddens, 2002; Ulrich Beck, 1995; Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Gilberto Velho, 1999, 1995, 2002; George Simmel, 1971; Louis Wirth, 1976.

específicos de individualidade” (Velho, 1995:228). A cidade não inaugura a heterogeneidade, mas oferece e amplia a possibilidade de transitar entre mundos e esferas diferenciadas. Segundo o autor, a principal característica dos centros urbanos é a geração de estilos de vida e visões de mundo diferenciados que levam à fragmentação, produzindo novas formas de identidade social. Contrastando o espírito individualizador das cidades como característica da contemporaneidade, em oposição ao princípio mais hierarquizado da sociedade “tradicional”, Velho (1999:17) conclui que “a grande metrópole contemporânea é, portanto, a expressão aguda e nítida desse modo de vida, o lócus, por excelência, das realizações e traços mais característicos desse novo tipo de sociedade [individualista]”.

Para Beck, Simmel analisou a ruptura ocorrida na passagem ao século XX, esclarecendo os vários estágios da individualização na sociedade industrial. Segundo o autor, atualmente, ocorre a transição da sociedade industrial para a turbulência da sociedade de risco global. As metrópoles concentram grande parte das pessoas que moram sozinhas em virtude de suas escolhas, mediadas pelas conexões entre oportunidades de carreira e diversidade de modos de vida. Segundo o autor, isso não significa, necessariamente, apenas fragmentação, atomização, isolamento, solidão ou desconexão, como aparece nas análises de Simmel e Elias. Nessa linha de análise sobre individualização na alta modernidade, os indivíduos – que agora incluem as mulheres – perdem algumas certezas prévias e são lançados numa sociedade de riscos, de incertezas, na qual cada um/a é responsável pela própria biografia, que inclui a invenção de novas redes sociais:

As oportunidades, as ameaças, ambivalências da biografia, que anteriormente era possível superar em um grupo familiar, na comunidade de aldeia ou se recorrendo a uma classe ou grupo social, devem ser cada vez mais percebidas, interpretadas e resolvidas pelos próprios indivíduos (Beck, 1995:20).

De uma perspectiva crítica ao “comunitarismo” – ideologia que exacerba as qualidades de uma vida “simples”, de certo modo, esboçadas nessas análises, sobretudo de Simmel –, a filósofa feminista Marilyn Friedman (1995:199-200) argumenta que a oposição sociedades simples versus sociedades complexas contém, em geral, uma valoração diferenciada. A vida simples, comunitária, cercada de subjetividade, solidariedade, se contrapõe ao caráter “objetivo”, “egoísta”, “competitivo” e “fragmentado” das grandes cidades. A autora reage a visões idealizadas de comunidades rurais ou mais simples que,

em sua opinião, escondem estratificações de gênero. Nesses grupos, os papéis ou expectativas de gênero são ainda mais estritos do que aqueles presentes nas áreas urbanas. Segundo Friedman, as cidades são pensadas em oposição a uma existência comunitária mais “real”: fala-se muito em fragmentação, hostilidade, desconfiança mútua, perigo, de modo que relações significativas e duradouras são raras, quando não impossíveis. O modo de vida urbano é pensado como qualitativamente inferior ao modo de vida interiorano. Entretanto, para a autora, nas grandes cidades, com as oportunidades de emprego e educação, as mulheres podem ingressar em comunidades baseadas numa escolha e estabelecer laços a partir de afinidades, como nas relações de amizade. Essa discussão é relevante em todos os trabalhos sobre mulheres “sós” aqui analisados.

Afirmando a tendência de uma nova identidade, Carmem Alborch considera que as pessoas “sós”, num contexto de rápidas mudanças, formam uma nova categoria social, uma categoria de pessoas “singulares” que elege voluntariamente estar sós, que distingue dos/as solteiros/as de outras épocas. Segundo Alborch, a tendência de crescimento no número de pessoas sós está menos relacionada a uma crise nas relações conjugais e mais a uma aspiração individual por novas formas de relação. Essas transformações, por sua vez, estão associadas a certos valores dominantes nas sociedades contemporâneas, onde o casamento não é um fim em si mesmo: “tanto homens como mulheres podem sobreviver social e economicamente sem matrimônio” (Alborch, 2002:87).

Mas quem mora só e “se torna” solteira? Para Gordon, não há um tipo específico de mulher que tem mais probabilidade de ser solteira. A “solteirice” (*singlehood*) resulta de uma interação complexa entre cultura, estrutura e biografia. Entretanto, a autora afirma: “as solteiras tiveram que aprender a confiar nos seus próprios recursos, e aquelas mulheres que são capazes de confiar em seus próprios recursos têm mais probabilidade de serem solteiras” (Gordon, 1994:91).

Tendo este pano de fundo conceitual como referência – de que morar só é uma forma ou um estilo de vida particular, uma experiência situada e mediada, que se viabiliza, sobretudo, nos segmentos médios das grandes cidades no contexto de um processo de individualização marcado por gênero – apresento a análise das percepções de mulheres de camadas médias, escolarizadas e profissionalizadas que moram sós em Goiânia, Goiás.

O capítulo 3 trata da caracterização do grupo de entrevistadas e dos procedimentos metodológicos, abrindo a discussão acerca do morar só como uma forma de vida. Antes, ofereço, de modo particular e situado, um breve panorama da cidade de Goiânia, onde vivem as doze entrevistadas. Os capítulos 4 e 5 apresentam as análises das noções prevalentes nas narrativas, contrastadas com as noções discutidas na primeira parte da tese.

Capítulo 3

Morar só: uma nova forma de vida?

A cidade

Goiânia faz 72 anos nestes dias quentes do sertão, quando os flamboyants se enfeitam de laranjas e vermelhos depois das rápidas e esplendorosas florações dos ipês, como aquele majestoso da Praça do Cruzeiro, que encantam os olhos de quem vive nessa cidade. Senhora moça e já cheia de lembranças, a nossa cidade se enfeita de modernidade e de verdes tons a contragosto do aborrecido Lévi-Strauss quando aqui se hospedou no Grande Hotel – sedento de civilização no bom e velho estilo francês, reclamou que a cidade era feita no nada.¹⁰³

Manuel Ferreira Lima Filho, 2005

Goiânia é uma jovem cidade, planejada e construída em meados dos anos 1930 e inaugurada oficialmente em 1942. Localizada no centro do país, mais precisamente na Microrregião Central a aproximadamente 200 Km de Brasília, capital federal, a cidade apresenta mudanças rápidas no curso de seu crescimento e desenvolvimento nas últimas décadas. Foi planejada, “seguindo o espírito da marcha para o oeste” de Getúlio Vargas, para ser uma cidade “moderna” (Ramos, 1998). No entanto, do esboço arquitetônico para 50 mil habitantes, a cidade se multiplicou e, atualmente, possui cerca de 1.200.000 habitantes, portanto, uma cidade de grande porte. Segundo Naser Chaul (1988), a construção de Goiânia se inscreve no projeto de expansão capitalista pós-revolução de 1930, um processo conduzido e beneficiado pelas classes médias. Esse processo impunha ao mundo agrário o padrão urbano: “a consolidação possível entre urbano e rural capaz de absorver os ideais em trânsito, o velho e o novo, a oligarquia e a revolução, a agricultura e o comércio” (Chaul, 1988:47).

A cidade se constitui por diferentes ondas de migração interna e externa que tem impacto no aumento demográfico. Uma onda de migração importante ocorre nos anos 1960 e 70, período que marca a absorção de muitos dos que trabalharam na construção de

¹⁰³ O prédio do antigo Grande Hotel, no qual teria se hospedado Lévi-Strauss, pertence hoje ao INSS, cedido como pagamento de dívidas públicas (Ramos, 1998:57).

Brasília aliada ao acentuado movimento de êxodo rural. Segundo Ramos (1998:52) a população cresceu 187% entre 1950 e 1960 e 153% em 1970. Atualmente, Goiânia concentra 99% de sua população em áreas urbanas.¹⁰⁴ Essa migração é distinta conforme os estratos sociais, sendo bastante freqüente entre os mais pobres provenientes de regiões de fronteira – Bahia, Minas Gerais, Tocantins e Maranhão. A cidade é extremamente desigual em termos de concentração de renda, dividida entre a expansão recente de imensas áreas destinadas à construção de condomínios fechados de luxo – considerados moradias dos “novos ricos” – e áreas que concentram os chamados “bolsões de pobreza”.

A vocação rural, que está nas origens de Goiânia, é parte de uma “identidade” que lhe foi sendo atribuída: “cidade *country*”, cuja mola econômica atual é o *agrobusiness*. Os negócios, envolvendo agricultura e pecuária em suas mais diversas feições, têm promovido a abertura da capital a investimentos externos – instalação de novas indústrias, faculdades privadas com formação tecnológica, rede de serviços especializados, entre outras –, promovendo uma onda migratória que se acentua nos anos 1990. Vale lembrar que a Festa da Pecuária, realizada há mais de 30 anos no mês de maio e considerada a maior do País, atrai milhares de visitantes e torna-se, nas duas semanas de festejos, a maior atração cultural e de lazer da cidade. Essa vocação se expressa também na música, um produto cultural de exportação, a exemplo das duplas sertanejas Leandro e Leonardo, José di Camargo e Luciano, Bruno e Marrone e tantas outras. A vocação *country* também está presente nas inúmeras opções de hotéis-fazenda nas cidades mais próximas da capital, no *Country Club* e em festas como o “Cowboy do Asfalto Rodeio Show”, realizada no mês de agosto.¹⁰⁵ Essa “identidade” não é partilhada por todas os/as goianienses e causou estranhamento a proposta de um prefeito, nos anos 1990, de fazer de Goiânia a “cidade *country*” do país.¹⁰⁶ Talvez por isso, uma nova vocação passou a comandar as políticas de atração turística para a cidade: o turismo de eventos. Em meados dos anos 1990, Goiânia iniciou um processo de investimento em estrutura de eventos de grande porte – hotéis, centro de convenções e a mudança do aeroporto que se anuncia.

¹⁰⁴ Dados organizados pela Divisão de Estudos Sócio-Econômicos – DPSE/DVES/SEPLAM –, a partir do censo 2000 do IBGE. Goiânia, 2005. A taxa de urbanização inclui as chamadas áreas de expansão urbana. Essa síntese está na *Guia Urbal*, Goiânia, 2005.

¹⁰⁵ A revista *Isto É* (27/08/1997) publicou uma matéria intitulada “A Dallas brasileira”, referindo-se a esta festa.

¹⁰⁶ *Isto É* (27/08/1997). O prefeito em questão é Darci Accorsi, que governou a capital entre 1994-1997.

Em termos de ensino superior, as duas universidades mais antigas – Universidade Federal de Goiás e Universidade Católica de Goiás, ambas criadas no início dos anos 1960, a partir da unificação de seus cursos e faculdades anteriores –, dividem as “preferências” dos alunos goianos com dezenas de faculdades e universidades privadas que proliferaram a partir dos anos 1980, e a Universidade Estadual de Goiás, criada em 1999. O aumento de investimentos na área cultural depende intrinsecamente dos interesses de grupos políticos que governam o Estado e a capital e a cidade vai, aos poucos, incorporando novas alternativas culturais – teatros, museus, bibliotecas, cinemas, galerias de arte, feiras e exposições. Atualmente, a cidade possui cerca de quarenta salas de cinemas, três novos centros culturais e um centro de convenções. Alavancada pelo setor de serviços, a cidade conta com um comércio variado e especializado, somando oito grandes centros de compras (*shopping centers*) e incontáveis lojas de variedades e, mais recentemente, uma profusão de cafés, *lan-houses*, revistarias, comércio 24 horas (padarias, supermercados, lojas de “conveniência” em postos de gasolina, farmácias, etc.), compondo um cenário urbano típico da “modernidade”.

Por ser uma cidade com exuberância de áreas verdes, Goiânia possui diversos parques com lagos bem cuidados que, atualmente, são utilizados para atividades recreativas e esportivas. É comum ver esses locais lotados, no começo do dia e final da tarde, por praticantes de caminhadas. Praças famosas abrigam feiras de artesanato aos sábados e domingos, atraindo grande número de pessoas. Entretanto, como observa Ramos (1998), essas áreas destinadas ao lazer e localizadas em locais “nobres” são ocupadas majoritariamente pela classe média, tornando a socialização segregada por classe social.¹⁰⁷

Segundo o IBGE (Brasil, 2004), Goiás ocupa o quarto lugar no número de pessoas morando sozinhas, no Brasil, atrás apenas do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Goiânia é apresentada como a 13ª capital em número de mulheres “sozinhas”, de acordo com a pesquisa “Sexo, Economia e Casamento” (Neri, 2005) que também analisou a distribuição de pessoas “solteiras” por sexo em cada estado da federação. A população total

¹⁰⁷ Nos finais de semana, entretanto, a população de “baixa renda” se apropria de algumas dessas áreas, como o Parque Vaca Brava, onde está localizado o Goiânia Shopping, uma das áreas tida como mais charmosa da cidade.

exibe, segundo o IBGE (Brasil, 2004), uma ligeira predominância das mulheres¹⁰⁸, gerando comentários recorrentes sobre a “competição cerrada” entre elas.

Há muitas “lendas” a respeito das goianas/goianienses, tidas como mulheres “bonitas” e “femininas”. No senso comum, essa “feminilidade” está geralmente associada a certos adjetivos – “dóceis”, “fáceis” e “oferecidas” (sexualmente).¹⁰⁹ As jovens costumam se queixar da “falta de ética” das colegas que “assediam” ou se “insinuam” para seus namorados sem constrangimento.¹¹⁰ No entanto, essas mesmas goianas são frequentemente caracterizadas como mulheres fortes e dominadoras, seguindo uma linhagem de mulheres “poderosas” na família e na política, embora figurando, nesta última, como mulheres que “fazem os homens”.¹¹¹

Como ocorre em praticamente todas as cidades, os espaços de lazer – bares, lanchonetes, restaurantes, danceterias, etc. – são informalmente classificados e remetem a marcas de classe social, geração e sexualidade. Em conversas informais, esses pontos são caracterizados como “família” ou “careta” (bares e restaurantes de tipo mais “convencional”, “refinado”); mais ou menos “populares” – às vezes também chamados de “bregas” ou “caipiras” – casas ou clubes com música ao vivo e dança, dependendo de sua localização. A noite goiana é bem movimentada e os bares ficam abertos até bem tarde, alguns com música ao vivo, em geral músicos “nativos”. Mulheres em grupo frequentando bares e restaurantes tornam-se uma cena cada vez mais comum. Começa a aparecer nos jornais anúncios de festas exclusivas para solteiros em bares e restaurantes de diversas categorias.¹¹² Alguns locais oferecem opções já consideradas “fixas” para solteiros uma ou duas vezes por semana, como o “Nova Edição”, casa dançante localizada no Jardim América (bairro de classe média) que, às quintas-feiras, atrai o público feminino.¹¹³

¹⁰⁸ Da população total do Estado, 2.492.438 são homens e 2.510.790 mulheres (IBGE, 2000). Na capital há 53662 mais mulheres que homens.

¹⁰⁹ Esses adjetivos também marcam alguns comentários sobre as recentes investigações sobre o turismo sexual internacional, no qual as goianas figuram como “preferidas” em algumas regiões.

¹¹⁰ Observação derivada de conversas informais em situações sociais diversas: ambiente de trabalho, reuniões com jovens, festas familiares.

¹¹¹ Cf. Bianca, 2003. Ver, também, o belíssimo trabalho de Sueli Kofes (2002) sobre Consuelo Caiado, considerada uma precursora feminista em Goiás, mas cujo modelo de feminilidade contrasta com as expectativas sociais, motivo de seu relativo esquecimento social e político.

¹¹² Tchau Bella, Bella Luna, Café Cancun, etc.

¹¹³ O estudo não inclui observação destes lugares.

No que concerne aos movimentos sociais, particularmente o movimento feminista, a história mais recente – dos anos 1980 aos dias atuais – registra alguns grupos que se organizaram em torno de questões específicas e que mantiveram a inspiração “original” de grupos autônomos e informais, como é o caso do Grupo Oficina Mulher¹¹⁴; grupos com identidades muito distintas que seguiram o caminho da institucionalização ao modo das organizações não-governamentais (Ongs), como o Grupo Transas do Corpo, o Centro de Valorização da Mulher (CEVAM); e o Centro Popular da Mulher/UBM e grupos feministas de orientação racial, como o Grupo de Mulheres Negras Malunga e Dandara do Cerrado¹¹⁵. Em 2005, uma iniciativa de jovens universitários/as da Universidade Federal de Goiás deu origem ao Colcha de Retalhos, grupo que discute a diversidade sexual inspirado nas teorias feminista e *queer*. Desde 1995, o Fórum Goiano de Mulheres funciona como instância de articulação política do movimento, embora não ostente uma “identidade” feminista. Além dos movimentos organizados, existem órgãos governamentais, como a Superintendência Estadual da Mulher e a Assessoria Especial da Mulher, ligada à Prefeitura, e a Delegacia Especial da Mulher, ligada ao governo estadual. Até o momento não existem centros ou núcleos de pesquisa feministas, de gênero ou da mulher na Universidade Federal de Goiás.¹¹⁶ Na Universidade Católica há o Programa Interdisciplinar da Mulher (Pimep).

Apesar de alguns estudos e pesquisas centradas nas questões sócio-demográficas – migração, moradia e problemas urbanos –, não há estudos sobre pessoas morando sozinhas, tampouco aqueles que focalizam as mulheres. Neste contexto local – uma cidade grande, mas extremamente jovem; com novo fluxo migratório recente e rápido processo de urbanização; marcada pela coexistência de aspectos “modernos” e “tradicionais” e com contrastes entre “velho” e “novo”, nem sempre fáceis de delinear – vivem as doze mulheres que entrevistei.

¹¹⁴ Vários grupos muito atuantes nos anos 1980 não existem mais: Eva de Novo, Grupo Feminista de Estudos, Pró-Saúde Mental da Mulher, Sexualidade e Saúde, entre outros. Algumas de suas integrantes estão nas universidades ou em instituições governamentais. No Fórum Goiano de Mulheres existem algumas militantes que se denominam “independentes”, sem pertencimento a qualquer grupo ou organização.

¹¹⁵ Existem diversos grupos e organizações mistas que trabalham com as questões raciais (MNU, Pérola Negra, Cacune) e realizam ações estratégicas em parceria com o movimento de mulheres, mas não possuem identidade feminista. Outros privilegiam interseções entre “raça”, classe e diversidade sexual (Oxumaré, Maria Retalho) e as organizações GLBT ou que trabalham com diversidade sexual e prevenção ao HIV/Aids (AGLT, ASTRAL, Ipê Rosa, entre outras).

¹¹⁶ O que mais se aproxima é o grupo de pesquisa em sexualidade e direitos reprodutivos do departamento de sociologia.

As entrevistas

Traspasar los límites de nuestra propia vida para penetrar en una ajena, la de cualquiera de ellas, perdiendo por instantes la rigidez a la que nos reduce nuestra cotidianidad, irremediablemente pequeña y limitada. No depende de nuestra voluntad controlar el fenómeno de identificación que nos posee: toda mujer reconoce en la otra, aun que sea con temor, una probabilidad de sí misma.

Marcela Serrano, 2002

Antes de apresentar o grupo de entrevistadas e a discussão sobre estilo de vida, comento os procedimentos metodológicos seguidos, entendendo que “o método é o caminho, depois de percorrido”¹¹⁷ e que somente “depois que o percurso foi feito é que se pode estabelecer verdadeiramente o itinerário que foi seguido” (Eribon, 1996:144).

Entre 2003 e 2005¹¹⁸, as doze entrevistadas foram contatadas a partir de minha rede social, selecionadas mediante os seguintes critérios: 1) morar sozinha há pelo menos dois anos, independentemente do estado civil ou do tipo de residência anterior – “solteiras”, desquitadas, divorciadas, viúvas; 2) não ter filhos, enfocando não apenas a ausência da coabitação, mas também do par e dos filhos; 3) ter entre 30-50 anos aproximadamente, permitindo analisar eventuais variações geracionais; 4) não ser previamente identificada como ativista feminista, o que permitiria refletir sobre uma potencial influência do ideário feminista em mulheres “comuns”; 5) pertencerem às camadas médias, definidas sobretudo por escolaridade, renda, local de residência e tipos de redes de sociabilidade. As noções de posição de classe, ao invés de classe social, e a noção de camadas médias foram inspiradas em Bourdieu (2001) e Bott (1976), em suas análises sobre contextos complexos da vida urbana. Esses contextos apresentam certo grau de mobilidade pela presença de determinadas condições materiais da existência – aquisição de bens simbólicos, letramento e mediação de diferentes redes sociais.

¹¹⁷ Frase atribuída a Marcel Granet por George Dumezil *apud* Eribon, 1996:144.

¹¹⁸ Boa parte da pesquisa de campo relativa às entrevistas foi realizada entre agosto de 2003 e maio de 2004, compondo dez entrevistadas. Uma certa concentração nas faixas de 40-45 anos, gerou a necessidade de buscar novas entrevistas nos extremos, em torno dos 30 e dos 50 anos, realizadas em abril e maio de 2005. Além disso, encontrei mulheres que, ao tomarem conhecimento da pesquisa, indicaram novas potenciais candidatas. Desse modo, estes novos acessos levou a outra pequena rede. A imersão no campo após quase um ano foi bastante útil, pois permitiu rever os pressupostos. Não experimentei exatamente a sensação de que havia chegado a um ponto de saturação, mas não poderia afirmar, como Debert (1997), que cada nova entrevista abria um novo leque de possibilidades. As histórias de vida são sempre muito particulares, mas, neste caso, é possível vislumbrar alguma regularidade no que tange a determinados aspectos do morar só.

Ao privilegiar um este segmento da população – mulheres de camadas médias morando sozinhas, que está longe de apresentar características homogêneas e não pode ser qualificado como um grupo social – este estudo qualitativo não permite generalizações, mas possibilita formular “hipóteses de relevância genérica” (Bott, 1976:34). As hipóteses aqui suscitadas podem ser validadas ou não em outros estudos. Como aponta Piscitelli (2005), as pesquisas qualitativas, por terem amostras tão pequenas, não podem ser generalizadas, mas servem para contestar certas generalizações acerca dos temas pesquisados. Guita Debert (1997:144) argumenta que os estudos qualitativos, especialmente os que adotam a análise de histórias de vida, permitem discutir certos pressupostos e conceitos tidos como definitivos nas ciências sociais, através dos quais os processos sociais são explicados. Ao tomar, em um dos *corpus*, os sujeitos em seus contextos como unidade de análise, este estudo não representa a totalidade das mulheres de camadas médias e menos ainda a totalidade das mulheres. A própria noção de “mulher” como uma anterioridade que comporta certas qualidades intrínsecas e comuns é colocada sob suspeita, uma vez que trato de um conjunto heterogêneo de sujeitos pré-definidos como mulheres, que não estão inscritas numa esperada coerência entre sexo/gênero/orientação sexual/estatuto conjugal, etc. O grupo é heterogeneamente marcado por raça; religião, orientação sexual, idade, procedência geográfica, para mencionar algumas.

Assim, esta parte da pesquisa visa iluminar elementos comuns e diferenças internas em um grupo socialmente homogêneo em termos de posição de classe, mas diverso em termos de outros marcadores sociais. Aos trechos das entrevistas segue nome fictício e alguns dados relativos à idade, “raça”, profissão e história familiar destas mulheres. A orientação sexual é referida apenas nas narrativas sobre relacionamentos. As trajetórias de vida destas mulheres captadas pelas entrevistas fornecem *insights* sobre idéias que circulam na mídia e em textos acadêmicos sobre estilos de vida, solidão, etc. Suas vidas singulares se tornam relevantes quando expressam noções que podem ser validadas ou recusadas por outras mulheres que, como elas, experimentam uma modalidade de vida que não inclui, ao menos temporalmente, coabitação e filhos, afastando-se da definição histórica de mulher centrada nos valores “da Família” enquanto esposa/companheira e mãe. Embora, em vários sentidos, a “solteirice” se explique pela oposição ao casamento e a solteira seja frequentemente medida pela “escala de normalidade da mulher casada” (Gordon, 1994:41),

este estudo não propõe uma comparação entre “solteiras” e casadas, mas testa hipóteses e formula novas noções, tratando o morar só na contemporaneidade como uma categoria contingente, não estável.

As entrevistas – gravadas e transcritas – foram realizadas em uma ou duas etapas com duração que variavam entre duas e quatro horas. Conteúdos não gravados, momentos iniciais e finais das entrevistas e observações realizadas durante as mesmas, foram anotadas em um diário de campo e aqui recuperadas. Exceto uma entrevistada que me recebeu em seu escritório, numa instituição pública, as mulheres me acolheram em suas casas e, sem exceção, foram extremamente generosas em relação ao tempo, interesse e disponibilidade. O modo como cada uma iniciou a entrevista, após os momentos iniciais de “aquecimento” com o gravador desligado, variou enormemente. Algumas iniciaram seus relatos falando da vida familiar; outras da experiência amorosa mais recente, do cotidiano, do trabalho; outras perguntavam coisas sobre a pesquisa ou sobre a pesquisadora. A forma de demarcar e historicizar suas experiências com maior ênfase no passado ou no presente foi inteiramente livre. O que privilegiaram nas narrativas deve ser lido como fragmentos de suas histórias que mereceram ser enunciados, seja porque consideraram apropriados para os objetivos da pesquisa, seja por quaisquer razões subjetivas. Como afirma Michelle Perrot (1989), falar significa dispor da memória como prolongamento da existência, que guarda relação com o tempo e com o espaço e, portanto, é histórica. Como o registro das trajetórias de algumas entrevistadas exigiu mais de um encontro, pude conhecer as mudanças em processo: mudanças de casa, viagens, separações, além de mudanças no mundo do trabalho.

Frases entusiastas eram recorrentes: “nossa, você deve publicar esta pesquisa, ela é muito importante para as mulheres”, ou “eu quero assistir à sua defesa, porque este é um tema muito importante prá nós”. Como assinalaram Bott (1976), Salém (1978) e Heilborn (1992), no processo das entrevistas, o caráter intersubjetivo da relação pesquisadora/pesquisada e da simbologia da fala como função terapêutica pode ser associado a uma sessão de psicoterapia, sintetizando a experiência como um momento privilegiado para a produção de sentidos e para um retorno a si mesmas. Essa associação foi comentada por uma das entrevistadas: “essas entrevistas suas, deve ser fácil com pessoas que tenham feito psicanálise, algum tipo de terapia, são pessoas que têm mais facilidade em se..., exercitam mais esse se expor” (Tália).

O inquestionável caráter intersubjetivo dessa experiência aponta para a delicada relação entre o que é familiar e o que é, de fato, estranho quando o objeto de estudo nos é tão próximo, afinal, lido com histórias que se avizinham ao meu cotidiano. Todavia, como sustentam Velho (1999; 2002) e Roberto Da Mata (1978), aquilo que se supõe conhecer pode apenas estar próximo, ser familiar, e ser desconhecido. Não ignorando a insinuação de sentimentos e emoções no contato direto, como pesquisadora, muitas vezes me vi no limite tênue entre esses dois universos de significação, assaltada por temores de identificação, a partir das narrativas dessas “outras” mulheres, cujas histórias singulares produziam ressonâncias na minha própria. Por isso, as palavras de Marcela Serrano, utilizadas como epígrafe, me soaram tão apropriadas.

Trabalhar com roteiro aberto, mesmo direcionando ou focalizando preferencialmente à vida adulta e o momento atual, permitiu entrar em contato com um material denso de cada trajetória, no qual se mesclaram conteúdos muito significativos acerca da infância e da adolescência, das relações com o corpo, da sexualidade e da vivência familiar. Falar das experiências amorosas e abrir questões sobre a intimidade e a sexualidade não representou grande dificuldade no conjunto das entrevistas. Entretanto, em casos nos quais a entrevistada foi pouco enfática e respondeu evasivamente às minhas perguntas, não insisti. É possível que o constrangimento tenha sido de ambas as partes, mas, como afirma Salém (1978), cabe à pesquisadora observar os limites daquilo que pode ou não ser dito durante uma entrevista. Era mais fácil indagar sobre a vida afetiva e sexual das entrevistadas que iniciaram falando do assunto ou que, no decorrer da entrevista, se sentiram motivadas e confiantes o suficiente para revelar suas histórias. Vale notar que, em duas circunstâncias e com duas entrevistadas diferentes, o segundo encontro foi realizado em um lugar público. Por alguma razão, nestes dois momentos, as narrativas sobre intimidade e sexualidade fluíram com mais liberdade.

Nos marcos do recorte de camadas médias urbanas, entrevistei mulheres com variadas experiências afetivas ou orientação sexual. Solicitei à minha rede de relações (embora sabedora dos limites que essa solicitação oferece) que me apresentassem mulheres lésbicas, bissexuais, heterossexuais, com e sem parceiros/as estáveis. No entanto, deparei-me com mulheres que, independente do estatuto com o qual foram identificadas quando introduzidas na rede, apresentaram uma realidade sexual bem diversa.

A caracterização do grupo foi construída com base no perfil sócio-econômico, que abre o roteiro de entrevistas, e informações anotadas no diário de campo. O perfil sócio-econômico está resumidamente caracterizado no Anexo I.

Elas

Como advertiu Heilborn (1992), qualquer artifício visando proteger identidades pessoais resulta falho, uma vez que a descrição das trajetórias e características sócio-econômicas permite rapidamente identificar de quem se trata. Ainda assim, utilizei nomes “fictícios” e contornei o problema das trajetórias, omitindo alguns detalhes.

As entrevistadas apresentam um relativo grau de homogeneidade em termos da posição de classe, mas diversidade no que tange à geração, à “raça”, à orientação sexual¹¹⁹, à profissão, à origem de nascimento, história familiar e históricos afetivos e sexuais. Embora apresente histórias de uniões estáveis (coabitação) com durações distintas, em termos de estado civil, o grupo é composto de mulheres solteiras entre 29 e 53 anos, com ligeira predominância na faixa dos 35-45 anos, provenientes de camadas médias urbanas. Cinco das entrevistadas viveram experiências de coabitação (mínima de oito meses e máxima de oito anos), que nomeiam de “casamento”, “morar junto”; os/as parceiros/as são denominados/as de “marido”, “companheiro/a” ou “namorado/a”. Nenhuma das que coabitaram com as namoradas ou companheiras as denominou “esposas”. Quatro destas coabitações ocorreram na faixa dos 20-30 anos e uma aos 40. Todas as que coabitaram apontam o desejo de vivenciar novamente a experiência, embora cada trajetória registre dimensões diferentes para este desejo. Quanto aos namoros, cada uma tem uma trajetória de relacionamentos mais longos ou mais curtos, variando em termos de quantidade de parceiros/as ao longo da vida e algumas declararam noivados desfeitos.

Todas as entrevistadas têm vida profissional com carreiras consolidadas ou em ascensão, 11 têm formação superior com alguma pós-graduação, sendo cinco doutoras.

¹¹⁹ Os termos poderiam ser outros: variação, preferência, opção, inclinação, atração, diversidade, identidade. Todos oferecem problemas analíticos. Para os que trabalham com educação sexual a polêmica é conhecida. O grupo de trabalho liderado por Marta Suplicy (GTPOS) em São Paulo abriu essa discussão nos anos 90, introduzindo a expressão “orientação sexual” para a prática sistemática da sexualidade como tema na educação escolar e propunha o uso do termo “preferência sexual” para se referir à homossexualidade e à bissexualidade. Sobre esta discussão, cf., entre outros, Gonçalves, 1998; GTPOS, 1994. Decidi manter “orientação”, terminologia mais usual no Brasil, tanto para os movimentos sociais que trabalham com a diversidade sexual quanto para os estudos acadêmicos. Cf., entre outros, Fachini, 2005.

Apenas uma não tem curso superior completo, mas fala vários idiomas, porque viveu na Europa por muitos anos, razão pela qual deixou os estudos no Brasil, para ir “atrás do sonho”. Autodidata, Madalena destaca suas relações no meio cultural e os vários trabalhos realizados junto a intelectuais e artistas na França. Para a maioria delas, estudar sempre foi um investimento que se sobrepôs a outras esferas – casamento e maternidade – e, muitas vezes, descrevem como um projeto e um sonho pessoal. Algumas começaram a trabalhar na adolescência, conciliando estudo e atividade remunerada e, desde então, parcial ou totalmente, são financeiramente independentes. Jussara, Madalena, Sarah, Tália, Évora, Camila e Salomé começaram a trabalhar entre os 17 e 18 anos, as demais após a faculdade, algumas seguindo direto para a pós-graduação. As experiências iniciais de trabalho foram em bancos, imobiliárias, empresas de turismo, escolas, bibliotecas, escritórios e empresas, atuando nas mais variadas funções: assistentes, gerentes, secretárias, guias, professoras, vendedoras. Atualmente são funcionárias públicas, profissionais liberais, executivas, professoras universitárias e consultoras. As que não são profissionais liberais ou têm carreiras em instituições privadas entraram no serviço público via concurso, uma recorrência em termos de ascensão das mulheres no mundo do trabalho no Brasil, como informa a literatura (Bruschini, 2000; Hirata, 2001; Sarti, 1997).

O tempo que moram sozinhas varia de dois a 14 anos. Uma delas, de 35 anos, mora só desde os 19. Em alguns casos, a posição de classe atual não coincide com a da família de origem, embora, para a maioria delas, suas famílias podem ser consideradas como de classe média (baixa, média ou alta). No contexto de mobilidade pelo estudo, pela carreira e pelas redes de sociabilidade, atualmente se consideram de classe média. O trabalho é uma categoria bastante expressiva nas narrativas, seja como fonte de emancipação, liberdade e independência, seja em sua face mais dura, com rotinas estafantes e sacrifício do lazer. Os ganhos salariais variam, mas nenhuma recebe remuneração inferior a dez salários mínimos, exceto Jussara (35 anos), que se prepara para cursar uma segunda graduação e é funcionária pública em início de carreira.

Além da renda, um dos aspectos que caracteriza este universo como de camadas médias é o fato de residirem em bairros valorizados da cidade. A maior parte das

entrevistadas é proprietária dos imóveis nos quais residem¹²⁰, predominantemente apartamentos, exceto uma que reside em uma casa pequena, tipo *quitinete*.¹²¹ Dez das entrevistadas possuem cama de casal e enfatizam o “conforto”, afirmando que já dormiam em cama de casal quando moravam com seus pais.

A maior parte das entrevistadas é proveniente de outras cidades do interior de Goiás ou de outros estados, apenas uma nasceu em Goiânia. Das que procedem de outros lugares, algumas se mudaram para Goiânia quando a família fixou residência na cidade, outras saíram da casa dos pais, no interior, para estudar na capital. Quatro entrevistadas, de outros estados, se mudaram para Goiânia em decorrência de sua vida profissional. Suas narrativas são marcadas por comparações e paralelos entre viver nas cidades e regiões de onde vieram e em Goiânia, que remetem aos seus “choques culturais”.

A composição predominante da família de origem é pai, mãe e dois ou três irmãos. Em dois casos, as famílias eram mais numerosas, com sete e oito filhos, e uma das entrevistadas é filha única. Sete entrevistadas têm pais e mães vivos, casados e vivendo juntos, duas têm a mãe viúva, morando sozinha em Goiânia e três já perderam ambos, pai e mãe.

Em termos de orientação sexual, sete entrevistadas narram histórias exclusivamente heterossexuais¹²²: uma nunca namorou “sério”; duas consideram-se, neste momento, predominantemente homossexuais/gays, mesmo tendo vivido relações com homens na adolescência; uma se afirma “bissexual” e duas preferem não se definir nesses termos.¹²³ Entrevistar mulheres com roteiros amorosos e sexuais distintos proporcionou o alargamento

¹²⁰ Cinco moram em residências alugadas, mas declararam planos de aquisição para breve. Sete têm apartamento próprio, quitado ou financiado, em parte adquiridos com a ajuda dos pais ou como parte de herança paterna ou materna.

¹²¹ Esta entrevistada foge ligeiramente ao padrão classe média. Sua história pregressa, familiar e pessoal é marcada por maiores privações financeiras e materiais. No entanto, por ter concluído sua formação superior, estudado língua estrangeira, conquistado uma posição estável em termos de trabalho, via concurso público, com chances de ascensão na carreira, sua história de vida tem sido alterada significativamente. O *post scriptum* apresenta as mudanças decorrentes desde a entrevista, em 2004.

¹²² Como salienta Heilborn (1992:23), é o relato que autoriza a utilização da terminologia “heterossexual”, pois quase nunca é feita referência explícita à “identidade”, afinal a heterossexualidade é considerada a “norma” e o “normal”. No caso das que tiveram experiências com mulheres, algumas terminologias marcam esta distinção como “gay” e “homossexual”.

¹²³ As entrevistadas usam tons evasivos “será que eu sou...?”; “não sei dizer se sou...”. Algumas alternaram experiências com homens e mulheres, em momentos distintos, e recusam “rótulos”. O termo lésbica não foi utilizado por aquelas que namoraram ou namoraram mulheres.

das noções de “mercado afetivo”, possibilitando problematizar criticamente a “pirâmide da solidão” no contexto goiano.

No que tange à “raça”/cor, cinco se declararam brancas, cinco morenas e duas negras. A percepção do componente racial como diferenciador/marcador de situações vividas foi perceptível apenas em um caso de uma entrevistada negra, discutido adiante. Para a outra, que também se declarou negra, o marcador só apareceu quando se referiu aos pais, ambos negros, mas não mereceu alusões específicas. Não sendo objeto central em sua narrativa, não impus questionamentos a respeito. Num contexto muito específico, ao comentar um relacionamento, uma das entrevistadas, autodeclarada morena, referiu-se aos homens morenos e negros como “mais vibrantes, parece que têm mais vigor”.

Se a “raça” não assumiu nenhuma centralidade na maioria das narrativas¹²⁴, a idade, ou a comparação entre gerações – referências ao passado e ao envelhecer – foi mencionada várias vezes, antecipando até mesmo o roteiro nas questões sobre envelhecimento. Essas narrativas sugerem que, a partir dos 30 anos, se inicia uma outra percepção do tempo, mais veloz, pressionando por definições. Helena – professora universitária, branca, 44 anos, morando sozinha há sete anos – destaca: “o tempo... parece que ele se apressa depois que você passa dos 40; os anos se tornam curtos e os dias se tornam longos, ao contrário de quando você é jovem”.

Meire – profissional liberal, branca, 34 anos, morando sozinha há dois anos – chama a atenção para as mudanças físicas:

Depois dos 30, a sensação é um pouco isso, você vê a realidade, que acaba um pouco a ilusão, se você vai ficar rica, vai casar, essas ilusões de... sei lá, se vai ser estável, não... A gente perde muito a resistência física, eu não me considero velha, mas a minha resistência depois dos 30 diminuiu.

Ressalto que as variações entre as entrevistadas podem ser atribuídas à idade, mas chamo atenção para os significados atribuídos ao envelhecer, ao “passar dos anos”, aspecto que marca, de modo particular, as narrativas ao se referir reflexivamente a si mesmas ao longo da entrevista, quando comparados à “raça” ou orientação sexual. Ou, ainda, nos relatos que marcaram o “fazer trinta anos” como um momento para a tomada de posição em

¹²⁴ Diferentemente de quando o tema é recortado especificamente com relação a gênero e “raça”, como é o caso do estudo de Pacheco (2003), que analisa a “solidão” das mulheres negras.

relação à maternidade, quando as “pressões sociais” aumentam, tomando forma nas perguntas de familiares, amigos, e delas mesmas, sobre ter ou não filhos, casar ou não.

Nenhuma das entrevistadas tem filhos, embora a experiência de gravidez tenha sido mencionada por três delas em circunstâncias bem diversas, uma resultando em aborto espontâneo, uma em aborto provocado e outra em um natimorto. As mães, e mais raramente outras figuras familiares, como tias e avós, emergem nas comparações sobre o passado – casar cedo, ter filhos, dedicar a vida à família – e escolhas realizadas pelas entrevistadas – morar só, ter uma profissão, viajar. Imagens de crianças estão disponíveis na casa, em murais, na porta da geladeira, em álbuns diversos, remetendo à delicada relação entre apreciar a companhia de crianças e obrigar-se à decisão de tê-las como um projeto que, muitas vezes, foi apresentado como conflitante com as escolhas realizadas.

O conjunto das doze entrevistadas não forma, particularmente, um universo marcado pela religiosidade.¹²⁵ Referências a Deus e à fé de forma genérica são freqüentes, mas em sentido coloquial. A religião, como prática, foi declarada por cinco entrevistadas: duas protestantes (presbiteriana e cristã evangélica) e três católicas. Uma delas se apresentou como “católica fervorosa”, vai à missa três vezes por semana (ainda que não goste de missas longas dos domingos), e enfatizou a fé como elemento significativo de sua trajetória de vida. A outra entrou para uma congregação aos 21 anos, fez formação, professou votos temporários e permaneceu na vida religiosa por cerca de 15 anos. Uma terceira se afirma católica, embora não tenha o hábito de ir à missa. As demais não explicitaram nenhuma religião ou culto definido. Mariah – professora universitária e consultora de empresas, morena, 42 anos, morando sozinha há sete anos – declarou seu ecletismo:

Sou batizada na igreja católica, mas sou muito desligada quanto à religião, costume dizer que sou eclética, freqüento tudo, principalmente por curiosidade, não gosto de fanatismo. No aspecto estudo e investigação científica, me identifico com o Espiritismo, mas existem muitas coisas que discordo. Acho fantástico os rituais de umbanda.

¹²⁵ Religiosidade é aqui entendida como prática regular, sistemática e continuada, envolvendo uma ou mais filiações ou doutrinas. Mesmo referências discursivas a Deus em expressões corriqueiras – “graças a Deus”, “se Deus quiser” – foram pouco freqüentes, sendo mais recorrentes nas falas de Jussara, que se refere a uma conversão protestante e de Madalena, “católica fervorosa”. O universo é muito intelectualizado e talvez explique, em parte, a fraca presença de religiosidade no grupo como um todo. É interessante notar que mesmo Salomé, que foi freira, também filósofa e psicóloga, privilegia narrativas marcadas pelas referências literárias, filosóficas e políticas.

Outra característica importante, que dá ao grupo uma certa homogeneidade, é simbolizada pela relação com esse “teto todo seu” – as suas casas. A localização, estrategicamente calculada, as rotinas, os afazeres domésticos, o espaço, a decoração, receber – ou não – visitas são revestidas de um valor particular. Embora esta referência reitere os estudos sobre pessoas que moram sós, essa relação pode não caracterizar de modo específico uma “moradia unipessoal”, uma vez que as mesmas considerações podem ser estendidas a pessoas que coabitam e que partilham rotinas e hábitos de vida semelhantes, mas o modo particular, enfatizado nas narrativas das entrevistadas, sugere que a casa, o espaço e o uso do tempo possuem um significado que pode ser distinto de outros “arranjos domésticos”.

O estudo de Roseli Buffon (1997) descreve em detalhes a relação de homens solteiros – de camadas médias, que moram sozinhos em São Paulo – com suas casas, ressaltando a importância concedida a este reduto de privacidade. A autora descreve o esmero com a decoração, o gosto pela culinária e a seletividade ao receber visitas como traços do seu grupo de entrevistados. Embora as motivações sejam distintas daquelas expressas pelos rapazes solteiros que buscavam se distinguir enquanto “homens sensíveis”, neste capítulo apresento uma descrição que busca ressaltar alguns aspectos comuns às residências visitadas durante as entrevistas, permitindo construir um “tipo ideal” de uma residência habitada por uma mulher “singular”¹²⁶ e, ao mesmo tempo, assinalando algumas peculiaridades.

“Um teto todo seu”

A habitação típica dessas mulheres é um apartamento de tamanho médio (70-100 metros quadrados), cuja divisão obedece um padrão: dois (mais raramente, três) quartos, uma “suíte” e outro convertido em escritório; sala com dois ambientes (estar e jantar), varanda, cozinha e um banheiro social. Às vezes, o quarto estruturado como escritório é polivalente e serve também como “quarto de hóspedes”. No geral, este ambiente possui um *kit* básico de informática (computador de mesa, ou *notebook*, com Internet e impressora),

¹²⁶ Uma das possíveis traduções para *single* (solteiro, único, singular). O termo tem sido bastante utilizado nesta tese e aqui me reporto a mais uma definição de singular, em Barthes (2003:181): *mónosis*, do grego, singular, solitário, solteiro, só, pessoa que vive sem família; um sistema de vida não-casado, um tipo de ascese que renuncia à vida conjugal.

luminárias, estante de livros, suporte para TV, Cds, aparelho de som (que às vezes fica na sala e mais raramente no quarto), espaço para fotografias e um sofá cama, colchão estendido no chão, bicama ou mesmo uma rede. Em geral, este espaço é muito vivo, ou seja, um lugar onde as moradoras passam boa parte do tempo quando estão em casa. O escritório de Helena, por exemplo, tem duas estantes abarrotadas de livros e vários espalhados pelo chão, com páginas abertas, outras marcadas, como se estivessem ali esperando ser lidos, anotados, revirados. Ela afirma que a literatura é parte importante de sua vida desde a infância, na qual a solidão foi cultivada nos momentos de leitura, ao pé das árvores da fazenda. A imaginação é herança dos muitos “causos” e histórias religiosas contados pelo pai, pela mãe e pelos empregados. Não surpreende que o resto da casa quase não seja preenchido por ela enquanto está só. Sua sala é rica em fotografias de sua cidade natal que ela mesma fez e emoldurou.

As casas contêm sempre algo de muito pessoal, seja um detalhe na decoração, ocupação dos espaços, utilização de acessórios, iluminação. Évora afirma não admitir nada no quarto, além da cama. O momento de ir dormir é sagrado, quer se afastar da realidade do trabalho e de todas as distrações, por isso a TV fica no quarto de hóspedes e o computador, que ela usa para trabalhar e para navegar na Internet, no escritório. Na casa de Salomé há uma rede na sala e, ao lado, um colchão com almofadas no chão, sempre prontos para uso. Ora deitada, balançando-se na rede, ora sentada no chão, ela conversa comigo durante a entrevista. A casa de Laura acabou de ser reformada, tudo está novo, os móveis, a pintura, a decoração assessorada por um profissional. Apesar das dívidas, ela diz que valeu a pena. Mariah acabou de se mudar de um apartamento maior, mais bem localizado, mais bonito, mas também muito mais caro. Com dívidas a saldar, ela preferiu mudar-se temporariamente para um apartamento menor, até poder comprar a casa própria que ela diz estar perto. Embora ela afirmasse que o apartamento era pequeno, observei que tudo cabia perfeitamente bem ali. Na segunda entrevista, observei que sua cama de solteiro havia sido substituída por uma de casal.

A sala de cada apartamento contém sofás e mesa com quatro ou seis lugares e a decoração varia conforme o gosto ou condições de consumo, mas são comuns tapetes, quadros e plantas, assim como uma variedade de bibelôs e objetos de arte de outras regiões e países, particularmente nas estantes daquelas que viajam com frequência, como Évora. A

TV é um artigo muito valorizado e pode estar na sala, no escritório ou quarto de dormir. Algumas possuem TV por assinatura, pois foram feitas referências a programas veiculados apenas em canais fechados, mas relataram um apreço especial pelas novelas. Laura estava assistindo à “novela das seis” e disse ser um hábito sistemático que lhe traz relaxamento. Évora também assiste às novelas, mas prefere os telejornais, pois “tem fissura por notícia”, herança que atribui ao pai. Meire diz ser “alucinada” por televisão, que está fixada na parede do seu quarto, “assisto tudo, especialmente programas gastronômicos, é quando relaxo”. Tália adora ver filmes românticos e os programas do GNT.

As cozinhas estão sempre impecáveis, os fogões e fornos aparentam pouco uso. A cozinha é um lugar especial e ao mesmo tempo complicado na vida de quem mora só. *Dores e delícias de morar só* (Rosane Queiroz, 2003) apresenta uma radiografia das cozinhas e geladeiras das mulheres que entrevistou. Nunca é uma abundância. Como disse Camila “meu pai toda vez que vem aqui liga antes e avisa, para não chegar e encontrar só bolachas...”. Mariah se diz adepta das comidas semiprontas, congelados e sopas. Madalena também adere às sopas no jantar. As que têm empregadas diaristas chegam em casa e encontram comida pronta, vegetais limpos na geladeira, lanches rápidos. Nem todas conferem especial cuidado e atenção à alimentação, embora preocupações com a saúde comecem à medida que a idade avança. Mesmo assim, a maioria faz suas refeições em restaurantes. Cozinhar torna-se um ato para receber ou para distrair, mas nenhuma delas fez referências a si mesma como grandes *gourmets*.

Fotografias compõem uma cena especial na maioria das habitações. Na sala de Madalena há uma galeria de fotos suas em diferentes idades – 20, 30, 40 anos –, que “falam” de lugares visitados, amigos próximos e distantes, familiares, crianças. São peças importantes para a memória que se aviva no momento que elas são apresentadas no decorrer das narrativas. Descrevem viagens, brigas, separações, sentimentos profundos, às vezes perturbadores. A passagem do tempo também está lá: um cabelo que não reconhece mais, um corpo mais magro ou mais gordo, um aparelho nos dentes, roupas de diferentes “modas”, parentes e amigos que já se foram. Helena relata uma história de amor com o pai, a partir de uma foto antiga e amarelada, já esmaecida pelo tempo. Mariah mostra o último álbum de fotos com a mãe e o pai, depois os registros dos últimos congressos e finalmente as fotos do natal entre amigos. Laura mostra as fotos com os amigos deixados na cidade

onde morava antes de se mudar para Goiânia, falando deles com visível emoção. A casa de Salomé contém uma série de objetos de arte indígena, quadros pintados por amigos e outros objetos, mas nenhuma fotografia.

No que refere à presença de animais domésticos de estimação, apenas Laura possui um cachorro, mencionado várias vezes ao longo da entrevista como “meu companheiro”, “meu filho”; “ele é muito dócil, meigo, bonzinho, um amor”. O bichinho, que tem nome de um atleta famoso, dorme em seu quarto em uma cesta especial e aparece em várias fotografias expostas na estante da sala. Ele acompanhou muito bem comportado os dois momentos da entrevista, sem causar nenhum contratempo.¹²⁷

Tália – funcionária pública, morena, 53 anos, há 15 morando sozinha – adora ser “tia” e conta que recebe constantes pressões para ter animais domésticos:

Eu gosto de animais em ambientes grandes (...) Tenho muita pena de animal dentro de apartamento, sacrifica muito o animalzinho e fica aquela obrigação de passear sempre (...) Já que quiseram me dar vários cachorrinhos, eu tenho resistido, porque eu acho que vai me escravizar também.

Finalmente, a casa é descrita como um lugar onde se chega, no final do dia ou da noite, para “recarregar as energias”, é o lugar da segurança e da paz onde silêncio e solidão podem ser bem-vindos ou mesmo cuidadosamente programados. Como salienta Alborch (2001), os solitários urbanos possuem agendas apertadíssimas e, muitas vezes, desejam se afastar do ritmo frenético da vida urbana, recolhendo-se em suas casas em busca de silêncio e quietude. Para Michel de Certeau (1997:203), “a casa como refúgio” ilustra a passagem do mundo externo à privacidade do lar como referência da vida cotidiana. Cândida diz que após um dia atarefado, de contato público, ela necessita de modo vital que sua casa a receba em silêncio, que ela possa estar só. Quando fica em casa, ao invés de ir para sua outra casa, no interior, Helena afirma que o telefone fica 24 horas sem tocar, porque as pessoas imaginam que ela está fora, uma “traquinagem” para ficar em silêncio. Entretanto, em alguns momentos, essa solidão também traz incertezas e desejo de companhia. Madalena sente esse tipo de solidão “ruim” quando chega em casa tarde, após uma “noitada”, mas em outros momentos a solidão pode ser também desejada. A sociabilidade é realizada mais na rua do que em casa. Sua casa é seu “santuário”, no qual “recarrega suas energias” vendo

¹²⁷ Cf. *Post scriptum*.

televisão, assistindo filmes estrangeiros, lendo literatura estrangeira que, segundo ela, a descansa, ou simplesmente se distrai lavando roupa e arrumando a casa. Madalena recebe poucas pessoas, “não é qualquer um que entra” na sua casa, diferente de Cândida, separada recentemente, que diz sentir falta de companhia ao dormir (o tema da solidão é amplamente desenvolvido no capítulo 5).

Apesar de parte das imagens de mulheres “modernas” estarem associadas a automóveis, para algumas destas “solteiras” mobilidade ou deslocamento não estão necessariamente associados à existência de carro próprio. Embora a maioria (nove) saiba dirigir e possua carro, algumas não sabem ou têm medo de dirigir. Évora usa transporte público, caminha muito e se beneficia de caronas de amigos ou do namorado. Madalena adora ir para o trabalho caminhando e, nas saídas noturnas, utiliza táxi. Jussara trabalha próximo à sua residência, localizada em uma região central e de fácil acesso ao transporte público. Mais do que ter carro, a localização da casa é um aspecto considerado de extrema relevância. Morar em uma localização privilegiada pode ser fundamental.

Helena ressalta as qualidades urbanas que definiram sua escolha pelo bairro onde mora:

Eu gosto muito de morar neste lugar, não moraria em outro lugar, não moraria no centro... É uma coisa boba, eu penso assim... Eu mudei de S [cidade do interior] que é uma cidade provinciana, que você pode andar a pé, lentamente... Então, eu tenho que ir pra uma cidade grande (risos) que seja assim, que o urbano esteja bem forte (risos). Eu acho que esse lugar, justamente este cruzamento é bem urbano, com barulho do trânsito (...) tem tudo aqui perto, então, eu gosto muito de prédios, é um bairro de prédios, não de casas como o Setor Oeste. Não moraria no Setor Oeste, acho lindo, tranquilo, mas não moraria lá. Eu queria morar num prédio de fato e me sentir morando numa cidade grande. Porque quando eu morei em C [uma metrópole brasileira] eu adorava aquilo ali (risos) todo o barulho, eu morava no oitavo andar, então eu achava assim, fascinante, para o meu espírito rural, caipira, sertanejo.... Morar ali era me embasbacar! Foi a minha primeira experiência fora, pra passar um tempo longe de casa.

A escolha do local para morar, assim como dos objetos da decoração, passando pelo modelo do carro, o estabelecimento das rotinas – alimentar, exercitar, realizar as tarefas, comunicar com as pessoas, ler, ver televisão, receber visitas – compõem um sistema de disposições simbólicas e práticas que ordenam a vida social, dando forma ao “estilo de vida” de quem mora só.

Apesar da abundância de referências ao termo “estilo de vida”, associadas ao morar só em diversos trabalhos acadêmicos, e também de seu uso recorrente na mídia e em produtos culturais diversos, não é freqüente um tratamento teórico do termo. Em geral, presume-se que o estilo de vida – ou modo de vida, igualmente utilizado – funciona como “senso comum”, termo que parece consensual. Consciente da sua não univocidade nas Ciências Sociais ou mesmo fora dela¹²⁸, procuro localizá-lo minimamente.

Estilização da vida

Alguns autores, entre os quais Norbert Elias (1994), afirmam que uma das características utilizadas para demarcar a separação entre “tradicional” e “moderno” está no modo de ser, existir e se expressar de cada pessoa, em suma, sua capacidade de diferenciação numa sociedade pluralizada. Os termos variam – deslocamento, descontinuidade, diferenciação, desencaixe –, mas todos expressam mudanças ao contrastar as sociedades pré-modernas, modernas e pós-modernas (para os que utilizam esta terminologia). Autores como Giddens (1993, 1995 e 2002), Beck (1995), Beck and Beck-Gernsheim (1995) e Mike Featherstone (1995) têm analisado as disposições ou orientações humanas em termos das práticas sociais (gostos, preferências e escolhas) que diferenciam pessoas, grupos, classes e frações de classe, enquanto “estilos de vida”, levando em consideração fatores de ordem econômica (posição dentro da estratificação social, as condições materiais da existência) e uma série de elementos da ordem do simbólico. Featherstone (1995) tem elaborado uma reflexão sobre os estilos de vida no âmbito das sociedades de consumo globalizadas. Beck e Beck-Gernsheim analisam a adoção de determinado estilo de vida no processo de individualização e diferenciação definido, em última instância, pelas regras de mercado no capitalismo tardio. Giddens privilegia a análise

¹²⁸ Giddens (2002:79), em nota de rodapé, informa que, para muitos, o conceito de estilo de vida deriva dos escritos de Alfred Adler que foram tomados pelos radicais nos anos 1960 e, ao mesmo tempo, pela publicidade, mas seu uso mais comum provém da noção weberiana de estilos de vida associado aos grupos de *status* (estamentos). A discussão sobre “modos de vida” tem sido recentemente inserida nas ciências da saúde como modelo teórico que ajudaria a explicar os processos de saúde-doença, levando em conta contextos sociais, econômicos, culturais e individuais. O termo “estilo de vida” também é utilizado, mas autores mais identificados com a matriz marxiana ou do materialismo histórico argumentam que “modos de vida” (modo de produção da vida) incluem ambos, as condições materiais da existência (modos) e as determinações culturais (estilos) das práticas cotidianas de cada um/a. A noção é influenciada pelo pensamento de Agnes Heller acerca dos sentidos da vida cotidiana. Sobre essa discussão nas ciências da saúde, cf. Almeida-Filho, 2004:878; Oliveira, 2005.

dos estilos de vida na alta modernidade enquanto processo que confere uma auto-identidade. As análises desses autores dialogam, explicitamente ou não, com as teorias de Pierre Bourdieu (2001, 2003a e b), sobretudo no que diz respeito ao seu conceito de *habitus*.¹²⁹

Bourdieu (2003a:73) define estilo de vida como “gosto” ou “preferências sistemáticas” – sistemas de diferenciação que correspondem às diferentes posições no espaço social e que são a “retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência”. Para o autor, estilo de vida é essencialmente “um princípio altamente distintivo de classificação social” (Bourdieu, 2003a:90), sendo possível demarcar gostos e preferências por determinados bens culturais mediante a análise, por oposição, das diferentes posições ocupadas pelos indivíduos ou grupos nos espaços sociais. Entretanto, o estilo de vida, segundo Bourdieu, não apenas expressa a posição ocupada na estratificação social, ele também a produz.

Esses sistemas de preferências (estilos de vida) “estão na unidade originalmente sintética do *habitus*, princípio unificador e gerador de todas as práticas... inseparavelmente ético e estético” (Id., ib.:74). O *habitus*, enquanto “sistema de esquemas inconscientes ou profundamente internalizados (Id., 2001:346), são disposições “duráveis”, mas não “imutáveis”, sofrem transformações, e “orienta de maneira constante escolhas que, embora não sejam deliberadas, não deixam de ser sistemáticas” (Id., 2001:356). Assim, o gosto ou estilo pessoal de cada um pode ser compreendido como “variantes estruturais do *habitus*” em relação à classe, à família, à uma época, a uma prática particular. Entretanto, continua operando mediante uma certa unidade e sistematicidade, mesmo em diferentes domínios de consumo, ou nas escolhas individuais como casamento, formas de moradia, etc. Essa dinâmica específica dos estilos de vida nas sociedades contemporâneas, examinada pelas lentes de Featherstone, Beck e Beck-Gershein e Giddens, permite identificar alguns pressupostos comuns.

¹²⁹ Para Elias (1994:150), o *habitus social* corresponde à composição social dos indivíduos – “cada pessoa singular, por mais diferente que seja de todas as demais, tem uma composição específica que compartilha com outros membros de sua sociedade. Esse *habitus*, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Elias utiliza o conceito de *habitus* para elaborar a relação intrínseca entre indivíduo-sociedade e para compreender o processo de individualização através da diferenciação “eu e “nós”.

Featherstone se propõe a pensar os estilos de vida na cultura de consumo, contexto privilegiado por ele para compreender a sociedade contemporânea. Segundo o autor, numa sociedade onde o consumo de mercadorias (e bens culturais) não é mais definido pelo seu valor de utilidade, mas pelo que podem comunicar enquanto um “signo”, o estilo de vida

conota individualidade, auto-expressão e uma consciência de si estilizada. O corpo, as roupas, o discurso, os entretenimentos de lazer, as preferências de comida e de bebida, a casa, o carro, a opção de férias etc, de uma pessoa são vistos como indicadores de uma individualidade do gosto e o senso de estilo do proprietário/consumidor (Featherstone 1995:119).

Para o autor, a segmentação do consumo (jovens, idosos, etc.) contraposta ao consumo de “massa” anterior aos anos 1960, é vista como algo que possibilita maiores oportunidades de escolha. Essa profusão de escolhas, por sua vez, estaria sugerindo um apagamento das divisões e hierarquias sociais, promovendo a adoção de estilos de vida de caráter espontâneo. O autor critica a idéia de que viveríamos em uma época ditada pelo consumo, na qual a estratificação social não teria a mesma importância, e se propõe ir além da concepção de que “o estilo de vida e o consumo são produtos totalmente manipulados de uma sociedade de massas, bem como (...) um espaço lúdico e autônomo, além da determinação” (Id., ib.:120).¹³⁰ Na leitura de Featherstone, numa sociedade estratificada socialmente, pessoas, grupos, classes e frações de classe lutam para impor seus estilos de vida específicos. Nesse sentido, não apenas o consumo de bens materiais, mas sobretudo simbólicos, permite deduzir que certas “qualidades” próprias de uma época e nos limites de contextos específicos – senso de bem-estar, liberdade, individualidade, privacidade – são “consumidas”, passando a fazer parte do rol de bens culturais e simbólicos em disputa.

No entanto, as análises de Featherstone não incorporam distinções de gênero nem levam em conta as transformações operadas pelo feminismo apontadas por outros autores, e, conseqüentemente, essas “qualidades” ficam circunscritas às exigências da sociedade de consumo, não permitindo avaliar, por exemplo, o impacto das mudanças nas relações de trabalho e na emergência das mulheres como um grupo de consumidoras para as quais a “preferência” ou o gosto pela liberdade, independência, bem estar, autonomia, etc. são uma

¹³⁰ Olhando para o contexto inglês da era de Margaret Thatcher e partindo da perspectiva de Bourdieu em *La Distinction*, o autor analisa a preocupação de uma fração de classe em expansão – a nova pequena burguesia – em expandir e legitimar seus estilos de vida específicos face às resistências e contestações da pequena burguesia tradicional.

novidade histórica que modifica as relações sociais mais amplas. Considero que, não apenas gênero se torna tão importante quanto classe, como os novos estilos de vida se tornam uma questão social relevante. Neste ponto, ao abordar a pluralidade da vida como marca dessa etapa da modernidade, Keneth Thompson (1992:241) lembra que “os novos grupos de consumidores e os novos estilos de vida são fenômenos sociais não menos reais que categorias sociológicas privilegiadas anteriormente como ‘classe’, e agora eles são mais importantes e complexos que outrora e precisam ser levados a sério”.

Giddens (1993, 1995, 2002), Ulrich Beck (1995) e Beck e Beck-Gernsheim (1995) concedem grande importância às mudanças operadas pelo feminismo, sobretudo, o papel da educação, profissionalização e trabalho remunerado na vida das mulheres, divisores de água, por assim dizer, entre a modernidade simples e a modernidade tardia ou reflexiva. A principal mudança ocorre exatamente no âmbito dos processos de individualização – antes exclusividade dos homens –, modificando a esfera da intimidade, as práticas sexuais e a família e trazendo novas implicações na definição dos estilos de vida, por exemplo, a tendência de crescimento das unidades unipessoais (*single-person household*) nos países mais industrializados. De acordo esses autores, homens e mulheres estão agora sujeitos aos mesmos processos de individualização, mas sofrem também, segundo Beck e Beck-Gershein (1995:7), as mesmas regulações da economia de mercado nessa etapa do capitalismo mundial, onde individualização significa liberdade de escolha, mas também conformidade a demandas internalizadas e reguladas pelo mercado de trabalho. Entretanto, continuam os autores, mesmo sob forte regulação das pressões de uma economia de mercado, a individualização das mulheres é tida como positiva; a educação, por exemplo, abre as portas para as mulheres, ampliando seu senso de autoconfiança e permitindo-lhes “escapar das restrições colocadas pela vida de esposa e libertando-as da necessidade de permanecerem num casamento por razões econômicas” (Id.,ib.:9).

Nesse contexto de mudanças, onde as chances de educação e profissionalização se ampliam para as mulheres, é necessário conhecer como certas “escolhas” se realizam no grupo de entrevistadas. Se algumas mulheres “escolhem” morar sozinhas neste cenário da “modernidade tardia”, é válido perguntar sobre suas motivações e analisar as circunstâncias nas quais suas decisões são tomadas. Como se verá na análise das trajetórias, elementos de ordem econômica, profissional, afetiva e familiar ajudam a compreender os sentidos

atribuídos ao morar só. Antes, porém, faço uma reflexão sobre a noção de escolha na construção desses “novos estilos de vida”.

Estilo de vida como um ato de escolha

De acordo com Elias (1994:102) a individualização¹³¹ é um processo no qual os indivíduos se deslocam cada vez mais de seus pequenos grupos de origem (família, comunidade local, grupos de parentesco) para relações com outros indivíduos nas sociedades complexas. Ao deixar para trás os grupos de parentesco e se concentrarem nos grandes centros urbanos, os indivíduos “se descobrem diante de um número crescente de opções, mas têm que decidir por si. Não apenas *podem*, como *devem* ser mais autônomos”. Nessa mesma direção, Velho (1999:24) considera que a “noção de que os indivíduos podem escolher é a base, o ponto de partida, para se pensar em projeto”, entendendo-o como uma ação consciente e, até certo ponto, planejada num determinado campo de possibilidades circunscrito histórica e culturalmente e que pode ser comunicado através das linguagens e códigos disponíveis. Nesse sentido, o “projeto” poderia ser entendido como o investimento em determinada direção, em uma trajetória de vida que reprime, anula ou se soma a outras escolhas (Id., ib.). Para Weeks (1989:185) a palavra-chave, que ilustra as sociedades contemporâneas a partir dos anos 1960, é “liberdade de escolha” e, segundo Velho (1999), os segmentos das camadas médias urbanas teriam mais condições materiais e simbólicas de realizar escolhas, porque possuem um campo de “manobra” mais ampliado.

¹³¹ Individualização, algumas vezes referida também como individuação, é o modo como, nas sociedades modernas, o indivíduo – sujeito empírico e moral e também sujeito de uma reflexividade, de um “eu” que se pergunta sobre si mesmo – constrói sua própria biografia em contextos históricos e culturais distintos dentro de determinados campos normativos. A idéia de individualização progressiva, que se inicia com a família nuclear destacada das relações mais amplas de parentesco e continua com a construção de trajetórias menos dependentes do modelo familiar, estão contidas nas análises de Durhan (1982,1983), Heilborn (1980; 1992); Velho (1995;1999; 2002). A noção de individualismo nas sociedades modernas em oposição a holismo nas sociedades hierárquicas, apontadas nas análises de Velho e Heilborn, é amplamente desenvolvida em Dumont (1985; 1993). A noção de reflexividade e modernidade aparecem nos trabalhos de Giddens (1993; 1995; 2002), Beck (1995) e Beck and Beck-Gernsheim (1995). Larrosa (1994) apresenta uma ampla reflexão sobre esse conceito nos marcos da teoria foucaultiana da experiência do si mesmo. A filósofa feminista Marilyn Friedman (1995:192) propõe que o feminismo produza uma noção de indivíduo alternativa à noção liberal de eu racional, objetivo, a-histórico e interessado apenas em seu “benefício pessoal” (*self-interest*). Tal noção seria a de um sujeito inerentemente social, sendo a vida em sociedade fundante da identidade individual. Se não há valoração moral, “autonomia, independência e distanciamento são meramente modos alternativos de ser socialmente constituído”.

Um dos pontos centrais na discussão sobre estilo de vida é sua “inevitabilidade” no mundo contemporâneo, colocando sob interrogação a própria noção de escolha “voluntária”. Para Giddens (2002:79), “na alta modernidade, não só seguimos estilos de vida, mas num importante sentido, somos obrigados a fazê-lo – não temos escolha, a não ser escolher”. Não apenas porque estamos diante de mais opções disponíveis, mas porque, no “projeto reflexivo do eu”, tomar decisões sobre si mesmo – casar ou não, casar de que modo, ter ou não ter filhos, como educá-los, escolher uma profissão, fazer uma terapia e qual método escolher, etc. – é uma condição que se impõe cada dia mais, requerendo um planejamento da vida. Através de textos e imagens, a mídia amplia ainda mais o leque de possibilidades, expondo variações justapostas que se insinuam ao indivíduo. Entretanto, há algo de mais fundamental em torno do estilo de vida para além de consumismo superficial, pois um estilo de vida é “um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular da auto-identidade” (Id., ib.).

Em contraste aos contextos “mais tradicionais”, nos quais o estilo de vida é “outorgado” (passado de geração a geração), Giddens afirma que ele é “adotado” nas sociedades “pós-tradicionais”, o que implica decisão, capacidade de escolha. De acordo com o autor, os estilos de vida, como práticas rotinizadas ou rotinas incorporadas nos hábitos, estão potencialmente abertos à mudança, uma vez que são dependentes de uma ação reflexiva do eu nas decisões e escolhas cotidianas. Entretanto, prossegue, nem todas as escolhas disponíveis estão abertas a todos (Id. ib.:80), ou seja, o “eu” não escolhe autonomamente, porque as “oportunidades de vida”, as condições sócio-econômicas, os hábitos arraigados, etc. limitam ou impossibilitam determinadas escolhas. Nesse sentido, há mais opções disponíveis que padrões gerais de estilos de vida e a existência ou inexistência de modelos visíveis influencia a escolha.

Ao analisar a especificidade do morar só no universo de mulheres jovens de camadas médias cariocas, Victorino (2001:xiv) define o estilo de vida como uma escolha, uma opção individual, um comportamento assumido que contempla o exercício a autonomia e da independência, “relacionado ao desejo de fazer a própria vida e é fundamentado na história de cada um”. Olhando pelo ponto de vista da autora, é possível compreender que a decisão de morar só, nos limites aqui definidos – mulheres de camadas

médias, mais escolarizadas e profissionalizadas das grandes cidades –, implica considerar o desejo subjetivo aliado a uma série de questões de ordem prática condicionadas pelas condições materiais da existência: custos de morar sozinha, capacidade de lidar com o orçamento doméstico, segurança, localização, existência de redes sociais de apoio, etc. Considerando todas as possibilidades e restrições, a adoção de qualquer estilo de vida pressupõe, segundo Giddens (2002:80), certa sistematicidade e unidade, que faz com que as rotinas escolhidas sigam um padrão mais ou menos ordenado, “importante para uma sensação de continuidade da segurança ontológica do eu”.

Entretanto, cabe observar que a decisão de morar só está relacionada, ou mesmo subordinada, a outros projetos, por exemplo, a ascensão e a estabilidade na carreira profissional para as mulheres. Nesse sentido, a noção de projeto de Velho (1999:26) – “algum tipo de cálculo e planejamento e alguma noção culturalmente situada, de riscos e perdas” – é útil para analisar como se realizam as decisões acerca do morar só nas trajetórias analisadas e suas conexões com outros contextos.

Morar só – contingência, adaptação, prazer

No universo das mulheres entrevistadas em Goiânia, mas também na literatura sobre “solteiras” morando sozinhas, a decisão de morar só e a aquisição da casa são, muitas vezes, descritas como a posse de algo que dá profundo sentido de realização pessoal. Viver “nesta casa” é apresentado como uma marca distintiva dentro e fora da família. Helena, que tem por rotina o trânsito entre duas cidades – sua cidade natal, na qual passa os finais de semana e Goiânia –, comenta: “minha memória tá lá, mas este espaço aqui fui eu que construí, é aquilo que eu tenho de mais meu; é um espaço pequeno que eu domino”. “Comandar”, “estar no controle”, “dominar”, “dar conta”, são expressões que, no conjunto das entrevistas, denotam a posse de algo que confere sentido à existência, algo para o qual elas tiveram que realizar esforços, não apenas investimento financeiro, mas também de mudança de perspectiva.

Para algumas, a experiência que precede o morar só inclui, além da coabitação, vários arranjos circunstanciais e contingentes que, muitas vezes, abriram caminhos para a decisão de morar sozinha. Algumas entrevistadas declararam experiências em moradias compartilhadas com irmão ou irmã, colegas e amigos/as, convento, pensionatos e pensões,

quartos alugados em casas de família – particularmente em períodos de estudos fora das cidades de origem. Desentendimentos com a família, tensões com o pai e/ou a mãe, estão presentes, mas a maioria declarou que, atualmente, suas decisões são consideradas corretas e suas trajetórias de vida admiradas e valorizadas. Em alguns casos, a saída da casa dos pais foi realizada nos marcos de uma transição suave, permitindo à família participar da construção do projeto, auxiliando na compra do “enxoval”, de utensílios domésticos, entre outros. Um caso em particular revelou a participação do namorado na transição que acompanhou a saída da casa dos pais. Uma vez morando sozinhas, algumas declaram uma mudança de perspectiva, sentindo-se surpreendidas pelo prazer de morar só, quando esta não havia sido uma escolha previamente planejada. É comum nas narrativas a idéia de adaptação e acomodação – uma vez morando sozinhas, é mais difícil adotar uma vida em co-residência.

Selecionei três situações distintas que ajudam a compreender como se dá a decisão de morar só em contextos sociais específicos, sem, contudo, pretender que o morar só seja portador de alguma *causa* que o *explique*. A compreensão de cada uma dessas situações exige considerar as redes sociais envolvidas e a trama de significados culturais que atravessa cada experiência individual.

Camila – psicanalista, negra, 43 anos, filha única, há mais de dez anos morando sozinha – conta que já havia cursado uma faculdade quando decidiu fazer outro curso e se mudar para Goiânia. Ela relata a passagem pela moradia coletiva durante o período universitário, referida como “transição”, e narra sua adaptação ao novo “estilo de vida”:

Pra mim foi uma experiência muito legal. Eu, filha única, e vindo pra cá e dividindo espaço de moradia, eu imaginava que teria muitas dificuldades, abrir mão de uma série de coisas, que seria até meio sofrido (...), mas ao vivenciar isso, pra mim foi uma delícia, foi totalmente o inverso. (...) Depois essas meninas mudaram de curso, mudaram de cidade, umas formaram, outras casaram, esse grupo foi reduzindo. Nós nos tornamos em duas pessoas só; depois essa outra pessoa casou. Fiquei um tempo procurando alguém pra dividir, tava difícil, não encontrava, porque eu já tinha saído do espaço da universidade também. (...) E aí passa a ser prazeroso essa história de ter um espaço todo seu, né. (...) Aí acabei decidindo mesmo continuar morando só. (...) A principio, quando isso aconteceu, o impacto... “eu não vou dar conta disso tudo sozinha”... E, de repente, você passa a descobrir... E foi o meu caso, que dava conta sim, e foi muito gostoso isso, tão gostoso que não quis mais dividir, [risos], permaneci assim.

“Permanecer assim” sugere que Camila deixou de buscar companhia para dividir o espaço porque se adaptou ao morar só e encontrou satisfação na nova experiência. Não sendo mais uma estudante universitária e já começando a construir a carreira na capital, ela não tinha planos de voltar a viver com os pais no interior. Neste caso, a experiência, que resultou de uma contingência, começa a ser prazerosa, portadora de sentidos. Ela se acostuma a esta nova modalidade de vida e ressalta seus pontos positivos e negativos:

Eu acho que a gente acaba ficando meio, como é que eu diria, cheia de hábitos. Essa história de você sair de manhã e chegar de noite em casa, sua casa está do mesmo jeito que você deixou, é muito bom [risos]. O seu humor, vamos dizer assim, tem dias que você está a fim de conversar, de reunir, de ter mais pessoas a sua volta, ótimo, liga, chama um amigo, sai com o namorado, sabe? Você promove uma festa, um jantar, você tem pessoas... Mas o dia que você quer estar na sua também, o espaço é todo seu, isso é muito bom [risos], inegável, isso é muito bom. E eu falo que nem tudo é cem por cento bom, porque tem momentos também que você não quer estar sozinha, que você fala “ah, mas tô sozinha... Vou ver esse filme sozinha...” Trocar lâmpada, por exemplo, é terrível [risos].

Para cada uma delas, a experiência de morar só contribuiu para uma percepção de suas capacidades individuais para tomar decisões e administrar a própria vida, recorrendo, umas mais que outras, à ajuda de familiares e parentes. Em algumas situações, ir morar só configura algo próximo de uma decisão voluntária e planejada. Meire relata a saída da casa dos pais como uma transição na qual cada lado tem a oportunidade de fazer as devidas acomodações e construir uma nova relação. Ela conta que desde os 31 anos começou a planejar a mudança, a construir o processo, o que incluiu conversas com o pai e a mãe, sessões de análise e uma “etapa” de moradia compartilhada com um amigo. Após a compra do apartamento, com a ajuda dos pais, especialmente da mãe que a ajudou a mobiliar e a equipar a nova casa, o processo de mudança esteve permeado por situações de negociação, silêncios e tensões:

Foi uma saída o mais amena possível; dolorosa, mas madura. Eu comprei o apartamento e fiquei de junho a novembro fazendo umas coisas aqui, até eles se acostumarem, e essa transição foi muito boa. E eu não saí assim... Todo dia eu ia almoçar com eles, continuo almoçando, não foi um rompimento, foi com respeito. Meu pai não entende porque que eu moro sozinha, minha mãe sofreu muito, sofreu, mas calada.(...) Montou meu apartamento no sentido assim de garfo, faca, cozinha, roupa de cama, toalha...Mas sofreu, lógico que sofre.(...) Ela é assim, por mais que ela não queria que eu tivesse saído de casa, ela ajudou, adiantou umas coisas, assim, nesse sentido.

O relato de Meire mostra uma perspectiva diferente em relação à postura do pai e da mãe. O pai “não entende” porque ela vai morar sozinha, mas ela não diz que o pai sofre. Quem sofre é mãe, descrita em outro momento da entrevista como uma pessoa muito forte, muito estruturada, uma mulher bem-sucedida na vida pessoal e profissional. Entretanto, a mãe “ajuda” em tudo, monta com ela o apartamento e “dá uma força” quando ela se despede. No espaço de dois anos, Meire se diz tão adaptada, como se nunca tivesse morado com a família:

Eu adoro morar só, parece que eu nunca morei com ninguém. Adoro, adoro [muita ênfase] morar sozinha. Eu saí no dia [tal] e tava mobiliada a casa, tinha copa, armário...e minha mãe falou “vai, minha filha, que o mundo é seu, assim vai pro mundo que a vida é sua.” (...) Depois, parece que eu nunca tinha morado com eles. A sensação de morar fora é eu nunca precisar cronometrar horários. Não queria farra, não queria nada, só queria paz, saí pouquíssimo depois que eu vim pra cá, fiquei muito mais caseira, não tinha necessidade de sair. Minha grande briga lá em casa é que eu saía direto.

Pergunto se os pais a visitam com frequência e ela diz que muito raramente, não porque seja ela, “é assim com todos os filhos”, referindo-se ao irmão casado e à irmã, separada, que mora em outro estado.

Nas análises de Victorino (2001), a saída da casa dos pais foi geradora de conflito, pois a saída voluntária representa uma ruptura muito grande. Segundo a autora, não vivemos ainda numa cultura que encoraje a decisão, os pais não oferecem esta alternativa como forma de também ficarem mais independentes dos filhos. O morar só, em que pese suas positivities na vida das mulheres que entrevistou, é avaliado como uma opção de vida que, a princípio, produz conflitos na relação com a família. Apesar de estimularem as filhas para estudar e para exercer uma profissão, é como se os pais ainda esperassem que suas filhas só saiam de casa para se casarem. Segundo Vaitsman (1994), a partir da geração pós 1970, os pais encorajam suas filhas ao estudo, mas a obtenção de uma qualificação profissional serve como uma alternativa a um casamento desfeito ou não realizado. Analisando nesta direção, morar só seria uma forma de vida possível, mas não valorizada como primeira escolha antes do casamento.

A história de Évora – professora universitária, negra, 44 anos, morando sozinha há 10 anos – contém elementos distintos, centrados em conflitos familiares, nos quais se entrelaçam marcadores de classe, “raça” e geração que contribuíram para uma saída de casa

nada tranqüila. Terceira filha de uma prole de quatro, autodefindo-se como negra, de uma família “pobre” do subúrbio, Évora diz que o pai a “destinou, no meio de todo mundo, para ser a administradora da família”, criando para ela um “perfil”. Logo que concluiu o segundo grau, ela começou a trabalhar e “nem pensava que conseguiria entrar numa faculdade”. Passou no vestibular numa universidade privada e conseguiu terminar o curso trabalhando dois períodos e estudando à noite. Apaixonada pelos estudos, foi estimulada por colegas e professores a se inscrever no mestrado. Como um “milagre” ela conseguiu a vaga e uma bolsa de estudos. Continuou trabalhando e com o salário e a bolsa de mestrado sustentava a família toda, composta agora pela mãe, o irmão caçula e a irmã com o marido e quatro filhos (o pai morreu e o irmão mais velho se casou). Até então, ela era “invisível” na família. Com a ascensão promovida pela entrada na carreira acadêmica, começaram a enxergá-la em casa e, estranhamente, a “sabotá-la”. A decisão de sair de casa culminou com essa etapa difícil nas relações familiares:

Eu comecei a ser elitista porque eu não tinha nenhum amigo negro (...) eu estudava num local, não que fosse elitista, mas que num perfil educacional os negros não chegavam à universidade e os que se formavam na década de oitenta eram muito poucos, e chegar ao mestrado então era pior ainda. (...) Aí quando eu entrei no mestrado eu já entrei pra dar aula em universidade, então já tava ganhando bem, fazia mestrado de dia e trabalhava à noite, tinha um salário muito bom, já podia ter saído de casa, mas só quando eu vi as coisas piorarem que eu dei minhas neuras e saí de casa. (...) Nessa loucura eu terminei minha tese e saí de casa, não agüentei, eu tava ficando louca “ou eu vou viver, ou eu vou morrer”, não tinha mais condição de conviver, que eu era elitista (...) Então, você tem que ter um espaço pra você (...) Saí de casa com a roupa do corpo, tudo que tinha na casa foi eu que coloquei, não levei um nada.

Ela arremata: “tive de começar do zero”. Nesse período, ela perdeu o emprego, conseguiu um novo, com salário melhor e iniciou o doutorado. Ainda cursando o doutorado mudou-se para Goiânia, onde está desde então. A carreira acadêmica não foi planejada, “as coisas foram acontecendo”, embora atribua tudo à sua tenacidade, de “batalhar e correr atrás” e à ajuda sempre constante de pessoas que acreditaram nela, – “sou extremamente admirada, mesmo quem não gosta de mim me admira pelo que eu fiz”. O conflito familiar, neste caso, é anterior à saída da casa dos pais e é considerado por Évora a razão da mudança.

A migração de Évora para outra cidade se repete nas histórias de Laura, Helena e Mariah. Embora com trajetórias diferentes, elas têm em comum a vinda para Goiânia numa fase de consolidação de suas carreiras acadêmicas. A vinda para Goiânia está menos relacionada a uma escolha prévia pela cidade por características geográficas ou culturais, mas sim à oportunidade aberta pelos concursos públicos e a uma alegada saturação de mercado de trabalho em outras regiões do país, notadamente no Sudeste. A migração afeta de maneira aguda o entorno social das pessoas – parentesco, relações amorosas, amigos (Ross e Rapp, 1997) – e foi longamente explorada nas narrativas como um momento que trouxe repercussões, cujos efeitos ainda podem ser sentidos anos depois. A preservação de alguns desses laços e conexões é parte de uma estratégia de vida que contribui para atenuar marcas negativas da experiência de morar só em um lugar distante das referências culturais de origem. A migração, descrita como um dos fatores que interferem na proliferação de novos arranjos familiares e domésticos, embora não exclusivamente a única responsável, resultou na ruptura de relações amorosas para Évora e Mariah.

Outras razões são apontadas pelas entrevistadas para suas decisões de morarem sozinhas. Sarah queria sair do “mundinho”, “da barra da saia da mãe”; Jussara morava com a irmã mais velha que a criou, numa região da cidade que ficava muito distante do emprego e da faculdade na qual estudava; Cândida queria refazer sua vida após uma união de oito anos; Madalena, após a união de quatro anos e da volta para a casa dos pais, precisava escapar ao controle deles que “pegavam muito no seu pé” devido às suas saídas noturnas. Ao ir morar sozinha, todos pensavam que teria uma “casa sempre cheia de gente” e, no entanto, tudo o que Madalena mais preserva, é sua privacidade. Salomé, que partilhara a vida num convento e depois coabitou por sete anos, buscava novamente a sua “individualidade”. Cada qual, em momentos e circunstâncias distintas, encontrou uma motivação para morar só, mostrando que a decisão por morar sozinha ou por outros arranjos no curso da vida, é bastante singular e está relacionada a aspectos que não conferem uma identidade de grupo.

Entretanto, vale considerar que esta “escolha” é historicamente recente; mudanças ocorridas no âmbito das relações de trabalho, da sexualidade e da família, possibilitaram e pressionaram a adoção de estilos de vida que antes poderiam ser desejados, mas não eram opções disponíveis. No que concerne às mulheres – certamente não a todas –, pela primeira

vez, há coincidência entre situação econômica, escolha pessoal, maior aceitação cultural e diversidade de estilos de vida, como sugere a recente literatura sobre as mudanças nos arranjos domésticos e familiares. Uma parcela mais ampla das mulheres conquistou maior independência econômica, possibilitando modos de vida, antes restritos a apenas algumas – artistas, escritoras, feministas. De qualquer modo, escolher e ser capaz de realizar a escolha depende dos recursos materiais e simbólicos que cada um/a possui. Mulheres “comuns” que atualmente vivem nas grandes cidades se permitem certas escolhas e podem sustentá-las – “poder sustentar a si mesma” é uma frase recorrente nas entrevistas. Helena, que morou por três anos e meio em outra cidade grande, cuja experiência foi decisiva para a escolha de morar só, avalia:

Foi uma experiência muito boa ter ficado lá, foi o período que eu mais fui ao cinema, ao teatro, assim, sabe, a questão de ficar sozinha, de poder dar um domínio muito grande sobre a minha própria vida, isso pelo menos é ilusório... [risos]

Eliane: você diria que esse é um lado bom de morar só?

Helena: acho que é. Eu posso, nesse espaço (...) aqui eu fico do jeito que eu quiser, se eu quiser ficar nua eu fico, se eu quiser parar meu trabalho eu paro, se eu quiser sair eu saio... Sabe, isso eu trago muito, desde pequena.

Essas narrativas ajudam a repensar o lugar do feminino nas oposições clássicas casa/rua, casamento/“solteirice”, família/indivíduo. O significado de ter “um teto todo seu” adquirido, mas, sobretudo mantido, com recursos próprios como algo que imprime singularidade e respeitabilidade funciona, para a maioria delas, comparativamente, de modo equivalente ao casamento e à maternidade. A liberdade tem sido historicamente considerada uma prerrogativa masculina, uma “mulher livre” não possui ainda o mesmo significado semântico ou cultural de um homem livre. No entanto, a liberdade aqui retratada é simbolizada pelo ato repetitivo de circular livremente em um espaço que elas dominam, “aquilo que elas têm de mais seu” como aponta Helena. “Sozinhas”, elas aprendem a dar conta de si mesmas, desafiando normas de domesticidade baseada na complementaridade sexual (Gordon, 1994).

Roteiros e rotinas

No contexto estudado por Tuula Gordon (1994:84), mulheres que moram sozinhas e “solteiras” borram as fronteiras entre público e privado mais fortemente que casadas, porque, ao chegarem em casa após um dia de trabalho, estas continuam estendendo o cuidado a outros que dependem dela. Reflexão bastante semelhante aparece no estudo sobre casais igualitários no Rio de Janeiro, realizado por Maria Luiza Heilborn (2004:173-175). A autora afirma que, enquanto as mulheres em contextos de “casamento” igualitário ainda mantêm a maioria das responsabilidades do cuidado com a casa e a relação, como uma “espécie de abnegação feminina”, para os casais que não coabitam as questões domésticas e da relação são tomadas de modo distinto. Segundo Heilborn, as pessoas envolvidas neste tipo de relação – não coabitada – a consideram um tipo superior de estilo de vida, talvez porque, como sugere Gordon (1994:84), em casa, as tarefas das mulheres “sós” não estão dirigidas preferencialmente aos outros, mas para um *continuum* de coisas para si mesmas: menos necessidade de cozinhar para alguém, menos visitas, menos tarefas domésticas; ao chegarem em casa podem relaxar, cuidar de plantas e animais, beber vinho, cuidar do corpo, ler, ver televisão, assistir filmes, fumar, ligar para os amigos, fazer pequenas faxinas, pintar, fazer artesanato, ouvir música, etc. Ao tentar comparar esses dois contextos – morar só e morar com alguém – vale notar que as autoras (Gordon e Heilborn) apresentam uma visão estereotipada do “casamento”, que parece coincidir com uma imagem “tradicional” do casamento heterossexual, no qual as mulheres, recorrentemente, são percebidas em função do outro, em situação de subordinação.

As rotinas diárias e o manejo dos horários vão além da pura administração doméstica e estão relacionados a modos de organizar a vida e as relações sociais. Partilhar as refeições é um bom exemplo, já que culturalmente são considerados momentos privilegiados de socialização. Em suas rotinas de trabalho diário em tempo integral, no mundo das mulheres “sós”, a hora do almoço costuma ser planejada levando-se em consideração outras necessidades e prioridades. Para as que almoçam em restaurantes, escapar dos ambientes de trabalho, como relatam Laura e Évora, é uma boa estratégia para “falar de outros assuntos”. Para Cândida, ao contrário, o horário do almoço é também o momento de ativar estas e outras relações sociais e de trabalho. Ela, cuja família reside em outra cidade, afirma que

“herdou”, do tempo que viveu fora de Goiânia, o costume de almoçar com amigos e colegas de trabalho em restaurantes diversificados.

Contrariando em parte as afirmações de Gordon sobre o *continuum* de coisas para si, algumas “solteiras”, mesmo morando sozinhas, mantêm uma série de compromissos e responsabilidades familiares que as pressionam e, de certa maneira, interferem em suas rotinas ou no desejo de estar em casa. As reações a essas interferências são diversificadas, mas, em todos os casos, a autonomia de fazer apenas o que se gosta é bastante relativizada. O controle dos horários, aos quais Meire queria escapar ao sair da casa dos pais, continua a imprimir um sentido de obrigação em sua rotina, mostrando que nem todos os hábitos anteriores foram rompidos:

Se você falar se é por opção, tem hora que nem quero almoçar lá, assim, geralmente eu almoço quatro vezes por semana lá ou três. Meu pai está adoentado..., mas se eu não for neste horário eu não quero ir nunca na casa dos meus pais, quero ir para a minha casa. E eu gosto dessa convivência pra eles, sentem falta também, acho que eles sentem mais que eu, mas eu sinto falta também.

Camila vai ver os pais no interior constantemente. No início, eram todos os finais de semana e agora mais espaçadamente. O retorno lhe traz uma sensação de proximidade afetiva, fazendo com que a visita de fim de semana pareça especial, ou seja, sem os constrangimentos da rotina envolvida na convivência familiar:

Às vezes a sensação que eu tenho duas casas pra administrar. Mas, é um convívio muito prazeroso, nesse sentido, meu retorno, voltar, estar lá nos finais de semana é muito interessante, que é aquilo que é prazeroso numa casa, sabe? Tipo “Aí, Camila, o que eu vou fazer de almoço? Vou fazer tudo que você gosta” Você fica meio visita que não é visita, entre aspas. (...) Família, nesse sentido, é uma delícia.

No contexto pesquisado, cada uma lida com a “vida doméstica” conforme suas condições financeiras, desde poder manter uma diarista – semanal, quinzenal, mensal – que facilite as coisas, até ter “disposição” para fazerem, elas mesmas, todas as tarefas – compras, faxina, lavar, passar e cozinhar. Como ocorre com a maior parte das mulheres profissionalizadas – casadas, mães –, o mundo doméstico das “sós” quase sempre requer a participação de auxiliares – empregadas domésticas, diaristas – para lavar, passar, limpar a casa e, em alguns casos, cozinhar. Embora a maioria das entrevistadas tenha afirmado não

se responsabilizarem sozinhas pelas tarefas domésticas, existem diferenças marcantes entre contratar ou não uma diarista.

Para Jussara – funcionária pública, morena, 35 anos, morando sozinha desde os 19 anos, que economiza para realizar o sonho da casa própria –, realizar as tarefas domésticas não é uma questão de preferência, mas de necessidade:

Não gosto de ficar fim de semana sozinha em casa. Aos sábados tudo bem, é dia de lavar roupa, arrumar a casa, fazer faxina, lavar banheiro. Faço comida aqui, almoço todos os dias em casa e quando sobra, janto. Se não, tomo um lanche à noite. Não como fora nunca. (...) Não sou muito de decorar. Meu dom mesmo é cozinhar, fazer bolo... Detesto limpeza de casa, lavar banheiro, mas ninguém gosta... Não tenho faxineira porque ganho pouco e porque não gosto mesmo, acho que preciso dar conta de mim mesma.

Seu uso do tempo aos sábados contrasta com o de Madalena – relações públicas, branca, 42 anos, há quatro morando sozinha – que, embora também realize sozinha as tarefas domésticas, dispensa sábados e domingos para outras atividades:

Gosto de arrumar minha casa, lavar roupa..., lavo, passo, tudo eu.

Eliane: mas, que hora você faz isso?

Madalena: de noite. O que eu me recuso a fazer é no sábado e domingo que eu acho que sábado e domingo eu não tenho que calejar com isso.

Eliane: mas dá pra fazer tudo à noite, lavar, passar, cozinhar...?

Madalena: dá. Chego às seis, seis e meia... Cozinhar quase não cozinho, faço só sopa às vezes e tal..., de acordo com a minha disposição, eu fico até uma hora limpando casa. Minha casa suja muito pouco, roupa eu procuro lavar tudo junto, eu uso, eu lavo. Minhas roupas não têm que passar. Roupa de cama, eu durmo sozinha, eu troco de dez em dez dias.

A literatura feminista mostra que tarefas domésticas nunca foram consideradas como trabalho, mas “afazeres” contabilizados como atividades normais e de rotina para as mulheres. Na divisão sexual do trabalho, sempre coube às mulheres realizarem as tarefas domésticas, cumprindo um papel na reprodução social. Entre as entrevistadas, as que possuem recursos contratam alguém que assuma esta tarefa para desfrutar o tempo livre para si mesmas, como relata Sarah – executiva financeira, branca, 29 anos, há quatro morando sozinha:

Perder meu sábado para limpar a minha casa, eu acho uma perda de tempo, acho um absurdo. Lavar roupa, não lavo, sempre tive alguém prá lavar, alguém para passar, é minha opção, eu prefiro pagar para fazer isso e também não quero uma empregada o mês inteiro, não preciso disso, preciso de uma pessoa duas vezes por semana, uma pessoa que lave, passe e arrume minha casa, tá ótimo. Gente na minha casa dia de sábado não quero de jeito nenhum porque sábado eu quero descansar, sabe, quero acordar, depilar, sábado é o dia de me cuidar, vou fazer minha unha, vou fazer alguma coisa, olhar uma roupa, enfim, é o que eu gosto de fazer.

Quando o assunto é lazer, descanso e vida social, o grupo é bastante heterogêneo. Entretanto, a vida social da maioria delas não corresponde às imagens retratadas na mídia, de mulheres que adoram noitadas, baladas e estão sempre atrás de atividades que preencham o tempo para além do trabalho. Talvez essa realidade, mais típica da região sudeste, como analisei no capítulo 2, seja distinta de um contexto no qual as entrevistadas enfatizam as relações com a família e com os/as amigos/as. Algumas saem com frequência com amigos, são mais “noturnas”, fazem uso de álcool e gostam de dançar – três das entrevistadas costumam cantar na noite e uma delas toca tambor –, outras preferem viajar para cidades mais calmas nos finais de semana. O cinema foi apontado pela maioria como a diversão favorita, destacando-se a preferência por filmes estrangeiros, românticos ou documentários. A menção ao teatro esteve pautada por reclamações e queixas quanto à fraca presença de peças teatrais em Goiânia.

Viagens pelo Brasil e ao exterior, além da experiência de residir temporariamente fora do Brasil, marcam a trajetória de boa parte delas. O exemplo de Sarah, que viveu por cerca de um ano nos Estados Unidos, de onde retornou para “mudar sua vida por completo”, sair da cidade do interior e vir para a capital estudar e fazer carreira em uma instituição financeira internacional ilustra uma característica importante do universo das mulheres de camadas médias, escolarizadas e financeiramente independentes. O domínio de um ou vários idiomas é um recurso presente na história de vida de muitas e planos de viagens são recorrentemente enunciados.

O gosto pelas viagens é apontado por todas e o prazer de planejá-las ilumina o horizonte futuro. Para muitas, as viagens são bastante frequentes, em especial para as professoras universitárias e pesquisadoras que têm maiores possibilidades de participar de congressos, seminários e outros eventos. As viagens são narradas com entusiasmo e todas têm uma boa história para contar:

Gosto de viajar, minha paixão é viagem. Gente, uma das coisas que eu amo na minha profissão é o direito que me dá de viajar. Eu entrei num projeto agora por conta de uma passagem para eu ir a um congresso na Nova Zelândia! Nossa, eu conheço muito o mundo, já viajei bastante (...) eu falo inglês muito bem, falo um pouco de alemão, o francês também falo um pouco e leio (Évora).

Muitas destas afirmações são recorrentes em estudos internacionais sobre “solteiras” e mulheres que moram sozinhas. É comum que esta liberdade e disponibilidade seja valorizada enquanto um contraponto vantajoso para as não casadas e sem filhos, que teriam suas oportunidades restringidas pelas responsabilidades da vida conjugal. Recebendo salários relativamente altos e contando com benefícios de viagens custeadas por programas de pesquisa e eventos, as entrevistadas com carreiras universitárias são as que mais viajam. Limitações financeiras são solucionadas com poupanças, visando unicamente as viagens nacionais ou internacionais. As preferências variam, as viagens podem ser uma estratégia para relaxar, como salienta Sarah, que nunca se desliga do trabalho e narra seu gosto por cachoeira, ir para Três Ranchos e Aruanã¹³², locais onde pessoas abastadas constroem casas de veraneio, como ocorre no litoral com as casas de praia. Nessa rede de amigos, sempre se encontra uma forma de lazer e Pirinópolis¹³³ desponta como a primeira citação de lugar de lazer para fins de semana. O gosto pelas viagens se traduz nos sonhos, planos ou projetos a serem realizados.

Ao falar de seu sonho de viajar, Laura enfatiza suas preferências, seu gosto estético, e cada lugar possui um significado que corresponde a essas preferências. Como já viajou por todo o Brasil, seus planos de viagens são internacionais:

¹³² Três Ranchos, cidadezinha na divisa com Minas Gerais, na qual foi construído um lago pelo represamento do Rio Paranaíba no final dos anos 1970, é conhecida por abrigar mansões de veraneio com barcos, canoas e lanchas, freqüentada pelas camadas de maior poder aquisitivo. Aruanã é uma cidade às margens do Rio Araguaia e, como outras localidades, possui atrações turísticas no período de maio a setembro, quando se formam as praias do rio.

¹³³ Pirinópolis, cidade histórica, do ciclo do ouro, foi construída no século XVIII. Diferentemente da Cidade de Goiás (Goiás Velho), que mantém tradições preservadas e é considerada, no senso comum, uma cidade arcaica, Piri, como é carinhosamente chamada a cidade, representa a modernidade, a aquisição de valores modernos, comunidades alternativas, neo-hippies, estrangeiros, uma cidade mais “liberal”, com mais potencial “turístico”.

O máximo que eu fui foi pro Uruguai, Montevideu. Quero ir pra Europa, Estados Unidos eu não tenho vontade de ir, ser tratada como “la cucaracha”, lá eu não tenho vontade de ir, mas Europa é impressionante a cultura...As coisas, eu conheço muito bem, que eu sou aficcionada em documentários... A Europa é diferente, Europa é cultura, a gente respira cultura em tudo. Então, faz algum tempo já que eu estou planejando uma viagem assim com umas amigas. Mas eu quero ir com conforto, não precisa ficar nos melhores lugares (...) Eu gosto de comer bem, eu gosto de bons lugares, eu não quero ir com uma mão na frente outra atrás, eu quero ir pra aproveitar, e Europa é cara, eu não abro mão de uma boa refeição, de sentar à mesa, eu gosto disso sabe, esse negócio de viajar e comer em coisinha de cachorro quente, isso não é comigo. Eu gosto de viajar, eu gosto de experimentar pratos, eu gosto de comer bem. Porque não tem sentido, você vai num lugar não vai experimentar o melhor prato do lugar? (...) Eu quero ir pra China, com os meus amigos chineses tenho essa oportunidade de ir com eles alguma vez que eles forem, por que com intérprete é outra história, com uma pessoa de lá é outra história. (...) Então, eu tenho vontade de conhecer, eu sou apaixonada por arqueologia, e a China é muito rica nessas coisas.

Retomando a noção de “choque cultural”, as comparações entre Goiânia e outros grandes centros culturais e politicamente dominantes – Rio de Janeiro ou São Paulo – são freqüentes. As “de fora” apontam a parca “variedade cultural” e os hábitos arraigados – “sentar nos botecos, comer carne, beber e ficar falando mal da vida alheia”. Os homens são referidos, muitas vezes, como “uns grossos”, “brancos”, “machistas” ou sem “refinamento”, tipos que gostam de “rinhas de galo” e só se interessam pelas mulheres quando elas falam que têm “o segundo grau *compreto*” para não “darem na cara” que são instruídas, porque “mulheres muito instruídas são evitadas e se forem professoras universitárias, então, os goianos nem se aproximam”. Dependendo da procedência da entrevistada – Norte/Nordeste ou Sul/Sudeste –, Goiânia pode ser mais “conservadora” ou mais “liberal”. A narrativa daquelas que vêm da, ou viveram na, região sudeste é pautada por queixas no que toca à falta de apresentações teatrais, concertos e uma variedade de programas que os grandes centros oferecem. Às vezes, as opções culturais (dançar, por exemplo) são consideradas caras, observação de uma entrevistada da região Norte.

A noção de lazer acessa, em algumas entrevistas, o sentido de auto-cuidado. Entre uma fala e outra, escapam frases como “tempo para mim”, “preciso cuidar mais da saúde”, “preciso investir mais em mim mesma”, “está faltando olhar para a pessoa em mim”. Algumas mencionaram terapias diversas, massagens, ginástica, caminhadas, um certo tipo

de alimentação etc. Para outras, entretanto, esse auto-cuidado está relacionado a uma exploração mais intensa de aspectos do “eu”.

Entre o cuidado de si e a “psicologização” da vida

O grupo apresenta uma característica que tem sido descrita como relativa às camadas médias urbanas – psicologização da vida.¹³⁴ A proliferação de um discurso psicológico nas décadas de 1970/80 criou a necessidade do consumo de terapias como elemento marcante na formatação de uma mentalidade “moderna” no Brasil. Grande parte das entrevistadas (nove) fez alguma forma de psicoterapia ou análise em um ou vários momentos de suas vidas. Para duas delas, uma psicanalista e uma psicóloga social, processos de análise ou as chamadas terapias supervisionadas são parte inerente ao exercício da profissão. Mas as terapias de diferentes orientações ou abordagens foram buscadas como forma de autoconhecimento para auxiliar momentos de transições difíceis como as separações amorosas e as “crises existenciais”. Uma das entrevistadas relatou episódios relativamente longos de depressão, seguidos de tratamento psiquiátrico e ainda utiliza medicação antidepressiva, mas se afirma disposta a mudar seu estilo de vida, que inclui maior preocupação com o tempo para si mesma e o autocuidado. As que nunca fizeram nenhum tipo de terapia, desejam ou sentem necessidade de fazer em algum momento.

As terapias ou análises emergem nas entrevistas em momentos diversos, quando falam de si mesmas como um eu reflexivo (Larrosa, 1994; Giddens, 1993, 1995, 2002) e analisam os acontecimentos de suas vidas à luz de interpretações psicológicas ou quando relatam as situações que as conduziram às terapias ou análises. Helena, Évora e Tália demandaram este tipo de “tratamento” para amainar a ansiedade provocada pelo ritmo da vida profissional, complicações de saúde e tensões envolvendo a família. Sarah e Laura tiveram episódios de depressão quando passaram por mudanças de cidade e país. Meire procurou análise duas vezes, uma quando estava se formando na faculdade e outra para criar coragem de terminar um relacionamento. Cândida refere-se às várias terapias que faz desde os 19 anos como “ferramentas de auto-ajuda”. Ela chegou a fazer uma formação em “bioenergética”.

¹³⁴ Embora alvo de interesse nesta tese, o assunto não é amplamente desenvolvido. Sobre camadas médias psicologizadas, entre outros, cf. Velho, 1989, 1999, 2002; Salém, 1978; Heilborn, 1992, 2004; Victorino, 2001; Figueira, 1987, Vaitsman, 1994; Goldemberg, 2001, Dauster, 1987.

A terapia também pode ser “imposta” em certas situações particulares. Tália narra a circunstância de uma cirurgia na qual foi recomendada uma terapia de suporte que começou no hospital e prosseguiu em casa. Segundo ela, a terapeuta insistia em encontrar uma explicação de natureza psicológica para sua cirurgia e *impunha* uma questão associada a uma perda amorosa:

Fiz um tempo com ela, ela ia depois na minha casa, depois na casa da minha irmã, onde eu estava. Foi o único tipo de terapia. Uma das coisas que ela batia muito assim “Tália, qual perda você teve nesses últimos meses?” Ela estava centrada nisso, ela achava que meu problema de saúde foi uma somatização de alguma perda, principalmente amorosa, ela ficava insistindo...Eu falava para ela que não tinha tido perda nenhuma...Até interessante, por não ter uma explicação lógica desse [problema de saúde que levou à cirurgia], ela ficava martelando essa parte.(...) uma imposição, é verdade. Às vezes ela queria um sentido para trabalhar em cima daquilo “porque ela é sozinha? Porque ela não casou?”.

Madalena, Jussara e Meire mencionaram a leitura de livros de auto-ajuda. Essa literatura populariza conhecimentos “psi” e aparece fortemente associada ao universo das “solteiras” no senso comum, reforçando as idéias de individualidade orientadas, sobretudo, ao cuidado de si com vistas à conquista amorosa.¹³⁵ Giddens (1993, 2002) considera que o consumo de diferentes terapias está estreitamente vinculado à trajetória e às “tribulações” do eu num contexto de riscos e insegurança característicos da alta modernidade. Pouco equipado para tomar todas as decisões que se lhe impõem cotidianamente, o indivíduo se vê pressionado e angustiado diante das escolhas que precisam ser feitas. Segundo Giddens, na pluralização das esferas da vida, mesmo viver de modo mais tradicional – que parece inspirar mais segurança e menos riscos – é ainda uma questão de escolha.

Escolha e projeto

Até aqui, o estilo de vida é considerado uma premência na vida urbana de metrópoles “ocidentais” e afetado por marcas de gênero e classe. Segundo Alborch (2001), a escolha por viver só requer um alto grau de autonomia, independência, individualidade e emancipação e, ainda que não se aplique exclusivamente às pessoas que moram sozinhas, tais requisitos são realmente necessários a esse grupo. A autora afirma, ainda, que uma mulher “só” pode realizar conscientemente a escolha de viver sem se casar e encontrar

¹³⁵ A esse respeito, conferir o trabalho de Vera Alves, 2005.

muitos benefícios nesta forma de viver porque podem temer ficar demasiado controladas numa relação e preferem assegurar-se em sua própria liberdade.

Considerando que as mulheres ainda são pressionadas ao matrimônio e face a uma ausência completa de modelos positivos socialmente disseminados sobre o morar só, Alborch apresenta – e reproduz, pela sua originalidade – uma ilustração comparável a um anúncio de bodas aos amigos e familiares. No caso, o estado civil de solteira é celebrado, ironizando a representação dominante da solteira infeliz e só por fatalidade. Ao focalizar a noção de escolha individual, a autora acentua uma visão que festeja e celebra o “novo” estado civil:

Carl Hesse e sua esposa Alice Hesse de Washington D.C., têm o prazer de comunicar que sua filha, Susan A. Hesse, de Piedmont, Califórnia, assumirá o estado civil de Solteirona Feliz na noite de sábado, 23 de junho de 1984, a partir de quando deixará de buscar o príncipe encantado e começará a oferecer deslumbrantes festas e banquetes. Para contribuir e celebrar este jubiloso acontecimento foi aberta uma lista de presentes nas Lojas Macy's. Agradecendo antecipadamente a sua atenção, lhe saúdam Carl e Alice. As datas dos banquetes serão anunciadas tão logo Susan adquira uma mesa de jantar (Alborch, 2001:94).

Alborch chama atenção para o fato de que o estatuto social das “solteiras” varia muito conforme a região. Em países onde as mulheres obtiveram conquistas há mais tempo, parece haver mais mobilidade para as “solteiras” de várias gerações, como ocorre nos países escandinavos em oposição aos países mediterrâneos. Isso quer dizer que as conquistas feministas em diferentes planos favorecem a existência da “solteira” de modo mais flexível, portanto, ser “solteira” e morar só está diretamente relacionado à idade, posição de classe, região geográfica, cultura, avanços do feminismo, etc.

Ser empreendedora, arrojada, aprender a tomar decisões desde cedo e assumir responsabilidades na vida não define uma mulher como “só”, mas esses traços marcam estilos de feminilidade das entrevistadas. Elas passaram por algo que pode ser lido como uma necessidade de autonomização, de conquistar uma certa singularidade na vida que as distinguíssem de suas mães, irmãs, avós. Para Giddens (1993:87), “a escolha de estilos de vida constitui a narrativa reflexiva do eu”. O planejamento nem sempre é explícito, ordenado como uma planilha traçada para ser executada cronometricamente, às vezes, é um caminho que se vai traçando na própria trajetória, como relata Sarah:

Tudo aconteceu na minha vida, assim, quando eu me senti madura. Talvez eu tenha tido que encarar, porque as coisas vieram, assim, de uma vez. Ter que morar sozinha, não planejei nada disso, aconteceu. Tive que aceitar ser gerente sem saber nada; tive que enfrentar as pessoas, tudo veio sem que eu pedisse, aconteceu. Agora, as outras coisas, não. As outras coisas eu to vendo que eu to dando conta de levar, mais comandando mesmo, como se eu tivesse num barco mesmo, tivesse remando, assim... Espero que esteja certa.

De qualquer maneira, morar só é algo aprendido, não existe como modelo referencial estável na sociedade, “aprende-se a viver só da mesma maneira que se aprende a morar junto”. O morar só modela outras formas de convivência, calcadas no desejo de preservação da autonomia, de modos de vida conquistados e consolidados. “Se não for para somar, as uniões estão descartadas”, reafirma Laura.

Casar (coabitar, viver junto) ou morar só é escolher entre um estilo de vida e outro. Em vários momentos de discussões deste capítulo, algumas interlocutoras insistiam na pergunta: “no que morar só se distingue de outras formas de vida, de outros arranjos?” A noção de estilo de vida, aplicada a quem mora só, se sustenta? Creio que as distinções não estão no tipo de roupa, acessórios, gostos ou preferências no campo das artes, disposição ou decoração da casa, ter mais ou menos vida social noturna etc. Quaisquer dessas disposições podem ser relativas tanto a quem vive junto quanto a quem vive só, dependendo dos valores, preferências e posição de classe, ou seja, do *habitus*. Tampouco seria uma marca distintiva de um grupo social que reivindica alguma identidade particular, com direitos específicos, ainda que essa discussão já esteja esboçada nos estudos internacionais aqui mencionados.¹³⁶ Entretanto, em vários sentidos, morar só requer certas rotinas específicas que também pressionam por mudanças nos padrões de consumo. Como mostra Alborch (2001), um contingente maior de pessoas “sós” pressiona o mercado para oferecer produtos mais adequados à sua realidade: apartamentos e carros mais compactos e econômicos, alimentos em embalagens menores, reorganização do setor de turismo, etc. A existência desses produtos no mercado, por sua vez, dá visibilidade ao fenômeno do crescimento desse segmento populacional, servindo de conteúdo para alimentar matérias na mídia que,

¹³⁶ Há uma discussão importante em torno da contradição entre um discurso individualista, que encoraja e protege os direitos individuais, contrastando com políticas de Estado orientadas à família, sobretudo, a um certo modelo de família (Simpson, 2005:54-55).

consequentemente, faz crer que pessoas “solteiras” e que moram sozinhas podem ser definidas por um certo gosto particular.

Recuperando o argumento de Gordon (1994) acerca do cuidado, as mulheres têm sido historicamente socializadas para o cuidado com os outros; ao chegar em casa, uma mulher casada (ou unida), ou uma mãe, dedica tempo e atenção a quem está mais próximo e requer seus cuidados; ao morar só, ela dispõe desse tempo para si mesma, passando a ser o foco de sua atenção, embora nem sempre consiga usar esse tempo em benefício próprio – é necessário reafirmar que esta análise está vinculada a uma idéia de posição de classe social e de um modelo de casamento “tradicional”. No entanto, no grupo de entrevistadas, o que parece realmente distinguir essas formas de viver a vida enquanto um “estilo” se inscreve no seu grau de mobilidade ou, pelo menos, na sua possibilidade concreta. De forma ampla, mobilidade é aqui entendida como liberdade de ir vir, de estar e de ser, de se comportar em casa e, finalmente, de uma ampliação nas suas possibilidades de escolha num determinado contexto de intimidade e de privacidade.

Como afirmam Beck e Beck-Gernsheim (1995:4), cada dia mais a individualização se torna uma marca de nossas sociedades, onde cada um/a é pressionado a tomar suas próprias decisões. Resta saber, indagam, se a “febre” e a “epidemia egocêntrica” do morar só resultará em uma transformação mais profunda na relação indivíduo/sociedade. A resposta pode ser encontrada em outro trabalho de Beck (1995) no qual, de modo mais otimista, ele formula que essa relação se inscreve numa subpolítica que se dá pelo retorno do indivíduo às instituições da sociedade. O autor também aponta para a desestabilização das certezas prévias, da ambivalência e ambigüidade gerada pela sociedade de risco.

De qualquer modo, há um nítido contraste entre a perspectiva de morar só e morar junto. O morar só oferece a possibilidade de uma convivência moldada em alternâncias, pode-se estar só ou acompanhado, dependendo da regulação dos fatores internos e externos à vida do indivíduo. O morar junto parece menos flexível neste aspecto. Como argumenta Roland Barthes (2003: 258-260), o viver junto requer um “distanciamento crítico”, ou “uma distância que não quebre o afeto”. Para o autor, “o problema mais importante do viver junto [é] encontrar e regular a distância crítica, para além e para quem da qual se produz uma crise”. Uma separação estrategicamente calculada ou programada nos moldes desta “utopia

da idiorritmia”¹³⁷, nas palavras de Barthes, seria altamente desejável, mas difícil de produzir em muitos casos de coabitação. Talvez por isso, algumas entrevistadas, mesmo não tendo projetado previamente morar só como a adoção calculada de um modo de vida particular, acabaram salientando os aspectos positivos desta decisão que, afinal, aparece como parte de um “pacote” que inclui independência, carreira, estudo, viagens, desejo de silêncio e solidão.

Considerando-se mulheres independentes, elas mostram o papel da educação e do trabalho remunerado na modelagem de suas escolhas e decisões no curso da vida. Nos próximos capítulos exploro como mulheres que moram sozinhas se posicionam com relação ao trabalho, ao casamento, ao amor, à sexualidade e à maternidade, e como se referem à solidão.

¹³⁷ Idiorritmia, literalmente, ritmo próprio, é um termo utilizado por Roland Barthes (2003:13) para designar uma fantasia ou utopia, a de que não é contraditório querer viver só e querer viver junto.

Capítulo 4

“Remando o próprio barco”: a instabilidade da independência

Prefiro ser um espírito livre e remar eu mesma a minha canoa.
Luiza May Alcott [1868] *apud* Federman, 2001

Uma mulher que não tem medo dos homens, amedronta-os.
Simone de Beauvoir, 1980 [1949]

Antes culta do que mal acompanhada¹³⁸

A discussão precedente focalizou algumas especificidades do morar só enquanto um estilo de vida, apresentando a liberdade e a mobilidade como noções relevantes nas narrativas das mulheres entrevistadas. Neste capítulo, enfatizo a discussão sobre a independência que, referida ou não neste termo, é uma noção que distingue e demarca a condição destas mulheres “sós”. No grupo de entrevistadas, os significados da independência, associados às noções de autonomia e liberdade, são derivados de noções “aparentadas” – dar conta de si mesma, cuidar-se, ser dona do próprio nariz, dona de si mesma, etc. – organizam a percepção sobre o mundo, sentir-se e ser percebida enquanto um “outro” dotado de singularidades. O significado de independência mais recorrente nas narrativas está estreitamente vinculado à categoria trabalho, o que remete à independência financeira.

Relações de trabalho representam um aspecto das relações sociais marcadas por gênero, sendo um locus importante daquilo que é definido como masculino e feminino (Lobo, 1992) e é no mundo do trabalho que homens e mulheres se enfrentam como indivíduos aparentemente livres e iguais (Durhan, 1983:35). Estudos antropológicos de inspiração feminista apresentam a divisão sexual do trabalho como universal, ressaltando a dominância das atividades em termos de poder e prestígio associadas ao masculino (Rosaldo, 1979). Nas sociedades industrializadas e capitalistas contemporâneas, nas quais autonomia e prestígio dependem da circulação de capital, a independência financeira é extremamente relevante (Millet, 1970). A busca por individualização e a independência

¹³⁸ Frase de Renato Queiroz atribuída às mulheres que estão “sozinhas”. (“Vidas no singular”, *O Popular*, 21/01/2007).

financeira dependem cada vez mais do emprego assalariado (Gordon, 1994)¹³⁹, razão pela qual, nessas sociedades, a reivindicação feminista por equivalência em termos de emprego e salário continua ainda tão atual.

Segundo Nicholson (1986), o direito ao trabalho é uma noção presente em todas as correntes do feminismo da segunda onda.¹⁴⁰ A vertente liberal influenciou mais diretamente a luta por direitos na esfera pública, ao condicionar a superação da subordinação da mulher à obtenção de direitos no plano formal, particularmente a conquista de oportunidades de treinamento e profissionalização. Dos oito pontos¹⁴¹ de reivindicações da plataforma política de fundação da National Organization for Women (NOW), apenas um não dizia respeito ao trabalho (Id., ib.). Se para as radicais o trabalho não era menos importante, a discussão levantava questionamentos políticos mais desestabilizadores – ruptura com a norma heterossexual, fim do contrato de casamento, crítica à família, controle sobre o corpo, maternidade como escolha voluntária, entre outras. De modo geral, mas em diferentes escalas, as feministas da segunda onda criticavam e recusavam a separação das esferas público/privado e suas dicotomias fundadas na diferença sexual.

Betty Friedan (1963) proclamava que o trabalho formal – remunerado, fora de casa, numa gama ampla de opções acompanhadas de treinamento profissional – daria às mulheres condições iguais de relacionamento que seriam bem-vindas no “todo” social. Nas formulações – mais programáticas que teóricas – do feminismo liberal, o mundo público (masculino, criativo, objetivo) não é submetido à crítica e é pensado em oposição ao mundo privado (feminino, subjetivo, enfadonho). A crítica à separação das esferas é pautada por uma noção que enfatiza as transformações do mundo privado como forma de oferecer à

¹³⁹ Trabalho é aqui analisado enquanto trabalho formal, assalariado ou autônomo, que provê uma remuneração mensal. O trabalho tem sido sobretudo tratado como trabalho assalariado, ligado à esfera pública e, portanto, masculino (Rosemberg, 1992). Nesse sentido, as mulheres que trabalham “fora” vivem entre dois mundos – público e o privado. As “solteiras” que moram sozinhas borram essas fronteiras, na medida em que não reproduzem a divisão sexual do trabalho do mesmo modo que as casadas (Gordon, 1994). Para uma análise crítica da separação entre esferas pública (masculino/rua) e privada (feminino/casa), nas camadas populares, ver Fonseca, 1992.

¹⁴⁰ Não podemos desconsiderar, no entanto, a contribuição das pioneiras do século XIX e das feministas que perseveraram nos anos 1920 na luta por igualdade em contextos políticos menos favoráveis. Sobre a relação entre trabalho e a primeira onda feminista, ver Showalter, 1989.

¹⁴¹ Emenda constitucional por igualdade de direitos; legislação para eliminar a discriminação sexual no trabalho; licença maternidade e benefícios sociais; dedução de imposto de renda para despesas com crianças de pais/mães trabalhadores/as; creches; educação não-sexista; igualdade de oportunidades de treinamento e permissão para mulheres em situação de pobreza; direito das mulheres ao controle de suas vidas reprodutivas (Nicholson, 1986:21).

mulher oportunidades iguais no mundo público, superando o “mal que não tem nome”, característico do confinamento doméstico. Embora contrariando a divisão sexual do trabalho materializada na família nuclear e afirmando positivamente a condição da solteira independente economicamente, Friedan pensa a emancipação das mulheres prioritariamente em termos da díade doméstica – o casal deve compartilhar as tarefas e as demandas do mundo público e privado. Nessa linha de argumentação, essa mudança revolucionaria a relação homem/mulher e, a longo prazo, mudaria as relações entre esfera pública e privada, na medida em que, segundo Stacey (1986:224), “ambos desejam família e igualdade”. O raciocínio linear de Friedan não leva em conta reações masculinas, afetadas, entre outros, pelo medo de competição por posições no mercado de trabalho, além disso, a autora parece ignorar a resistência cultural dos homens aos serviços domésticos. Desatentas a alguns importantes significados culturais de gênero, as formulações eram obviamente endereçadas a mulheres de camadas médias que, como Friedan, eram casadas, possuíam formação superior e almejavam uma certa independência.

Apesar de não focalizar a especificidade da mulher solteira, Friedan percebia as campanhas a favor casamento precoce e da maternidade como maléficas e, desse modo, requeriam um combate pela oferta de educação idêntica à dos rapazes, reforçando a idéia de que “elas [as garotas] podem desenvolver seus próprios recursos, objetivos, para encontrarem sua própria identidade” (Friedman, 1963:364). Imagens de mulheres “solteiras” que escolhem a carreira deveriam ser encorajadas, servirem de modelo e não serem discriminadas, pois estão “enraizadas na vida” (*rooted in life*) (Id., ib.:338) e porque “preenchem suas vidas seriamente” (Id., ib.:367).

Em parte, estas idéias feministas liberais tiveram maior capilaridade nos meios “burgueses”,¹⁴² tornando-se cada vez mais disseminadas pela mídia. Na contemporaneidade, mulheres urbanas com elevada escolaridade e renda transitam em espaços de “poder e prestígio”, antes restritos aos homens, e experimentam mudanças nas suas “identidades”. Além disso, elas enfrentam novos requerimentos em termos de responsabilidades e tomada de decisões nos moldes referidos por Giddens (2002) e Elias

¹⁴² Verena Stolke (1982:30) chama a atenção para a produção da ideologia igualitarista no meio burguês, que reuniria as condições para a eliminação da subordinação da mulher. A autora conclui que incorporar a mulher no mercado de trabalho significa simplesmente submetê-la à dupla carga de trabalho – doméstico e extra doméstico.

(1994) – “dar conta de si mesmas”. Este enfrentamento tem sido – a meu ver, erroneamente – interpretado como um dos maiores indicadores de mal estar e desencontro no estabelecimento de relações heterossexuais estáveis, ou mesmo da “desestruturação da família”, levando muitos/as a criticarem a própria estratégia feminista de emancipação pelo trabalho.

A centralidade do trabalho

Os estudos de modos de vida contemporâneos em sociedades complexas consideram que as identidades sociais dos indivíduos são, em grande medida, construídas mais expressivamente nos domínios do trabalho do que nas relações de família e de parentesco (Velho, 2002), insinuando novas e diferentes perspectivas relacionais. A rápida mudança nas relações sociais, sobretudo o padrão “homem provedor/mulher cuidadora” que modelava a “família nuclear”, é apontada como o elemento central que explicaria como o trabalho se tornou fundamental na vida de uma parte considerável das mulheres nas “sociedades ocidentais” na contemporaneidade.¹⁴³ A entrada das mulheres no sistema formal de emprego, pelo assalariamento, teria produzido senão a ruptura, pelo menos uma fratura na divisão (artificialmente imposta) entre público e privado, desorganizando, conseqüentemente, as relações estabelecidas em torno dos “papéis sexuais” opostos e complementares, que sustentavam o modelo funcionalista de sociedade, baseado na família nuclear moderna. Os estudos sugerem que essa divisão binária não corresponde mais ao novo estatuto das mulheres que possuem trabalho remunerado, sejam “solteiras”, casadas ou unidas.

Ainda assim, para algumas mulheres profissionalizadas de camadas médias e altas, casadas, unidas, ou vivendo com a família, o salário pode ser considerado parte do orçamento doméstico ou um “complemento” ao salário do marido ou da família. Para as mulheres que moram sozinhas, sujeitos deste estudo, o salário é responsável pela totalidade das despesas domésticas e extra-domésticas. No universo das entrevistadas, o trabalho

¹⁴³ Ver, entre outras, Simpson, 2005; Gordon, 1994; Barret e MacIntosh, 1991; Singly, 2000; Vincent, 1992; Stacey, 1986; Torres, 2000; Giddens, 1995; Beck, 1995; Vicinus, 1985; Hirata et al., 2002; Bruschini, 2000; Vaitsman, 1994. Além da produção feminista, a literatura que utiliza essa matriz explicativa é enorme e diversa, apesar de se concentrar majoritariamente sobre o impacto das mudanças nos chamados “papéis sociais” e na “desorganização” do modelo familiar.

emerge como uma categoria marcante, tanto como ocupação, emprego, em diferentes fases da vida, como também profissão, carreira.¹⁴⁴ Ainda que não seja o único fator, todas afirmam a importância do trabalho remunerado na viabilização da escolha de morar só. A maioria das entrevistadas começou a ter uma renda própria antes mesmo de terminar a faculdade, mostrando que o trabalho, a existência da profissão em contextos contemporâneos, organiza ou influencia – para não dizer que determina – outras esferas da vida das mulheres de camadas médias, particularmente as que moram sós.

Gordon (1994) chama a atenção para a seletividade da entrada no mercado de trabalho, altamente recortada por classe social e capital cultural, observada na experiência das mulheres de várias partes do mundo. As primeiras oportunidades de trabalho abertas às mulheres se concentravam em funções de baixo prestígio e com jornadas extenuantes. Embora o problema ainda persista nas camadas populares – o que é válido também para o Brasil –, o gradual e constante aumento na escolarização, a partir dos anos 1960, abriu perspectivas inteiramente novas às mulheres de camadas médias, além de permitir certa mobilidade social, discutida no capítulo 3. Como observa Sarti, analisando as relações entre gênero, trabalho e classe no Brasil, o considerável aumento da participação feminina no mercado de trabalho nas duas últimas décadas não teve o mesmo impacto sobre todas as mulheres, atingindo, sobretudo, as que se beneficiaram da expansão do sistema educacional:

As mulheres pobres, por outro lado, sem acesso à educação de nível médio e superior, mantiveram suas condições estruturais de participação no mercado de trabalho, cuja expansão não configurou necessariamente, em seu caso, uma situação nova, que abalasse os fundamentos das relações na família (Sarti, 1997:154).

De modo diverso, mulheres que tiveram acesso à educação e à profissionalização puderam trilhar caminhos antes negado ou restrito a poucas. Aparentemente, todas as profissões foram conquistadas, embora a presença de mulheres em carreiras consideradas “femininas” – serviço social, saúde, ensino/educação, etc. – ainda sejam as áreas dominantes (Rosemberg, 2001; Lobo, 1992, Bruschini, 2000, 2004). Segundo Bruschini (2004:108), “a expansão da escolaridade, à qual as brasileiras têm tido cada vez mais

¹⁴⁴ Para uma síntese dos conceitos diferenciais de ofício, profissão, emprego e trabalho ver *Dicionário Crítico Del Feminismo*: Prisca Kergoat, 2002:169-171, Geneviève Picot, 2002:175; Helena Hirata, 2002: 269-274.

acesso, é um dos fatores de maior impacto sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho”.

Estudos feministas focalizando “solteiras” em grandes cidades do mundo têm chegado a uma mesma conclusão: “solteiras” sem filhos costumam investir tempo e energia no trabalho e como quase sempre são muito mais qualificadas têm rendimentos superiores. No Brasil, as pesquisas relativas ao mercado de trabalho apresentam resultados semelhantes. Comparando indicadores da década dos 1990 com os anteriores, Bilac (2002:5) argumenta:

Num flagrante contraste com as situações anteriores, a melhor situação laboral feminina é encontrada entre as mulheres jovens e adultas que moram sozinhas: elas apresentam altas taxas de participação com menores taxas de desemprego e níveis mais elevados de rendimentos. Mas é muito provável que apenas o fato de morarem sozinhas já identifique uma inserção diferenciada no mercado de trabalho – de maior qualificação, maior formalização e estabilidade –, que interfere na trajetória de vida, uma vez que, em função de uma carreira profissional, projetos podem ser postergados ou abandonados.

Embora não façam distinção entre “solteiras” e mulheres que moram sozinhas, Bruschini (2000) e Néri (2005) chegam a conclusões semelhantes: mais anos de estudo e tempo para dedicação prioritária ao trabalho é uma realidade crescente entre as “solteiras” sem filhos, notadamente as que exercem ocupações técnicas e científicas de maior prestígio.

A discussão feminista sobre as importantes mudanças advindas da progressiva participação da mulher no mundo do trabalho é bastante expressiva.¹⁴⁵ O feminismo produziu uma crítica profunda aos modelos calcados na divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo e à divisão sexual do trabalho, que condena as mulheres a ofícios e tarefas associadas à sua “natureza” (Daniele Kergoat, 2002). Assim, herdeiras dessa “revolução”, a maioria das entrevistadas, particularmente as mais jovens, não enfrentou grandes desafios na escolha profissional, pois, aparentemente, todas as portas já se encontravam abertas a elas.

¹⁴⁵ No Brasil, entre outros, ver Hirata, 2001, 2002; Bruschini, 2000, 2004; Bilac, 2002; Rosemberg, 2001; Goldani, 1999, 2002; Sarti, 1997.

Letramento e acesso à educação

O letramento¹⁴⁶ tem funcionado como uma porta de acesso ao conhecimento, abrindo caminhos a outros vãos, como observaram as entrevistadas nos relatos sobre suas infâncias repletas de referências escolares e literárias, cuja influência é atribuída predominantemente a mães e pais. Como assinala Vaitsman (1994:92), a partir dos anos 1960, no Brasil, os/as pais/mães orientavam as filhas para os estudos, o casamento e a profissionalização, nesta ordem. Entretanto, os planos de estudar e trabalhar eram complementares ao casamento, não seu substituto. É interessante notar as mudanças ocorridas entre as gerações das entrevistadas e de suas mães, onde a maioria era – ou ainda é – dona-de-casa, embora algumas tenham concluído os estudos de nível médio. As mães de Camila e de Cândida começaram trabalhar mais tardiamente; apenas Meire e Tália falaram de suas mães como profissionais da área da educação que conciliaram carreira, emprego e casamento. Como aponta Showalter (1989, 1993), o desejo de conciliação entre seguir carreira, casar e ter filhos tem sido a tônica de muitos dos discursos feministas ao longo do século XX e se mostram ora atualizados nas falas de algumas entrevistadas, ora notadamente contraditório em outras, como se verá mais adiante.

Rompendo com uma tradição histórica desde que as mulheres conquistaram o direito de estudar, nenhuma entrevistada cursou escola normal ou foi professora primária. Como ilustram Corrêa (2001) e Vaitsman (1994), a passagem pela Escola Normal era comum a uma geração de mulheres que prosseguiu nos estudos universitários no Brasil dos anos 1960. Porém, se a escola normal não foi lugar de passagem de nenhuma delas, cinco encontraram na docência um caminho comum, confirmando uma tendência de crescimento da participação das mulheres também no magistério superior (Rosemberg, 1992; 2001). A correlação entre magistério, profissão “feminina” e “solteirice” foi analisada por Louro

¹⁴⁶ Letramento é um conceito mais político que técnico e ultrapassa a idéia de escolaridade. Pinto (2004) afirma que ler, no sentido de decifrar e praticar a codificação de letras, não significa letramento, que deve ser compreendido numa perspectiva histórica, levando-se em conta as estruturas de poder e não os indivíduos, e que permita explicar, por exemplo, a dificuldade declarada pelas mulheres com alto grau de escolarização para produzir textos escritos a serem publicados. Letramento é um conceito que possibilita analisar a capacidade de lidar, ao mesmo tempo, com a escrita, a leitura crítica e a fala pública. Sobre letramento, cf. Ângela Kleiman, 1995. Para algumas análises sobre letramento e gênero no Brasil, cf: Carvalho, 2003. Vários trabalhos sobre intersecções gênero/raça/classe e letramento no Brasil estão reunidos no Simpósio Temático (ST23) Gênero, raça/etnia e escolarização, do *Seminário Internacional Fazendo Gênero 7* (UFSC, 2006). Alguns artigos podem ser acessados em http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st_23.html

(1997) e Nádia Amorin mostra que, das 66 mulheres entrevistadas, 50% eram professoras – “a mulher que não casava tinha que virar professora” (Amorin, 1992:84).¹⁴⁷

A importância do estímulo dos pais/mães para o letramento é relatada por Helena (44), professora universitária, ao afirmar seu desejo de publicar as histórias que cultivava desde a infância, período no qual a mãe também a estimulava a aprender as “prendas domésticas” e, ao mesmo tempo, comprava para ela e os irmãos grandes coleções “vendidas de porta em porta”, como as enciclopédias Delta Larrouse e Barsa, presença constante nas estantes de famílias de classe média brasileira.

Minha mãe dizia que o primeiro piolho que ela matou na minha cabeça ela matou num jornal para eu aprender a ler....[risos]. Como eu vivia com um livro andando para baixo e para cima, ela dizia assim “ah...tenho grande arrependimento de ter feito isso, porque eu devia ter matado esse primeiro piolho na máquina de costura, assim você seria costureira”.

Como afirma Gordon (1994:57), frequentemente, pais/mães endereçam mensagens contraditórias às suas filhas. As mães, sobretudo, encorajam a educação escolar e a busca do auto-sustento e, ao mesmo tempo, enfatizam a importância de serem competentes como esposas e donas-de-casa. O “arrependimento” da mãe de Helena evidencia a ambivalência no contexto de uma família considerada tradicional numa cidade do interior, cujas preocupações com as filhas também incluíam a preparação para a função de esposa, mãe e “dona-de-casa prevenida”. Ainda neste período (anos 1960/70), as mulheres eram retratadas, sobretudo, como mães dedicadas, esposas femininas e bondosas ou candidatas previnadas. A análise de Bassanezi (2000) da representação da mulher burguesa nos anos 1950 mostra a recorrência do protótipo da “moça casadoira” nas revistas femininas. No entanto, a maioria das entrevistadas recebeu uma educação “feminina” num contexto mais favorável à mulher, no que tange à educação com vistas à escolha de carreiras profissionais, o que ajuda a compreender, em parte, a escolha de suas formações profissionais e carreiras prioritariamente.

Helena fala com certo orgulho de suas prendas – cozinhar, marcar e bordar – porque pode, seletivamente, realizar essas e outras habilidades que menciona no decorrer da entrevista – fotografia, por exemplo – nas suas horas livres, como lazer. Ao ampliar seu

¹⁴⁷ Louro (1997:104-105) analisa a ambiguidade que cercava a professora “solteirona” como mulher que fracassara no seu destino de esposa e mãe, de outro lado, sua independência econômica a permitia circular publicamente, usufruindo de alguns privilégios “masculinos”.

leque de possibilidades e, conseqüentemente, sua opção de escolha, aquilo que outrora era obrigação passa a ser cultivado como prazer. A educação ou o investimento na vida escolar e acadêmica, em detrimento de outras esferas da vida, marca de modo definitivo as escolhas dessas mulheres, assim como a entrada no mundo do trabalho e a responsabilidade pela tomada de decisões. Dessa forma, estudo e profissionalização funcionam como verdadeiros arsenais contra a dependência feminina.

Muitas mensagens, “arquivadas” da infância, se relacionam à curiosidade intelectual e ao deslumbramento com as descobertas proporcionadas pela leitura. Essas memórias, carregadas de afeto durante as entrevistas, foram arroladas como explicação parcial do relativo desinteresse pelo casamento. Camila conta que foi alfabetizada pelo pai em casa e que a existência cercada de livros facilitou, desde cedo, a exploração da leitura. Como seu pai alfabetizava as empregadas domésticas, ela ficava “ali ao lado” e, desse modo, entrou na escola já sabendo ler e escrever. Sua “inquietação” pelo conhecimento está associada à sua infância partilhada com outras crianças que também gostavam de ler, influência esta que ela considera decisiva para a escolha dos dois cursos superiores que fez.

Laura enfatiza a grande curiosidade que a acompanhou desde cedo: “eu, desde pequena, queria ser cientista, pesquisadora, sabe, eu nunca quis ser mãe (...) Eu não sou um poço de inteligência, porque minha inteligência é absolutamente normal, mas sempre quis estudar, você entende?”; Madalena realça a aprendizagem vivida fora dos limites da casa paterna/materna:

No meu caso, eu fui pra morar em Paris nove meses, acabei ficando muito mais tempo e, quando eu terminei de fazer minhas escolas lá, meus estudos..., foi minha primeira experiência fora da minha família e foi uma experiência fantástica, eu acho que tudo o que eu sou a nível cultural, foi porque eu morei em Paris, eu tive chance de viajar o mundo inteiro, eu fui bem sucedida como brasileira lá fora, eu fui porque eu queria estudar.

Ainda que reconhecidamente importante nas análises feministas, a educação é alvo de críticas por parte de alguns teóricos/as, sobretudo da área da Educação que, inspirados nas teorias pós-estruturalistas, afirmam ser mais uma das crenças herdadas do Iluminismo, que postulam ser a educação inerentemente emancipatória; como qualquer outro “aparato de subjetivação” ela também produz “assujeitamento” (Larrosa, 1994). Nessa perspectiva crítica, a educação escolar é considerada como o último *locus* de reprodução da razão moderna, dicotômica e hierarquizada (Deacon e Parker, 1994). De modo geral, a educação

escolar abriu portas para as mulheres adentrarem o mundo público, ampliando não apenas as oportunidades de letramento e profissionalização (uma influenciando a outra), mas também formas de participação política. O que não isenta a educação escolar de produzir e reproduzir as relações de poder e desigualdade presentes na sociedade (Louro, 1997).

Se a curiosidade intelectual, o interesse pelos estudos, o mergulho nas letras, marca de modo particularmente positivo as narrativas, a noção de independência pela via do trabalho apresenta sentidos muitas vezes contraditórios. Algumas entrevistadas expressam orgulho e elevada consideração por si mesmas naquilo que fazem e, ao mesmo tempo, sentem-se ameaçadas pela competitividade do mundo público; são confiantes em sua capacidade de “gerenciar a própria vida”, mas explicitam sua “carência” e desejo de proteção. O exercício profissional aporta doses consideráveis de prazer e realização, mas também produz cansaço, desgaste, exaustão, tornando necessário encontrar “um tempo para si”. A relação com o dinheiro pode ser extremamente calculada e planejada ou ser percebida como um total descontrole. De um lado, a independência financeira pode ocasionar um tipo específico de dependência em relação a figuras masculinas – pai ou um irmão –, de outro, é referida em termos positivos – “sou dona da minha vida”, “não tenho de engolir sapos”, “não devo nada a ninguém”. Mas são igualmente recorrentes expressões que sinalizam certa ambiguidade – “minha independência afasta os homens, eles têm medo de mulheres como eu”. No entanto, a independência física, mental e emocional, que as tornam auto-suficientes, na dubiedade das falas, aparece diluída ante a ameaça do adoecimento e do envelhecimento – ser velha é não poder mais trabalhar.

Ter dinheiro, ganhar a vida – significados do trabalho

Hirata e Zarifian (2002) criticam a noção marxista de trabalho, definido pela relação “homem-natureza” e “homem-homem”, porque “homem” é tomado genericamente, de modo universal, e “natureza” não é uma noção historicizada. O trabalho, compreendido historicamente, deve ser sexuado (Id., ib.:270), uma vez que o conceito de trabalho assalariado na base da exploração capitalista se opõe, de um lado, ao de trabalho doméstico (das mulheres), de outro, não incorpora as várias modalidades de trabalho informal. A entrada em massa da mulher no mercado de trabalho altera, necessariamente, a própria noção de trabalho. O trabalho é de tal modo pensado no masculino que fala-se em

“feminização” quando as mulheres acendem a posições historicamente dominadas pelos homens e pode tanto ser retratada como conquista das mulheres no campo da igualdade, como perda de prestígio daquela profissão (Picot, 2002).

A relação entre mulher e trabalho tem sido analisada de modo a privilegiar a dupla jornada, os baixos salários, a disparidade salarial e a questão da díade produção/reprodução no sistema capitalista (Prisca Kergoat, 2002). Nesse sentido, as análises estão predominantemente focadas na exploração, nos sacrifícios e nas perdas e menos no significado de realização e satisfação advindas do exercício de uma profissão. Ao enfatizar majoritariamente a divisão sexual do trabalho e suas implicações na vida de mulheres casadas e mães, Gordon (1994) afirma que estudos centrados na relação mulher e trabalho negligenciam análises que levam em conta a posição das não casadas, para as quais a entrada no mundo do trabalho tem uma função de ritual de passagem semelhante ao do casamento, pois opera uma mudança significativa no modo de vida, constituindo boa parte do sentido de identidade dessas mulheres. Ao mencionar como é afetada pelo prazer advindo do trabalho, Camila relata:

Tem uma coisa que mexe muito, estudar, no caso atender, o exercício da minha profissão, hum, olha não tem orgasmo melhor. (*Risos*). É muito prazeroso, eu tenho um amor profundo por aquilo que eu faço, sabe isso me mobiliza sim, isso mexe comigo assim, da ponta a ponta. (...) Muitas vezes, o que é considerado pesado pro outro pra mim não é, é prazeroso, porque como dá prazer, quer dizer, estudar, ler, escrever, desenhar, montar projetos, ir pra prática, isso me é extremamente prazeroso. Escutar, no consultório, isso me é o sol. Então, acho que isso alimenta muito a minha vida, é o meu alimento.

É interessante notar que esta fala de Camila ocorre numa seqüência na qual ela está discorrendo sobre o quanto a sociedade acha estranho uma mulher que não quer ter filhos, que não se “mobiliza” em função da maternidade, porque o que a “mobiliza” mesmo é sua profissão de psicanalista. O sentimento de Camila se assemelha ao de Helena, professora universitária, que se refere de modo particularmente carinhoso às suas relações com os alunos que orienta. Ela considera “amigos” porque “transcenderam os limites” da relação formal professora/aluno e fala da relação com esse trabalho de modo vibrante:

Que esta estória de dar aulas, a pesquisa, o contato com os alunos, é uma satisfação muito grande ver meus orientandos fazerem um bom trabalho, adoro ter esta relação com a escrita, um texto bem feito, isso me causa um prazer, uma satisfação que é até quase físico [*risos*]. É muito bom isso.

Algumas vezes, a sensação de prazer é acompanhada de uma alta apreciação de si mesmas enquanto profissionais, um sentido que parece compensar a falta de atributos “femininos” socialmente valorizados, mostrando que a superação de barreiras de classe, gênero e “raça” produz uma auto-imagem positiva e forte.

Eu faço o que eu gosto, eu lutei pra fazer o que eu gosto e eu sou boa no que eu faço, tá? Então, eu tenho assim, sem nenhuma vaidade, eu não sou de ficar toda hora colocando isso pra todo mundo, eu sei que eu sou boa no que eu faço, pelos retornos que eu tenho, eu sou uma pessoa que, no Brasil, só eu estudo o que eu estudo (Évora).

No ramo executivo, é comum encontrar mulheres mais jovens e sem filhos (Bruschini, 2004) e são altas as exigências para as que “conseguem” chegar a altos postos nas corporações ou instituições públicas e privadas. Convidada para uma entrevista em uma instituição financeira multinacional, Sarah sentiu-se desafiada, com medo, mas disposta a viver o desafio:

Prá mim seria um desafio do tipo “oh, você pode, você tem de tentar” e foi o que eu fiz, acho que fui muito corajosa, eu fui aprendendo com o tempo. Eu achava tudo difícil, tudo para mim era difícil, a palavra que mais saía da minha boca era difícil, hoje eu risquei do meu dicionário, hoje ela não existe mais.

Num mundo simbólica e objetivamente marcado por gênero, algumas mulheres se vêem diante de outros desafios que também contribuem para moldar suas subjetividades. Mariah, com três trabalhos distintos em cidades diferentes, afirma “emendar” de segunda a segunda. Circulando num mundo profissional dominado por homens, seu relato enfatiza mudanças, que também têm sido descritas acerca de mulheres que ao ocuparem posições de poder se “masculinizam”:

Como tem poucos profissionais na minha área aqui em Goiás, eu sou muito exigida em tudo quanto é lugar (...) Eu fiquei muito conhecida, eu sei que meu trabalho é bom, eu não quero ser modesta, nem me enaltecer muito, eu procuro fazer a coisa bem feita e séria. Eu adquiri muito conhecimento na área de engenharia, então, não fiquei especialista num assunto somente, meu leque é muito amplo. Agora, engenheiro é muito exato, eles são agressivos, o mercado exige que você seja agressivo, então você vai se debandando pra esse lado também. Então, eu me polio muito. A área de exatas faz você ficar muito frio, muito calculista, principalmente quando você trabalha com empresário, com empreiteira. Aí eu procuro ler mais filosofia, direcionar mais meu lazer para o lado mais sentimental (Mariah).

O ritmo exterior do trabalho acessa o desejo de solidão, como um caminho de volta, uma pausa necessária considerada impossível para alguém que trilhou a vida acadêmica. Na época da entrevista, Cândida se dividia entre três atividades diferentes e muito demandantes. Évora e Laura frequentemente levam trabalho para casa; todas fazem uma separação entre vida pessoal e trabalho, ou seja, à medida que a esfera do trabalho é expandida, a vida pessoal é restringida. A dedicação ao trabalho acessa a necessidade de tempo para si, expresso como desejo ou necessidade de solidão, como narra Cândida, professora universitária, branca, 36 anos:

Agora, o que mais tá me fazendo falta é espaço próprio para leitura, eu trabalho o dia inteiro, volto às sete da noite. Então, chego detonada, não faço nenhum *break*, então é muito puxado. Eu pergunto para os meus amigos que têm uma trajetória na academia, porque eu queria pelo menos o sábado e os domingos para mim, e a maioria me fala que escolhe o sábado **ou** o domingo, não tem nenhum no meu círculo que tenha livre os dois dias. Isso me assusta um pouco, porque eu tô sentindo falta de outro espaço para produzir sentido, eu preciso de espaço para ficar só, porque eu lido com muita gente [ênfase].

Essa falta é lamentada por outras duas professoras universitárias:

Eu ganho o quanto estou rendendo e, às vezes, não paro nem pro almoço. Sábado, às vezes, eu vou trabalhar. Se eu não tiver nada pra fazer eu vou curtir minha solidão porque senão a gente fica na fuga do trabalho e esquece a vida da gente, esquece a vida pessoal. (Évora).

A minha vida tá girando só em torno de serviço e isso não é saudável. O médico já perguntou onde eu estava, onde estava a pessoa, porque ele só estava vendo a profissional. Então, eu parei para pensar e falei “é verdade, tenho de abrir um espaço pra mim, porque para a vida profissional eu faço direto” (Laura).

É importante notar que as narrativas reiteram as separações dentro/fora, pessoal/privado e coletivo/público, comum em alguns textos sociológicos que valorizam a esfera da intimidade como proteção contra um mundo inóspito. A esfera da intimidade, normalmente representada nos textos pela família nuclear e nas relações de parentesco, se torna um antídoto contra a dispersão e a desagregação do mundo do trabalho, inscrito no espaço público. Essa “tirania da intimidade” (Ortega, 2000) estaria comprometida com um *ethos* psicologizado, que tende a encontrar uma explicação psicológica no social. Entretanto, as entrevistadas se ressentem da falta de tempo para o estar só, no sentido de realizar coisas por si e para si – cultivar a solidão, estar em silêncio. Essas noções

contrariam a noção de intimidade alocada no casal, nas relações puras, e poderiam ser compreendidas no sentido foucaultiano de cuidado de si, do uso das tecnologias do eu – escrever, ler, estar em silêncio, escutar. Este tema é retomado no próximo capítulo.

De modo geral, o trabalho é tão central para a maioria dessas mulheres “sós” que a possibilidade de perder o emprego ou a capacidade de trabalhar representa a perda de suas conquistas.

Ah, Deus me livre se eu não tiver meu emprego mais, como é que eu vou fazer as coisas que gosto? Sabe, me apavora um pouco não fazer as coisas que eu gosto, que eu quero, poder viajar, poder continuar tendo a vida que eu tenho. Eu acredito que está muito bem pra meus 29 anos, mas eu acho que eu posso melhorar mais, sempre estou buscando, minha vida gira em torno disso (Sarah).

Elas associam a perda da capacidade produtiva a uma noção de finitude, representada pelo adoecimento e pela velhice. O limite para a independência pelo trabalho é a velhice ou qualquer condição incapacitante, como enfatiza Laura: “a velhice começa quando eu não puder mais trabalhar, quando eu não puder fazer mais as coisas que eu faço sozinha”. Mariah diz que não tem tempo para adoecer: “eu me vejo trabalhando até morrer, não quero parar nunca”. Madalena recorre aos modelos que a ajudam a pensar na vida como uma possibilidade sempre aberta:

Tenho medo de doença, de não poder mais trabalhar. Uma coisa assim que me assustou outro dia foi que me chamaram de senhora e não gostei muito. Mas quando eu penso “pô já tô com quarenta, meu deus, aí meu deus, será que eu to perdendo os melhores anos da minha vida?” Não, eu vejo o Roberto Marinho, ele lançou o jornal dele com 68, eu tô ainda na média (Madalena).

O tempo dedicado ao trabalho pode ser responsável por sentimentos de amargura e esgotamento. Então, outra dimensão desta separação ou da percepção de que a vida é consumida pelo trabalho – que reitera, de certo modo, a oposição público/privado – recoloca a questão da feminilidade enquanto lugar que requer proteção, o lugar do amor. Essas “queixas” apareceram apenas nas narrativas das mais jovens do grupo entrevistado:

Eu acho que o trabalho consome, você fica amarga, e olha que eu adoro meu trabalho, sou super feliz assim (...) mas, acho que o trabalho deixa a gente muito amarga, muito amarga; responsabilidade, não é pouco, não. Quando eu trabalho muito eu não tenho tempo pra mim. O trabalho pra mim não é o meu sentido de vida, eu trabalho pra viver eu não vivo pra trabalhar. Tem muito mais coisas além. Se eu quisesse casar com uma

pessoa pra ela me sustentar, tranqüilamente, trabalhar só meio período, não tenho problema algum, já provei tudo que eu tinha que provar (Meire).

(...) prá falar a verdade pra você, a felicidade para mim é... o amor tá em primeiro lugar, mais que o profissional, apesar dessa independência toda. Se eu achasse alguém que virasse pra mim e falasse assim, “cê não precisa trabalhar”, é claro que é eu ia buscar de outra maneira me ocupar, enfim, mas eu queria, eu queria que alguém me protegesse. Tô cansada de proteger, de sempre ter que tomar frente, sempre que tomar todas as decisões (Sarah).

Tanto Meire quanto Sarah reagem às próprias queixas, dizendo que se sentiriam mal nessas situações, porque isso criaria dependência. Sarah enfatiza o desejo de construir algo junto: “quero alguém para a gente sair daqui e conquistar uma coisa junto, mudar pro um apartamento nosso, ‘vamos fazer isso nós dois’..., ótimo, era isso que eu queria”; Meire diz: “claro, criaria dependência, eu me sentiria péssima..., eu sou orgulhosa, é impossível...”.

Enfatizo que, em outros contextos, falas semelhantes são recorrentemente divulgadas como a “verdade”, apontando que as “mulheres modernas”, ao fazer um balanço desfavorável de suas condições, retornam aos lares, evidenciando, assim, o fracasso do feminismo. Amélia Valcárcel (1999:240) denomina de “neomachismo nostálgico” alguns comportamentos femininos na contemporaneidade que expressariam uma descrença na condição das mulheres emancipadas, esgotadas em suas múltiplas jornadas. Essa nostalgia leva algumas mulheres a “deificar o passado como recurso mais simples e mais preguiçoso”. Na idéia da “volta da mulherzinha”, Maureen Dowd (2006:s.p.) avalia esses discursos nos termos da naturalização de um comportamento cultural: “a evolução humana nos levou ao fato de que mulheres preferem se casar com homens mais poderosos que elas e homens preferem as subordinadas” (s.p. edição *on line*).

Uma onda retrógrada e anti-feminista foi descrita por algumas teóricas que se referiram aos anos 1980 como um *backlash* (Susan Faludi, 1991; Naomi Wolf, 1991), no qual as conquistas feministas estariam sendo corroídas de modo sutil e estrategicamente orquestrado pelas alianças da Direita dos Estados Unidos, responsáveis por disseminar alguns mitos – as mulheres independentes (e “solteiras”) são infelizes, mais propensas a adoecer e morrer mais cedo, não conseguem casamento depois dos trinta anos e estão deixando a vida profissional e “voltando para casa”. Segundo estas obras, esses mitos

visavam exclusivamente minar o movimento feminista, desacreditando-o e conclamando o retorno da sociedade à velha ordem.¹⁴⁸

Segundo Giddens (1993:63), em outra interpretação, a vigência de uma dupla moral, que por muito tempo tem moldado a subjetividade feminina, faz com que as mulheres expressem valores que, embora aparentemente contraditórios, coexistem na idéia de independência e do amor romântico. Para o autor, há tempos os homens estruturam suas identidades individuais, sobretudo, no trabalho, as mulheres, no casamento. As mudanças no amor romântico e nas relações entre os sexos, passando a ser mais igualitárias, estariam produzindo um deslocamento. As “solteiras” estariam expressando a ambigüidade de sua condição de mulheres independentes – agora também com uma identidade centrada no trabalho – que ainda sonham com um relacionamento em moldes tradicionais.

Concordo com Roona Simpson (2005) em sua crítica a Giddens e outros autores, que partem do pressuposto generalizado de que “as mulheres” estão experimentando um período de confusão. A ênfase em determinados tipos de queixas reforça os mitos apontados por Faludi (1991). Ademais, crer que apenas mulheres “independentes” experimentam ambigüidades mascara as ambigüidades vividas por outras mulheres, em outras épocas, ao cumprirem uma agenda circunscrita ao casamento e ao cuidado com a família. Como afirma Beck (1995), em todas as épocas históricas há uma combinação de oportunidades e restrições.

Como o sentido de independência está vinculado à independência financeira, conquistada no trabalho formal remunerado, o dinheiro é um elemento recorrente nas narrativas, sinalizando formas distintas de lidar com ele. Para a maioria das entrevistadas

¹⁴⁸ Como Stacey (1986), Faludi também critica a onda “anti-feminista” e “pró-família” representada pelos livros de Betty Friedan (*The second stage*) e Germaine Greer (*Sex and Destiny*), comentados no próximo capítulo. Argumentos como os de Faludi e Wolf foram alvo de muitas críticas. Em “Who stole feminism”, Cristina Sommers (1994) expõe as fragilidades dos métodos e argumentos de Faludi em *Backlash*. Reunindo várias contestações que apareceram na mídia dos EUA após a publicação do livro (que recebeu o Pulitzer e tornou-se um *best seller*, traduzido no Brasil em 1999). Sommers avalia como extremistas suas afirmações, apoiadas, segundo ela, em dados artificialmente produzidos. A imprensa brasileira concedeu espaço às idéias de Faludi e de outros expoentes estadunidenses para falar sobre a onda de ataque ao feminismo, mostrando que a realidade norte-americana é transposta acriticamente ao contexto brasileiro. Um exemplo do “ataque ao feminismo” pode ser conferido na entrevista a Warren Farrell para a revista *Época* (20/05/2002), descrita como um ex-feminista que apoiava a luta das mulheres nos anos 1970, sob o título: “Eles são as vítimas: escritor americano diz que os homens ficaram fragilizados com a revolução feminista e agora precisam de proteção de leis”. Em “A volta da mulherzinha” (*Veja* especial Mulher, maio/2006), embora com posições críticas, a colunista do *The New York Times*, Maureen Dowd, “compra” a idéia do *backlash*, fazendo um balanço da geração que deseja voltar atrás.

que explicam sua liberdade e autonomia pela via da independência econômica – “não devo a ninguém, ganho o meu dinheiro” –, ser dona do próprio dinheiro é como ter o destino em suas mãos, poder governá-lo, ter as rédeas da vida. Usando a metáfora do “remar o próprio barco”, Sarah enfatiza a importância do dinheiro no sentido material e simbólico para sustentar a noção de autonomia na vida de mulheres “sós”. Entretanto, nem sempre uma atitude arrojada em termos financeiros corresponde a uma sensação de segurança na vida pessoal. Évora (44) afirma: “na vida pessoal eu sou um fracasso, na profissional eu sou excelente!”, referindo-se à sua incrível capacidade de “fazer” dinheiro para a universidade e seu “descontrole” na vida pessoal, com os gastos excessivos. Às vezes, o dinheiro é apenas um veículo para obter o que se deseja, não significando muito em termos de *status* ou prestígio. Aquelas que tiveram alguma herança ou ajuda dos pais no início da carreira expressam uma atitude mais “hedonista” em relação ao dinheiro, enfatizando o consumo de produtos para si mesmas ou para pessoas queridas e próximas, e priorizando os “prazeres da vida” – “comer bem”, viajar e ter acesso a bens culturais considerados fundamentais (música, literatura, arte). Nessa perspectiva, Cândida ressalta suas prioridades em termos de consumo:

(...) Eu nunca fui uma pessoa que fui comprando apartamento. Eu tenho uma relação muito complicada com dinheiro, tipo assim, vou investindo... As vezes que eu tive grana... Eu faço viagens internacionais e como à vontade, compro livros. Antes minha vida era só livro e CD. Eu invisto muito [ênfase] em mim, então, eu sou o meu projeto! [risos, entusiasmo]. Agora, com 36 anos é que eu comprei meu carro (...) porque eu sempre deixava para o segundo plano, sempre deixava para viajar, investir em outra coisa.

Muitas destas situações expressam capacidade de agir com autonomia e, ao mesmo tempo, guardam conexões com um conjunto de regras em relações mais hierárquicas, de onde emerge a questão da dependência, de estar sob controle de alguém. A idéia de uma mulher “solteira”, profissional, que mora sozinha, mas ainda mantém uma relação de dependência com alguma figura masculina, pode soar estranha no contexto atual. No entanto, é o que se observa na narrativa de Madalena:

(...) sei de uma certa obediência que eu devo ao meu pai e minha mãe, e por outro lado é uma coisa que eu tenho que resolver, que meu pai é um cara que, quando eu recebo lá no meu trabalho, eu dou o dinheiro, deposito na conta dele, e ele é quem paga as minhas contas. É totalmente o contrário, é um paradoxo, não é? É ele que insiste, não tem nada a ver,

paga a conta. Mas é porque ele gosta de fazer isso. Ele fala “ah, ce já recebeu?” [ela] “pai, já pagou minhas contas?” Minhas contas ainda vão lá pra casa da minha mãe, é um absurdo isso.

Em virtude dessa dependência, Madalena adota alguns artifícios para ter o próprio dinheiro fora do controle do pai. Perguntei como fazia no caso dos gastos extras, fora das contas fixas do mês: “ah, eu guardo um pouco, antes! Ou, senão, eu falo ‘pai, me dá um cheque aí’, eu faço isso, às vezes”.

Para Nancy Hartsock, a possibilidade de ganhar e gerir o próprio dinheiro, realizando operações financeiras, faz parte do rol de conquistas feministas recentes. Comparando a geração da chamada “terceira onda feminista” com a sua geração, dos anos 1960, a autora recorda a experiência pessoal vivida em uma época que restringia as operações financeiras à figura masculina:

Após o meu casamento, em 1965, eu solicitei por três vezes um cartão de crédito e todas as vezes eles “perdiam” minha solicitação. Finalmente, falei com alguém que me disse que eles não concediam cartões de crédito a esposas, mas que eles dariam uma linha de crédito em meu nome no cartão do meu marido. Eu era uma (presumidamente responsável) professora universitária! (Vogel, 2001).

A relação com o dinheiro aponta, também, para diferentes elaborações de masculinidade e feminilidade, não necessariamente novas ou inovadoras e que remetem à independência ou dependência. Essas elaborações de gênero, por sua vez, evidenciam intersecções de posição de classe, escolaridade, idade. Volto a essas intersecções na discussão sobre o casamento.

A forma como cada entrevistada lida com a questão financeira emergiu em momentos distintos da entrevista, ao falar de seus perfis mais “gastadores” ou mais “poupadores”, de seus êxitos profissionais e fracassos pessoais nesta área. Chama atenção o fato de algumas delas perceberem que ganhar dinheiro lhes confere um outro estatuto, tornando-as admiradas, invejadas, ainda que suas falas expressem também que o caminho percorrido não possui o *glamour* que aparenta.

Eu acho que estou à frente de muita gente aí, viu. Eu te confesso que tem muita gente que queria estar assim do jeito que eu estou. Mas ninguém sabe o tanto que é difícil viver assim independente, com meu apartamento, meu carro, meu emprego, com as viagens que eu faço, todo mundo, “nossa...como eu queria...” mas ninguém sabe o tanto que foi

difícil chegar aonde eu estou, o tanto que é difícil manter, o tanto que é difícil...ah, é complicado [suspiro]. Não sei te dizer...vou levando... (Sarah).

O dinheiro é o coroamento do trabalho e dá um sentido de ser/pertencer ao mundo, embora, do ponto de vista específico dos relacionamentos heterossexuais, para algumas signifique um complicador. Assim, certos padrões de comportamento ou regras de sociabilidade marcadas por gênero são revistas a partir do pressuposto do poder produzido pela independência financeira, emergindo a noção de “estar no controle”.

Eu não tenho esse problema, se eu tô a fim de ir a um restaurante bom, eu vou, que eu tenho condições. (...) Eu não tenho problema, com homem eu sempre divido conta, eu não gosto de deixar o sujeito pagar sozinho, assim como eu não gosto de pagar sozinha, eu acho que tem que ser dividido. Mas, [se eu digo] “ah, vamos pra tal lugar”, e ele diz “eu não posso, lá é muito caro”, falo numa boa, “tranquilo, tudo bem, pode deixar que fica por minha conta, eu banco”. Mas em determinadas ocasiões, se o cara faz muita questão, eu também não me oponho, o cara pode pagar, contanto que eu não fique na mão dele (Mariah).

Para algumas entrevistadas, a independência financeira permite à “solteira” viver sem ter que se submeter, posição que se contrapõe ao casamento, percebido como um lugar de opressão e gerador de laços de dependência financeira, entre outras. “Engolir sapo”, “dar satisfações”, “sujeitar-se” permeiam as narrativas sobre o casamento enquanto uma relação que oprime e subjuga a mulher, assim, ser “solteira” é não estar submetida ao domínio ou controle de um marido.

Veja bem, São Paulo e Goiânia têm suas diferenças. Como a A. [uma amiga] fala, aqui tem a instituição de esposa, mulheres que o único objetivo é o casamento, que é o fim de tudo. Eu posso entender na geração da minha mãe que tem mais de setenta anos, quantas vezes ela me falou, “ah, na sua idade eu já tinha dois filhos, na sua idade não sei o quê... cê tem que arrumar um marido, casar”. Mas na geração dela isso era importante (...) ela acreditava que o melhor pra mim seria o casamento. Hoje em dia ela não pensa mais assim, ela falou comigo, ela reconheceu que eu fiz o melhor da minha vida, porque eu não tenho que dar satisfação a ninguém, não tenho que engolir sapo, não tenho que me sujeitar a uma série de situações, porque eu ganho meu dinheiro, eu tenho minha vida. (...) Não é por ser mulher que eu tenho que seguir padrões, que eu tenho que me casar, ter filho, arrumar marido (Laura).

Laura reafirma a distância geracional entre ela e a mãe, explicitando que sua trajetória está permeada pelo contexto social e político que inaugurou uma outra forma de vida possível às mulheres, não centrada exclusivamente no matrimônio. Para ela, sua “escolha” foi melhor do que ter se casado e hoje é valorizada pela mãe. Laura não fala de uma incompatibilidade entre carreira e matrimônio, como já foi tratado pelo feminismo, mas expõe sua recusa a um tipo de aliança formal que sirva apenas para dar-lhe o *status* de casada.

Entre carreira e casamento: ainda o impasse?

A correlação entre educação, trabalho e estatuto conjugal no matrimônio heterossexual tem sido objeto de discussões ao longo desta tese, em especial nos textos demográficos (Parte I). Se o foco é o mercado matrimonial, o discurso acadêmico, fundamentado em dados aritméticos, aponta para uma relação de desvantagem das mulheres altamente escolarizadas e financeiramente independentes, uma relação “negativa” amplamente reforçada pela mídia.¹⁴⁹

Entretanto, essa correlação não é recente. No passado, mulheres letradas que pretendiam se estabelecer profissionalmente e seguir carreira tinham que escolher entre a carreira e o matrimônio. Corrêa (2003) apresenta um fragmento dessa situação ao comentar a condição das celibatárias das precursoras da antropologia, passando pelas linhagens “femininas” da disciplina nas tradições inglesa, norte-americana e francesa. Embora, no decorrer da obra, Corrêa analise a condição de mulher solteira ou “sozinha” de algumas pioneiras no campo da antropologia e de outras ciências – o caso de Heloisa Alberto Torres –, sua descrição das linhagens remete à especificidade da condição de solteira entre as pioneiras que empreenderam trabalhos de campo, uma categoria separada das “esposas de antropólogos”. A dedicação a uma profissão exigente, que demandava idas ao campo, muitas vezes regiões distantes e desconhecidas dos seus países de origem, era considerada uma “devoção” incompatível com o casamento:

¹⁴⁹ As matérias sobre essa relação são recorrentes. Cf. *Veja Especial Mulher* (maio de 2006) – “A desconhecida lição das mulheres solteiras”–; “Pesquisa mostra que estudo é um estímulo ao progresso profissional feminino, mas não ao enlace matrimonial”, *Folha de S.Paulo*, Cotidiano, 18/09/06. A capa de *Veja* (edição 1984, 29/11/06) traz a chamada “As chances de casar”, anunciando o especial “A vida sem casamento”, que mostra exatamente a mesma correlação “negativa” entre independência, letramento e casamento.

Segundo uma tendência das profissionais da época, muitas dessas precursoras nunca se casaram: Audrey [Richards] deixou uma frase interessante sobre o assunto (“muitas de nós tinham a sensação de que éramos um grupo devotado especial, que não se casaria porque tínhamos coisas mais importantes a fazer. Havia a sensação de que uma moça que noivasse já estava quase deixando cair.”); algumas parecem ter desejado casar-se (...); outras perceberam que, se o fizessem, abririam mão de uma independência que, na época, não parecia ser compatível com o casamento. (...) Devoção parece ser uma palavra chave para definir algumas dessas mulheres, cujas biografias se têm notícia (Corrêa, 2003:192).

A análise de Corrêa coincide com informações contidas em biografias de mulheres ilustres –, entre outras, Bertha Lutz no campo das ciências e Florence Nightingale¹⁵⁰ na enfermagem, ainda no século XIX –, elevadas à condição de heroínas por traspor fronteiras, servindo de modelo a outras mulheres (Vicus, 1985).

Em épocas nas quais casamento e maternidade eram considerados “destino natural” da maioria das mulheres, a recusa explícita ao casamento heterossexual parecia uma estratégia planejada para construir novas formas de vida. Alguns estudos feministas que mencionam ou privilegiam abordagens sobre mulheres “solteiras” em outros períodos históricos¹⁵¹ demonstram que não casar possui significados distintos em épocas e contextos históricos específicos onde gênero, geração, “raça” e classe jogam um papel crucial. Nesse sentido, faz diferença pensar nos significados do celibato como resultado da não conciliação entre carreira e casamento (noção ainda vigente) ou conectado a objetivos políticos mais amplos (as pioneiras feministas do século XIX) e a defesa de um “estilo de vida” particular e voluntariamente eleito em função de necessidades subjetivas, como são apresentadas as “novas solteiras” do século XXI.

Zeldin (1994:102) indaga: “é inevitável que, embora fiquem sempre mais aventureiras e criem expectativas mais altas em relação à vida, as mulheres encontrem homens cada vez menos satisfatórios?” Esta parece ser a tônica dos discursos midiáticos e ecoa nas percepções das próprias mulheres. Quais seriam as dimensões da relação entre ser uma “mulher independente” e as expectativas sociais e pessoais face ao casamento neste recorte da contemporaneidade?

¹⁵⁰ Florence Nightingale é comparada a Joana D’arc pelo seu heroísmo e renúncia (Vicus, 1985).

¹⁵¹ Cf. Vicus, 1985; Bennet and Froide, 1999; Holden, 2002, 2005; Showalter, 1993, 1989; Brandon, 1990; Lasser, 1988; Vicus, 1985; Faderman, 2001.

Embora a discussão contemporânea, sobretudo feminista, sobre a “solteirice” e o morar só privilegie a noção de escolha – a eleição de um estilo de vida –, algumas entrevistadas apontam diversos fatores que “explicam” sua “condição”, às vezes, até mesmo estabelecendo nexos causais, ou seja, não casar, não ter filhos e morar só não é um projeto previamente definido, mas contingente, afetado por circunstâncias diversas. Os depoimentos que apontam as conexões estabelecidas pelas próprias mulheres entre exercer uma profissão de prestígio, ter uma renda satisfatória e independência econômica, serem altamente escolarizadas e o fato de estarem “solteiras”.

O ditado popular “sair das rédeas do pai e cair nas rédeas do marido” expressa uma visão do casamento heterossexual como lugar no qual se está “sob controle”. No universo das entrevistadas há elementos comuns: em momentos específicos de suas trajetórias, elas buscaram escapar a alguma forma de controle que lhes afigurava opressivo ou desconfortável em suas casas paternas/maternas. Buscar um lugar de expressão individual, como sugere Sarah, passou primeiro pelo desejo de “sair dos mundinhos” restritivos representados pela permanência na casa dos pais.

Se para algumas mulheres sair de casa, estudar e trabalhar corresponde a um roteiro planejado, cujo destino final é o casamento, para as entrevistadas, o casamento em sua “estilística clássica” foi secundarizado por experiências de relacionamentos em outras modalidades. Algumas mulheres desejam casar um dia e “investem” nesta direção, outras, como Tália, não empreendem esforço algum. Não é possível estabelecer uma relação de causalidade direta entre estes fatores, visto que outras mulheres, igualmente escolarizadas e independentes financeiramente, se casam, constituem famílias, têm filhos e, mesmo não casando, não moram sozinhas. A questão está em compreender como – e não porque – determinadas trajetórias são construídas ao largo do casamento. Mesmo num universo pequeno, de doze mulheres, as expectativas quanto ao casamento e as modalidades nas quais o mesmo pode se realizar variam, mostrando que nenhum fator isolado (o individualismo das camadas médias, por exemplo) abarca esta análise, como ressalta Parry Scott (2001b).

As narrativas das entrevistas não endossam a velha dicotomia carreira/casamento, pelo fato único e simples da incompatibilidade entre ser/estar no mundo público e privado ao mesmo tempo. Os principais argumentos apresentados como “explicação” para o não-

casamento remetem a noções disseminadas na mídia e têm sido objeto de considerações teóricas em estudos específicos sobre mulheres “sós”. O primeiro argumento é o “não investimento”, ou seja, o casamento – ou alguma forma de coabitação – não é perseguido como um objetivo na vida e independe da orientação sexual. Geralmente, este “não investimento” é apresentado como “destino” ou porque “simplesmente não aconteceu” e, não raro, está associado a percepções extremamente negativas do casamento. O segundo e o terceiro – a falta de homens adequados e o medo que as mulheres independentes produzem neles, o *gender gap* – estão relacionados, mas não exclusivamente, às que são predominantemente heterossexuais.

Casamento como “não investimento”

Tália fala laconicamente sobre suas experiências amorosas e sexuais, os poucos namoros e o fraco entusiasmo com as paixões juvenis que a tornava diferente de suas colegas, cujas conversas giravam inevitavelmente em torno dos garotos. Seu depoimento traz uma reflexão importante sobre como, para algumas mulheres, o apelo ao casamento não ocupa lugar central.

Eu nunca investi, porque eu acho que para a gente casar a gente tem que investir nisso, não tem? Dá trabalho, tem que sair, procurar, tem que ficar...né, não sei...Eu acho que eu deixo levar...a vida vai me levando assim, tem me levado...Não era uma meta, uma coisa que eu queria. Eu achava que isso ia me dar muito trabalho e eu não era muito entusiasmada com os casamentos que eu via, sabe Eliane, eu não investi nessa parte [risos reticentes], não é que não tenham aparecido talvez alguns candidatos, assim..., eu nunca namorei firme [ênfase], mas eu tive alguns amigos mais chegados (...) mas não trabalhei para isso, para chegar ao casamento, não forcei nada, então, as coisas não aconteceram...

Tália parece ter alimentado uma visão pouco idealizada das relações homem-mulher que se traduz em uma percepção do casamento como um trabalho, uma dificuldade. Quando encerra a narrativa acima, ela diz “eu acho que o mundo perdeu mais uma mãe de família, talvez de uns três ou quatro...” e, ao comparar sua história com a de duas irmãs casadas, pergunta:

Será que é destino? O que é que faz elas procurarem isso, investirem tanto nisso, às vezes, não é? Porque, de antes mesmo, as meninas [*as irmãs*], quando eram bem novinhas mesmo, só pensavam em viajar, porque conheceram um rapaz longe, no interiorzão, aí dava um jeito, era um sacrifício...saía...Porque todas nós trabalhamos desde novas, umas

davam aulas, outras trabalhavam num trabalho burocrático e tal...e dá trabalho cê sair, viajar, tirar sua licença e ir atrás de um rapaz ou da família e conhecer, ficar arrodando, aquela coisa, com um, depois termina, vai para outro e aquilo é aquela agonia, meu Deus [ênfase]...É uma coisa que tem que ser, tem que investir naquilo, tem que ter desgaste, tem que ter tudo...eu acho que casamento não é tão fácil assim prá todo mundo não... [silêncio] Manter um casamento também é muito difícil.

O monólogo “Não sou feliz, mas tenho um marido”¹⁵², na adaptação brasileira protagonizada por Zezé Polessa, é uma boa metáfora para o valor socialmente concedido ao casamento heterossexual, independente de aportar ou não satisfação mútua. Sua antítese, “sou feliz, e não tenho um marido”, se aproxima da versão de Madalena, que já viveu uma união por quatro anos e não deseja repetir a experiência:

Porque, na minha família, as minhas primas faziam de tudo pra casar, pra ter marido, umas são muito mal casadas até hoje... mas foi uma opção de vida que elas fizeram, eu fiz a opção de vida de ser feliz. Queria encontrar alguém, mas hoje eu acho difícil. Hoje é uma coisa que eu já não tento mais, aliás, eu nunca investi muito nisso não, eu sempre investi muito, assim, na minha qualidade de vida.

Como salienta Cláudia Fonseca (1989), as “solteiras” precisam se “explicar” no contexto de uma sociedade que valoriza o estatuto conjugal. Em nossa sociedade, uma mulher que passou dos 30 anos é frequentemente interrogada: “já casou?”, “quando vai casar?” – ou, no caso de Madalena, que ouve das tias: “tão bonita, por que não se casou?”. Segundo Gordon (1994:104), uma mulher casada está constantemente sendo *reforçada* pela “normalidade” de sua posição, enquanto a solteira é *lembrada* de seu estado civil enquanto “diferente”. Depois dos 30, segue a autora: “a solteira aprende a ignorar tais lembranças”. Ou, como Tália, sendo lacônica nas respostas, deixando pouco espaço para tais perguntas:

Eu não sou de dar muita abertura porque sou meio lacônica, pra chegar a perguntar... Pouquíssimas pessoas perguntam “Tália, por que você não casou?” “Você não pensa em arrumar uma pessoa?”. Não tenho nem resposta pra isso; ninguém tem, assim, uma coisa exata, não tem. Mas, poucas pessoas perguntam isso.

¹⁵² “Adaptação do livro de crônicas homônimo da jornalista argentina Viviana Gómez Thorpe, a montagem contabiliza seis anos de sucesso em Buenos Aires. A versão brasileira recebeu de Zezé Polessa, em parceria com o diretor Victor García Peralta, um toque mais ácido e bem-humorado. Sozinha em cena, ela personifica uma escritora que, durante a entrevista de lançamento de seu livro, aproveita para desfiar todo o azedume de um casamento falido de 27 anos” (*Isto É, Gente*, 30/01/2006).

Essa visão do casamento emerge também nas explicações da “escolha” em permanecer “solteira” em função da incompatibilidade entre viver o mundo numa experiência mais coletiva e restringir-se aos limites da vida conjugal. Salomé – psicóloga e filósofa, branca, 51 anos – introduz este elemento ao narrar sua experiência de entrada na vida religiosa e o desejo oposto, ao sair, de encontrar-se novamente consigo mesma numa experiência individualizante. No Brasil, algumas mulheres “solteiras” que figuraram na cena pública são incitadas a explicar sua condição. A ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina – recorrentemente identificada nas matérias como “mulher, nordestina, solteira e pobre” –, é convidada a “explicar” o porquê de não ter se casado. A resposta marca o contraste de sua escolha por uma via que lhe parece mais ampla que os limites impostos pelo casamento:

Eu não me casei exatamente por causa dessa opção de vida que eu fiz. Desde muito criança eu acordei para o coletivo. Na minha família, as minhas primas se casavam muito cedo e viravam donas de casa, servindo ao marido, numa cultura muito machista, com uma filharada enorme. A vida não ia além daquilo. Eu tinha outras exigências. Eu me realizei a vida toda no coletivo e sempre que me colocava a hipótese de casamento me sentia limitada, era incompatível com a opção de vida que havia feito. Optei por aquilo que considerava melhor.¹⁵³

Barret e McIntosh (1991) ressaltam que a existência do modelo “familista”¹⁵⁴, fechado em si mesmo como provedor das necessidades emocionais, restringe outros modelos de socialização baseados no coletivo. Assim, quando uma mulher “decide” permanecer “solteira” e dedica-se a uma causa política, de certo modo, contesta este modelo familiar.

Como observa Fonseca (1989), as justificativas para o não-casamento ultrapassam a mera desproporção numérica entre os sexos ou um descompasso entre expectativas de um e de outro. As justificativas reafirmam a importância da norma conjugal que tornam as mulheres “sós” “diferentes”, e ser “diferente” as predispõem a duas outras noções recorrentes e conectadas: mulheres independentes assustam os homens e, [portanto?] não há homens “certos” para as mulheres que conquistaram independência.

¹⁵³ “Uma mulher em movimento – Luiza Erundina é destacada como uma das 100 mulheres do século XX”, http://www.aomestre.com.br/ent/arquivo/e_eru.htm (acesso em 25/08/2006).

¹⁵⁴ Do inglês, *familism*, traduzido em textos de autores brasileiros como *familismo* (Mello, 2005) e *familialista* (Ortega, 2002), enfatizando a ideologia centrada nos valores “da Família”.

Intimidação ou marcas do *gender gap*

Em *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir (1980:459) declara ter ouvido de um jovem: “a mulher que não tem medo dos homens, amedronta-os”, e também, de outros adultos: “tenho horror a que uma mulher tome a iniciativa” (Id., ib.: 459). Respeitadas a distância e os contextos distintos, a frase do jovem na França dos anos 1940 repercute nos discursos atuais sobre as relações entre homens e mulheres, revelando que, do ponto de vista de gênero, no contexto cultural estudado, essas noções continuam produzindo ecos. Embora não tenha sido a tônica geral, a sensação de intimidação que uma mulher “só” provoca está marcada nas falas de algumas entrevistadas:

Pelo menos aqui, uma boa parte da população masculina tem medo de mulheres como eu, né? Olha, eu sou uma pessoa que ganho relativamente bem, se cê for comparar à população brasileira né, eu tenho um emprego estável, eu ganho relativamente bem, eu tenho um carro, não é carro do ano e tal, mas é um carro, tenho condições de viajar...Então, se você for ver o que nós somos em relação à população, e à população feminina do país, nós vivemos em uma posição privilegiada. Então veja bem, o homem goiano, ou o homem mineiro, sei lá, ou o homem baiano, um dos que vivem aqui no Centro Oeste, como que ele lida com uma mulher assim? Uma mulher que tem uma boa educação, uma mulher que tem uma independência financeira, ele não pode dominar (Laura).

Proveniente da região Sudeste, Laura aponta a referência geográfica como um diferencial e considera os homens da região Centro-Oeste mais rudes e menos habilitados a lidar com mulheres como ela, semelhante às considerações de Jussara, sobre a realidade local:

Os homens lidam mal com o fato de eu morar só. Eles têm medo de mim. Eu não sou a primeira a falar isso, eu já vi outras falando, que moram só, e eles... Homem gosta de mulher dependente. Por exemplo, esse meu mesmo [ex-namorado], eu analiso assim, por que ele não toma uma atitude? Porque ele acha que não vai conseguir me controlar, que eu sou independente demais, que ele queria uma pessoa assim, que ele pudesse controlar, que dependesse dele... Não, eu sou uma pessoa que trabalho fora, não dependo e tal, e isso dá medo.

Ambas enfatizam o caráter de dominação, controle, que um homem pode exercer sobre uma mulher que não seja independente. Suas noções expressam o “velho” padrão de relações heterossexuais, nas quais se presumem hierarquias que têm a função de estabilizar

a relação na suposta fórmula da complementaridade. A noção de que as mulheres independentes assustam os homens, discutida no capítulo 3, é utilizada nas falas dos “especialistas” para explicar os problemas do mercado matrimonial pela defasagem existente no modo de ser de homens e mulheres ou nas expectativas sociais quanto aos padrões de feminilidade e masculinidade. Nesse sentido, há um alinhamento entre noções expressas pelos discursos acadêmicos, da mídia e das próprias mulheres “sós”. Vários trabalhos de Mirian Goldenberg tratam dessa problemática. Em *Sobre a invenção do casal*, respondendo pela lógica do *gender gap*, à pergunta “por que os relacionamentos naufragam?”, a autora diz:

Uma resposta fácil para esta dificuldade de convivência é a maior autonomia e independência feminina, relativamente recentes, resultado da sua imersão no mercado de trabalho. As mulheres passaram a exigir muito mais de seus relacionamentos afetivo-sexuais. Quanto mais independente economicamente é a mulher, mais exigente ela se torna com o seu parceiro amoroso. O quadro atual do trabalho feminino demonstra que não são poucas as mulheres que podem “escolher” livremente um relacionamento amoroso de acordo com os seus desejos. (...) Preferem viver sós do que mal acompanhadas e têm mais medo da solidão a dois do que da vida sem um parceiro amoroso (Goldenberg, 2001:5).

A noção de independência continua presente em outras situações vividas no âmbito da sociabilidade e remetem à luta feminista pela igualdade em todos os planos, mas colide com algumas expectativas sociais. Embora referidas a distintos contextos de classe, entre outros, as relações entre homens e mulheres foram afetadas, na vida social, pela novidade da igualdade. Assim, algumas mulheres expressam ambiguidade em suas expectativas de igualdade ao mencionar situações sociais nas quais esperam um comportamento diferente, mais “cavalheiro” dos homens.

Na literatura internacional sobre “solteiras” (Gordon, 1994; Byrne, 2000; Simpson, 2005), a expressão recorrente “*the lack of Mr Right*” (a falta do homem certo) é apresentada como uma das principais razões para o não casamento ou até mesmo para a ausência completa de um relacionamento. Novamente vem à tona a questão do cavalheirismo, das boas maneiras, do sentido de educação diferenciada, mostrando que os códigos de sociabilidade remetem a marcas de gênero. Como compatibilizar avanços feministas em termos de posição social e regras sociais de relacionamento que aparecem como

expectativas ainda idealizadas? Expectativas de respeito, delicadeza e cuidado, ou mesmo “romantismo” são avessas ao feminismo?

[me encantam] homens refinados, educados, a educação me impressiona muito. Tem homens ainda que abrem a porta do carro pra você, e eu acho isso um gesto, isso é formação, isso é educação (Laura).

A mulher tá investindo errado, a mulher é romântica, tem sonhos... Eu posso estar com quarenta, com cinquenta, mas eu sempre vou achar que um amor...eu sou romântica, todo mundo é. Você quer alguém que te dê atenção, que te valorize, que fale que você é o máximo, entendeu? (Madalena).

Na visão de algumas feministas radicais dos anos 1970, mulheres reivindicando cavalheirismo dos homens denotava dependência ou necessidade de proteção; o cavalheirismo era uma encenação da inferioridade das mulheres (Millet, 1970) e elas deveriam recusar esses pequenos “privilégios”. Na visão desta autora, o cavalheirismo é uma noção que possui a conotação de que o homem deve “proteger” a mulher e nisso reside uma base de desigualdade que a etiqueta atualiza.

A narrativa de Laura sobre um evento profissional compartilhado entre colegas de ambos os sexos (portanto, igualitário do ponto de vista da situação enunciada) contesta a visão de Millet e é expressiva de um modo de perceber as relações de cordialidade com expectativas diferenciadas quanto ao gênero:

Eu não me incomodo de rachar conta, mas eu me incomodo de um homem ser mal educado, sim! Um dia, eu tava numa oficina que nós fizemos na universidade. Na hora de pegar o certificado foi aquela loucura, então eu brinquei “nossa, os cavalheiros passaram todos na nossa frente, cadê o cavalheirismo?” Um dos professores virou pra mim e falou: “você não queriam emancipação? Agora agüente”. Eu fiquei horrorizada, se aquele cara cair de quatro ele não levanta mais. É uma questão de educação, o homem não tá sendo menos homem por ser gentil com uma mulher, eu gosto disso e isso você acha muito pouco.

Nas relações baseadas na igualdade, supõe-se que ambos, homens e mulheres, expressariam expectativas mútuas de boa educação, gentileza, delicadeza, cortesia, etc. Madalena reacende a velha questão da competição entre os sexos que, por sua vez, recoloca noções binárias de masculinidade e feminilidade:

Eu acho que (...) você não tem que competir com um homem, você tem que deixar ele ser homem na hora que ele precisa ser, e esse lance da gente querer provar que a gente dá conta de ser mulher, de ser amante, de ser dona de casa, de ser mãe, fez com que os homens se acomodassem.

Madalena não explicita quando se deve deixar o homem ser homem, mas sugere que a acomodação dos homens está colocada em oposição a uma atitude atualmente mais assertiva por parte das mulheres. Neste ponto, gênero estaria desafiando noções estáveis do que significa ser homem e ser mulher numa suposta igualdade ou equivalência. Valcárcel (1999:240) acredita que essas e outras contradições se vinculam aos medos provocados pela igualdade entre eles: “o bom mundo ordenado desaparecerá levando com ele sua peculiar beleza”. Essa beleza, fundada no mito da complementaridade, tem como base a diferença sexual. Práticas igualitárias desafiam a pergunta o que é um homem, o que é uma mulher? Ademais, todas essas queixas de desencontro de expectativas se conformam aos binarismos clássicos que opõem feminino e masculino, formas de ser socialmente homem e mulher, reeditando e exacerbando diferenças baseadas no dimorfismo sexual (Butler, 1999).

A manutenção de determinados “privilégios”, de uma educação diferenciada, em uma realidade de maior independência econômica parece ser um paradoxo e tem sido recorrentemente caracterizada como uma dificuldade de ambos, homens e mulheres, para lidar com novas situações sociais.¹⁵⁵ Vale notar que essa interpretação não é propriamente nova, uma vez que aparece com frequência nas análises sobre a emergência do feminismo como um movimento social no final do século XIX. A “nova mulher”, retratada por historiadoras e críticas literárias feministas (Showalter, 1993, 1989; Brandon, 1990; Vicinus, 1985; Bennet e Froide, 1999) está recorrentemente às voltas com as dificuldades de relacionamento com o “velho homem”.

A mídia e a Demografia têm argumentado sobre as oposições entre homens e mulheres no que diz respeito às suas preferências no mercado afetivo ou matrimonial, sugerindo que não há falta de homens em sentido estrito. Faltariam aqueles homens que as mulheres heterossexuais de camadas médias idealizam em termos geracionais (mais velhos ou da mesma idade), de proximidade cultural, de “raça” e de classe, que proporcionasse uma certa equivalência em termos de capital simbólico (Bourdieu, 2001a). Alguns estudos demográficos (Greene e Rao, 1992) propõem algumas soluções para escapar a este

¹⁵⁵ Judith Bardwick apresenta uma análise muito semelhante no contexto estadunidense dos anos 1970, enfatizando a mudança nos “papéis” sociais femininos e sua repercussão nas expectativas conjugais de homens e mulheres. Embora ofereça contribuições advindas da literatura feminista acerca das desigualdades profundas existentes nos casamentos, a autora sucumbe à “beleza da diferença sexual”, sugerindo, no final do capítulo (“Casamento: novas tradições”) que “por mais que seja maravilhoso ser respeitado e querido como indivíduo, de vez em quando é ótimo reafirmar o que é especificamente feminino ou masculino em um relacionamento heterossexual íntimo” (Bardwick, 1981:140).

“desequilíbrio” do mercado matrimonial. No entanto, essas propostas são abstraídas do contexto cultural vigente e do *habitus* que formata a relação ideal em função de algumas assimetrias de gênero que essas “mulheres independentes” desestruturaram.

Retomando a questão da interseccionalidade, os próximos depoimentos apontam as razões que levam duas entrevistadas a romper relações com homens mais jovens, de diferentes posições sociais, porque seus comportamentos ou estilos de vida não correspondiam às expectativas, portanto, eram inadequados. Elas apontam como as assimetrias de gênero são concebidas diante da iminência do casamento. Laura, que relata poucos namoros e nunca coabitou, fala sobre sua relação com um policial, que ela interrompeu devido às diferenças geracionais e de “capital cultural”, no sentido atribuído por Bourdieu (2001):

Então, a vida dele era completamente diferente da minha. Um dia ele chegou, no domingo à tarde em casa, eu tava sentada numa mesa coberta de livros fazendo minhas coisas...Então, daí você vê a distância...Não é preconceito, é uma distância cultural, sabe? Quando começou a ficar meio sério, eu achei que não ia valer a pena, ele começou a falar de me levar para apresentar a família, eu falei “esse negócio não vai dar certo” (...) A pessoa que tem uma trajetória de vida, um sonho de vida, pra abrir mão, não dá. Que, daí você cobra o outro, e eu não tinha tanto amor assim pra abrir mão. Você tem que somar, não tem que abrir mão, você tem que moldar o relacionamento, sabe, se ajustar, mas você não pode se anular, como as mulheres fizeram a vida toda. Ce não pode se anular por causa de um casamento, por causa de um amor, daqui há alguns anos ce vai se sentir melhor? Não! Que aquele amor esfria como todo mundo sabe e daí, o que ce faz da sua vida? Nada. A vida passa rápido, eu acho que eu pequei por me dedicar muito mais a ao lado profissional, sabe, muito. Talvez pela cobrança da minha mãe eu finquei o pé e virei pro outro lado. Eu penso em ter um relacionamento, mas não com o tipo que tem aparecido. Ce acha que homem que gosta de rinha de galo combina comigo? [Risos...].

Sobre a relação com um colega da faculdade, Mariah, que também nunca coabitou, ressalta:

Gostei muito dele, e ele gostou muito de mim, mas ele tinha medo de mim, o tipo da minha profissão assustava, porque ele era um técnico da universidade, ele era um nível técnico, ganhava mal, vivia numa situação, tudo no limite mesmo, tudo contado e eu comecei a crescer, tá entendendo? Ele me conheceu sem carro, daqui a pouco eu já tava com um carro, e um carro grande, bom...Então, essas coisas foram assustando na medida que ele foi me conhecendo, apesar de a gente estar planejando o futuro juntos, e eu sabia que isso o incomodava, e de vez em quando ele falava “nossa, Mariah, você é daqui pra cima, você só cresce, e eu estagnei”. Eu disse “negativo, você vai estagnar se você quiser”, mas ele

era muito pessimista também. Então a gente já tava planejando morar junto e a gente foi afastando, afastando, e eu decidi por um ponto final nisso. (...) Aí, quando eu vim pra cá, eu acabei namorando, durante um bom tempo, com um cara bem mais novo que eu, dez anos, aí eu tinha vergonha. E ele era muito, muito diferente de mim em tudo. Mas o problema é que eu assusto, a minha vida profissional assusta, então, esse meu dia-a-dia que é muito corrido acaba atrapalhando, assusta os homens. (...) Aí teve um professor da academia, da minha idade ou talvez um ano, dois anos mais novo e solteiro também. O problema é que, você sabe, o povo que malha, o corpo fica lindo e maravilhoso, mas a mente... [risos].

Ambas decidem pelo rompimento, ou seja, exercem sua autonomia, mas numa conjunção de fatores considerados desfavoráveis ao tipo de relação idealizada. A sociedade costuma ver essas mulheres como “exigentes demais”, por isso “sobram”. As narrativas de Mariah e Laura – no contexto específico do não-casamento por razões de diferenças percebidas como incompatíveis com uma relação amorosa – evidenciam intersecções de gênero, geração, classe social e capital cultural, mostrando como gênero e outros eixos de diferenciação organizam formas de pensar e agir marcados por relações de poder constitutivas de suas “identidades”. As falas também contemplam uma série de elementos que sugerem ambivalências ou contradições, além de justificativas para suas condições de “solteiras”. Encontrar uma explicação para o fato de não ter um par – não importa a duração da “falta” – corresponde à noção de que os “desviantes” precisam se explicar numa sociedade que elege certas formas de comportamento como mais normais que outras. “Solteiras” egoístas, exigentes demais, vítimas do mercado matrimonial, etc. são estratégias discursivas que negociam “sentidos em disputa” sobre um mesmo fenômeno em nossa sociedade (Borges, 2005).

As situações analisadas até aqui tiveram como pano de fundo a recusa ou hesitação ante o casamento heterossexual utilizado nas narrativas como contraponto explicativo à sua condição de “solteiras”. Tália estendeu sua visão do casamento como opressão e exploração às pessoas de mesmo sexo, porque, para ela, a dependência é uma condição inerente ao casamento:

Mas eu vejo isso também até em relacionamentos homossexuais de homem com homem e mulher com mulher. Acaba entrando nesse padrão de dependência, de um explorando mais um pouco o outro, precisando sempre de ter que aquele arrimo, servindo de muleta. Eu acho, sei lá, até mais limpo, assim, a pessoa que consegue levar uma vida sozinha, enfrentando seus problemas... Sozinha entre aspas; ninguém é sozinho

totalmente. Mas, relacionamento, assim, de pares, não deixa de ser uma certa exploração dos dois lados.

Uma relação homossexual não subverte por si mesma regras ou convenções de gênero, tampouco pode ameaçar a normatividade heterossexual. No entanto, pode simbolizar, como no relato de Cândida, uma experiência muito próxima das relações puras (Giddens, 1993, 2002), nas quais a idéia do “casamento” igualitário vivido em co-residência contrasta com aquelas que julgam o casamento em si opressivo. Formando um casal “homogâmico” – com exceção da idade –, em vários sentidos (“raça”, sexo, posição social, escolaridade, renda), Cândida e a companheira viveram juntas por oito anos, numa relação definida como “aberta”, ou seja, ambas tiveram chances de se relacionar com outras pessoas no período. A troca de alianças após um ritual íntimo e compartilhado apenas pelo par representou, segundo Cândida, “uma paz, uma tranquilidade”:

(...) É muito difícil alguém suprir você de tudo. Eu vivi isso com a [ex-companheira], ela me supria de tudo, tinha vontade de nada [*ênfase*], sabe, eu não sei se eu ainda vou encontrar uma relação assim. Foi um encontro muito generoso, imagina, ter espaço para a vida própria, privacidade, viagens distintas, não é toda relação que dá conta disso. A experiência de casar foi muito boa, no sentido de ter intimidade e privacidade nesta trajetória.

Este tipo de aliança não é computado no censo demográfico, pois ambas figurariam como “solteiras” co-residentes, provavelmente na lista dos “outros” arranjos familiares/domiciliares, formando, como denominou Berquó (1990), um arranjo “não canônico”. O relato de Cândida enfatiza um tipo de independência expresso na idéia de “ter vida própria”, contrastando com sua fala/experiência das que ressaltaram a dependência/subordinação da mulher ao homem no casamento “tradicional”.

Não é apenas pela percepção do casamento como opressivo que as “solteiras” heterossexuais justificam o não-casamento. Um exemplo de contestação baseada no princípio da equivalência em termos de preservação do próprio espaço é oferecido por Évora, que mantém um relacionamento de quatro anos, sem coabitação, com um namorado.

(...) se eu gostaria de morar com ele? Eu acho que não, por que eu acho que o que mantém a gente firme é o exercício que a gente faz pra se ver. (...) amo o [namorado] de paixão, a gente consegue acertar nossos horários, final de semana que ele tem que ficar com o [filho] eu deixo ele à vontade, porque eu não tô disputando espaço com o garoto e assim como eu respeito o espaço dele ele aprendeu a respeitar o meu espaço, ele

gosta de mim como eu sou (...) É claro que não é aquele negocio 100% seguro, como tem os fantasmas meus em relação a ele, tem os dele em relação a mim, então, na dúvida a gente senta e discute.

Elas “pagam um preço”...

A idéia recorrente de que mulheres bem-sucedidas na carreira, ou que não se casaram ou moram sozinhas, precisem se justificar no contexto de outras escolhas não realizadas remete, quase sempre, à idéia de que elas “sacrificaram” uma parte de suas vidas, “carregam um peso”, “pagam um preço”. Essas idéias estão inscritas também na teoria social, a partir da dissociação entre vida doméstica e êxito na carreira presente na análise de Bourdieu (2003:126):

A verdade das relações estruturais de dominação sexual se deixa realmente entrever a partir do momento em que observamos, por exemplo, que as mulheres que atingiram os mais altos cargos (...) têm que “pagar”, de certo modo, por esse sucesso profissional com um menor sucesso na ordem doméstica (...) ou, ao contrário, que o sucesso na empresa doméstica tem muitas vezes por contrapartida uma renúncia parcial ou total a um maior sucesso profissional.

Para Beck e Beck-Gernsheim (1995:63), as mulheres “solteiras”, ricas ou pobres, também “pagam o preço”. Comparando “solteiras” e separadas com poucos recursos (“mulheres sem marido”) e mulheres independentes, os autores argumentam que “na outra extremidade da escala, há outro problema emergindo, afetando mulheres que, seguindo uma carreira independente, em muitos casos pagam um alto preço, a solidão da mulher profissional de sucesso”. Beck e Beck-Gernsheim presumem que a heterossexualidade conjugal é a base para a felicidade, pois a mulher solteira tem sido o alvo das terapias modernas para suas queixas de necessidades não preenchidas. É praticamente impensável projetar esta análise social para as “perdas masculinas” em relação ao mundo doméstico, ao cuidado com as crianças ou à falta de intimidade que uma relação heterossexual pode vir a proporcionar. Autor e autora sustentam que o estilo de vida individualista, que enfatiza a carreira para ambos, torna impossível o encontro e a intimidade entre homens e mulheres, pois é raro encontrar um marido que preencha estas necessidades. Assim, perguntam: “é possível que iguais se amem? O amor pode sobreviver à liberdade? Ou o amor e a liberdade são opostos irreconciliáveis?” (Beck e Beck-Gernsheim, 1995:65).

De outro lado, a contundente crítica feminista desenvolvida por Stacey (1986) ao modelo “familista”, dominante em algumas produções teóricas dentro do feminismo¹⁵⁶, decepciona ao analisar o “celibato involuntário” das mulheres como uma das consequências dos caminhos percorridos pelas feministas da segunda onda em seu ataque à família e à maternidade. Segundo a autora (Id., ib.:237), as feministas dos anos 1970 queriam evitar o casamento e a maternidade para se libertarem da escravidão doméstica e lutavam pela igualdade de gênero. Se a conquista do primeiro objetivo foi mais fácil, o segundo ainda está por ser conquistado, porque é mais estrutural. Quanto aos outros resultados decorrentes do acirramento entre escolher viver de modo independente e casar e ser mãe, o “trauma pessoal” se deu em três dimensões: “solteirice” involuntária, ausência involuntária de filhos e a maternidade solteira (*involuntary singlehood, involuntary childlessness and single motherhood*). Essa busca pelas origens do feminismo e seus possíveis “fracassos” indicam, como sugere Butler, que a “solteirice”, tal como apresentada, se torna uma identidade designada como origem e causa quando, de fato, é “efeito de instituições, práticas e discursos com múltiplos e difusos pontos de origem” (Butler, 1999:xxix). Por que a “solteirice” e a não-maternidade seriam desde sempre “involuntárias”?

Esse caráter prescritivo interpreta o dedicar-se a outros projetos na vida em lugar de priorizar o roteiro casamento/maternidade como “perdas”. Mesmo face a diversas contradições, para algumas “solteiras” por mim entrevistadas, “perseguir”, “privilegiar”, “investir” na vida profissional, trabalhar no sentido de fazer algo por e para si, são noções que expressam escolhas com ganhos e não perdas, demarcando uma separação entre o passado, vivido pelas mães, tias e avós, e as escolhas presentes, vividas por elas.

Se o “problema” do excedente de mulheres, entre outras razões de ordem cultural, ainda hoje é explicado como o “resultado” da maior qualificação escolar e profissional das mulheres, reproduzido, inclusive, em algumas análises feministas, para Showalter, na

¹⁵⁶ O referido artigo de Judith Stacey (1986) analisa o pressuposto “familista” ou *pró-family* em três livros de autoras feministas publicados nos anos 1980: Betty Friedan (*The second stage*), Jean B. Elshtain (*Public Man, Private Woman*) e Germaine Greer (*Sex and Destiny*). De modo bastante simplificado, os trabalhos poderiam ser assim caracterizados: Friedan dirige críticas ao legado feminista, que teria resultado em uma “mística feminista anti-homem e anti-família”; Elshtain endereça suas críticas aos arranjos familiares alternativos, considerados moralmente inapropriados quando comparado ao valor moral “Da Família” (*The Family*); Greer apresenta uma visão romântica das famílias extensas como lugar de solidariedade e cuidado entre as mulheres. Todas elas, diz Stacey, estão comprometidas com valores essencializados do feminino e apresentam uma visão conservadora sobre “A Família”.

virada do século XIX para o século XX, as feministas buscavam outra argumentação, invertendo a posição causal:

As feministas do final do século interpretavam as estatísticas de excesso de mulheres sob um prisma diferente. Elas usavam o excedente de mulheres para provar que os tradicionais papéis domésticos femininos eram antiquados e que as políticas sociais que lhes negavam a instrução superior, papéis alternativos, oportunidades profissionais e o voto eram cruéis e autodestrutivas. Se as mulheres não mais podiam esperar ser sustentadas por maridos, elas teriam de ser formadas e treinadas para prover seu próprio sustento (Showalter, 1993:37).

Recuando ao mesmo período, Lillian Faderman reafirma o nexó histórico entre perseguir uma carreira e permanecer solteira como a condição da maioria das mulheres que trilharam, no passado, o caminho da independência pela via do trabalho, nos Estados Unidos e na Europa:

Considerando o grande compromisso profissional que deve ter sido necessário a uma pioneira do século XIX para alcançar reconhecimento numa determinada carreira, não surpreende que de 1470 biografias das mais distintas e célebres mulheres desta época, estudadas por Frances Williard e Mary Livermore, em 1893, mais de 25% delas eram solteiras, um terço das que casaram eram viúvas que permaneceram solteiras; em outras palavras, mais da metade passou a maior parte da vida sem se casar. (...) e as que fizeram PhD em universidades americanas entre 1877 e 1924, três quartos não se casaram (Faderman, 2001:186-187).

Desde as principais conquistas – voto, educação, trabalho remunerado, liberdade sexual e maior abertura no mundo político – ainda persistem noções que relacionam a independência das mulheres a “sacrifício e perdas”, pagando um alto preço pela “diferença” de sua “experiência”. Como lembra Joan Scott (1997:25), não basta reconhecer as diferenças, mas compreender como são estabelecidas e como operam na constituição das subjetividades. A naturalização do casamento heterossexual e a necessidade do par no contexto de uma matriz heterossexual e reprodutiva colocam a “solteira” que mora só como uma “outra”, cuja alteridade é definida pela mulher “casada”, que possui um par, ou ainda pela mãe, uma vez que o estatuto da “mãe solteira” já goza de considerável respeitabilidade. O fato de que a realidade seja socialmente produzida, não significa que possa mudar rapidamente, como afirma Rubin (2003:167),

O caráter persistente de algumas coisas leva as pessoas a acharem que elas não são geradas socialmente. Mas o tipo de mudança social que estamos falando requer muito tempo e o período de tempo que estivemos tentando essa mudança é incrivelmente pequeno.

Este longo tempo necessário para que uma mudança social ocorra pode ser compreendido tanto pelo conceito de gênero, entendido nos termos de Butler (1999) como performatividade, quanto pelo conceito de *habitus*, pois ambos estão referidos ao congelamento de certas visões no tempo¹⁵⁷. Segundo Wacquant (s.d., s.p.), o *habitus* é

como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente.

Uma noção mediadora, cuja função é romper com a dualidade do senso comum entre indivíduo e sociedade. Performatividade, segundo Butler (1999:xv e 177)

não é um ato isolado, mas uma repetição e um ritual, que atinge seus efeitos pela sua naturalização no contexto de um corpo, entendido, em parte, como elaboração cultural contínua e duradoura no tempo”, [que] “sugere uma construção contingente e dramática do significado”.

O par heterossexual em conjugalidade torna-se uma noção socialmente naturalizada, não mais passível de questionamento, e sua repetição a congela no tempo, dando a aparência de substância, dificultando mudanças.

Como tem sido recorrentemente mencionado e como reafirma Simpson (2005:56): “a identidade de gênero presume a relação a dois e a permanência solteira rompe com a feminilidade convencional predicada no casamento e na maternidade”. A autora indaga se as mudanças sociais mais recentes abriram caminhos para novas subjetividades femininas e “que condições de possibilidade foram abertas para desafiar a essa normatividade?” (Id., ib.:42). Teriam as “solteiras” contemporâneas, que moram sozinhas, subvertido a “tríade simbólica” (Vicinus, 1985) da esposa/mãe, da solteirona abstinência e da prostituta? Segundo Karras (2001), faltam terminologias para definir uma mulher solteira sexualmente ativa,

¹⁵⁷ Sobre a correspondência entre os dois conceitos, ver Lamas, 1999; Bourdieu, 2003b; Butler, 1999: nota ao prefácio da 10ª edição de *Gender Trouble*.

pois, desde os compêndios da idade média, ela é descrita como meretriz, terminologia que ainda consta nos dicionários como sinônimo para solteira.¹⁵⁸

Muitas noções desenvolvidas nos estudos demográficos e recriadas nos textos da mídia encontram ressonância nas narrativas das mulheres entrevistadas. A idéia de desencontro de expectativas entre o “velho homem” – percebido como mais tradicional ou conservador – e a “nova mulher” – independente, moderna – é exemplar para perceber as relações marcadas por gênero. Escolaridade, estabilidade profissional e independência financeira são apresentadas como “justificativa” para mulheres que estão sem par, por afastar ou amedrontar os homens. O investimento nos estudos, na formação profissional e na carreira é, igualmente, apresentado como “causas” de sua permanência solteira.

Entretanto, a “solidão”, entendida nos contextos dos estudos de população como uma fatalidade, pode ser percebida como algo desejável, bom e positivo por estas mulheres “sós”. Assim, a solidão requer uma reinterpretação a partir da vinculação a noções de independência e autonomia. O “celibato sem sexo”¹⁵⁹ – inexistente nas abordagens da mídia ou dos estudos de população – emerge como um estilo de vida próprio, escolhido, nuançado por elementos que diferem tanto da “solteirona encalhada”, quanto da “nova solteira”. A própria noção de “par”, pensada no masculino nos contextos demográficos e da mídia, permite outra elaboração a partir das vivências homossexuais. A norma heterossexual conjugal também modela o modo como essas “outras” experiências aparecem no contexto de algumas narrativas, em termos de relacionamentos “fora dos padrões”, resultando na oposição centro-periferia e carregando mais ou menos conotações de estigma (Gordon, 1994). Por sua vez, a oposição expressa a polarização hierarquizada entre comportamentos considerados “bons”, socialmente aprovados e “normais”, e “maus”, socialmente reprováveis e “anormais”, como sugere o “círculo mágico” da sexualidade de Gayle Rubin (1989). O modo como o amor, a paixão e o desejo são retratados ao mesmo tempo confirmam e contestam marcas de gênero socialmente atribuídas e contribui para

¹⁵⁸ **Solteira:** a mulher que ainda não se casou; também *meretriz*. (*Dicionário Aurélio*); (substantivo feminino): mulher não casada; Regionalismo (Nordeste do Brasil); uso informal; diacronismo antigo: *meretriz*. Ver sinonímia de *meretriz*. (*Dicionário Houaiss*). **Meretriz:** é a mulher que pratica o ato sexual por dinheiro; prostituta (*Dicionário Aurélio*). Vale notar que a tríade simbólica enunciada por Vicinus (1985) está relacionada a um ponto de vista de classe, que exclui representações sobre mulheres das classes trabalhadoras, também consideradas mais livres quanto à sexualidade. A este respeito, cf. Anne MacClintock, 1995.

¹⁵⁹ Refiro-me à narrativa de uma das entrevistadas, mas não posso afirmar a inexistência de alguma prática sexual, pois não foram feitas alusões à masturbação.

repensar a condição das “solteiras” no Brasil contemporâneo. As narrativas também encontram ressonância em estudos realizados com mulheres “sós” em contextos sociais e culturais diversos.

No próximo capítulo analiso as noções atribuídas pelas entrevistadas à intimidade, nas quais circulam e se intersectam noções de amor, amizade, relacionamentos fortuitos e estáveis, maternidade, experiência da solidão e prenúncios do envelhecimento. O capítulo mostra, ainda, as percepções destas mulheres sobre como são vistas pela sociedade e por elas mesmas, mostrando contradições, mudanças e permanências.

Capítulo 5

Nem só nem mal acompanhada: reinterpretando a solidão

Aprender a estar só sem medo, pesar ou ansiedade pode dar certo trabalho.

Kal Alston, 1993

Tendo conquistado o direito de ficar só... tendo se libertado da generalização de que os humanos estão condenados a sofrer de solidão, pode-se assegurar: vire-se a solidão de cabeça para baixo e ela se transforma em aventura.

Theodore Zeildin, 1994

As análises da teoria social, incluindo várias linhas feministas, reforçam a matriz da conjugalidade e da heterossexualidade ao presumir que o “preço a pagar” pelas escolhas, auto-realização na vida pessoal e no trabalho, é a solidão – apresentada como fatalidade. A partir dos relatos das entrevistadas, neste capítulo analiso as noções gerais relacionadas à sexualidade, à sociabilidade em sentido amplo, à amizade e os significados atribuídos à solidão, problematizando o valor social concedido à intimidade e ao par conjugal. Faço, ainda, uma breve discussão sobre o projeto de maternidade, vinculando-o aos cenários de futuro. À luz do ideário feminista de liberdade, igualdade, independência e autonomia, as noções remetem a questões sobre mudanças e permanências em temas dos comportamentos e atitudes referidos ao longo das narrativas e em diálogo com as reflexões feministas.

Retrato de uma época

Através da obra *O absinto*, de Ramón Casas (1866-1932), Cécile Dauphin (1991:471) recria a imagem da mulher “independente e só” no espaço público da modernidade:

Exibe-se sozinha, fuma e entrega-se à lenta degustação do absinto. As olheiras do seu rosto indicam que esse ousar não é fácil. Por trás, o espelho, num alarde da modernidade pictórica, fixa o formigueiro do café. Casas recolhe com austeridade uma imagem retida também por outros artistas: uma mulher urbana rompeu com o modelo ideal de esposa e mãe. As convulsões da época permitiram o seu nascimento, e sobre ela, apesar de temores e condenações, se elaborará a imagem de solidão e independência feminina escolhida.

A imagem retratada também na literatura e recuperada nos escritos de Ruth Brandon (1990) e Elaine Showalter (1989, 1993) mostra a “nova mulher”, expressão cunhada na passagem ao século XX, em suas contradições face aos códigos morais vigentes e às convenções de uma época. Showalter traça habilmente um paralelo entre as mudanças evocadas naquele *fin de siècle* e a *woman question* com a passagem ao século XXI, mostrando que, em muitos sentidos, algumas preocupações daquele período estão ainda presentes na atualidade, por exemplo, a questão da mulher só. Mas, no espaço de um século, nada mudou? Quais possibilidades foram abertas pela “revolução feminista” e como as relações sociais se caracterizaram no âmbito da afetividade e da sexualidade em termos de mudanças e permanências? Quais seriam os sentidos alternativos de solidão de uma “mulher independente” em relação ao enunciado na análise de Dauphin sobre o quadro de Ramon Casas?

Carmem Alborch – “solteira”, escritora, advogada, professora universitária, feminista, ministra da cultura no governo espanhol entre 1993 e 1996 – exemplifica uma situação vivida na cena pública contemporânea:

Mais de uma vez, estando no Governo, recebi convites nos quais aparecia “...e esposo” e em muitas ocasiões, perguntavam ao meu secretário, com certa estranheza: “a ministra virá sozinha?” Inclusive acompanhantes se ofereciam espontaneamente, pois não podiam compreender que eu fosse ao teatro e me sentasse só. (...) Recordo que, em uma ocasião, uma conhecida me perguntou, como era capaz de subir as escadarias do Palácio Real, sozinha, para atender a uma recepção ou jantar oficial. Creio que a primeira vez senti um certo nervosismo; logo me resultou normal; concentrava minha preocupação na conversa que ia manter e nas preocupações próprias do cargo (Alborch, 2001: 220).

Alborch mostra um contexto específico – o mundo da política – numa realidade européia, onde o número de “solteiras” parece ser cada vez maior. A associação entre ser “só” e circular em espaços públicos dominados pela exigência do casal ou do par, ou seja, o significado de ter ou não uma companhia, marcam inequivocamente a posição da autora como mulher em sua atuação na política. Embora tenha emergido de modo indireto, permeando narrativas de acontecimentos cotidianos, o tema da circulação pública, particularmente sair sozinha, é evidenciado em outros estudos sobre mulheres “sós” e expressivo nas abordagens da mídia, que caracteriza como “sozinhas” as mulheres que saem na companhia de outras mulheres. “Sair sozinha” é interpretado socialmente como

sair sem companhia masculina, gerando, ainda e invariavelmente, situações de abordagem por parte dos homens. Gordon (1994) chama a atenção para o fato de que muitas mulheres deixam de sair sozinhas, ou com amigas, pelo desconforto de serem abordadas sem que sinalizem interesse. A narrativa de Laura remete à questão: ela e a amiga estão num restaurante. A amiga é casada, mas não usa aliança. Um desconhecido se aproxima, se apresenta, puxa conversa e sai. Elas chamam o garçon e reclamam. O desconhecido retorna, insiste e, como elas não demonstram interesse, deixa o número do telefone num papelzinho. Elas amassam e jogam na bandeja do garçon. Laura comenta: “isso é culpa de algumas mulheres que não conseguem ficar sozinhas, que aceitam qualquer coisa que apareça (...) Eu acho que essa mentalidade tem que mudar”.

Laura focaliza apenas a necessidade de mudança no comportamento das mulheres, sem questionar a abordagem indesejada do homem, presumindo que a mulher “só” está disponível e é uma presa a ser caçada – nos termos de Bourdieu (2003:79), “um corpo para o outro”, para ser percebido, visto, como dependente e disponível, “incessantemente exposto à objetivação operada pelo olhar e pelo discurso dos outros”. O cenário contemporâneo das cidades mostra que, cada vez mais, as mulheres saem desacompanhadas de um homem para bares, restaurantes, boates, cafés, etc., sem que o objetivo principal seja encontrar potenciais namorados e, mesmo assim, sua exposição nestes lugares ainda provoca situações desconfortáveis. Contudo, nem sempre, a resposta a uma abordagem indesejada é um silêncio polido ou uma declinada elegante e “feminina”, como relata Madalena: “tava outro dia num bar e aí um cara se sentou na minha mesa, eu mandei ele levantar e falei: ‘não te convidei, sai daqui’”.

Essas narrativas permitem perceber que gênero também atravessa os significados atribuídos ao espaço público, considerado lugar masculino de trânsito e liberdade. Se autonomia, uma das exigências da democracia, deve ser compreendida como autodeterminação dos indivíduos e a capacidade de se relacionar com os outros de modo igualitário (Giddens, 1993), sem igualdade de gênero e sem equivalência no trânsito pelo espaço público, não há democracia possível. Em um mundo marcado pela desigualdade de gênero, a interpelação indesejada recoloca a instabilidade da noção de autonomia absoluta como governo de si mesma (Di Stefano, 1996). Nas dicotomias que separam os espaços em público/masculino/homem e privado/feminino/mulher, mulher e feminino são percebidas

como a polaridade que precisa se resguardar, se proteger. Visões que associam o espaço da rua (masculino) como perigoso são abundantes e difíceis de serem alteradas por outras convenções culturais.

Percorrendo o tema da solidão através de suas memórias de garota judia, nos Estados Unidos, Sapon-Shevin revive as muitas e sobrepostas mensagens que levavam e, em certa medida ainda levam, as mulheres a terem medo de estarem sós – andar de bicicleta, subir em uma colina, caminhar sozinha à noite, correr, dirigir –, porque tudo representava perigo e um risco iminente de violência – não é seguro estar só. A autora enfatiza a ambivalência das mensagens, que ora reivindicam a necessidade de uma companhia masculina, ora advertem a não confiar em estranhos. Quando e em que situações uma mulher pode se sentir segura? Segundo a lógica da ambivalência, sozinha ou acompanhada, diz Sapon-Shevin (1993:31), ela está vulnerável.

A solidão masculina costuma ser caracterizada a partir de uma perspectiva inteiramente distinta. Contardo Calligaris, entrevistado por Mariana Sgarioni, analisa a figura do solitário nas personagens de Robson Crusoe, na literatura, e Clint Eastwood, no cinema, como figuras quase míticas, desejadas e invejadas, emoldurando um ideal de solidão que contrasta com as expectativas da modernidade que define o sujeito em sua relação com os outros. Segundo o autor, o mistério atrai porque é inacessível, subjetivo. Assim, um homem solitário se parecerá com Clint Eastwood, “será invejado por outros homens e amado por todas as mulheres” (*Cult*, 2005:9). É possível estabelecer alguma correspondência entre esses adjetivos e a “solidão” das mulheres tal como é interpretada no “senso comum” ou na literatura acadêmica?

Uma mulher “só” na encruzilhada dos olhares

Algumas narrativas sugerem que uma mulher “solteira” que mora só desperta curiosidade e aciona estereótipos e preconceitos, mostrando que, na atualidade, ainda é difícil escapar à noção que circunscreve a mulher independente e “solteira” a uma ameaça permanente. Algumas entrevistadas enfatizaram esse “olhar do outro” na cidade de Goiânia e na sociedade, de modo mais amplo, contribuindo para pensar as imagens de mulheres “sós” em alguns contextos.

Morar só não imprime exatamente uma “identidade social”, mas as entrevistadas se referem a um imaginário que expressa esse “outro”, um senso de alteridade, em determinadas situações cotidianas. Esse imaginário funciona como “visões de fora”, ou seja, aquilo que elas pensam que os outros ou a sociedade pensam delas. Gordon (1994) afirma que a “solteira” tende a ser vista como uma mulher a quem falta ou sobra sexo; se é “solteirona”, falta sexo, se é “solteira” independente, é definida por uma suposta liberdade sexual que a torna potencialmente uma ameaça às outras mulheres (com par) e um atrativo aos homens. Segundo algumas narrativas, o imaginário social está permeado pela idéia de que uma mulher que mora só é sexualmente “livre” e “disponível” para os homens. Antes de morar sozinha pela primeira vez, Laura – que morou com a avó, depois em pensão para moças, mais tarde em república – afirma: “em Goiânia, os homens acham que mulher sozinha é um atrativo, tá procurando qualquer coisa... [e ouviu de alguém] você tinha tudo para ser uma perdida na vida, para escolher o lado mais fácil”. A maior parte das mensagens carrega conotações sexuais e não é difícil avizinhar as expressões com a clássica moralidade que separa as mulheres entre “santas” e “putas”:

A discriminação hoje é menor, mas no começo foi difícil. A discriminação maior vem dos homens. Eles achavam que eu era igual “tico-tico no fubá”. Hoje respeitam mais, mas também têm mais medo. Mas a família inclusive pensa que a gente que mora sozinha tem vida fácil, que é livre, acham que tem homem a todo momento. O homem é muito machista. Meu irmão é muito machista. Ele pensa, dá a entender, que eu sou promíscua. O fato de você morar só não significa nada disso. Não gosto de homem indo à minha casa, só se for namorado ou amigo. Não gosto de dar motivo para falatório. Mas, não estou nem aí para eles. Sou independente, não devo nada a ninguém. Ninguém tem nada com isso se eu tiver muitos homens.

Jussara não gosta de “dar motivo para falatório”, mas afirma “não estar nem aí”, mostrando que o imperativo da norma internalizada tensiona o desejo por uma autonomia mais radical.

Segundo Rapp and Ross (1997), a sexualidade é sempre vivida culturalmente, através de uma tradução, pois incorpora regras, definições, símbolos e significados dos mundos nos quais é construída. Relações de vizinhança, locais de residência e comunidades menores podem ter seus próprios códigos para sinalizar mensagens de conotação sexual restritiva ou permissiva. Embora seja comum nos relatos de “solteiras”, em outros estudos, a idéia de que elas não são bem-vindas para compartilhar os mesmos espaços dos casais,

essas referências são raras nos relatos das entrevistadas. Ao contrário, muitas declararam ter mais amigos/as casados/as que “solteiras/os”, especialmente as de mais idade. No entanto, em algumas narrativas, ser percebida como “mulher solteira” altera certas situações vividas cotidianamente quando na presença de casais:

(...) Sem contar assim, por você ser solteira e independente, os homens do prédio, nenhum fala com você, entendeu? Não falam com você porque são casados, a mulher não deixa, se vê você entrando no elevador, desce na escada, né. Aqui no meu prédio mesmo tem um exemplo ótimo, eu saio de manhã muito cedo, e tem um vizinho que levava o cachorro pra sair, eu saia, “bom dia!”, “bom dia!”. Sempre falei bom dia com ele... Aí um dia que eu tava subindo, encontrei ele e a esposa “bom dia professora!”, eu “bom dia!”. A mulher deu uma bolsada nele, assim, na minha frente! Aí eu falei “gente do céu, que é isso?” E no outro prédio, nenhum dos homens casados falava com você (...) Aqui [em Goiânia] você mal cumprimenta, nem estende a mão, se eu estender a mão e o cara for casado, as pessoas já pensam assim “olha, ta tendo um caso”. Então, já aprendi a conviver (Évora).

Morar só implica perceber os “entornos” e decidir sobre como as relações sociais serão coordenadas e significa que, sendo mulher, esse olhar de fora está atravessado pelas normas e regras que estabelecem o que é certo e errado em termos de comportamento “feminino”. Os julgamentos, por sua vez, obedecem aos esquemas de gênero pré-definidos, e mostram que uma mulher “solteira”, jovem, morando sozinha ainda desperta desconfiança e preconceito, porque está fora da matriz de conjugalidade e da exigência do par. Meire, rindo, diz que as outras pessoas vêem as mulheres que moram sozinhas “com grande mistério, pensam que é uma farra, que é uma coisa louca”. O mistério tem conotações sexuais, da existência de uma vida livre e fora dos padrões normativos.

Embora o desejo de autonomia seja reforçado e as entrevistadas expressem uma confiança exacerbada no fato de serem independentes financeiramente, a análise das narrativas permite observar que autonomia não é uma noção absoluta, tampouco existe fora do mundo social. O desejo de autonomia, enquanto capacidade de governar a si mesma (Di Stefano, 1996), esbarra nos limites da própria noção de *agency* como a capacidade de agir, fazer escolhas e se responsabilizar por si mesma, pois pressupõe a noção de relação. Para Di Stefano (Id., ib.), a noção feminista de autonomia repousa nesta idéia de relação, que se contrapõe à noção individualista e masculina de autonomia fora do social. Este “eu” não existe livre de constrangimentos sociais, porque “nenhum sujeito é seu próprio ponto de

partida” (Butler, 1998). Nestes casos, morar só numa sociedade ordenada para a família e o casamento parece uma extravagância que, no caso das mulheres, pode receber um julgamento preconceituoso. Do ponto de vista de gênero, Di Stefano (1996) sugere, ainda, que as noções de controle e auto-controle associadas à autonomia guardam relação com o “feminino” – quase sempre, o que deve ser controlado é socialmente considerado “feminino”, por extensão, as mulheres. Desse modo, uma mulher “só” colocaria sua feminilidade (na vida privada e pessoal) sob escrutínio, instigando olhares externos:

Parece que a nossa solteirice incomoda bastante, mas sabe, eu não dou muito... O meu relacionamento com boa parte do pessoal é mais profissional, como eu converso muito sobre a vida profissional, não tenho muito tempo pra conversar sobre a minha vida particular, mas eu evito, não quero essas invasões, eu sempre dividi muito bem. A minha vida particular é aqui, por exemplo, vai ter acesso a ela os que estão mais próximos (...) Tem outra coisa, eu não admito pessoal ficar dando pitaco na minha vida. ‘gente cheguei até aqui, qual é?’ E não me cobre ser certinha não, numa coisa já fui muito reta na minha vida, muito certinha, que é a minha vida profissional, o resto deixa ficar torto... [risos] (Mariah).

Esse “torto” pode ser traduzido como “desviante”, alguém que não condiz com as normas estabelecidas. Para as entrevistadas, “desviante” não possui uma conotação negativa. Madalena, que interrompeu a entrevista várias vezes para recomendar pessoas “fora dos padrões” para a pesquisa, lembrava de um/a amigo/a, uma irmã: “tem várias aí interessantes para você entrevistar, gente com história, muita história”, se referindo a pessoas que tiveram iniciativas desafiadoras na vida, como duas amigas, proprietárias de um restaurante e uma casa noturna, às quais se refere como “essas guerreiras”, como ela acha que a sociedade – e ela própria – vê as mulheres que moram sozinhas, “correm atrás”. A visão de Madalena inverte a posição de estigma associado às mulheres “sós”, positivando o ato de morar só como “resistência”. Essa noção é semelhante à elaborada por Gordon que, a partir das narrativas de suas entrevistadas, capta a relação centro-periferia, quando elas associam “marginalidade” a “não seguir as regras”, colocando-se à margem do *mainstream*, do padrão dominante:

As entrevistadas podem não dar um sentido político coerente para suas rebeldias cotidianas, mas o fazem através de suas narrativas quando expressam inconformismo, quando transformam a solteirice [*singleness*] em experiência positiva numa sociedade orientada para o casamento e a família. A solteirice vista como uma oportunidade e não como destino (Gordon, 1994:194).

De acordo com a autora, sentir-se marginal em relação ao *mainstream* pode criar poder e força; é possível que a “solteira” se sinta bem justamente por ser “diferente”. Não precisa exigir que a sociedade a tolere, trata-se, antes, de uma forma de resistência política – embora fora da luta política organizada de um grupo por uma causa –, retirando da experiência cotidiana o melhor possível para dar sentido à existência. Isso significa trazer a marginalidade para o centro, desafiar as normas. Algo distinto pode ser observado no trabalho de Nádia Amorim, que propõe uma desconstrução da noção clássica de estigma da “solteirona”. Ambientado em Maceió, em meados dos anos 1980, o estudo permite vislumbrar uma sociedade fortemente segregada por gênero, classe, geração e sexualidade. Em um dos depoimentos mais agudos, uma entrevistada, na época com 55 anos, faz um balanço amargo de sua condição de solteira, dizendo-se arrependida de ter desfrutado a vida enquanto era jovem e rica e de não ter se casado com um “idiota qualquer, porque ser sozinha é muito difícil, o importante é ter nome de casada” (Amorim, 1992:72).

O olhar externo ou internalizado de “piedade” também está presente no modo como duas entrevistadas olham outras mulheres “sós”. Apresentei algumas narrativas sobre como elas se percebem aos olhos da sociedade, como se sentem julgadas e às vezes discriminadas e, por isso, considero importante cotejar as últimas considerações – ser diferente, fugir aos padrões – com essas percepções “piedosas”. A primeira narrativa ocorre no contexto de um comentário sobre disponibilidade de homens “solteiros” e a segunda acerca de um espaço de lazer dirigido ao público “*single*”.

[meu amigo] me disse que [o colega dele] me achou interessante, só que tem um monte de mulher solteira lá onde ele trabalha na universidade... Gente, elas caíram em cima dele [risos], um monte de mulher doida mesmo, elas caíram em cima do cara parecendo urubu na carniça... Porque elas [estavam] cercando o menino de não dar nem espaço, montaram a casa do cara (...). Ele ficou horrorizado, ele ficou apavorado [risos]... Sabe o que são duas mulheres carentes? Nossa, é complicado, eu tenho pena delas...(Mariah)

Na minha idade a disponibilidade de homens tá bem menor, e mesmo na adolescência tem mais mulheres do que homens, não tem? (...) Eu acho que elas não deixam de se exporem muito para conseguir isso [um homem?], é uma coisa assim, um papel chato esse negócio, por exemplo, tem lugares de dançar, não tem? Muitos lugares de pessoas solteiras que vão lá para dançar, mas no fundo estão querendo arranjar um companheiro. (...) As pouquíssimas, pouquíssimas vezes mesmo [muita ênfase] que eu saí com algumas pessoas, elas, assim, sei lá, sentadas na mesa bebendo e tal, aí são escolhidas, aquele mesmo ritual de tantos anos atrás, ficam ali se expondo, se arrumam, dá um trabalhão danado, cabelo e

tudo...pra ficar lá no sábado esperando, parece que quinta e sábado são os melhores dias. Então, é triste isso, até melancólico. Pelo menos essa pessoa de onde eu trabalho, ela costuma fazer isso, mas só pra dançar. Nunca avança além disso. Porque o que ela tem vontade, o que ela sonha [ênfase] é que vá além disso, não é uma pessoa feia, desagradável, nada, mas nunca..., sabe? Isso já tem anos que ela leva esse tipo de vida, essas amigas...Elas nem confessam, depois, que foi frustrante, elas chegam muito animadas, tanto que vão no próximo sábado. Talvez essa visão quem tem sou eu, que vejo por esse lado, que elas estão assim, ridículas e tal....[reflexiva], pode ser que não seja...

Eliane: você já perguntou a elas?

Tália: Não, não tenho coragem. Acho que é judiar, porque não deixa de ser uma ilusão, né.

As duas narrativas permitem observar que a sexualidade é também um terreno onde coexistem mudanças e permanências. O fato de serem mulheres que se consideram “independentes” e “autônomas” não as torna isentas de julgamento sobre outras mulheres “solteiras”. Ambas as situações sugerem que elas não desejam se assemelhar às “outras”.

“Assuntos do coração” e variedade sexual

Independente da vinculação teórica ou periodização histórica estabelecida, a sexualidade é um tema importante para o feminismo. Reivindicando o lugar do corpo ou contestando a idéia de que anatomia é destino, a sexualidade feminina tem sido objeto de um intenso e vigoroso debate nos vários feminismos. Para as pioneiras européias e norte-americanas, no final do século XIX, a abstinência carregava conotações da superioridade espiritual, portanto de resistência. Naquela época, a sexualidade feminina ainda não havia sido “descoberta” pela sexologia e pela psicanálise e, face aos excessos atribuídos ao desejo sexual masculino, algumas mulheres empunhavam a bandeira do celibato ou se engajavam em relações de amizade duradoura com outras mulheres (Rupp, 2002). Nos anos 1920, a conciliação entre carreira e matrimônio parecia ser o projeto mais importante para algumas feministas sufragistas de classe média (Showalter, 1989). Nos movimentos da Nova Esquerda e da contracultura dos anos 1960, contexto no qual emerge o feminismo da segunda onda, o pessoal é declarado político e a sexualidade se torna o foco dos grupos de consciência, afirmando o direito e a capacidade das mulheres de exercer controle sobre o próprio corpo e sobre as decisões na esfera sexual e reprodutiva. Nesta fase, o casamento e a maternidade, assim como a família nuclear, são alvos de severos ataques. Ao analisar o

contexto feminista da segunda onda nos Estados Unidos, Nicholson afirma que este período de contestação moral e da proposta de novos estilos de vida não é convergente em termos das mudanças sociais desejadas:

Claro que o grau de mudanças tidas como necessárias na vida doméstica variava amplamente na cultura nacional e parte desta variação refletia no movimento das mulheres, criando diferenças ainda mais importantes entre liberais e radicais. Uma coisa era discutir se a mulher deveria manter o sobrenome do marido ou que homens e mulheres deveriam dividir as tarefas domésticas. É algo totalmente diferente protestar contra o estatuto privilegiado dado à heterossexualidade como modelo de sexualidade ou mais radicalmente contra a idéia de que as mulheres a desejassem. Ou seja, havia uma importante unanimidade quanto à posição de que o padrão moral que governava a vida pessoal precisava ser mudado, mas divisões com relação ao grau de profundidade dessas mudanças (Nicholson, 1986:23-24).

Portanto, em maior ou menor escala, uma das esferas da vida afetada pelas transformações no estatuto social das mulheres e a disseminação do ideário feminista a partir da segunda metade do século XX, aliada à emergência dos movimentos homossexuais, certamente é a relação com o corpo e o modo de viver e expressar a sexualidade, não orientada exclusivamente para a reprodução da espécie, tampouco circunscrita à instituição do casamento (Luiz Mello, 2005).

“Sexualidade” é compreendida aqui como parte inerente das histórias narradas, que evocam noções relacionadas a um campo relativamente amplo – prazer erótico; práticas sexuais; relacionamentos em curso, antigos e “projetados”; conexões com o gênero, em suas formulações acerca do feminino e do masculino; reprodução ou projetos de maternidade, etc. Se a sexualidade não pode ser vista como reveladora de uma subjetividade específica das “solteiras” que moram sozinhas ou que suas práticas sexuais – ou ausência delas – lhes confirmam algum sentido de identidade pessoal, ela marca um modo de ser no mundo, caracterizado em termos de maior ou menor liberdade de agir e das escolhas daí resultantes em determinado contexto histórico e cultural. Indago sobre a sexualidade não porque penso previamente que ela seja “central” na vida das pessoas, mas, como sugerem Carol Vance e Anne Snitov (1984:133) “precisamos conhecer o que o comportamento sexual significa para as pessoas, quais são suas experiências, regras, histórias, códigos, transformações simbólicas, convenções sociais”.

Em vários sentidos, as mulheres “sós” desorganizam as referências culturais dominantes em torno da sexualidade. A sociedade organizada em termos da norma de conjugalidade presume, de forma inadequada, o casamento enquanto regra válida para todos (Simpson, 2005), levando à recorrente classificação das práticas sexuais como pré-marital, marital e extra-marital. Como afirma Loyola (1998:25), esse sistema de práticas referentes à organização social do parentesco e da família comporta um número, ainda que não ilimitado, de outras práticas sancionadas ou não, mostrando que a sexualidade, como aponta Michel Foucault (1985; 1997e) é uma elaboração social, um dispositivo que opera em determinados campos de poder.

O grupo de mulheres entrevistadas nesta pesquisa se caracteriza pela heterogeneidade de formas de viver e expressar o amor e a sexualidade. Essas variações são afetadas por outras características individuais e marcas de idade, raça e orientação sexual. A experiência destas mulheres reitera separações entre universos simbólicos masculinos e femininos, que falam de homens e de mulheres como seres que, se não habitam mundos culturalmente distintos, estão marcados por relações de oposição, hierarquia e diferenças naturalizadas. Estas mulheres também se expressam em termos de uma sexualidade que ora se polariza (homossexualidade/heterossexualidade), ora embaralha fronteiras (nem homo, nem hetero, nem bissexual, nem abstinência) ou, ainda, não requer, às vezes recusa, uma classificação. Embora as teorias que definem gênero enquanto performatividade permitam pensar a construção das identidades ao longo da vida com certa fluidez, ou mesmo “brincar” com tais identidades, Moore (1999:158) argumenta que há pouca evidência empírica neste sentido. Segundo a autora, estudos antropológicos sugerem que as pessoas resistentes ou conformadas às normas de gênero não acham suas identidades de gênero fluidas ou abertas a escolhas. As narrativas sugerem que a construção da “identidade” (heterossexual, bi ou homossexual) vai estruturando as escolhas ao longo do processo e, ao menos teoricamente, outras possibilidades permanecem à disposição, realizá-las ou não dependente de contextos de naturezas diversas.

Eu sou uma pessoa tipicamente bissexual, mas to namorando uma pessoa numa relação homossexual. Eu sinto atração tanto por homem quanto por mulher. (...) Sempre fui muito franca assim, a sensação que eu sou bissexual, que eu acho que eu sou, to falando que eu acho porque faz muito tempo que to namorando com mulher, mas é que eu sinto atração por homem também. (...) Geralmente as pessoas gay são muito preconceituosas, elas falam assim “ah, você fala que é bissexual só pra

esconder sua verdadeira homossexualidade...” mas eu não tenho motivo para esconder, não teria esse apelo (Meire).

Como afirmam Vance e Snitow (1984: 127), os sentidos de identidade masculina/feminina e homo/heterossexual não são apenas privados, mas criados através da intersecção de forças econômicas, políticas e sociais que variam no tempo e conforme as culturas. Na sequência da fala acima, Meire comenta: “engraçado que minha analista falava que eu não era gay, que eu estava passando por uma fase... Eu falava “a senhora é muito conservadora...” Eu não era gay, eu estava sendo gay.... Eu achava um absurdo”. Ela não explica porque achava um absurdo, mas a interpelação da analista, ao sugerir que a homossexualidade é “reversível” ou uma experiência transitória, pode ser utilizada a pretexto de reforçar a norma heterossexual.

Apesar da mídia e de alguns produtos culturais – livros e filmes – representarem as “novas solteiras” como conquistadoras insaciáveis, namoradeiras, noturnas, competitivas, consumistas etc., em analogia a um certo tipo de caracterização de homem “solteiro”, este comportamento se distancia do universo entrevistado. O alto valor concedido aos sentimentos e à reciprocidade torna as práticas sexuais “avulsas” menos comuns, diferenciando estas “solteiras” daquelas representadas pelas várias mídias, por exemplo, as do seriado – bastante mencionado nas entrevistas – *Sex and The City*, no qual quatro independentes e *glamourosas* “solteiras” (*city singles*) – em torno dos 30-40 anos, moradoras da Ilha de Manhattan – exibem uma lista infindável de parceiros sexuais ocasionais.

No tocante aos relacionamentos – “namoro”, “casamento”, “casos”, “paixões” – cuja importância nas narrativas é notável, as noções de “afinidade” e “cumplicidade” evidenciam uma característica deste grupo, mostrando que a ausência de uma relação nesses moldes não encontra lugar. A ligação ou conexão é descrita em termos de um “sentimento” equivalente – “gostar”, “amar”, “estar apaixonada”, sentir uma “química” ou uma “identidade” –, cuja presença é percebida simultaneamente em ambas as partes. No entanto, essa noção mais ou menos romântica de relação não apaga ou suplanta a necessidade premente de “individualidade”, mostrando que as idéias de independência e autonomia, embora não isentas de contradições, continuam modelando a subjetividade destas mulheres “sós”. Esse sentido de autonomia começa a ser mais bem definido na

transição para a vida adulta. Por volta dos vinte anos, muitas entrevistadas relataram tomadas de decisões que funcionaram como um *turning point* em suas vidas, como se, metaforicamente, ao remar o barco, tivessem que decidir o tempo todo que rotas seguir, afetando o curso da viagem. Nesta fase da vida, muitas narraram o rompimento de um namoro antigo ou noivado, a saída da casa dos pais, a entrada na pós-graduação, a iniciação sexual, a experiência de morar junto com o/a namorado/a. Sarah, Madalena, Cândida e Salomé viveram experiências de coabitação e, atualmente, estão em relacionamentos mais ou menos estáveis, em casas separadas. Cada uma das doze entrevistadas vive de modo singular sua própria experiência de “solteira”, passando por períodos mais curtos ou mais longos sem parceiros/as estáveis.

A sexualidade não é apresentada como um impulso natural e desgovernado, antes, é moldada segundo condições e circunstâncias diversas. A capacidade de “ficar sozinha”, sem par amoroso, é uma característica associada à aprendizagem da vida, ao contar com os próprios recursos e consigo mesma, como sustenta Évora:

Eu sempre tive que contar comigo mesma, desde criança eu já aprendi a conviver sozinha, tomar decisões a ser eu mesma, então, isso pra mim é uma coisa tranquila. Teve uma época que eu e achava assim, a intelectualmente desenvolvida e emocionalmente retardada, porque era aquela coisa assim, eu não conseguia... Eu não consigo até hoje ir pra rua caçar homem naquele desespero que, se não tiver alguém... Eu sou capaz de ficar, eu fico sossegada, eu até perco um pouco a libido, não tenho necessidade de ter ninguém, eu fico na minha. Mas na hora que desperta alguma coisa com relação a sentimento eu fico..., sabe, aquela coisa assim... Eu sou capaz de ficar celibatária por um tempo e sou capaz de ficar altamente sexualizada no outro, desde que eu tenha uma referência e eu tenha uma extensão daquilo que é meu sentimento. Já me torno uma pessoa assim, sexualmente ativa, potencialmente ativa.

Estar consigo mesma, sem par e sexualmente inativa é uma condição oposta à existência de um sentimento que provoca a libido, que a torna potencialmente sexualizada e essa potência vem do outro, pela capacidade de identificação – o sentimento do outro aparece como extensão do seu próprio sentimento. Para Laura, sem essa “identidade”, que ela reconhece quando se apaixona, não há relação possível, por isso, sem namorado há alguns anos, ela se diz “quase um anjo”, simplesmente não se interessa. Mas estar sem par é o mesmo que estar sem atividade sexual?

Práticas sexuais também são práticas sociais e, nesse sentido, algumas são objeto de maior silenciamento que outras. A masturbação, quando narrada, se reveste das marcas de sua posição na hierarquia sexual (Rubin (1989). Tema historicamente associado às “sexualidades policiadas” (Bhabha, 1998), vítima de poderosos discursos proibitivos (Vainfas, 1992; Foucault, 1985) e ausente dos comentários nas matérias da mídia ou nos textos demográficos, a masturbação emergiu rapidamente na narrativa de duas das entrevistadas. Madalena relata uma conversa com o amigo ginecologista sobre sua vida sexual, na qual dizia que estava “sem sexo” e que havia lido uma reportagem com a atriz Ana Paula Arósio afirmando que o orgasmo não é o fim de uma relação, senão as mulheres poderiam se contentar com a masturbação, pois “é seguro, prático, e não corre risco nenhum. [Ela acrescenta] Faz falta uma pessoa, você vai achar que está tudo bem sexualmente porque você se masturba e tem prazer, sozinha? Não dá, chega uma hora que você tem que ter alguém”. Meire introduziu a questão ao falar de seu atual desinteresse pelas mulheres e de suas preferências eróticas:

Faço demais, demais... Mas, também não é uma coisa que eu faço e me sinto realizada [longa ênfase], eu sinto falta de uma pessoa também, mas eu faço de boa, tranquilamente, desde criança que eu lembre. Nunca foi uma coisa tabu pra mim também não (...), não sinto aquele vazio, não sinto nada, para falar a verdade, sinto uma coisa legal.

Ambas reforçam a idéia de falta, indicando a masturbação como uma prática sexual “solitária” que, embora prazerosa, parece menor, menos importante, menos satisfatória, porque remete à falta de um “outro”. Historicamente associada à sexualidade masculina, a masturbação tem sido marcada pela noção de culpa e pecado. Raramente descrita como prática autônoma, ela quase nunca está associada à sexualidade feminina; mesmo o feminismo da segunda onda, que deu à sexualidade um lugar de destaque, negligenciou ou silenciou o assunto. Com o advento da sexologia no início do século passado, a masturbação foi retirada das práticas ligadas à perversão, considerada, doravante, parte do desenvolvimento sexual “normal” dos, e até “saudável” para, os indivíduos. Entretanto, o que a caracteriza nos discursos mais condescendentes da sexologia ou da psicanálise é sua transitoriedade ou ainda seu caráter de um substituto da relação sexual “normal” (com par).

Holden (2002) oferece um contraponto histórico interessante a partir da leitura de cartas enviadas a Mary Carmichael Stopes, pioneira no controle da natalidade, no direito à anticoncepção para as mulheres e na popularização das idéias da psicanálise e da sexologia, na Inglaterra dos anos 1920. No modelo sexológico da época, homens e mulheres tinham desejo sexual e a não realização deste desejo estaria associada ao aparecimento de doenças nervosas, razão pela qual Stopes concedia grande importância ao casamento como um modo de vida superior e, ao mesmo tempo, condenava o celibato, a homossexualidade e a masturbação. Esta, severamente desaconselhada aos homens, era permitida às mulheres “solteiras” com mais de 30 anos a quem ela poderia ser benéfica, mas não mais que duas vezes por mês. Atualmente, os manuais de sexologia recomendam abertamente a prática da masturbação a homens e mulheres como forma de melhorar o desempenho sexual (Bèjin, 1985), mostrando o quanto a sexualidade é suscetível de leituras e interpretações sociais e historicamente produzidas.

Se as pesquisas sobre sexualidade dependem do que é declarado pelos sujeitos, as informações sobre a masturbação estão atadas aos contextos históricos e particulares e às interpretações que delas derivam. Referindo-se à sua pesquisa sobre a sexualidade na França entre os 1970 e 1990, Bozón (1995) afirma que o número de mulheres que declaram se masturbar aumentou de 19%, em 1971, para mais de 70 %, em 1992. Segundo o autor, esse aumento se deve às mudanças no contexto, propiciando às mulheres maior abertura para falar de suas experiências sexuais. Referindo-se ao Relatório Kinsey¹⁶⁰, Giddens (1993:25) declara que a masturbação “suruiu” tão abertamente quanto a homossexualidade, mostrando que homens e mulheres sempre se masturbaram.

Os movimentos de contestação cultural, feministas, gays e lésbicos, trouxeram para a cena pública e política o tema da variedade sexual, da legitimidade da escolha, da orientação sexual.¹⁶¹ Foucault (1997e) ressalta o profundo impacto desses movimentos dos anos 1960/70 – e não a política convencional dos partidos políticos – na vida não apenas de militantes, mas a toda uma geração que se beneficiou de sua criatividade, inovação e experimentação. Como assinala anteriormente, as entrevistadas não são ativistas feministas, tampouco abertamente identificadas com o feminismo, mas algumas têm

¹⁶⁰ Relatórios sobre a sexualidade masculina e feminina publicados, respectivamente, em 1948 e 1953, nos Estados Unidos.

¹⁶¹ Weeks, 1989; Parker, 1991; Mello, 2005; Heilborn, 1992; MacRae, 1990.

passagens por outros movimentos sociais ou seus círculos incorporam uma rede extensa de conexões com indivíduos e grupos ligados às causas sociais. Cândida oferece um exemplo de como o estar num meio marcado pela visibilidade causou impacto sobre o modo como ela se percebia sexualmente e na tomada de decisões sobre sua vida afetiva.

(...) Eu já transitava no mundo *gay*, porque eu tinha muitos amigos, particularmente um amigo muito querido que de vez em quando eu saía com ele e ia a alguns bares e no meu grupo de terapia sempre tinha alguém. E desde muito nova fui aprendendo sobre não olhar o sexo das pessoas, se era homem ou mulher, “você ama as pessoas”. Eu fui vivendo isso desde os 18/19 anos...Eu tive oportunidade de conviver com a diversidade, com amigos *gays*, não tanto mulheres, mas com homens e aí depois fui convivendo no trabalho, conversando...(...) Eu fiz uma viagem, fiquei 40 dias fora do Brasil, fui para San Francisco na Califórnia, pegar a *dyke march*, parada *gay* [risos] tudo isso, uma coisa muito importante também para eu exercitar e vivenciar o como pode ser digno não precisar ser escondido. Porque San Francisco tem isso, tem as regiões que os casais podem andar de mãos dadas, abraçar e beijar, então há esse exercício da sexualidade homoerótica no espaço público, isso era muito importante [ênfase].

A narrativa de Cândida encontra ressonância nas memórias de Alston (1993:99), referindo-se a seu encontro com o feminismo no Dartmouth College/EUA, nos anos 1980, como um movimento que dava um sentido à sua vida, a percepção de “não estar sozinha, de não estar louca”. Mesmo fora de contextos coletivos mais organizados, como os movimentos “de identidade”, muitas experiências relatadas apresentam a marca inequívoca do mundo compartilhado entre amigos, pessoas externas ao ambiente familiar e grupo de parentesco. Familiares – pais e mães, mais frequentemente – colocados à margem, recebem informações que apenas sinalizam como está a vida amorosa, sem aprofundar nos detalhes. Cândida diz que as perguntas dos pais sobre sua vida afetiva são genéricas: “como anda o coração?”. Ao tentar conversar com a mãe sobre sua vida pessoal e íntima, Salomé ouviu: “não precisa me contar essas histórias, não quero saber disso, cuida da sua vida”. Madalena acha que suas aventuras vão “chocar” a mãe: “as pessoas que estão mais próximas a mim, sabem um pouco dessa história, minha família, não, que eu não vou ficar chocando minha mãe com bobagem.” A família de Meire não faz perguntas diretas, tudo é “meio camuflado”: “nunca ninguém me perguntou se eu namoro, se eu não namoro... Eu tinha um relacionamento na [cidade tal], ninguém nunca me perguntou se era homem, se era mulher,

da onde que eu vinha, aonde que eu ficava...” Sarah nunca contou aos pais que coabitou com o namorado por oito meses, apenas os irmãos conheciam, em parte, a história.

Evitar ou silenciar os “assuntos do coração” na esfera familiar pode significar que formas de vida que se afastam do modelo conjugal sofrem maiores interdições ou restrições, reiterando que, mesmo em face a muitas mudanças, há um modo de encarar o que é socialmente aprovado e o que é “desviante”. Como assinalaram Vance e Snitow (1984:128), se a sexualidade é socialmente construída, alguns aspectos desta construção são mais aceitos que outros – a heterossexualidade e o casamento são protegidos e recompensados; outras sexualidades são reguladas e castigadas. Por outro lado, à medida que outras formas de vida expandem, as possibilidades de redes sociais para além dos círculos familiares e de parentesco contribuem para a invenção de novas formas de afetividade, quebrando o monopólio do casal e da família enquanto lugar privilegiado de intimidade.

Amizade e outras formas de intimidade

Anthony Storr (1996) argumenta que o ser humano tem sido filosófica, psicológica e sociologicamente definido pela capacidade de formar e manter ligações. Embora amplamente difundida como uma regra de normalidade, amadurecimento, a intimidade como prioridade no curso do desenvolvimento humano é relativamente recente. Superadas as necessidades básicas da luta pela sobrevivência e a dependência oriunda da crença religiosa, na modernidade, a intimidade se torna o parâmetro do viver em plenitude, daí a promessa da psicanálise em eliminar os bloqueios emocionais de cada um/a, de modo que possam estabelecer relacionamentos pessoais satisfatórios.¹⁶² Para Storr, o parâmetro da intimidade/conjugalidade torna a solidão problemática, na medida em que a capacidade de estar só tem sido historicamente associada ao trabalho de filósofos e pessoas famosas que se concentraram em algum tipo de trabalho criativo ou contemplativo, fortalecendo a imagem de renúncia ao mundo. Ante a necessidade de rever o significado de estar só na vida de pessoas “comuns”, o autor argumenta que homens e mulheres podem ser dotados

¹⁶² As reflexões de Storr (1996:18-19) sobre a idéia recente de intimidade como necessidade da modernidade são apoiadas em Ernest Gellner (1985).

de capacidades diferentes de lidar com a solidão, o que poderia resultar em várias outras formas de conexão e não de isolamento social.

Ao analisar alguns paradoxos da contemporaneidade, Beck e Beck-Gernsheim afirmam que o amor é a religião secular dos nossos tempos; é necessário acreditar no amor como antes se acreditava em Deus. O amor é tomado como fonte de salvação pessoal, promessa da cura de todos os males, antídoto contra a solidão. De modo semelhante ao papel da religião no passado, o amor é a fonte de uma vida autêntica num mundo de mentiras e sem coração, a diferença é que as pessoas buscam consolo em santuários privados. Para os autores, é fácil acreditar que “sempre foi assim”, afinal, os discursos do amor atravessam a história da humanidade, no entanto, em nenhuma outra época o amor foi o valor que predominou sobre todos os outros e, atualmente, “o amor é a melhor ideologia para reagir aos perigos da individualização, pois enfatiza o ser diferente, mas promete a vida a dois (*togetherness*) a todos os solitários” (Beck e Beck-Gernsheim, 1995:181).

Como anteriormente ressaltou Storr (1996), Beck e Beck-Gernsheim consideram as psicoterapias e os livros de auto-ajuda ferramentas de ajuste aos que buscam se encontrar no amor. Para os autores, ao enunciarem perguntas sobre o significado do amor, os profissionais – psiquiatras e psicólogos – têm uma interpretação do mundo em perspectiva, pois a pergunta não se limita a respostas pessoais e experiências vividas na infância, mas “inclui as estruturas sociais que modelam nossas vidas tais como condições de vida e trabalho, ideais de família, estereótipos de gênero e valores nos quais as necessidades pessoais e desejos de cada um/a são organizados e orientados” (Beck e Beck-Gernsheim, 1995:182). Os significados do amor remetem a modelos familiares de intimidade, mesmo que o modelo nuclear de família esteja em desagregação.

A ênfase nos modelos familiares de intimidade – a “tirania da intimidade” (Ortega, 2002) em sua modelagem nuclear, do casal em fusão completa –, retira da vida social a possibilidade de experimentação de outras formas de vida. O sentimento de que toda compensação emocional advém exclusivamente das relações amorosas em par é uma noção fundada no ideal do amor romântico “que se tornou sinônimo de praticamente tudo que entendemos por felicidade individual: êxtase físico e emocional socialmente aceito e recomendado, segurança afetiva, parceria confiável (...), enfim, satisfação sexual acompanhada de solicitude, carinho e compreensão” (Costa, 1998:24). A ênfase exagerada

no amor e na importância da intimidade é tida como antítese da invenção de novas formas de vida, de uma estética da existência baseada na amizade que requer o múltiplo ao invés da unicidade.¹⁶³

Giddens (1993, 1995, 2002) tende a tratar as transformações na intimidade em contextos contemporâneos “pós-tradicionais” sob a rubrica de uma nova ordem democrática, apontando que o enfraquecimento dos padrões hierarquizados nas relações amorosas entre homens e mulheres abre caminho para o estabelecimento de relações mais igualitárias.¹⁶⁴ Para o autor, as “relações puras” se baseiam na equivalência e não em contratos que criem vínculos além daqueles definidos pelo sentimento e desejo:

Uma situação em que se entra em uma relação social apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção de uma associação com outra, e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfações suficientes, para cada uma individualmente, para nela permanecerem (Giddens, 1993:69).

O autor estende o conceito de relações puras aos amigos e à família, argumentando que autonomia e respeito à integridade do outro – democracia – são as bases para estabelecer estas relações. No entanto, como reafirmam alguns autores¹⁶⁵, a sociedade está saturada de mensagens “familistas” e as instituições são pensadas e organizadas em modelos familiares que, em função das hierarquias de gênero e geração, não são obviamente nada democráticas. Derrida (1997a e b) desafia – ou desconstrói – a noção de amizade passando pela noção de democracia. Para o autor, na tradição ocidental desde os gregos, a amizade é uma noção que exclui as mulheres. A idéia de irmandade e fraternidade (*brotherhood and fraternity*) é inspirada na relação estabelecida entre homens, geralmente livres e iguais, ideal que se estende à Revolução Francesa e às instituições “democráticas” que congregam homens na política. Portanto, para Derrida, é necessário reinventar tanto a

¹⁶³ Cf. Foucault, 1997f; Barret e MacIntosh, 1991; Ortega, 1999, 2000 e 2002; Costa, 1998; Derrida, 1997a e b; Storr, 1996.

¹⁶⁴ As críticas a Giddens, especialmente de alguns estudos “pós-coloniais”. recusam a noção “simplista” ou “reducionista” do autor para explicar as transformações ocorridas nas sociedades industrializadas, através da oposição entre modernidade tradicional x modernidade tardia (cf. Vassos Argyrou, 2003; Scott, 2001b). Sobre a noção de amizade e relações puras, conferir a crítica de Sandra Bell e Simon Coleman (1999:1): “(...) enquanto o mundo evocado por Giddens aparece conectado a asserções comuns – ‘nós encontramos os mesmos temas em quase todos os lugares’- nossa abordagem é comparativa e francamente cética acerca de generalizações que caracterizam ‘realidades globais’. Nossa conclusão é que a amizade é muito mais complexa do que Giddens supõe. E, também, muito mais interessante”.

¹⁶⁵ Barret e MacIntosh, 1991; Foucault, 1997 f e g; Simpson, 2005; Gordon, 1994; Derrida, 1997a e b; Ortega, 2000, 2002; Rezende, 2002.

política quanto a democracia, uma democracia como “promessa”, um devir democrático (*a democracy to come*), solo para que a amizade possa florescer sem exclusões.

A ideologia “familista”, expressa em relatos sobre a amizade através de metáforas familiares, aparece de forma recorrente nas narrativas. Algumas se referem às redes sociais paralelas – amigos/as identificados/as simbolicamente enquanto familiares (irmãos/os), com os quais compartilham rituais ou festas consideradas tradicionais na nossa cultura:

Eu tenho um grande amigo, a gente é cúmplice de vida, de contar as coisas, eu conto mais coisas para ele que qualquer outra mulher. É como a terapia diz a gente elege a família onde a gente está e ele é como se fosse meu irmão, eu enxergo o lado humano dele e ele enxerga o meu, então assim qualquer coisa que eu tenha necessidade ele é a minha referência, sempre foi. (Évora)

Gosto de sair, de ir a barzinhos, beber alguma coisa, cantar. Tenho uma amiga com quem vou de vez em quando. Com ela me sinto mais à vontade do que com a minha família. Durmo em sua casa às vezes. Passo o Natal com a família dela há uns oito anos já (Jussara).

Eu me apeguei muito aos meus amigos, minha família eram meus amigos (Sarah).

Era uma família, um grupo de pessoas que tinham prazer em compartilhar férias, viajar juntas, eu fazia natal com minha família sanguínea e com esse grupo (Cândida).

O caráter de leveza das “famílias adotadas” pela via da amizade contrasta com o peso das obrigações familiares consanguíneas. Ao realizar um estudo antropológico da amizade, contrastando contextos de camadas médias do Rio de Janeiro e de Londres, Cláudia Rezende chama atenção, no contexto inglês, para o fato de que quando jovens saem de casa, eles/elas estão menos sujeitos à interferência dos pais, o que é especialmente marcante após a adolescência, pois, segundo a autora, na sociedade inglesa existe uma preocupação partilhada por adultos e pais, de preservar a autonomia de ambas as partes. Entre irmãos, a relação tende a ser vista como mais próxima da amizade, mas “o contraste entre amizade e as relações familiares residia no caráter obrigatório dos papéis familiares” (Rezende, 2002:77). Para a autora, na amizade, as pessoas se relacionam sem qualquer sentido de obrigação, independente dos papéis desempenhados. Para algumas entrevistadas, além do caráter de afeto “familiar”, a amizade, enquanto relação voluntariamente escolhida, pode romper mais facilmente as fronteiras de classe social:

Não é porque eu sou doutora que eu não vou ter amizade com uma técnica ou com um outro funcionário qualquer. Eu tenho uma amiga [funcionária da universidade], ela mora com o marido e os filhos, mas a família dela, hoje, é uma família paralela que eu tenho, a mãe, o pai dela me chama de filha, a mãe dela tem um amor de mãe, e eu acredito nisso. Então, eu passo o natal e o ano novo com eles. Eu vou para minha casa [dos pais consaguíneos] dou uma passadinha, entrego os presentes, mas eu sempre passo as festas com eles e me sinto bem, é o lado leve da família, você entende? É isso que é bom nas amizades e a minha amiga, ela me chama de irmã e nós realmente somos irmãs de identidade, ela é uma das pessoas que eu mais amo nesse mundo, amo a família dela e eles me amam (Laura).

Não importa se é porteiro, amigo é amigo (Jussara).

Ambas, Laura e Jussara, reafirmam o caráter subversivo da amizade enquanto relação capaz de conectar pessoas com variadas marcas de diferença. Rezende (1996) afirma que a amizade tende a reforçar afinidades, sendo portadora de possibilidades reais de relações entre posições socialmente diferentes. No entanto, para algumas, gênero molda relações baseadas em diferenças, atribuindo à amizade entre homens e mulheres uma conotação sexual ou erótica:

(...) amigo... você sabe que não existe amigo, amigo..., ele sempre tem um certo interesse, assim por trás. Quem me disse foi um próprio amigo e é verdade mesmo, por mais que você é amiga duma pessoa, homem, se você der a brecha ele ataca. Ninguém se torna amigo por acaso não, entre homem e mulher acho que não. Os meus amigos homens, todos, tirando os que declararam, todos eles eu vejo um interesse por trás. Inclusive eu tenho um amigo desde os dezoito anos, esse ouviu minhas histórias, tudo, eu falo que considero ele igual um irmão, eu tenho liberdade com ele, a gente fala besteira, brinca e tal, então de vez em quando vou lá pra casa dele, durmo..., e eu tenho ele como um amigo, mas... (Jussara).

Vicent-Buffault (1996:139) acredita que há, historicamente, uma “lei dos gêneros” para a amizade, pois existem maneiras de ser amigo entre mulheres, entre homens e entre homens e mulheres: “ainda vivemos isso: no encontro, no tom de intimidade, na qualidade da partilha, no ritmo que cada amizade assume com suas particularidades”. Entretanto, afirma, na relação entre os sexos, “a amizade parece um epifenômeno” comparada ao amor, à sedução, à paixão e à vida conjugal. Vicent-Buffault argumenta que a abordagem sexuada da amizade (no sentido de perceber diferentemente homens e mulheres em relação) aponta para alguns paradoxos que, ao mesmo tempo, expõe e nega a aproximação entre eros, amor

e amizade; exacerba a diferença sexual e neutraliza as identidades de gênero. Para a autora, há uma fronteira entre sexualidade e amizade:

a amizade é, para nós, uma relação em que a passagem ao ato sexual é posta em parênteses: é isso que a distingue do amor e da sexualidade heterossexual ou homossexual. [Entretanto], por uma singular ironia, após a construção de uma ciência do sexo no século XIX fomos levados a considerar que a amizade era uma forma derivada ou sublimada da atração sexual (Id., ib.:142).

A tensão entre sexualidade e amizade percorre, igualmente, as discussões acerca da amizade entre mulheres nas teorizações feministas.

A amizade é um tema caro ao feminismo e, ao mesmo tempo, relativamente pouco tematizado. Alguns estudos que, de algum modo, focalizam a primeira onda¹⁶⁶ mostram a importância da amizade como fonte de suporte emocional que nutria a causa da emancipação feminina. Reunidas no espaço social de uma sociedade fortemente segregada por sexo, as mulheres formavam redes de apoio mútuo, muitas vezes descrito como amizade romântica¹⁶⁷, embora este padrão de relacionamento entre mulheres tenha se desenvolvido, segundo as estudiosas, no interior dos internatos – a primeira experiência de escolarização coletiva das mulheres. Retorno ao tema da amizade romântica adiante.

Feministas da segunda onda cunharam a expressão “*sisterhood is powerful*”, atribuindo, curiosamente, o sentido de “irmandade” à amizade feminina, provavelmente uma referência ao genérico englobante (e excludente) “*brotherhood*” – termo que melhor define a camaradagem e a fraternidade entre homens livres e iguais, um conceito

¹⁶⁶ Vicinus, 1985; Bennet e Froide, 1999; Faderman, 2001, Showalter, 1993, 1989; Ruth Brandon, 1990.

¹⁶⁷ A esse respeito vale conferir alguns filmes de época: o filme da HBO, *Anjos Rebeldes* (Iron Jawed Angels, EUA, 2004), narra a história do movimento sufragista nos EUA, liderado por Alice Paul e Lucy Burns nos anos 1920, mostrando como eram fortes e fundamentais os laços de amizade que as uniam em torno da causa pelo voto feminino e de outros direitos das mulheres. *Out of the past* (EUA, 1997) – filme produzido e dirigido por Jeff Dupré e distribuído pela PBS, TV pública dos Estados Unidos – retrata a homossexualidade nos últimos 400 anos de história norte-americana face aos acontecimentos políticos, literários, jornalísticos e acadêmicos, apresentando a relação “casamento de Boston” entre a escritora Sarah O. Jewett (1849-1909) e Annie Adams Field (1834-1915), ambas descritas como feministas sufragistas. A amizade romântica no século XIX pode ser vista também em *The Bostonians* (1984) – filme dirigido por James Ivory e baseado na obra homônima de Henry James (1886) –, que retrata o relacionamento entre Olive Chancellor e Verena Tarrant no final do século XIX. Ambientado no clima político pós-guerra civil, o filme emoldura a situação do feminismo na Nova Inglaterra e é claramente inspirado na relação entre Sarah e Annie. A leitura feminista de Showalter aponta que este filme consegue ser mais anti-feminista que o próprio livro de James. Realizado nos anos 1980, da era conservadora de Ronald Reagan, o filme de Ivory recoloca a questão do “excesso” de solteiras nos EUA, com argumentos muito semelhantes aos desenvolvidos no século XIX. Cf. Showalter, 1993:55-56.

falocêntrico de amizade, segundo Derrida (1997a e b). Para Vincent-Buffault (1996:139), o modelo de amizade viril é tributário do modelo grego da amizade entre iguais, como laço constitutivo da cidadania e da própria virilidade, no qual as mulheres “desempenham um papel”, mas estão excluídas.

Em geral, a amizade é caracterizada como uma relação de livre escolha individual e tem sido retratada em termos de forte equivalência de classe social, gênero, raça/etnia, idade e localidade geográfica.¹⁶⁸ Para Sandra Bell e Simon Coleman (1999:3), a amizade pensada enquanto relação “espontânea, privada, pessoal entre indivíduos particulares requer um grau de autonomia que é um ‘luxo sociológico’, inacessível a muitas sociedades. Assim, chamam a atenção para o caráter eminentemente cultural, histórico e particular da amizade, que demanda a análise dos contextos nos quais esta noção é produzida. No entanto, a partir de diversos estudos etnográficos, os autores reconhecem uma possível semelhança nas características “universais” da amizade descrita no “mundo ocidental”. Vários autores e autoras tematizaram a amizade no contexto de preocupações políticas específicas. bell hooks (1995:293) afirma que as mulheres são ensinadas a se verem como “naturais” inimigas, incapazes de confiar umas nas outras. Assim, Raymonds (1986) vê a realidade como socialmente construída e orientada ao outro – um referente masculino – e, socializadas neste tipo de ambiente heteronormativo, as mulheres são estimuladas a se verem como inimigas, a competir por um homem. Portanto, “a amizade é um processo que não acontece por mera ilusão (*through wishful thinking*), mas pela prática árdua, através de atos repetitivos” (Mary Daly *apud* Raymonds, 1986:199-200). Esta acepção da amizade como exercício é consoante com a noção foucaultiana de *áskesis* – trabalho “de si sobre si mesmo” (Foucault, 1997a).

Foucault acredita que pessoas “solteiras” – ou não casadas – reuniriam maiores chances de recriar novas formas de vida baseadas na amizade num espaço social modificado por relações mais ricas e diversas. Segundo o autor, em um mundo de relações tão empobrecidas e sem modelos, os solteiros são julgados por sua condição como se

¹⁶⁸ Vincent-Bouffault descreve como a amizade atravessa diferentes períodos históricos e suas dinâmicas de gênero, posição de classe, prática religiosa: as amizades feministas de elite nos colégios, entre operárias sob a revolução francesa, as mistas nos círculos igualitários franceses e entre mulheres católicas burguesas no século XIX. A autora destaca, ainda, a relação entre a amizade e o casamento que, entre o século XVIII e XIX, figurou como a forma por excelência de ética amorosa entre os casais, que será perdida com o ideal igualitário e a partir da preeminência do amor e da sexualidade no casal que se escolhe livremente.

fossem sujeitos fracassados, rejeitados, mas, “na realidade, a solidão é frequentemente o resultado da pobreza de relações possíveis em nossa sociedade” (Foucault, 1997g:158). Sua abordagem das formas de vida enquanto uma estética da existência privilegiou o universo homossexual masculino, no qual o autor acreditava ser possível desenvolver uma ética da amizade fundada no prazer e no cuidado de si. Em “A amizade como forma de vida” (*friendship as a way of life*)¹⁶⁹, Foucault afirma que a amizade entre homens – socialmente negada fora dos códigos que caracterizam a homossexualidade – permitiria, caso existisse, uma relação baseada na multiplicidade, na diversidade, e criaria laços de camaradagem impossíveis no mundo atual: “a amizade precisa ser inventada e não descoberta” (Foucault, 1997f:137). Para o autor, as mulheres têm a seu favor uma sociabilidade que lhes permite compartilhar o contato físico – gestos, carícias, cuidados – , aspecto negado drasticamente aos homens.

A aura de cumplicidade que cerca o mundo feminino foi retratada por Lillian Faderman (2001) em sua análise da amizade romântica entre as mulheres. Em sua investigação histórica sobre a homossexualidade feminina, a autora percebeu que esta terminologia nem sempre existia ou não era adequada, pois encontrou inúmeros registros de relações que simbolizavam laços profundos de afeição e amor, ao que ela denominou amizade romântica. A amizade romântica tem sido descrita como um tipo de relação que atravessou o século XVIII e XX e que serviu de solo para muitas lutas específicas do feminismo, algumas delas conhecidas como “casamento de Boston”:

O termo casamento de Boston era usado no final do século XIX, na Nova Inglaterra para descrever a relação monogâmica entre duas mulheres não casadas de outro modo. As duas eram geralmente financeiramente independentes de homens, quer seja por herança ou por uma carreira. Eram usualmente feministas, Novas Mulheres, freqüentemente pioneiras em alguma profissão. Elas eram, ainda, muito envolvidas com a cultura e causas sociais, e esses valores femininos, que elas compartilhavam, formavam a base para sua vida em comum (Faderman, 2001:190).

As amigadas românticas possuíam um caráter de fidelidade, compromisso de vida e algumas eram duradouras. Se a amizade entre homens era celebrada há tempos, segundo Vincent-Buffault, o século XIX conferiu dignidade à amizade entre mulheres. Outras autoras feministas retrataram esta amizade em formulações teóricas semelhantes,

¹⁶⁹ Entrevista concedida a *Gai Pied*, revista dirigida ao público gay jovem em Paris (Foucault, 1997f).

valorizando traços, elementos, ou mesmo referindo-se a uma cultura feminina específica. No ensaio sobre heterossexualidade compulsória, Adrienne Rich (1980) formula o conceito de *lesbian continuum* para abarcar uma vasta diversidade de relações que as mulheres podem estabelecer umas com as outras ao longo da vida, não necessariamente sexuais, mas experiências de compartilhamento de uma rica vida interior, de luta e resistência contra a tirania, de apoio político mútuo. De modo semelhante, Raymonds (1986) apresenta a amizade feminina como uma relação entre mulheres que amam mulheres, que valorizam a cultura feminina e define o feminismo como um movimento pela autonomia, pela independência e pela identificação e afinidade da mulher com seu próprio *self* e com o de outras, suas irmãs, e não como um movimento pela igualdade com o homem. Segundo a autora, é neste feminismo que se origina a amizade feminina, na qual repousa a tradição do feminismo radical.¹⁷⁰ Com riqueza de detalhes, Raymonds descreve exemplos de resistência política fundada na amizade entre mulheres de diferentes tradições culturais, como as chinesas da região de Kwangtung, que resistiam ao casamento (*the chinese marriage resisters*) e alguns grupos de mulheres negras nos Estados Unidos, no século XIX que lutavam contra a discriminação racial, mas eram, sobretudo, orientadas pela amizade entre elas. bell hooks chama a atenção para a importância do feminismo recuperar a noção de *sisterhood* no combate ao sexismo e ao racismo: “precisamos renovar nossos esforços para ajudar as mulheres a desaprenderem o sexismo (*to unlearn sexism*), se desejamos desenvolver relações pessoais afirmativas tanto quanto unidade política” (hooks, 1995:299).

É importante destacar que a discussão feminista da amizade representa uma tentativa de resistência a normas e convenções que universalizam as experiências das mulheres em termos de desejo, relacionamentos heterossexuais estáveis e matrimoniais, colocando, forçosamente, outras formas de vida, de desejo e de relacionamentos como conseqüências indesejáveis de frustrações ou incapacidade individual. Entretanto, por mais valorizada que seja a experiência da amizade – mista ou com outras mulheres – presente nos relatos das entrevistadas, é difícil encontrar ressonância entre os significados atribuídos à amizade

¹⁷⁰ As teóricas da amizade romântica foram bastante criticadas dentro do próprio feminismo. A crítica mais contundente, sem dúvida, é de Gayle Rubin. Em entrevista a Judith Butler (2000), a autora afirma que essa literatura contribuiu para dessexualizar ainda mais as práticas lésbicas. Sobre a crítica aos argumentos de Rich acerca do *lesbian continuum*, cf. o ensaio de Ann Fergusson (1981).

entre as mulheres nessas leituras feministas e o material empírico por mim analisado. Portanto, seria desejável que estudos contemporâneos focalizassem o papel da amizade no contexto dos feminismos atuais, explorando se, e como, constituem formas de vida alternativas ao modelo familiar e conjugal.

Embora abundantes nos relatos das entrevistadas, as referências aos amigos e amigas, quando não incorporam metáforas familiares e de parentesco, privilegiam as descrições de amizades pautadas por cuidados mútuos, alegrias e, também, necessidades compartilhadas:

Olha, eu tratei do estômago há pouco tempo, que eu sou muito nervosa, sou muito ansiosa, e eu tinha uma dor que já tava me incomodando. Então, eu tenho pavor a endoscopia, mas fui na melhor clínica de Goiânia...fui fazer e tal, equipamento última geração, eu fui lá morrendo de medo, a O. [amiga] foi, a primeira vez, comigo. Sai de lá, me levou pra casa dela, fez sopinha pra mim...e tudo assim, no maior carinho porque ela é uma pessoa muito assim, o coração muito grande. A segunda vez, ela também estava fazendo um pré-operatório, então foi a outra, a S. Porque ela morre de medo também, então nós duas com medo lá..., mas sabe como é amizade, tipo assim “eu tenho medo, mas eu vou com você”. Ela me trouxe aqui, levou uma chave, falei “se eu precisar eu te ligo, você vem me acudir”, eu falei “uma ajuda a outra”... Na hora que eu preciso sabe, sempre tem alguém. Faz parte da vida da gente um ajudar o outro, você entende? Vivi anos nesse esquema, então sair, ficar com alguém, sair, ajudar alguém, e eu sempre tenho quem me ajude sabe? Então a gente sabe que pode contar uma com a outra, por que já pensou você sozinha não pode contar com ninguém também é o fim do mundo, né? Então, eu tenho grandes [ênfase] amigos, meu círculo de amizades aqui é bem menor, mas eu tenho grandes amigos no Brasil todo. E amigo pra quando precisar de você estar lá, não é pra passear... que prá isso você arruma companhia facilzinho. A hora que você precisa é que você conhece seus amigos (Laura).

Entre as que mantêm relações amorosas prioritariamente ou exclusivamente com mulheres, apenas Cândida atribui significados particulares à amizade com as mulheres. Ela que mencionou várias vezes um grupo de amigos/as com quem vivencia experiências paralelas às vividas em âmbito familiar – natais, aniversários, etc. e, ao relatar suas experiências de namoro com mulheres, se refere às amigas que já foram suas namoradas. Pergunto se é assim mesmo, se todas elas se tornam amigas, ela diz que sim e afirma tratar-se de uma conquista, pois a vida é muito “generosa” com ela: “a gente tem muito afeto a dar, então rola conexão com tanta gente... O mundo é muito rico, eu tenho essa sedução pelo mundo, eu gosto de gente, eu adoro encontros”. Aliás, para ela, privilegiar relações com mulheres está relacionado a algumas características do “universo feminino” que chama

de “intimidade e transparência” e, em outro momento, enfatiza: “adoro não precisar adotar a tradução, essa cumplicidade, esse repertório feminino, é muito legal, é muito bom, é uma coisa muito gostosa, entendeu?”.

A amizade é, portanto, solo de muitos significados – apoio mútuo, partilha, cumplicidade, transgressão – e emerge como um valor positivado quando percebida como proteção, “antídoto” contra a solidão (Alborch, 2002).¹⁷¹ Mas nem sempre a solidão é percebida como algo negativo, um estado indesejável ao qual se escapa com amigos; ao contrário, pode ser continuamente buscada, desejada, como uma estética do silêncio, uma forma de estar consigo mesma. Esta percepção se junta harmonicamente à solidão e à amizade:

Essa coisa de morar sozinha, “ah, você sente solidão”, eu nunca senti isso. Tem momentos que eu venho pra cá, eu quero ficar só, ficar aqui [ênfase], ouvir música, sabe, ver televisão, mesmo que seja bobagem, só pra não pensar em nada, dormir na minha rede. Sabe aquela hora que você procura algum canto que você se sente acolhida, se refaz? Então, em nenhum momento eu sinto solidão. Não sei se é esta base [a experiência monástica] que me possibilitou isso ou se é porque eu estou muito cercada de pessoas e não me faz pensar que eu sou uma pessoa só. Eu estou cercada pela minha família, meus amigos (Salomé).

Como uma estética da existência, resultante de um trabalho sobre si mesmo, a solidão e o silêncio representam a possibilidade de pensar o estar só e o estar conectado sem dissociação, estabelecendo um sentido de prioridade a cada uma dessas possibilidades. Alston (1993:101) atribui ao encontro com o feminismo a oportunidade de compreender o “si mesmo” em conexão com outras mulheres e de ter levado a sério a máxima de Virginia Woolf (renda e um espaço para si) para encontrar uma via própria e autônoma rumo a si mesma e não ser tratada como eterna ajudante (*helpmate*). Segundo a autora, ser feminista a ensinou a apreciar uma estética da solidão, como uma possibilidade de conexão consigo mesma e com as várias identidades sociais construídas ao longo de sua vida:

¹⁷¹ Aqui, vale notar a importância da palavra “antídoto”, porque presume que a solidão seja uma patologia. No *Dicionário Aurélio* (1986:1607) o verbete traz os seguintes significados: 1) estado de quem se encontra ou vive só; isolamento. 2) lugar ermo e despovoado; 3) situação ou sensação de quem vive isolado numa comunidade; solidão a dois: estado de casados ou amantes que, embora vivam juntos, dir-se-ia viverem sós, por não haver entre eles nenhum entendimento.

Eu sou uma pessoa solitária. Eu vivo sozinha, com isso não quero simplesmente dizer que moro sozinha (apesar de morar), mas que meus dias não estão marcados, no principal, pela presença de outras vozes. Nem quer dizer que sou uma misantropa ou uma pessoa reclusa, esquecida e sem amigos. Tenho muitos amigos, em todos os sentidos possíveis do termo. (...) Então, dizer que vivo só conota uma série de escolhas na vida que possuem significado para além das manifestações cotidianas de estar fisicamente sozinha ou não. Quero dizer que minhas obrigações sociais e morais para com os outros emergem no contexto de uma relação anterior e muito significativa comigo mesma- contexto e trabalho que eu levo a sério todos os dias. Penso que este exame – este trabalho, se preferir – é menos psicológico ou místico que estético.

Os termos de Alston evocam o sentido foucaultiano de estética da existência: “nenhuma técnica, nenhuma habilidade profissional pode ser adquirida sem exercício, nem pode a arte da existência, a *tekne tou biou* ser aprendida sem uma *áskesis*, que poderia ser entendida como um treino de si por si mesmo” (Foucault, 1997a:208). A aprendizagem de estar consigo mesma e com os outros define uma relação de conectividade em algumas narrativas, recriando, de algum modo, a estética barthesiana do equilíbrio entre aproximação e distância, discutida no capítulo 3.

Eu tenho essa coisa de andar sozinha, que eu preciso ficar comigo, tem gente que não gosta, né. Então isso me facilita muito a questão de poder viver só também. Porque quando você não consegue estar em quatro paredes, ir para casa só para dormir é complicado, né? Eu gosto de vir para a minha casa, gosto de ouvir músicas, de mexer na casa. Eu sou uma pessoa caseira e andarilha ao mesmo tempo (Évora).

Engraçado, no *Sex and the city*, a mulher tava morando com outra pessoa e ela diz “me dá duas horas sem falar nada”. Eu nunca ia morar num apartamento quarto-sala com outra pessoa, porque eu vou ficar muito confinada. Mesmo quando eu saio à noite, eu tenho que chegar em casa e ficar um pouco comigo, sabe? Ficar um pouco na minha cama, vendo um pouco de televisão, não tenho vontade de ficar na virada conversando (Meire).

Por outro lado, o temor em relação à solidão se projeta no futuro, quando algumas entrevistadas explicam o medo de não ter alguém para os momentos de maior vulnerabilidade associados ao envelhecimento. No “senso comum”, acredita-se que os filhos sejam o investimento para assegurar uma velhice tranquila. Como apontam Gordon (1994) e Simpson (2005), em diversas sociedades, a filiação cumpre o papel de reservar o cuidado dos mais velhos no futuro, numa função fortemente marcada por gênero. Esta

noção também é afetada com o crescimento do número de pessoas “sós” e com a pluralidade dos estilos de vida, acessando noções alternativas sobre o cuidado na velhice:

Porque eu vejo a minha avó, coitada, ela tem noventa anos, já não sai de casa sozinha porque ela tem reumatismo muito forte, então, ela é muito olhada pelos filhos. Ela tem filhos, eu não! Ce entende a minha preocupação? (...) Tem uns garotos amigos, solteiros, que a gente fala que vai fazer um asilo de amigos, nós vamos gerenciar nossa vida com as nossas aposentadorias e viver bem, é uma idéia. Eu tenho medo de não poder cuidar de mim, de ficar doente a ponto de não poder cuidar de mim, isso eu tenho medo (Laura).

(...) As pessoas perguntam “você não vai sentir falta de ter filhos, quem vai cuidar de você?” Sabe, eu não me preocupo com quem vai cuidar de mim, eu acho que quem tem que cuidar de mim sou eu mesma! [risos] (Salomé).

Minhas irmãs dizem que eu tenho que adotar uma criança, e agora desistiram, já aceitam a minha posição. Eu acho que não é assim, querer um filho, no caso, pra preencher alguma coisa, não é por aí, né? Tem pessoas que dizem assim “quem vai cuidar de você na velhice?” como se o filho fosse obrigado a cuidar de um velho... Quantos velhos ficam sozinhos porque o filho mora longe ou nem tem condições (Tália).

Esta visão, que obviamente encobre realidades muito diversas, experimenta mudanças importantes a partir das narrativas de mulheres que moram sozinhas e que não planejam ter filhos.

Ter e não ter filhos

É improvável que a recusa, o adiamento ou a não realização da maternidade de algumas “solteiras” contemporâneas se associe às noções proclamadas por feministas radicais dos anos 60/70, que consideravam a reprodução biológica uma das faces da dominação masculina. Em que pese a utopia de Firestone (1976), ao propor que a maternidade se realizasse fora do corpo da mulher – antecipando as discussões mais recentes da reprodução tecnológica –, o maior apelo do feminismo era justamente a liberdade de escolher ter ou não filhos e pela compreensão da maternidade como construção social e não como destino biológico inevitável. Por esta via, muitas mulheres entraram na luta pelo direito à contracepção, à liberdade sexual e ao aborto.¹⁷² As

¹⁷² Em “A maternidade e o feminismo”, Lucila Scavone (2001:142) chama a tenção para a existência de uma linha feminista diferencialista, que atribui à maternidade uma fonte de poder feminino. Essa abordagem se ancora nas teorias lacanianas e é desenvolvida, sobretudo, por feministas francesas. Segundo a autora, a perspectiva de gênero permitiu abordar a maternidade em suas múltiplas facetas simbólicas: realização,

“solteiras” que se engajam em relações heterossexuais podem, atualmente com relativa segurança, escolher entre vários métodos contraceptivos, recorrer ao aborto com proteção legal em muitos países (não no Brasil), além de contar com um arsenal de tecnologias reprodutivas que virtualmente separam sexo de reprodução (Ramirez-Gálvez, 2003).¹⁷³

A maternidade se configura de modos diferentes em termos simbólicos para cada entrevistada. De modo geral, o grupo apresenta nuances que permitem distinguir três situações: 1) as que já pensaram no assunto, viveram momentos de hesitação ou até mesmo engravidaram e, por algum motivo – idade, característica individual ou da relação naquele momento, etc. –, decidiram não ter filhos e nem planejam adoções. Neste grupo, algumas encontraram formas de realização “maternal” fora da maternidade biológica; 2) as que têm, mesmo com hesitações e ponderações, projetos futuros de maternidade – biológica ou por adoção; 3) as que nunca pensaram e, sob qualquer hipótese, não querem ser mães.¹⁷⁴

Mais que o desejo de querer ou não ser mãe, os momentos de inquietação com a maternidade, por volta dos trinta anos, são pautados pela dúvida sobre a idade limite para tomar uma decisão final e a escolha de ter ou não ter filhos é mediada por contingências diversas. A imagem idealizada da mãe como símbolo do eterno feminino tem sido reavivada continuamente nos diferentes âmbitos de produção de idéias. Essa imagem social internalizada (*habitus*) pressiona as mulheres na direção de sua realização, como sugere o relato de Cândida (36), que atualmente só se relaciona sexualmente com mulheres:

opressão e poder. Sobre maternidade como um *ethos* diferenciador entre masculino e feminino e como produtora de um modo diferente de perceber o mundo, ver Elsthein (1995), Nancy Chodorow (1979) Carol Gilligan (1982), entre outros. Para uma leitura crítica dessa corrente teórica no feminismo cf. Stacey (1986), Dietz (1999), Barret e McIntosh (1991).

¹⁷³ Martha Ramirez-Gálvez (2003) analisa como as novas tecnologias reprodutivas colocam uma problemática nova para as teorias de gênero que criticam a matriz heterossexual reprodutiva expressa na exigência de coerência entre sexo-gênero-desejo-orientação sexual-reprodução. Segundo a autora, as NTR favorecem a emergência de novas perspectivas face ao parentesco, na medida em que permitem separar reprodução de sexo.

¹⁷⁴ Em cada grupo encontram-se quatro entrevistadas. No grupo das que querem engravidar, apenas uma tem mais de 40 anos. Das que já passaram dos 45, nenhuma falou da possibilidade de adoção, ou seja, a maternidade não é cogitada.

Eu já me preocupei, quando tava perto dos 30, eu tive a história da maternidade (...), porque o jeito meu de cuidar, de ser afetuosa, esse lado as pessoas associam com o maternal, então eu sou muito cuidadora, assim amiga, de colo, de ofertar colo e sempre tive ótimas relações com criança na minha família, como sou a filha mais velha pelo lado da minha mãe, então meus priminhos são muito mais novos e rolava muito essa história de cuidadora. Então, eu sempre tive uma história de que eu ia ser mãe, que era uma coisa que eu queria viver, então com 30 anos eu balancei (Cândida).

Situações envolvendo parceiros que tiveram filhos em outras relações – formais e informais – são comuns nos novos arranjos familiares da contemporaneidade. Évora, que se relaciona de maneira estável com um parceiro que já têm filhos de dois outros relacionamentos, argumenta que, quando conversaram a respeito de filhos, se sentiu num impasse, pois desejava ser mãe, mas não se sentia segura do ponto de vista biológico por causa da idade. Suas convicções falaram mais alto, entre a dúvida e o desejo, sua atitude mostra uma decisão tomada com autonomia, sem excluir a mediação do outro:

Ele queria ter um filho comigo, e eu não queria ter porque eu já tinha quarenta anos eu não sou partidária do aborto, mas se eu tivesse um filho excepcional isso pra mim ia ser o fim. Aí aquilo me angustiava e ele falava que queria, que ele era um bom pai, que eu sabia que ele era pai, independente se morasse ou não aqui ia saber cuidar da criança. Hoje eu me arrependo e não me arrependo de não ter tido esse filho. Ele pesquisava na Internet que tinha uma pílula assim que você tomava e acabava com os óvulos ruins e me entregava aquilo no convencimento que tinha que ter um filho, ele falava “a Silvia Popovic teve filho com quarenta e cinco anos”, eu falei “não me interessa a Silvia Popovic, entendeu? Você tem mania de casar com as mulheres, ficar com as mulheres e ter um filho, isso é até uma coisa machista” (Évora).

Para Jussara, a maternidade representa a reposição daquilo que ela não teve: um pai, uma mãe vivendo juntos e criando seus filhos: “eu acho que filho precisa das duas figuras, porque eu senti falta das duas. Se eu não casar, vou adotar, mas não sei se faria isso sem um parceiro”. De modo semelhante, o desejo de Meire está vinculado à existência de uma família percebida como tradicional:

Adoro criança (...) Não quero produção independente, ter filho seria casada, não só um filho, queria ter uma família enorme, quatro filhos brigando na mesa... Só se fosse casada e [o filho] querido, se fosse apaixonada por um homem que eu quisesse casar com ele num casamento tradicional. Casamento que eu falo é juntado ou... Acho que se tiver que acontecer... Não fico planejando como seria... Eu sou uma pessoa que adora criança, me encanta criança, qualquer coisa de criança,

mas, não sei. Uma coisa é, não queria produção independente, mas não é por questões preconceituosas, da sociedade... Eu queria filho numa família, entre aspas, normal, que tem uma mãe presente, no sentido de não trabalhar tanto. Se eu tiver um filho eu vou trabalhar mais ainda.

Segundo Gordon (1984:1) “a norma heterossexual presume o par no contexto do amor romântico, do casamento e da maternidade” e essas noções, inculcadas desde muito cedo nas mulheres, são atravessadas por idéias de amor, instinto maternal e dependência masculina, como salienta Rich (1980). Mulheres que não desejam ter filhos costumam ser chamadas de egoístas, que só pensam em si mesmas. No espaço de duas gerações – as “solteiras” atuais e seus pais/mães –, algumas entrevistadas apontam para diferenças no modo de perceber a maternidade/paternidade, influenciando a decisão de ter filhos:

Eu vejo meus pais, eles lutaram tanto, ninguém pensa em ter quatro filhos igual meu pai e minha mãe tiveram. Hoje eu penso que eles podiam ter pensado um pouco mais neles, só pensaram nos filhos. (...) Eu não quero isso prá mim, pros meus filhos, não quero, de jeito nenhum essa carga de responsabilidade. Meu medo de ter filho, talvez seja esse, de ter que doar tanto, eu não quero isso, eu acho que eu sou um pouco egoísta pra ter filho, hoje. Acho que tem que pensar bastante antes de ter filho, principalmente no meu caso (Sarah).

Ao trazerem para o centro de suas reflexões o modelo familiar, Meire e Sarah realizam um corte geracional. Entretanto, vale notar que as restrições ao casamento e as críticas ao modelo considerado opressivo não se repetem nas noções acerca da família, algo semelhante também é descrito por Gordon (1994). Em que pese o registro de queixas, conflitos e tumultos, a família nuclear é alvo de maior condescendência e o modelo em si jamais é criticado. Nesse sentido, não há conexão entre a crítica que se faz ao casamento “tradicional” e as queixas provocadas pelas relações familiares no modelo de família percebido como dominante na sociedade.

Segundo Barret e MacIntosh (1991), expectativas de afeto, cuidado e intimidade – necessidades humanas que precisam, e devem, ser satisfeitas – se encontram ou se projetam na família, mas não deveriam ficar aí circunscritas. O caráter sagrado, pré, ou mesmo anti-social e sua aparente universalidade tornam a família uma instituição preservada, como o “último refúgio num mundo sem coração”, como define Christopher Lasch (1991). Foucault (1997f) e Barret e MacIntosh (1991) oferecem uma crítica contundente ao “familismo” presente nas teorias sociais, mas divergem quanto a necessidade de um

programa político orientado para mudanças. Para Foucault (1997f:137) é preciso “inventar” – e não descobrir – novas formas de vida que preencham os espaços vazios da empobrecida realidade existente, sem que para isso seja necessário propor alguma ação programática alternativa, alegando que tão logo um programa é formulado, ele se torna lei – “a proibição contra a invenção” (Id., ib.:139). Barret e MacIntosh, sob uma perspectiva socialista, propõem alguns princípios de luta que teriam como objetivo encorajar a diversidade, os estilos de vida “alternativos”, fora dos limites estritos do individualismo. Para as autoras, o casamento é uma instituição opressiva tanto para casados quanto para não casados, na medida em que tende a circunscrever o casal na díade doméstica. Os princípios de luta recomendam que ninguém jamais mantenha uma mulher na posição de dona-de-casa; deve-se ter precaução contra a domesticidade; fortalecendo o coletivo: “quanto mais forte é o coletivo, quanto mais próximos são os laços entre os membros de uma comunidade, menor é a necessidade de escapar da solidão no casamento” (Barret e MacIntosh, 1991:140-143). As autoras não propõem a substituição da família, mas mudanças na sociedade para que a família se transforme em algo diferente, não anti-social.

Reitero que casamento, reprodução e maternidade – temas muito relevantes para o feminismo da segunda onda – abriram a esfera privada e a família a uma análise política, desafiando as modernas concepções de família. Feministas radicais colocaram o casamento sob rigoroso escrutínio e a liberdade de escolha afetiva e sexual foi afirmada como um direito.¹⁷⁵ Desde o início, as feministas (liberais, radicais e marxistas) pensavam a família como uma construção ideológica e o papel de esposa e mãe como socialmente construídos. Entretanto, segundo Simpson, essas teorizações não questionaram a universalidade da família nuclear e, seguindo a lógica do casal provedor/cuidadora como universal, desconsideraram a diversidade de parentesco e arranjos de sexualidade e classe. Ainda segundo a autora, temas como o lesbianismo e as mães “solteiras” receberam atenção, mas “faltaram teorizações especificamente dirigidas ao estatuto marital, àquelas que nunca se casaram, mas que não eram nem lésbicas nem mães” (Simpson, 2005:27).

¹⁷⁵ Para uma recuperação da ênfase colocada pelas feministas radicais na instituição do casamento, ver Alix Kates Shulman, 1980. A autora analisa a correspondência que as relações heterossexuais (o coito) tinham com a instituição do casamento, fato que levava algumas organizações feministas a limitar inclusive o número de participantes que mantinham relações com homens.

Holden (2002), em outro exemplo da ausência de um lugar no social para as “solteiras”, ilustra o caso das “viúvas imaginárias” na Inglaterra do pós-guerra. Jovens que perderam seus namorados, maridos potenciais, nas duas guerras mundiais – denominadas “viúvas” – despertaram sentimentos de piedade na sociedade. A autora assinala a criação de uma instituição de benefícios sociais para essas “viúvas” – fato contestado pelas principais organizações feministas da época. A sociedade parece ter encontrado uma alternativa compensatória à “falta”, encorajando essas “solteiras” a buscar substitutos para sua condição de mulher só através da “maternidade social” – cuidar de idosos e crianças, ser professora ou enfermeira. De certo modo, alguma forma de “compensação” é perceptível nas narrativas daquelas que declaram realizar uma maternidade parcial ou cuidar de sobrinhos:

Eu ajudei muito na criação dos meus sobrinhos, assim, não na educação, na criação mesmo, quando eles eram pequeninhos. Minhas irmãs trabalhando..., foi bom pra mim, foi bom pra eles, eu tive essa vivência com crianças que é muito bom, é um lado positivo de ser sozinha porque não tinha os meus, não tinha marido, aí eu podia estar disponível. Agora eles são rapazes, já são formados, o mais novo está com vinte e três anos. (...) Tenho afilhados dentre os sobrinhos e fora, também. Tinha até apelido de madrinha na família, com a mania de me chamarem para madrinha [risos] (Tália).

Formas alternativas de maternidade foram consideradas utopias nas formulações teóricas de feministas da segunda onda. A educação socializada, repartida coletivamente, fazia parte das discussões acerca da transformação no modelo de família (Durhan, 1983). Atualmente, os estudos sobre o cuidado com as crianças em famílias – por exemplo, o papel das avós como mães pela segunda vez – não abordam a noção da “tia”, agora encarnada em uma mulher independente, que mora sozinha e que se sente realizada com a “maternidade parcial”:

Eu já tive sonho na faixa dos 20, 25 anos de ter filhos, mas hoje não é um sonho meu ter filhos, passou. Acho que não dou conta, acho que tem que ter muita responsabilidade, eu não daria conta..., educar uma criança, acho que criaria uma pessoa mandona, cheia de manhas, sabe. A minha afilhada quando eu encontro com ela, ponho todas as manhas nela, eu acho que eu criaria uma criança assim, protegida demais, [sinto falta], mas, tenho o suficiente. Tenho uma sobrinha, sobrinha-neta, que tá com oito anos e que está dentro da minha casa [a outra casa, no interior], que ajudo a cuidar. Os filhos desta minha amiga, minha afilhada, os dois outros meninos, a filha de uma amiga minha também que tem um enjão

comigo..., então esse criar à meia, temporariamente, o filho do outro, me satisfaz.

Eu falo assim, eu nasci para ser TIA, EU SOU TIA! Tia dos meus sobrinhos, da cachorrinha [*que pertence à irmã*]...Gosto deste papel de tia, é uma opção! [risos]. Para mim é suficiente (Tália).

As mudanças no padrão reprodutivo, discutidas no capítulo 1, facilitaram as explicações em torno da recusa à procriação. No entanto, a soma de fatores culturais, que associam o feminino à maternidade, pode pressionar as que elegem não ter filho. Camila (43) oferece uma posição mais “radical”:

Sempre tive uma cautela muito grande com isso. Primeiro, porque isso é até uma coisa interessante, porque eu nunca, apesar de ser apaixonada por criança, me envolver com a área de criança e adolescente, eu nunca tive em mim, desejo de maternidade. Sabe, isso é uma coisa que eu nunca, nunca foi algo presente em mim, então eu tinha um cuidado muito grande, sempre tive muito medo de engravidar, de não querer mesmo. Não é medo de ficar grávida, é de não querer mesmo ter um filho (...) Meus pais amariam ter um neto sabe? É até engraçado que nesse aspecto, até de chegar assim, de dizer [a mãe]: “Não, olha, tá tudo bem, você não tá aí desejando casar, não tem problema, mas arranja um neto pra mim” (*risos*), eu até acho que é em função da continuidade da família, da vontade de ter uma criança mesmo, sei lá o que, então, tipo assim [a mãe]: “se você não quer criar, deixa aqui que a gente cria” [Risos]. Muitas pessoas acham isso estranhíssimo. Aliás, é até engraçado, porque também tive algumas amigas que por questão de saúde mesmo, de ter aparecido mioma, uma série de problemas que tiveram que retirar o útero e isso foi algo assim tão sofrido pra elas, no sentido de dizer “meu deus, mas e aí, eu não mais vou poder ser mãe”..., e eu até fiquei assim, falei “meu deus, isso não acontece comigo”... Eu não tenho isso, se eu falar que tenho eu to mentido (...) Mas eu não funciono desse jeito, não é algo que seja importante, prioritário, que me mobilize. E até hoje tenho me dado muito bem com isso, assim, sem me descabelar, ou sem ceder a isso. Quando minha mãe me veio com essa proposta, eu falei “que é isso? tá louca, me achando o quê, uma reprodutora?”.

Camila reporta a uma noção importante associada ao corpo, afirmando, em certo sentido, que ser mulher não é igual a ter um útero, reafirmando, assim, a contestação feminista de que anatomia não é destino. Embora a psicanálise tenha uma teoria para o corpo e a sexualidade e ferramentas teóricas poderosas para compreender o desenvolvimento social do indivíduo, para Hird (2003), mulheres sem filhos permanecem, em larga medida, um tema pouco investigado em algumas teorizações freudianas, que consideram a reprodução sexual e a maternidade uma marca fundamental da identidade de

gênero. Do ponto de vista feminista, essa marca pode patologizar a mulher sem filhos, como uma “falha”, ao não conformar-se ao imperativo da reprodução sexual. Ainda segundo Hird, na literatura contemporânea, inclusive feminista, prevalece a associação entre mulheres sem filhos e carreira profissional, de um lado, sugerindo que, ao privilegiarem suas carreiras, elas agem como homens, de outro, explicitando a relação naturalizada entre reprodução sexual e feminilidade. Ao criticar as noções de corpo como pré-social e a noção de diferença ontológica entre os sexos, a autora argumenta que “os corpos são constituídos através de discursos social, cultural e político. Nesta perspectiva, o corpo é sempre histórico, mutável, com todas as configurações possíveis de poder e significação” (Hird, 2003:7).

As considerações de Hird ecoam em algumas perspectivas sócio-antropológicas que pressupõem a idéia de casamento e da reprodução como símbolo de entrada no mundo adulto. Assim, como discutido no capítulo 1, mulheres sem filhos são percebidas como seres, além de “anormais”, também infantilizados, sem estatuto próprio no seu grupo social. Evoco, aqui, análise de Lévi-Strauss (1980:19-20) sobre o solteiro, em alguns povos, considerado apenas meio ser humano. O autor imputa essa “meia humanidade” ao fato de, ao não se casar, estar impedido de gozar dos benefícios de uma esposa pela divisão sexual do trabalho, afirmando que, fora do matrimônio, um solteiro não poderia sobreviver. Casais sem filhos também são percebidos em posições de baixo *status*, mas o solteiro é um pária que desperta no grupo sentimentos da “mais autêntica repulsa”.¹⁷⁶ As mulheres “solteiras” e sem filhos são inexistentes nesta abordagem da família e do parentesco. Caso existissem, e Lévi-Strauss as tivesse notado, seriam percebidas como menos que meio ser humano?

As percepções sobre pessoas “solteiras” e sem filhos também são históricas, particulares e contingentes. Como ressalta Fonseca (1989:118), “hoje, o modo de vida das mulheres ‘solteiras’ tem pouco em comum com as solteironas de outrora”, no entanto, boa parte dos estereótipos permanece. Se, atualmente, a liberdade sexual livrou as mulheres do estereótipo de frustradas pela falta de sexo, é necessário “redefinir o alvo do desprezo”. Citando o comentário de um amigo solteirão, a autora diz que hoje existem as “virgens de crianças”, ou seja, não basta ter relações sexuais, é preciso ser mãe e “a ideologia sobre a

¹⁷⁶ A expressão aparece, também, em *O Segundo Sexo*, na análise de Simone de Beauvoir (1980:167) sobre a condição da celibatária em outras sociedades: “o celibato – salvo em casos excepcionais em que se reveste de caráter sagrado – abaixa-se ao nível do parasita e do pária”.

natureza feminina está viva entre nós, sempre à espera de desviantes que possam perturbar os estereótipos vigentes”.

Apesar das mudanças que permitiram às “mulheres independentes” sem filhos uma existência menos carregada de preconceitos, o ditado “mulher sem homem é mulher sem nome”¹⁷⁷, se já não impera inequívoco, ainda ecoa no imaginário de muitos, atualizado pela não realização do “destino de mulher” (a maternidade), como lembra Madalena, “porque a gente pensa que tá no fim da linha, tem horas que as pessoas cobram de você ‘40 anos, não casou, não tem filhos, vai fazer o quê?’”. Entretanto, como lembra Alda Brito da Motta (1999), o recurso da comparação entre as gerações permite olhar para o futuro com o otimismo próprio de uma geração que herdou as conquistas de gerações passadas. Com base naquilo que já existe, é possível ter autodeterminação para projetar um futuro:

Eu tenho lido muito é que a gente sempre começa a melhorar depois dos quarenta, eu vejo as coisas começarem depois dos quarenta, antigamente não, aos quarenta na nossa época era o que? A mulher já era avó, e eu vejo hoje em dia que com quarenta anos você tá renascendo pra uma nova vida, ce ta começando de novo, ou ta montando um projeto. Eu li um livro da Lya Luft e ela começou aos quarenta e cinco, então eu tenho mais quatro anos da minha vida pra batalhar as minhas coisas (Madalena).¹⁷⁸

Hoje, eu me vejo assim, uma pessoa madura, eu sempre soube o que eu quis tá, mas eu sabia com medo e hoje em dia eu acho que não tenho tantos medos assim (Évora).

A confiança de Madalena em (re)começar aos 40 anos pode ser lida como a crença de que “estará na infância de uma nova vida” (Sheehy *apud* Goldani, 1999b:75), período no qual é possível perceber – como faz Évora – os ganhos da maturidade, mostrando que a noção de vida adulta ou de mulher madura pode não coincidir com os predicativos de infantilização de algumas teorias sociais, sobretudo psicológicas, acerca da mulher que não se casa e não tem filhos.

¹⁷⁷ Ditado popular *apud* Amorim (1992:167)

¹⁷⁸ É interessante notar a semelhança do trecho narrado por Madalena e o selecionado por Debert (2003:150): “[Uma voz masculina tendo como pano de fundo a imagem de duas celebridades um sambista e uma poetisa diz] O sambista Cartola gravou o seu primeiro disco aos 66 anos. A poetisa Cora Coralina começou a publicar as suas poesias aos 88 anos. Eu tenho 68, nunca fui ator e estou aqui gravando o meu primeiro comercial. Se você acha que está velho demais para fazer certas coisas, faça outras. Locutor: Se você tem mais de 65 anos, vacine-se contra a gripe e o tétano. Você tem muito que fazer ainda. Velho é o seu preconceito”.

Voltar aos velhos tempos?

Numa sociedade marcada por relações de poder que se sobrepõem – econômico, familiar, sexual, de gênero –, as mulheres “sós”, aparentemente, não se distinguem de outras mulheres igualmente escolarizadas e profissionais, exceto pelo estatuto conjugal, ter ou não um par e não serem mães em sentido estrito. No entanto, em muitos sentidos, elas são “diferentes”, pois suas escolhas e decisões no curso da vida apontam para dimensões tratadas com ambigüidade pela sociedade – gosto pela independência, sentir-se livre, o “si mesmo” como projeto. Se as percepções sobre o casamento funcionam como estratégia explicativa para a “condição” das mulheres “sós”, ao opor suas escolhas às expectativas sociais, discutidas no capítulo anterior, a família nuclear organizada exatamente nos moldes do casamento, que elas tanto criticam, parece funcionar como lugar simbólico da normalidade.

Colocar esses modos de vida em relação permite dissociar imagens essencializadas que operam por oposição e contraste valorativo. A literatura mais recente (Queiroz, 2003, Alborch, 2002) vem tentando mostrar que as “solteiras” que moram sozinhas desfrutam de alegrias e dissabores como todo ser humano. Entretanto, o realce das positivities do morar só parece apenas possível pela oposição ao casamento e/ou à maternidade. Como em todo binarismo que opera por oposição, os pólos acabam por englobar diferenças que lhe são constitutivas. Assim, colocar as “solteiras” em oposição às casadas, ambas as polaridades se tornam homogêneas: as “novas solteiras” desfrutam independência, liberdade e autonomia, enquanto as casadas são subordinadas e dependentes. Conhecer e problematizar esses dois universos e retirá-los de suas essencializações parece um bom começo. Como afirmam Beck e Beck-Gernsheim (1995:07):

Casamento tradicional e família não representam restrição, nem a vida individual moderna significa liberdade. Simplesmente, uma mistura contendo ambos, restrição e liberdade, está sendo substituída por outra, que parece mais moderna e atraente.

Apostar na utopia da igualdade e nos relacionamentos baseados em equivalências sem considerá-la desprovida de beleza também pode ser um caminho mais estimulante e melhor do que olhar com saudade o que ficou no passado na tentativa de recuperá-lo para não correr os riscos de um futuro incerto. Beck e Beck-Gernsheim (Id., ib., grifos dos

autores) ressaltam que, ante os desafios colocados por nosso tempo, virtualmente, ninguém deseja voltar atrás aos “velhos bons tempos” (*the old good days*), a não ser alguns homens que querem “atrasar os relógios, mas não para eles, *apenas para as mulheres*”.

Embora otimista demais na declaração de interesse de igualdade entre os sexos, é inspirador o comentário de Zeildin (1994:244):

Buscar empatia é a nova recompensa da intimidade. Um atalho para essas aspirações foi aberto pela primeira vez na história, agora que os dois sexos tentam compreender um ao outro numa base de igualdade, como nunca tinham feito antes. É um erro, portanto, afirmar que o mundo perdeu o senso de determinação, que jamais o reaverá e que não há para onde ir a não ser para trás. Uma aventura nova começou, ainda que sobrevivam hábitos antigos.

No entanto, conclui o autor: “a arte do encontro está apenas na infância” (Id., ib.:410). Mesmo ante uma mudança radical nas convenções de gênero, e a conseqüente modificação nos padrões de relacionamento homem-mulher em bases mais igualitárias – o que quer que isso possa significar nos detalhes (Beck, 1995) –, ainda restariam mulheres – e também homens – não heterossexuais, ou não predominantemente heterossexuais, e pessoas para as quais as relações afetivas e/ou sexuais não constituem prioridade em nenhuma modalidade de relacionamento.

Morar só – de modo constante ou transitório – é uma forma de vida, entre outras, aquela que mais se adequa a um perfil específico de pessoas num dado contexto da modernidade. Nesse sentido, não creio que as mulheres “sós” contemporâneas sejam o exemplo das “novas mulheres”, mas suas existências contribuem para ampliar as dimensões do viver em sociedade e rever as expectativas de gênero e das diferentes formas de viver a vida no presente, abrindo outras possibilidades de vislumbrar o futuro. Tampouco, a imagem da “mulher só” é mera ressonância da mulher condenada ao julgamento social por sua independência, tendo a solidão como punição. Algumas mulheres parecem ter encontrado uma forma de reinterpretar a solidão, conferindo-lhe um sentido de necessidade e de direito ao tempo para si. A solidão, nestes casos, não as condena ao isolamento social, antes, permite equacionar a delicada tensão entre distanciamento e aproximação nos diversos níveis de relacionamentos que passam por, ficam em, suas vidas cotidianas.

Considerações Finais

Digo tudo isso sem amargura, simplesmente para lembrar aos que quiserem escutar que a preocupação dominante, ainda hoje, não é a igualdade entre sexos (...) Para lembrar que voltas ao passado são sempre possíveis, que nada está ganho e que a vigilância em relação ao futuro é imprescindível.

Françoise Heritier, 2004

A “solteirice” tem marcado a existência de mulheres em diferentes épocas e lugares, exceto em contextos específicos – associados às práticas ascéticas, religiosas e missionárias ou, ainda, das contingências que resultam em perdas (viúvas, órfãs, etc.) e de culturas que possuem “estratégias matrimoniais” específicas que envolvem o celibato de certos indivíduos para cuidar dos pais ou outros parentes. A “solteirice” tem sido recorrentemente representada como uma falta essencial, uma anomalia social, jamais um caminho, entre outros, escolhido ou como parte contingencial de um projeto de vida que pode ser vivido positivamente. Nesta tese, tentei demonstrar que a noção contemporânea de “mulher só” nas “sociedades ocidentais” possui dimensões que a diferencia de outras “solteiras” do passado e, ao mesmo tempo, a reitera. Sob a lógica do “familismo”, que pressupõe o par e o casamento como lugares privilegiados de saúde e felicidade, na maioria das vezes, a mulher “só” é percebida como solitária e infeliz, frustrada e insatisfeita, e sua existência é medida e avaliada segundo a perspectiva da mulher casada ou que possui um par masculino.

Nos estudos de população e na mídia, as noções mais proeminentes que atravessam a teoria social e, em menor escala, alguns estudos feministas, estão associadas à idéia de “falta”, cristalizada na noção de solidão. Nos estudos de população, a solidão é efeito de uma diferença culturalmente produzida e materializada na desproporção sexo/idade no “mercado matrimonial” – homens adultos de todas as idades se casam com, ou se unem a, mulheres mais jovens. Na mídia, até certo ponto, a solidão é tolerável, desde que transitória, como marca temporal de uma experiência de vida na qual se vive em liberdade. Mídia e Demografia apresentam confluências nas análises sobre a necessidade de alguma forma de intervenção externa para favorecer o encontro do par/marido, chegando mesmo a fazer sugestões explícitas. Ambas convergem, também, na forma de analisar o morar só enquanto uma expressão do individualismo que se acentua nessa fase da modernidade, aspecto reforçado por vozes de intelectuais das ciências sociais e das áreas “psi”.

Nesta tese, tais noções foram problematizadas, desafiadas ou contestadas ao longo das discussões travadas entre noções oriundas da literatura e das narrativas de mulheres de camadas médias, sem filhos, que moram sozinhas. Se o individualismo for compreendido como uma busca orientada prioritariamente para si mesmo e não como atomização social, auto-centramento ou isolamento, esta noção encontra ressonância nas narrativas das mulheres “sós” entrevistadas. Ao lado de um processo de individualização – por exemplo, a idéia de um projeto focado prioritariamente na carreira, que as levam à decisão de morar sozinhas, a princípio por contingência, depois por adaptação e, finalmente, prazer –, elas mantêm sólidas relações amorosas, sexuais, de amizade e familiares.

No conjunto do material aparecem idéias muito próximas ao ideário feminista no que concerne à autonomia sexual, à independência financeira e à liberdade de ir e vir. Contudo, predominam noções que reafirmam expectativas distintas de comportamentos de homens e mulheres, ora reafirmando velhos estereótipos, ora idealizando novas masculinidades e feminilidades. Essas expectativas, diferenciadas por gênero, aparecem de modo mais ambíguo no material da mídia e nas narrativas, uma vez que, para os estudos de população, as diferenças de gênero, resultantes das transformações sociais das últimas décadas, criam um *gender gap* que desfavorece as mulheres no mercado afetivo/matrimonial. Esse mesmo *gender gap* não é tomado em sentido estritamente negativo nem pela mídia, nem pelas mulheres entrevistadas, que aplaudem determinadas conquistas – independência econômica, liberdade sexual –, mas lamentam outras – falta de “cavalheirismo” dos homens, excesso de responsabilidades que pesam sobre as mulheres.

As narrativas e as trajetórias permitem conhecer regularidades e diversidade nos seus estilos de vida, mostrando elementos que tanto a mídia quanto os estudos de população têm deixado de fora sistematicamente. A perspectiva situada destas mulheres mostra uma variedade substancial nos modos/estilos de vida adotados, suas experiências amorosas e sexuais e projetos para o futuro. Em comum, elas têm a realização profissional, sendo o trabalho uma noção que atravessa todas as narrativas, as redes de amizade e a curiosidade intelectual. Em que pese a perspectiva “familista” de parte das entrevistadas que desejariam ser mães algum dia, a maternidade é uma noção que apresenta nuances diferenciadas, não apenas em função da idade/geração, mas de outras contingências. O par, a união, a coabitação, muitas vezes traduzida em termos êmicos como “casamento”, está no horizonte

de algumas delas, variando conforme os contextos e as diferentes ordenações da sexualidade. Morar só não é percebido como ser “solitária”, ao modo como a noção é construída pela Demografia e, em menor escala, pela mídia. Noções do ideário feminista são recorrentes, mas não são assim nomeadas e não possuem “descendência direta” do feminismo – raramente mencionado –, mas aparecem como “ecos” deste ideário.

Apesar da Demografia indicar as limitações no mercado matrimonial a partir dos 30 anos e considerar a solidão uma “fatalidade”, a “pirâmide da solidão” foi desencadeada a partir da observação de mulheres mais velhas com mais de 50 anos. Contra a imagem de “solitária”, uma parcela da mídia criou a figura da mulher executiva, liberada e auto-suficiente, que presumivelmente não “sofre” de solidão ou dela escapa, refugiando-se no trabalho e no consumo. Supondo que as duas condições existam empiricamente e figurem como dois extremos, ainda assim, no intervalo de um e outro, existem inúmeras combinações – as doze mulheres “sós” deste estudo constituem apenas uma amostra. As noções de mulher solitária, infeliz, e “auto-suficiente” são contrastadas pela noção de solidão desejada, planejada e tornada condição da existência, uma necessidade e uma estética para o si mesmo, que independe da idade ou da orientação sexual e coexiste com as relações de amizade.

Da mesma forma, a estabilidade ou transitoriedade do morar só nos “itinerários domésticos” podem ser desafiadas, uma vez que em determinadas situações algumas mulheres estão morando “sozinhas” há mais de 10 anos, o que certamente ultrapassa a duração de muitos casamentos nessa etapa da modernidade. Ao mesmo tempo, estas mulheres mostram que morar só é apenas mais um entre outros modos de vida, que pode ou não afetar as esferas afetiva e sexual. Nesse sentido, as “explicações” para o não-casamento parecem mais condicionadas ao poder do *habitus* do que à negatividade da experiência pessoal vivida.

Não fosse pela força dos pressupostos de conjugalidade, necessidade do par, da heterossexualidade e da maternidade compulsórias, que tornam a companhia masculina sobrevalorizada no “mercado afetivo” e “matrimonial”, ser uma mulher “só”, de forma mais ou menos transitória na contemporaneidade, não despertaria maiores tensões ou

questionamentos. Embora autores internacionais fora do campo dos estudos feministas¹⁷⁹, mas que enfatizam as conquistas do feminismo como divisores de água da modernidade, realizem um esforço para registrar as transformações de gênero, muitas vezes, suas análises não estão atentas às mudanças sociais que incidiram sobre o comportamento das mulheres, mostrando, ainda, visões mais “tradicionais” de feminilidade. Assim, em função da ênfase no relacionamento a dois, as pessoas “sós”, quando não ignoradas, são apresentadas como “infelizes”, “solitárias” ou que “sacrificaram” algo em suas vidas. Variações nas formas de ser/estar no mundo sofrem julgamentos que partem de um pressuposto ancorado numa matriz que toma como naturais a heterossexualidade, a conjugalidade e a necessidade do par (Rubin, 1975, 1989; Butler, 2000).

No passado, como informa a literatura, as mulheres “sós” encontravam formas de escapar às regras impostas por uma sociedade injusta e restritiva; na contemporaneidade, perseguir caminhos próprios tornou-se uma possibilidade de maior alcance e menos sujeita a condenações morais. Se o contexto social, político, econômico e cultural foi modificado pelo impacto das transformações impulsionadas pelo feminismo, a subjetividade tem sido profundamente marcada também pelas mudanças, embora lentas, nas convenções de gênero, alterando os significados culturais do masculino e do feminino, do ser homem e ser mulher e da sexualidade.

Entretanto, ainda que a vida nas grandes cidades tenha propiciado a expansão de determinados comportamentos e estilos de vida, morar só e manter uma vida independente econômica e sexualmente – escolher viver uma estética particular que privilegia o silêncio, o distanciamento calculado e as relações de amor e amizade em bases igualitárias – é uma possibilidade acessível apenas a algumas mulheres altamente escolarizadas, profissionais e independentes financeiramente, que podem transitar entre contingências e desejos. Nesse sentido, continua sendo uma novidade histórica para as mulheres, um devir, um acontecimento na ordem da cultura.

Em certo sentido, o morar só funciona como um sinal de *status* que confere maior grau de mobilidade às mulheres “sós” contemporâneas. Embora adotado enquanto um estilo de vida, que as distingue socialmente como mulheres “independentes”, “autônomas” e

¹⁷⁹ Entre outros, Bourdieu, 2003; Giddens, 1992, 1993, 1995; Beck, 1995; Beck e Beck-Gernsheim., 1995, Hall, 1997, Lipovestky, Castells, Weeks, Bhabha, 1998.

“senhoras de si”, o morar só não existe fora da vida social mais ampla e está marcado por outros tipos de dependência e contingenciamentos.

Essa mobilidade, que não se restringe ao ir e vir enunciado como parâmetro de liberdade do morar só, se estende à esfera afetiva e sexual, permitindo às mulheres ter como pares homens e/ou mulheres ou não ter nenhum, condição que só se torna possível e viável no momento e no contexto histórico ora analisado, quando as convenções em torno do amor e da sexualidade foram alteradas. Reitero que a mudança nas convenções não implica uma moralidade única ou aberta, sem julgamentos. A sexualidade e o amor continuam sujeitos à regulação social através do *habitus* e, na maioria das vezes, as mulheres são avaliadas e julgadas pela realização ou não das expectativas sociais do casamento e da maternidade. A questão da escolha remete à possibilidade histórica conquistada, mas também ao processo de individualização, no qual a subjetividade se constrói mediante liberdade, por um lado, e contingenciamento ou coerção, por outro.

As “sociedades ocidentais” modernas têm sido prodigiosas na invenção de modelos de mulher e de feminilidade – histórica, indolente, viril, invertida, dona-de-casa neurótica ou feliz, liberada, executiva, solitária, mãe zelosa, mocinha casadoira, adolescente rebelde, anoréxica, solteirona piedosa, cortesã, prostituta, sufragista, feminista, etc. Essas terminologias pretendem condensar um determinado comportamento que nega ou obscurece outras possibilidades. Nesse sentido, gênero, enquanto operador de diferenças na forma de perceber as diversas masculinidades e feminilidades – mas também intersectando “raça”, classe, geração e diversidade sexual – possibilitou analisar mudanças e permanências no comportamento das mulheres entrevistadas no contexto de uma jovem capital do Centro-Oeste brasileiro, relativizando noções de centro/periferia, tradicional/moderno, velho/novo e, ao mesmo tempo, oferecendo a possibilidade de ultrapassar os binarismos tradicionais.

Assim como o estudo sobre as mulheres na história não redefine a História em si (Scott, 1988), um estudo sobre “mulheres sós”, particular e situado, na contemporaneidade, não altera a norma heterossexual estruturada na conjugalidade e na necessidade do par. É necessário empreender um esforço analítico no sentido de compreender como essa matriz opera, que tipos específicos de subjetividade produz e como as hierarquiza em termos de valorações distintivas. Repensar os parâmetros através dos quais se analisa o estatuto das

mulheres na sociedade, requer uma revisão das noções de conjugalidade, família e parentesco. Se o *single lifestyle* e as residências de uma pessoa continuarão a se impor como uma tendência, este estudo não autoriza uma conclusão, mas talvez as “solteiras” estejam reinventando a “solidão”, transformando-a em aventura. No futuro, pode ser que elas “não sejam mais as diferentes, mas, sim, a maioria como já o são em algumas culturas e em alguns países” (Showalter, 1993:60).

Finalizo relembando um mito.¹⁸⁰ Consta que, no mito das Amazonas, elas foram derrotadas por Aquiles e obrigadas a entrar em Atenas para serem convertidas em mulheres “normais” através do casamento. De bravas e corajosas guerreiras *outsiders* no universo grego, passaram à condição *insider* de esposas domesticadas. O mito, muitas vezes associado à “solteirice”, à lesbianidade e ao feminismo – ou simplesmente à rebeldia das mulheres – revive em outros produtos culturais¹⁸¹, tornando-se um recurso simbólico importante para lembrar, como aponta Heritier (2004), que a batalha não está ganha. Afirmar isso não significa condenar o espaço doméstico, do casamento, da reprodução ou da família como inerentemente opressores, mas, sim, que não há nenhuma verdade ontológica que estabeleça *a priori* estes lugares como destinados ao feminino e às mulheres, em oposição ao mundo público masculino – não familiar, não doméstico – como lugar de homens. O espaço do feminino – e do masculino – é em todos os lugares.

¹⁸⁰ Extraído e adaptado de Gordon (1994).

¹⁸¹ O mais instigante para mim ainda é “The Stepford wives” (Ira Levin, 1972), traduzido em português como “As possuídas”, duas vezes adaptado no cinema com o título original em inglês. A primeira versão, de 1975, recebeu o título *Esposas em conflito* e o *remake*, de 2004, o inacreditável *Mulheres perfeitas*.

Post scriptum

Após quatro anos, desde a realização da primeira entrevista (agosto de 2003), quis saber como estavam as entrevistadas em termos de permanências e mudanças. Entrei em contato por telefone e e-mail e, em dois casos, pessoalmente, perguntando basicamente se ainda moravam sozinhas, como estava a vida afetiva e se alguma mudança significativa em qualquer aspecto de suas vidas havia acontecido. Recebi retornos diretos de nove delas e indiretos (por intermédio daquelas que as recomendaram para as entrevistas) das outras três. Logo após a entrevista, os pais de Sarah voltaram do exterior e foram morar com ela, temporariamente, até se restabelecerem no Brasil. Ela continua namorando o mesmo rapaz (já são, portanto, quatro anos e meio de relacionamento), e passa com ele (que mora sozinho) a maioria dos finais de semana. Após quatro anos trabalhando como gerente executiva financeira, ela foi demitida da instituição e recomeçou, recentemente, em outra empresa de outro ramo. Meire continua morando sozinha, no mesmo lugar, tem uma nova namorada e continua na mesma clínica, trabalhando como antes, sem grandes mudanças. Madalena também continua morando sozinha, retomou os estudos e está cursando uma faculdade, com o objetivo de melhorar profissionalmente. Continua fazendo filantropia e cantando na noite e nada mencionou sobre relacionamentos. Jussara se mantém na mesma instituição, mas em outro departamento. Comprou, finalmente, o apartamento que tanto sonhava e reatou com o namorado, mas ainda sem planos de casamento ou filhos. Reproduzo esta frase que ela sintetizou na resposta ao meu e-mail:

Com relação à minha vida, estou muito bem, tranquila, feliz, procurando viver intensamente cada momento, sair com os amigos, ir a eventos culturais, principalmente com entrada franca (risos)”. De 2003 para cá, aprendi muito a tirar melhor proveito da vida, a curtir as pessoas, a desfrutar as pequenas coisas que vida oferece da melhor forma possível. Resumindo, é isso, estou procurando viver cada vez melhor.

Cândida passou em outro concurso na universidade e sua carreira obteve um *upgrade* considerável. Ela diz estar feliz, namorando há um ano e meio. Ela também comprou um novo apartamento (o outro era cedido pelo pai) e continua morando sozinha. Salomé continua morando sozinha no mesmo endereço, mudou de emprego e não mencionou nada sobre relacionamentos. Évora continua morando sozinha, no mesmo endereço, mantendo o relacionamento com o mesmo namorado (são, portanto, sete anos) e também sem novidades

no âmbito do trabalho. Tália mudou-se para um novo apartamento, continua no mesmo trabalho e no mesmo ritmo de antes, sem novidades. Laura também continua morando sozinha no mesmo apartamento e mantém a mesma rotina de trabalho. Ganhou de presente, da amiga, outra cachorrinha e agora possui dois animais de estimação. Camila, Helena e Mariah não retornaram meus e-mails, mas soube que continuam morando sozinhas, sem informações quanto aos outros aspectos.

Referências Bibliográficas

- ALBORCH, Carmen Bataller. *Solas: gozos y sombras de una manera de vivir*. Madrid, Ediciones Temas de Hoy, 2001.
- ALMEIDA-FILHO, Naomar. Modelos de determinação social das doenças crônicas não-transmissíveis. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 9, nº4, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br> (acesso em 09/11/2006).
- ALSTON, Kal. A Unicorns's memoir. In: WEAR, Delese. (ed.) *The center of the web: women and solitude*. New York, State University of New York Press, 1993, pp.95-107.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. O discurso da dominação masculina. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br> (acesso 01/2007).
- _____. *A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica*. Rio de Janeiro, ENCE/IBGE, 2002, pp. 1-56. Disponível em <http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes>. Acesso em 2006.
- _____. e CORREA, Sônia. Demografia e ideologia: trajetos históricos e os desafios de Cairo+10. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 20 (2), Campinas, jul./dez. 2003, pp.129-156.
- ALVES, Vera. Receitas para a conjugalidade: uma análise da literatura de auto-ajuda. Tese de doutorado, Faculdade de Educação/Unicamp, 2005.
- AMORIM, Nádia Fernanda. *O estigma da mulher solteira*. Maceió, UFAL, 1992.
- ARGYROU, Vassos. "Reflexive modernization" and other mythical realities. *Anthropological Theory*, vol. 3 (1), London, Sage Publications, 2003, pp.27-41.
- AUNE, Kristin. Big Brother, Virgins, and Female Singleness. *The F-Word Contemporary UK feminism*. Disponível em <http://www.thefword.org.uk> (acesso em maio de 2003).
- ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo e sujeito político. In: SILVA, Carmem. (org.) *Mulher e Trabalho*. Recife, SOS Corpo, 2005.
- _____. e CORREA, Sônia. Movimento de mulheres: questões para pensar-se seus rumos. In: *As novas faces do feminismo e os desafios do século XXI*. Brasília, Itamaraty, 2000. Disponível em <http://www2.mre.gov.br/beijing/anexoport.htm>
- _____. e Correa, Sônia. O Movimento de Saúde e direitos reprodutivos no Brasil: revisitando percursos. In: GALVÃO, Loren e DÍAZ, Juan. (orgs.) *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil*. São Paulo, Hucitec/Population Council, 1999, pp.70-103.
- BARDWICK, Judith. Casamento: novas tradições. In: *Mulher, Sociedade e Transição*. São Paulo, Difel, 1981, pp.121-140.
- BARRET, Michele and MACINTOSH, Mary. *The anti-social family*. London, Verso, 1991 [1983].

- BARROSO, Carmem. Sozinhas ou mal acompanhadas: a situação das mulheres chefes de família”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 1978, pp.456-472. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/> (acesso em 2005).
- BARTHES, Roland. *Como Viver Junto: simulações romanescas de alguns espaços cotidianos*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORI, Mary e BASSANEZI, Carla. (orgs.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Unesp, 2000, pp.
- BASSANEZI, Maria Sílvia C. B. Considerações sobre os estudos sobre o celibato e idade ao casar no passado brasileiro. *Anais do IX Encontro de Estudos Populacionais*, vol.1, Caxambu-MG, 1994, pp.381-396.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980 [1949].
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich and LASH, Scot. *Modernização Reflexiva*. São Paulo, Unesp, 1995, pp. 11-71.
- _____ and BECK-GERNISHEIM, Elisabeth. *The normal chaos of love*. Cambridge, MA., Polity Press, 1995.
- BECKER, Howard S. *Uma Teoria da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
- BEJIN, André. O poder dos sexólogos e a democracia sexual. In: ARRIÈS, Felipe e BÈJIN, André. (orgs.) *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo, Brasiliense, 1985, pp.236-254.
- BELELI, Iara. Marcas da Diferença: Gênero e Raça na Propaganda Brasileira. Tese de doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp, 2005.
- BELHADJ, Marnia. Mulheres francesas de origem argelina. Conquista de autonomia e reelaboração dos modelos familiares tradicionais. In PEIXOTO, Clarice, SINGLY, Françoise e CICCHELLI, Vincenzo. *Família e Individualização*. Rio de Janeiro, FGV, 2000, pp.63-78.
- BELL, Sandra and COLEMAN, Simon. The Anthropology of friendship: enduring themes and future possibilities. In: *The Anthropolgy of Friendship*. Oxford-UK, Berg, 1999, pp.1-19.
- BENNETT, Judith. and FROIDE, Amy. A Singular Past. In: BENNETT, Judith. and FROIDE, Amy. (orgs.) *Singlewomen in the European Past, 1250-1800*. Philadelphia, Penn, 1999, pp 1-37.
- BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla. Além da política de gênero. In: *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1987.
- BERQUÓ, Elza. “O mapeamento sócio-econômico-regional dos níveis de fecundidade no país”. Goiânia, Grupo Transas do Corpo, 2004. Comunicação oral (conferência).
- BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, F.A. (coord.) *A História da Vida Privada no Brasil*. Volume 4. São Paulo, Cia das Letras, 1997, pp 411-437
- _____. Algumas lições para a Demografia dos anos noventa. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol.8 (1 e 2), 1991, pp.55-60.

- _____. A família no século XXI: um enfoque demográfico. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol.6 (2), 1989, pp.1-16.
- _____. Pirâmide da solidão. Nepo/Unicamp, mimeo., 1986.
- _____ e CAVENAGHI, Suzana. 1988. “Oportunidades e Fatalidades”. *Anais do VI Encontro de Estudos Populacionais*, vol.1, Olinda-PE, 1988, pp.155-182. Disponível em www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf (acesso em 02/2004).
- _____ e OLIVEIRA, Maria Coleta. Casamento em tempos de crise. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol.9, nº 2, jul/dez 1992, pp. 155-167
- _____ CAVENAGHI, Suzana; e OLIVEIRA, Maria Coleta. Arranjos familiares “não canônicos” no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 1, 1990, pp.99-136.
- BHABHA, Homi K. *O local da Cultura*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1998.
- BILAC, Elizabeth Dória. Apresentação. *Boletim Mulher & Trabalho* (13), São Paulo, Fundação Seade, 2002.
- BIANCA, Miriam. *Família e poder em Goiás*. Goiânia, Alternativa, 2003.
- BORGES, Lenise Santana. Visibilidade lésbica: um comentário a partir dos textos da mídia. *Sexualidade, gênero e sociedade*, especial nºs 23/24/25, Rio de Janeiro, CLAM, outubro de 2005.
- _____. From PAISM to Cairo: the relation between the women's movement and the state in Brazil. Dissertação de Mestrado, Institute of Social Sciences, Holland, 1995.
- BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. Gosto de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato. (org.) *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo, Olho D'Água, 2003a, pp.73-111.
- _____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003b.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 2001.
- BOZÓN, Michel. Sexualidade e conjugalidade: a redefinição das relações de gênero na França contemporânea. *cadernos pagu* (20), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2003, pp.131-156.
- _____. Demografia e sexualidade. In: LOYOLA, Maria Andréa. (org.) *A sexualidade nas Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, UERJ, 1998, pp.227-251.
- _____. Amor, sexualidade e relações sociais de sexo na França contemporânea. *Revista Estudos Feministas*, vol.3, nº 1, Rio de Janeiro, UFRJ, 1995, pp.122-135.
- BRANDON, Ruth. *The new women and the old men: Love, sex and the woman question*. London, Norton and Company, 1990.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Tendências demográficas atuais*. 2004a.
- _____. *Síntese dos indicadores econômicos de 2000*. Rio de Janeiro, 2004b.

- _____. *Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 1980-2050 – revisão 2004*. Rio de Janeiro, 2004c.
- _____. *Censo 2002, dados preliminares*. www.ibge.gov.br
- BRITO DA MOTTA, Alda. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. In: *Cadernos Pagu* (13), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1999, pp.191-221.
- BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência e discriminação? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (org.) *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo, Editora 34, 2000, pp.13-58.
- _____. e PUPPIN, Andrea B. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. *Cadernos de Pesquisa*, vol. 34 (121), São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 2004, pp.105-138.
- BUFON, Roseli. Morar só: uma etnografia do espaço doméstico de um grupo de homens das camadas médias intelectualizadas. *Revista de Ciências Humanas*, vol. 15, nº 21, Florianópolis, Editora da UFSC, 1997, pp. 171-186
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble*. 10ª ed. New York, Routledge, 1999.
- _____. Fundamentos contingentes. *cadernos pagu* (11), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1998, pp.11-42.
- _____. e RUBIN, Gayle. Tráfico sexual – entrevista. *cadernos pagu* (21), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2003, pp.157-209.
- BYRNE, Anne. Singular Identities: Managing stigma, resisting voices. *Women's Studies Review*, vol. 7, 2000, pp.13-24.
- CAMARANO, Maria Amélia. Informações demográficas: o que se tem, o que se usa e como se usa? *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 7 (2), 1990, pp.207-218.
- CAPRIO, Frank S. *et alii*. *Sexo e a mulher solteira*. São Paulo, IBRASA, 1977 [1964].
- CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano – 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- CHAUL, Nasr. *A construção de Goiânia*. Goiânia: UFG, 1988 (dissertação de mestrado).
- CHINCHILLA, Norma Stoltz. Ideologías del feminismo: liberal, radical y marxista. In: LEON, Magdalena. (Org.) *Sociedade, subordinación y feminismo: debates sobre la mujer en América Latina y el Caribe*. Bogotá, Magdalena Leon/ACEP, 1982, pp.215-238.
- CHODOROW, Nancy. *Estrutura familiar e personalidade feminina*. In: ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Loise. (orgs.) *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- CITELI, Maria Tereza. A reprodução humana na pauta dos jornais brasileiros (1996-2000). In: OLIVEIRA, Fátima *et alii*. (orgs.) *Olhar sobre a mídia*. São Paulo, Maza Edições, 2002, pp. 184-213.

- CITELI, Maria Tereza. Saúde reprodutiva: mídia, ciência e humanidades. In: OLIVEIRA, Maria Coleta e ROCHA Maria Isabel. (orgs.) *Saúde reprodutiva na esfera pública e política na América Latina*. Campinas-SP, Editora da Unicamp/Nepo, 2001, pp. 237-262.
- CORRÊA, Mariza. Antropólogas & Antropologia. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.
- . Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu* (16), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2001, pp.13-30.
- . Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, Antônio A. *et alii*. *Colcha de Retalhos*. Campinas-SP, Editora da Unicamp, 1993, pp.15-42.
- CORREA, Sônia & PETCHESKY, Rosalind. Reproductive and Social Rights: A Feminist Perspective. In: SEN, Gita, GERMAIN, Adrienne and CHEN, Lincoln C. (eds.) *Population Policies Reconsidered: Health, Empowerment and Rights*. Cambridge, Harvard University Press, 1994, pp.107-123.
- CORREA, Sonia; ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: pauta global e percursos brasileiros. In: BERQUÓ, Elza. (org.) *Sexo & Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2003, pp.17-78.
- COSTA, Ana Maria. Atenção integral à saúde das mulheres: QUO VADIS? : uma avaliação da integralidade na atenção à saúde das mulheres no Brasil. Tese de Doutorado, Brasília, UNB, 2004.
- COSTA, Carolina de Souza. Pirâmide da Solidão ou Pirâmide dos Não-Casados? Cor e estado conjugal na terceira idade no Brasil. Anais do XIII Encontro da Associação de Estudos de População, 2002, pp. 1-26. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais> (acesso em 2005).
- COSTA, Dora Isabel Paiva. As mulheres chefes de domicílio e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. *Revista Brasileira de Estudos de População* (17), vol. 1/2, 2000, pp.47- 66.
- COSTA, Jurandir Freire. *Nem fraude nem favor: ensaios sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro, Rocco, 1998.
- COSTE, Claude. Prefácio. In: BARTHES, Roland. *Como Viver Junto: simulações romanesecas de alguns espaços cotidianos*. São Paulo, Martins Fontes, 2003, pp. XXIII-XXXIX.
- DA MATA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter “anthropological blues”. In: NUNES, E.O. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, pp.23-35.
- DAUPHIN, Cécile. Mulheres sós. In: PERROT, Michelle e DUBY, George. *A história das mulheres no ocidente, o século XIX*. Porto, Afrontamento, 1991, pp.476-494.
- DAUSTER, Tânia. A invenção do amor: amor, sexo e família em camadas médias urbanas. In: FIGUEIRA, S.A. *Uma nova família?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1987, pp.99-112.
- DEACON, Roger e PARKER, Ben. Educação como sujeição e recusa. In: SILVA, Tadeu. (org.) *O sujeito da Educação*. Petrópolis-RJ, Vozes, 1994, pp.97-110.

- DEBERT, Guita Grin. O velho na propaganda. *cadernos pagu* (21), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2003, pp.133-155.
- _____. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, Ruth. (org.) *Aventura antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, pp.141-156.
- DERRIDA, Jacques. *Politics of friendship*. London, Verso, 1997a.
- _____. *Politics and friendship: a discussion with Jacques Derrida by Geoffrey Bennington*. Center for Modern French Thought, University of Sussex, 1 December, 1997b. Disponível em <http://www.susx.ac.uk> (acesso em 17/09/2001).
- DI STEFANO, Christine. Autonomy in the light of difference. In: HIRSCHMANN, Nancy J. and DI STEFANO, Christine. (eds.) *Revisioning the Political – feminist reconstructions of traditional concepts in western political theory*. Boulder-CO, Westview Press, 1996, pp.95-116.
- DIETZ, Mary G. Current Controversies in Feminist Theory. *Annual Review of Political Science*. (6), 2003, pp.399-431.
- DUMONT, Louis. *Homo Aequallis*. São Paulo, EDUSC, 2000 [1977].
- _____. *O Individualismo*. Rio de Janeiro, Rocco, 1985.
- DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org) *Aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp17-37.
- _____. Família e Casamento. *Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 1982, pp.31-48.
- _____. Família e reprodução humana. In: FRANCHETO, Bruna, CAVALCANTI, Maria Laura V.C. e HEILBORN, Maria Luisa. (orgs.) *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983, pp.13-45.
- EISENSTEIN, Zillah. *The radical future of liberal feminism*. Boston, Northeastern University Press, 1993.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.
- ELSTHAIN, Jean Bethke. Feminism, Family and Community. In: FRIEDMAN, Marilyn and WEISS, Penny A. (eds.) *Feminism and Community*. Philadelphia, Temple University Press, 1995, pp.259-272.
- ERIBON, Didier. *Foucault e seus contemporâneos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1996.
- FACHINI, Regina. *Corpos lésbicos? Gênero, sexualidade, corpo e identidade entre mulheres com práticas homoeróticas na Grande São Paulo*. Relatório de exame de qualificação de doutorado, IFCH/Unicamp, 2006.
- _____. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.
- FADERMAN, Lilian. *Surpassing the love of men*. New York, Morrow, 2001 [1980].

- FALUDI, Susan. *Backlash: the undeclared war against American Women*. New York, Doubleday, 1991.
- FEATHERSTONE, Mike. O curso da vida: corpo, cultura e o imaginário no processo de envelhecimento. *Textos Didáticos* (13) – DEBERT, Guita *et alii.* (orgs.) Antropologia e Velhice, IFCH/Unicamp, janeiro de 1998, pp.45-64.
- _____. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo, Studio Nobel, 1995.
- FERGUSON, Ann. Patriarchy, sexual identity, and the sexual revolution. *Signs - Journal of women in culture and society*, vol.7 (1), Chicago, The University of Chicago, 1981, pp.158-199.
- FERNANDES, Cláudia Monteiro e MENDONÇA, Jeanine. Perfil de mulheres responsáveis por domicílios: uma aproximação para a Bahia com base no censo. *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2004, pp. 1-19. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/ (acesso em 2006).
- FIGUEIRA, Sérvulo A. O moderno e o arcaico na família brasileira. In: *Uma nova família?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1987, pp.11-30.
- FILHO, Manuel Ferreria L. A Goiânia que temos e que pouco ouvimos. *Projeto "Antropologia na cidade"*, Goiânia, UCG/IGPA, 2005.
- FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo*. Rio de Janeiro, Laboral do Brasil, 1976.
- FONSECA, Cláudia. Estudos da ciência na ótica feminista. *Comciência*. Disponível em <http://www.comciencia.org> (acesso em 14/03/2003).
- _____. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In: RIBEIRO, Ivete e RIBEIRO, Ana Clara. (orgs.) *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo, Loyola, 1995, pp.69-89.
- _____. Honra, humor e relações de gênero: um estudo de caso. In: COSTA, Albertina Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992, pp.310-331.
- _____. Solteironas de fino trato: reflexões em torno do não-casamento entre pequeno-burguesas no início do século. *Revista Brasileira de História* (18), 1989, pp.90-120.
- FOUCAULT, Michel. The political technology of individuals. In: FABION, James. (ed.) *Michel Foucault: Power. Essential Works of Foucault*. Vol. 3. New York, The New Press, 2000. pp.403-417.
- _____. Self writing. In: RABINOW, Paul. (ed.) *Michel Foucault: Ethics. Essential works of Foucault (1954-1984)*. Vol. 1. New York, The New Press, 1997a, pp. 207-222.
- _____. On the genealogy of Ethics. In: RABINOW, Paul. (ed.) *Michel Foucault: Ethics. Essential works of Foucault (1954-1984)*. Vol. 1. New York, The New Press, 1997b, pp. 253-280.

- _____. Governmentality. In: RABINOW, Paul. (ed.) *Michel Foucault: Ethics, subjectivity and truth. Essential Works of Michel Foucault*. Vol. 1. New York, The New Press, 1997c, pp. 201-222.
- _____. The birth of biopolitics. In: RABINOW, Paul. (ed.) *Michel Foucault: Ethics, subjectivity and truth. Essential Works of Michel Foucault*. Vol. 1. New York, The New Press, 1997d, pp.73-79.
- _____. Sex, power, and the politics of identity. In: RABINOW, Paul (org.) *Michel Foucault: Ethics. Essential works of Foucault (1954-1984)*, Vol 1. New York: The New Press, 1997e. pp. 163-174.
- _____. Friendship as way of life. In: RABINOW, Paul. (ed.) *Michel Foucault: Ethics, subjectivity and truth. Essential Works of Michel Foucault*. Vol. 1. New York, The New Press, 1997f, pp. 135-140.
- _____. The social triumph of the sexual will. In: RABINOW, Paul. (ed.) *Michel Foucault: Ethics, subjectivity and truth. Essential Works of Michel Foucault*. Vol. 1. New York, The New Press, 1997g, pp.157-162
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1995 [1979].
- _____. *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- _____. *História da Sexualidade - A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- FOUGERYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimientos feministas. In: HIRATA, Helena et alii. (orgs.) *Diccionario critico del feminismo*. Madrid, Editorial Síntesis, 2002, pp.158-163.
- FRIEDAN, Betty. *The Feminine Mystique*. New York, WW Norton & Company, 1963.
- FRIEDMAN, Marilyn. Feminism and Modern Friendship: Dislocating the Community. In: *Feminism and Community*. Philadelphia, Temple University Press, 1995.
- FROIDE, Amy. Marital status as a category of difference: singlewomen and widows in early modern England. In: BENNETT, Judith and FROIDE, Amy. (orgs.) *Singlewomen in the European Past, 1250-1800*. Philadelphia, Penn, 1999, pp. 236-269.
- GAGNON, John. *Human Sexualities*. Glenview-Illinois, Foresman and Co, 1977.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Petrópolis, Vozes, 2003.
- _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- _____. *Local Knowledge*. USA, Basic Books, 1983.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.
- _____. *A transformação da intimidade*. São Paulo, Unesp, 1993.
- _____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, Ulrich and LASH, Scot. *Modernização Reflexiva*. São Paulo, Editora da Unesp, 1995, pp. 73-134.
- GILLIGAN, Carol. *In a different voice*. Cambrige, MA: Harvard University Press, 1982.

- GOIÂNIA. Secretaria de Planejamento Municipal. *Guia Urbal Goiânia*. Goiânia-GO, 2005.
- GOLDANI, Ana Maria. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol.19 (1), jan./jun. 2002, pp.29-48.
- _____. Demografia da exclusão: construção de uma agenda da perspectiva sul. In: OLIVEIRA, Maria Coleta. (org.) *Demografia da exclusão social*. Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2001.
- _____. O regime demográfico brasileiro nos anos 90. In: GALVÃO, Loren & JUAN, Dias. (orgs.) *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil*. São Paulo, Hucitec/ Population Council, 1999a, pp.25-69.
- _____. Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. In: CAMARANO, Ana Amélia. (org.) *Muito além dos sessenta: os idosos brasileiros*. Brasília, Ipea, 1999b, pp.75-114.
- _____. Retratos de família em tempos de crise. *Revista de Estudos Feministas*, Número especial, Rio de Janeiro, CIEC/UFRJ, 1994, pp. 303-335.
- _____. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos pagu* (1), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1993, pp.67-110.
- GOLDENBERG, Miriam. *Novas famílias nas camadas médias urbanas*. Disponível em <http://miriangoldenberg.com.br/images/> (acesso em 05/2006).
- _____. Sobre a invenção do casal. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, nº 1. v. 1, Rio de Janeiro, UERJ, 2001, pp.1-9 (89-104 em versão impressa). Disponível em www.miriangoldenberg.com (acesso em setembro de 2006).
- _____. e TOSCANO, Moema. *A Revolução das Mulheres*. Rio de Janeiro, Revam, 1992.
- GOMARIZ, Enrique M. Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. *Isis Internacional*, nº 17, Santiago-Chile, 1992, pp.83-110.
- GOMES, Marília Miranda Fortes. Perfil dos domicílios unipessoais da Região Centro-Oeste: uma análise com base no Censo. Brasília, UnB, 2005, *mimeo*.
- GONÇALVES, Eliane. Where was I in the 80s? Notes about Feminism in Brazil. Cambridge, Harvard Center for Population and Development Studies, 1999 (final paper, unpublished).
- _____. Educação sexual em contexto escolar. Dissertação de Mestrado, Goiânia, Faculdade de Educação/UFG, 1998.
- GORDON, Tuula. *Single Women: on the margins?* New York University Press, 1994.
- GRANT, Judith. *Fundamental Feminism*. New York, Routledge, 1993.
- GREENE, Margaret e RAO, Vilayendra. A compressão do mercado matrimonial e o aumento das uniões consensuais no Brasil. *Revista de Brasileira de Estudos de População*, vol. 19 (2), 1992, pp.168-183.

- GREENHALG, Susan. Por uma abordagem reflexiva para os estudos de população. In: OLIVEIRA, Maria Coleta. (org.) *Demografia da exclusão social*. Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2001, pp.25-44.
- GREENHALGH, Laura. Precusores ou retardatários? In: OLIVEIRA, Fátima *et alii*. (orgs.) *Olhar sobre a mídia*. São Paulo, Maza Edições, 2002, pp.27-36.
- GUERREIRO, Maria das Dores. Pessoas sós: múltiplas realidades. *Sociologia, problemas e práticas*, nº 43, Lisboa, CIES, 2003, pp.31-49.
- GTPOS, ECOS e ABIA. *Guia de Orientação Sexual: diretrizes e metodologia*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1994.
- HALL, Stuart. The question of cultural identity. In: HALL, Stuart; HELD, David and MCGREW, Tony. *Modernity and its futures*. Cambridge-UK, The Open University, 1992, pp.274-316.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados. *cadernos pagu* (5), Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41.
- HAWKESWORTH, M. Confounding gender. *Debate Feminista: Género*, nº 20, México, Metis, 1999, pp.3-48.
- HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004. [Tese de doutorado, Rio de Janeiro, UFJR, 1992].
- _____. Antropologia e feminismo. In: FRANCHETO, Bruna, CAVALCANTI, Maria Laura V.C. e HEILBORN, Maria Luisa. (orgs.) *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980, pp. 11-47.
- HERITIÉR, Françoise. Janus de duas faces. In: RIAL, Carmen Silvia M. & TONELI, Maria Juracy F. (orgs.) *Genealogias do silêncio: feminismo e gênero*. Santa Catarina, Editora Mulheres, 2005, pp.15-28.
- HERTRICH, Veronique e LOCOH, Therese. Relações de gênero, formação e dissolução de uniões nos países em desenvolvimento. *Demographics* (2), Campinas-SP, ABEP, 2004, pp.99-151.
- HIRATA, Helena *et alii*. (orgs.) *Diccionario critico del feminismo*. Madrid, Editorial Síntesis, 2002.
- _____. Salariado, precariedade, exclusão? Trabalho e relações sociais de sexo-gênero: uma perspectiva internacional. OLIVEIRA, Maria Coleta. (org.) *Demografia da exclusão social*. Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2001.
- _____. e ZARIFIAN, Philippe. Trabajo (concepto de). In: HIRATA, Helena *et alii*. (orgs.) *Diccionario crítico del feminismo*. Madrid, Síntesis, 2002, pp.269-274.
- HIRD, Myra J. Vacant Wombs: feminist challenges to psychoanalytic theories of childless women. *Feminist Review* (75) – BRAH, Avtar, CROWLEY Helen and PUWAR, Nirmal. (eds.) *Identities* –, 2003, pp.5-19.
- HOLDEN, Katherine. Nature takes no notice of morality: singleness and married love in interwar Britain. *Women's History Review*, vol. 11 (3), 2002, pp.481-503.

- _____. Imaginary widows: spinsters, marriage, and the "lost generation" in Britain after the great war. *Journal of Family History*, vol. 30, nº 4, London, Sage Publications, October 2005, pp.388-409.
- HOOKE, bell. Sisterhood: political solidarity between women. In: FRIEDMAN, Marilyn and WEISS, Penny. *Feminism and Community*. Philadelphia, Temple University Press, 1995, pp.293-315.
- HUMM, Magie. *The dictionary of feminist theory*. Ohio State University Press, 1995.
- JELIN, Elizabeth. Familia y género: notas para el debate. *Revista Estudos Feministas*, vol. 3, nº 2, 1995, pp.394-413.
- JOSÉ, Marta Rovey. Brancas e Pretas diante da solidão. *Anais do VI Encontro da Associação de Estudos Populacionais*, 1988, pp. 185-214. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais> (acesso em 2004).
- KANAANEH, Rhoda A. *Birthing the Nation: Strategies of Palestinian women in Israel*. California, California University Press, 2002.
- KARRAS, Ruth M. Sex and the singlewomen. In: BENNETT, Judith and FROIDE, Amy. (orgs.) *Singlewomen in the European Past, 1250-1800*. Philadelphia, Penn, 1999.
- KERGOAT, Daniele. División sexual del trabajo e relaciones sociales entre los sexos. In: HIRATA, Helena et alii. (orgs.) *Diccionario critico del feminismo*. Madrid, Editorial Síntesis, 2002, pp.66-75.
- KERGOAT, Priska. Ofício, profissão, trabalho. In: HIRATA, Helena et alii. (orgs.) *Diccionario critico del feminismo*. Madrid, Editorial Síntesis, 2002, pp. 169-172.
- KLEIMAM, Ângela. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas-SP, Mercado de Letras, 1995.
- KOFES, Suely. *Uma trajetória em narrativas*. Campinas-SP, Mercado das Letras, 2002.
- LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e Educação. In: SILVA, Tadeu. (org.) *O sujeito da Educação*. Petrópolis-RJ, Vozes, 1994, pp.35-86.
- LASCH, Christopher. *Refúgio num mundo sem coração*. São Paulo, Paz e Terra, 1991.
- LASSER, Carol. Let us be sisters forever. *Signs*, vol. 14 (1), Chicago, The University of Chicago, 1988, pp.158-179.
- LAMAS, Marta. Género, diferencias de sexo y diferecia sexual. *Debate Feminista: Género*, nº 20, México, Metis, 1999, pp. 84-106.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A Família. In: LEVI-STRAUSS, GOUGH & SPIRO. *A Família, origem e evolução*. Porto Alegre, Vila Marta, 1980, pp.7-47.
- LOBO, Elisabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992, pp.252-265.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação*. Petrópolis, Vozes, 1997.

- LOYOLA, Maria Andréa. Sexo e sexualidade na antropologia. In: LOYOLA, Maria Andréa. (org.) *A sexualidade nas Ciências Humanas*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1998, pp.17-47.
- MAcRAE, Edward. *A Construção da igualdade*. Campinas-SP, Ed. da Unicamp, 1990.
- MAIA, Cláudia J. Desencantadas criaturas proibidas de amar: a construção discursiva de mulheres celibatárias. *Associação Nacional de História, XXIII Simpósio Internacional*, julho de 2005. Disponível em <http://www.anpuh.uepg/xxiii-simpósio/anais/textos> (acesso em 09/12/2005).
- MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.
- MARTINE, George. *Brazilian remarkable fertility decline: a fresh look at key factors*. Cambridge, MA, Harvard/HCPDS, July 1995, pp. 1-64 (working paper series nº 95.04).
- MCCLINTOCK, Anne. *The Imperial Leather: Race, Gender, and Sexuality in the Colonial Contest*. New York, Routledge, 1995.
- MEDEIROS, Marcelo e OSÓRIO, Rafael G. Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil – 1978 a 1998. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, V.17 (1 e 2), 2000, pp. 67-85.
- _____. *Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998*. Brasília, Ipea, 2001, pp.5-45.
- MEDEIROS, Marcelo, OSÓRIO, Rafael e VARELLA, O. *Levantamento de informações sobre as famílias nas PNADs de 1992 a 1999*. Brasília, Ipea, 2002.
- MELLO, Luiz. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.
- MELO, Jacira. O aborto na mídia. In: OLIVEIRA, Maria Coleta & ROCHA, Maria Isabel Baltar. (orgs.) *Saúde Reprodutiva na Esfera Pública e Política na América Latina*. Campinas-SP, Ed. da Unicamp, 2001.
- MILLET, Kate. *Sexual politics*. New York, Doubleday, 1970.
- MOORE, Henrieta L. Whatever Happened to Women and Men? Gender and other crisis in Anthropology. In: MOORE, H. (ed.) *Anthropological Theory Today*. Cambridge-UK, Polity Press, 1999, pp.151-171.
- NADALIN, Sérgio, O. História e Demografia: elementos para um diálogo. *Demographicas* (1), Campinas-SP, ABEP, 2004.
- NERI, Marcelo. *Economia, sexo e casamento*. São Paulo, FGV, 2004.
- NICHOLSON, Linda. The contemporary women's movement. In: *Gender and History*. Columbia University Press, 1986, pp. 17-42.
- OLIVEIRA, Dora Lúcia de. "New" public health and health promotion via education: between tradition and innovation. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, vol. 13, nº 3, 2005, pp.423-431. Disponível em <http://www.scielo.br> (acesso em 28/09/2006).

- OLIVEIRA, Maria Coleta. (org.) *Demografia da exclusão social*. Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2001.
- ORTEGA, Francisco. *Genealogias da Amizade*. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.
- _____. *Para uma política da amizade*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2000.
- _____. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro, Graal, 1999.
- PACHECO, Ana Cláudia L. Raça, gênero e escolhas afetivas: uma abordagem preliminar sobre a solidão entre mulheres negras na Bahia. *Temáticas*, ano 11 (21/22), Campinas-SP, IFCH/Unicamp, 2003, pp.11-48.
- PARKER, Richard G. *Corpos, prazeres e paixões*. São Paulo, Best Seller, 1991.
- PATEMAN, Carole. O Feminismo e o contrato de casamento. In: *O contrato sexual*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993, pp.231-278.
- PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História* (18), São Paulo, Anpuh, 1989, pp.9-18.
- PICOT, Genevieve. Profesión. In: HIRATA, Helena *et alii*. (orgs.) *Diccionario critico del feminismo*. Madrid, Editorial Síntesis, 2002, pp.172-175.
- PINNELLI, Antonella. Gênero e Família nos países desenvolvidos. *Demographics* (2), Campinas-SP, ABEP, 2004, pp.55-98.
- PINTO, Joana Plaza. (org.) *Entrelinhas - Para ler e escrever sobre sexo, prazer e poder*. Goiânia, Grupo Transas do Corpo, 2004.
- PISCITELLI, Adriana. “Coerção, obrigação e consentimento na trajetória de brasileiras que oferecem serviços sexuais na Espanha”, Texto apresentando no Seminário *Tráfico de Pessoas: aspectos jurídicos*, Auditório do Edifício Sede do Ministério Público, Goiânia, 2/2/2005.
- _____. Re-criando a (categoria) mulher? *Textos Didáticos*, nº 48 – ALGRANTI, Leila Mezan. (org.) *A Prática Feminista e o Conceito de Gênero* –, Campinas-SP, IFCH/Unicamp, novembro de 2002, pp. 7-42.
- _____. “Sexo tropical”: comentários sobre gênero e raça em alguns textos da mídia brasileira. *cadernos pagu* (6/7), Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1996, pp. 9-34.
- POLEY, Frederico F. Algumas considerações sobre localização e situação dos domicílios unipessoais em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 2000. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp> (acesso em 2005).
- QUARTIM DE MORAES, Maria Lygia. Família e Feminismo. *Cadernos de Pesquisa* (37), São Paulo, FCC, Maio de 1981, pp.44-51.
- QUEIROZ, Rosane. *Dores e delícias de morar só*. Rio e Janeiro, Globo, 2003.
- RAMOS, Márcia. Espaços urbanos e modos de vida: um estudo sobre modos de vida e lazer em Goiânia. Dissertação de Mestrado Goiânia, ICH/UFPA, 1998.

- RAMIREZ-GÁLVEZ Martha Célia. Novas tecnologias reprodutivas conceptivas: fabricando a vida, fabricando o futuro. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp, 2003.
- RAPP, Reina and ROSS, Ellen. Sex and society. In: LANCASTER, R.N. and LEONARDO, Micaela. *The gender/sexuality reader*. New York, Routledge, 1997, pp.153-168.
- RAYMONDS, Janice G. *A passion for friends*. Boston, Beacon Press, 1986.
- REZENDE, Cláudia Barcelos. *Os significados da amizade*. Rio de Janeiro, FGV, 2002.
- REZENDE, Cláudia Barcelos. Building affinity through friendship. In: BELL, Sandra and COLEMAN, Simon. *The Anthropolgy of Friendship*. Oxford-UK, Berg, 1999, pp.79-97.
- RICH, Adrienne. Compulsory heterossexuality. In: *Signs - Journal of women in culture and society*, vol. 5, nº 4, Chicago, The University of Chicago Press, 1980, pp.631-660.
- RIOS, Luis Felipe. Quando o assunto é cultura sexual. In: OLIVEIRA, Fátima *et alii*. (orgs.) *Olhar sobre a mídia*. São Paulo, Maza Edições, 2002, pp.109-146.
- RIOT-SARCEY, Michele. Poder(es). In: HIRATA, Helena *et alii*. (orgs.) *Diccionario critico del feminismo*. Madrid, Editorial Síntesis, 2002, pp.194-199.
- ROBOWTHAM, Sheila. O movimento de mulheres e a organização para o socialismo. In: ROBOWTHAM, Sheila, SEGAL, Lynne e WAINRIGT, Hilary. *Além dos fragmentos: o feminismo e a construção do socialismo*. São Paulo, Brasiliense, 1981, pp.31-150.
- RODRIGUES, Lélia L. O avesso do casamento. *Anuário Antropológico* (91), Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993, pp.139-166.
- ROSALDO, Michelle. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Loise. (orgs.) *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Estudos Feministas*, vol. 9 (2), Florianópolis, UFSC, 2001, pp.515-540.
- _____. Educação formal e mulher: um balanço parcial da bibliografia. In: COSTA, Albertina Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992, pp.151-182.
- ROSS, Ellen. "The love crisis": couples advice books of the lates 1970s. *Signs*, vol. 6 (11), Chicago, The University of Chicago, 1980, pp.109-122.
- RUBIN, Gayle. Tráfico sexual – entrevista. *cadernos cagu* (21), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2003, pp.157-209.
- _____. Reflexionando sobre el sexo. In: VANCE, Carol (org.). *Placer y peligro, explorando la sexualidad femenina*. México, Editorial Revolución, 1989, pp. 113-190.

- RUPP, Leila. Sexualidade e Política no começo do século XX: o caso do movimento internacional de mulheres. *Labrys estudos feministas* (1/2), jul/dez de 2002. Disponível em www.labrys.unb.br (acesso em 12/2005).
- SALEM, Tânia. Entrevistando famílias: notas sobre o trabalho de campo. In: NUNES, Edson O. (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, pp.47-64.
- SAMARA, Eni de Mesquita. O Que Mudou na Família Brasileira?: da Colônia à Atualidade. *Psicol. USP*, vol. 13, nº 2, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br> (acesso em 03/2007).
- SAPON-SHEVIN, Mara. Reclaiming the safety of solitude: being with, not hiding from. In: WEAR, Delese. (ed.) *The center of the web: women and solitude*. New York, State University of New York Press, 1993, pp.25-34.
- SARTI, Cynthia A. A sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe. In: SCHPUN, Mônica Raisa. (org.) *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis, Editora Mulheres, 1997, pp.153-168.
- SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo. *Cadernos Pagu* (16) 2001, pp. 137-150.
- SCHNEIR, Miriam. *Feminism in our times: the essential writings*. New York, Vintage Books, 1994.
- SCOTT, Joan. Igualdade versus Diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. *Debate Feminista: Feminismo e Cidadania*. São Paulo, CIA Melhoramentos, 1999, pp.206-222 [edição especial em português de *Debate Feminista*, México].
- _____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, vol. 20, nº 2, 1995, pp.71-99.
- _____. Experience. In: BUTLER, Judith and SCOTT, Joan. (eds.) *Feminists theorize the political*. New York, Routledge, 1992, pp.22-40.
- SCOTT, Russel Parry. “Mulheres chefes de família: abordagens e temas para as políticas públicas”. CNPD/FNUAP/ABEP, 2002.
- _____. Famílias sem casais e a diversidade conjugal no Brasil. *Interseções*, ano 3, nº 2, jul/dez, Rio de Janeiro, UERJ, 2001a, pp.93-112.
- _____. *Demografia e Antropologia: a favor da articulação de pesquisas no Nordeste*. UFPE, 2001b. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br> (acesso em 06/02/2006).
- _____. Homens e mulheres sem cônjuges: tendências recentes em Pernambuco. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol.1, 1990, pp.275-292.
- SERRANO, Marcela. *Cuentos de mujeres solas*. Chile, Alfaguara, 2002.
- SHOWALTER, Elaine. *Anarquia Sexual*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.
- _____. *These modern women: autobiographical essays from the twenties*. New York, The Feminist Press, 1989.
- SHULMAN, Alix Kates. Sex and Power: sexual bases of radical feminism. *Signs*, vol. 5 (4). Chicago, The University of Chicago, 1980, pp.590-604.

- SIMMEL, George. Group expansion and the development of individuality. In: *On individuality and social forms*. Chicago, The University of Chicago Press, 1971a [1908], pp. 251-293.
- _____. The metropolis and the mental life. In: *On individuality and social forms*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971b [1903], pp.324-339.
- SIMONS, Margareth A. Lesbian Connections: Simone de Beauvoir and Feminism. *Signs*, vol. 18 (1), Chicago, University of Chicago Press, 1992, pp.136-161.
- SIMPSON, Roona. Contemporary spinsterhood in Britain: gender, partnership status and social change. Thesis submitted for the PhD degree, University of London, 2005.
- SIMPSON, Roona. Contemporary Spinsters in the new millennium: changing notions of family and kinship. *New worker paper series* (10), London School of Economics/Gender Institute, July 2003, pp.1-30.
- SINGLY, Françoise. O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, Clarice, SINGLY, Françoise e CICHETTI, Vincenzo. *Família e Individualização*. Rio de Janeiro, FGV, 2000, pp.13-19.
- SOMMERS, Cristina H. The backlash myth. In: *Who Stole feminism? How women have betrayed women*. New York, Simon & Schuster, Inc., 1994, pp.227-254.
- SOUZA, Guaracy Adeodato Alves de. A hipótese da convergência: uma ilusão de ótica. *Anais do VII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, vol. 1, Caxambu-MG, 1990, pp.19-54.
- STACEY, Judith. Are women afraid to leave home? In: MITCHEL, Juliet. & OAKLEY, Ann. *What is Feminism?* Oxford-UK, Blackwell Publishers, 1986, pp. 208-237.
- STOLKE, Verena. Los trabajos de las mujeres. In: LEON, Magdalena. (org.) *Sociedade, subordinación y feminismo: debates sobre la mujer en América Latina y el Caribe III*. Bogotá, 1982, pp.11-33.
- STORR, Anthony. *Solidão*. São Paulo, Paulus, 1996.
- SWAIN, Tânia Navarro. Mulheres em revistas “femininas” - feminismo e recortes do tempo presente. *São Paulo em Perspectiva* 15(3), 2001.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Da aritmética política à Demografia como ciência. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 16 (1 e 2), 1999, pp.1-17.
- THOMPSON, Keneth. Social pluralism and post-modernity. In: HALL, Stuart, HELD, David, and MCGREW, Tony. *Modernity and its futures*. Cambridge-UK, The Open University, 1992, pp.222-255.
- TORRES, Anália. A individualização no feminino, o casamento e o amor. In: PEIXOTO, Clarice, SINGLY, Françoise e CICHETTI, Vincenzo. *Família e Individualização*. Rio de Janeiro, FGV, 2000, pp.135-156.
- UZIEL, Ana Paula. Família e Homossexualidade: velhas questões, novos problemas. Tese de Doutorado, Antropologia, IFCH/Unicamp, 2002.
- VANCE, Carol S. and SNITOW, Ann. Toward a conversation about sex in feminism. *Signs*, vol. 10 (11), Chicago, The University of Chicago, 1984, pp.126-135.

- VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo, Ática, 1992.
- VAITSMAN, Jeny. *Flexíveis e Plurais*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- VALCÁRCEL, Amélia. O feminismo é uma teoria política ou uma ética? *Debate Feminista: Feminismo e Cidadania*. São Paulo, CIA Melhoramentos, 1999, pp.206-222 [edição especial em português de *Debate Feminista*, México].
- VEIGA-NETO, Alfredo. *Michel Foucault e as perspectivas críticas da Sociologia da Educação*. Disponível em www.ufrgs.br/faced (acesso 06/2002).
- VELHO, Gilberto. *Subjetividade e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.
- _____. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999 [1981].
- _____. Estilo de vida urbano e modernidade. *Estudos Históricos*, vol. 8, nº 16, Rio de Janeiro, 1995, pp.227-234.
- _____. *A Utopia Urbana*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1989 [1973].
- VICINUS, Martha. *Independent Women: work and community for single women, 1850-1920*. Chicago, The University of Chicago, 1985.
- VICTORINO, Christine M. *Morar só: uma nova opção de vida*. Rio de Janeiro, Gryphus, 2001.
- VINCENT, Gerard. Segredos de família. In: ARRIÉ, Filipe e DUBY, Georges. *História da vida privada*. Vol. 5. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- VINCENT-BOUFFAULT, Anne. *Da amizade: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.
- VOGEL, Traci. Push Anywhere: An Interview with Nancy Hartsock. Seattle: *The Stranger*, 03/29/2001.
- WACQUANT, Louis. *Esclarecer o habitus*. Disponível em <http://sociology.berkeley.edu> (acesso em 01/2007).
- WEAR, Delese. (ed.) *The center of the web: women and solitude*. New York, State University of New York Press, 1993.
- WEEKS, Jeffrey. *Sex, Politics and Society*. London, Langman, 1989.
- WHITEHEAD, Bárbara Dafoe. *Testimony before the Comittee of Education, Health of the Senate. State University of New Jersey*. Disponível em <http://marriage.rutgers.edu/> (acesso em 02/2006).
- WIRTH, Louis. Urbanismo como forma de vida. In VELHO, Otávio G. *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, pp.90-113.
- WOLF, Naomi. *The beauty myth*. New York: Morrow, 1991.
- WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- ZELDIN, Theodore. *Uma história íntima da humanidade*. Rio de Janeiro, Record, 1994.

Matérias da mídia selecionadas e outras incorporadas na análise

Época

- MAGESTE, Paula. Mulher solteira procura.... *Época*, n. 250 de 03/03/2003;
- PAIVA, Anabela. A sedução aos 50. *Época*, 05/02/2001
- PAULINO, Raquel. Morar sozinho é uma escolha. *Época*, n. 309 de 19/04/2004;
- PIMENTA, Ângela. Susan Faludi: o ataque é sutil. *Época*, edição 190, de 07/01/2002.
- SOUZA SILVA, Adriana. O Guru do amor. Fórum AOL: <http://www.aol.com.br> - Acesso em 10/07/2005; *Época*, 2003.
- TRINDADE, Eliane, GIGLIOTTI, Marcelo e SANTANA, José Carlos. Sozinhas, por quê? *Época*, 06/12/1999;
- VIEIRA, João Luiz. Sozinhos e satisfeitos. *Época*, 19/04/1999

Veja

- [sem autoria]. Vida de solteiro. *Veja especial Homem*, outubro de 2003
- [sem autoria]. Bloco do eu sozinho. *Veja*, 26/04/1996
- [sem autoria]. Vida sem casamento. *Veja*, 29/11/2006
- BYDLOWSKY, Lígia. Véu, grinalda e marketing. *Veja*, Edição n. 1827 de 05/11/2003.
- GIANELLA, Simonetti e RAMIRO, Denise. Sozinhos, elas prosperam, eles murcham. *Veja*, Edição n. 1664 de 30/07/2000;
- GRANJEIA, Mário. “Adoro ser solteira”. *Veja*, Especial Mulher, agosto de 2002;
- POLES, Cristina. Sem elas, eles adoecem mais. *Veja*, Edição n. 1664 de 30/07/2000
- ROGAR, Sílvia. Homens solteiros procuram...In: *Veja*, edição 1761, 24/07/2002.
- VEIGA, Aida. O fantasma da solidão. *Veja*, Edição n. 1710 de 25/07/2001;
- WEINBERG, Mônica e MIZUTA, Erin. Capitais da solidão. *Veja*, Edição n. 1902 de 27/04/2005
- DOWD, Maureen. A volta da mulherzinha, *Veja especial Mulher*, maio, 2006.
- GIANELLA, Simonetti e RAMIRO, Denise. Sozinhos, elas prosperam, eles murcham. *Veja*, Edição n. 1664 de 30/07/2000
- GRECO, Sheila. Poder e solidão. In: *Veja*, edição 1750, de 08/05/2002.

Fontes**Revistas**

Caras, nº 27, 08/07/2005 – Calma, mulher solitária. Existe um novo homem no fim do túnel, Beatriz Kuhn, “Seção amor”.

Cláudia, nº 500, 05/2003 – A nova solteira, Patrícia Zaidan e Débora Chaves.

Cláudia, nº 489, 06/2002 – 50 idéias para ser feliz (enquanto você está) sozinha, Aline Angelia e Ana Leite.

Criativa, nº 185, 09/2004 –Minha casa, meu império, Beatriz Portugal.

Cult, nº 97, Ser sozinho é um charme (Mariana Sgarioni entrevista Contardo Calligaris)., São Paulo, novembro de 2005.

ISTO É, 30/06/1999 –Mulher solteira procura..., Eduardo Ferraz e Rita Moraes.

ISTO É, 22/03/2000 – Antes só..., Clarisse Meirelles.

Marie Claire, nº 117, 12/2000 – As Bridget Jones: meus 30 e poucos anos, Sarah Lopes.

Marie Claire, nº 109, 04/2000 – Diário de uma mulher só, Rosane Queiroz.

Jornais

Diário da Manhã, 03/12/2004 – Vida de solteiro, Maria Cristina Furtado.

Folha de S.Paulo, 10/06/2005 – Retratos do Brasil [II], Fernanda Mena.

Folha de S.Paulo, 26/10/2003 –Guerra dos sexos, Cláudia Trevisan.

Folha de S.Paulo, 04/08/2002 – Retratos do Brasil [I], Edney C. Dias.

Folha de S.Paulo, 25/06/2000 – Vida de solteiro, Antônio Gois.

Folha de S.Paulo, 18/09/06. A desconhecida lição das mulheres solteiras. Pesquisa mostra que estudo é um estímulo ao progresso profissional feminino, mas não ao enlace matrimonial (Cotidiano).

O Globo, 10/06/2005 – A riqueza das solteiras, Flávia e Oliveira e Cássia Almeida.

O Popular, 08/03/2005 – A geração do antes só..., Renato Queiroz.

O Popular, 30/01/2005 – Mulheres cada vez mais solitárias, Carla Borges.

O Popular, 21/01/2007 – Vidas no singular. Renato Queiroz.

Sites

<http://cf.uol.com.br/cinemascopio> – Cinemascópio, Kleber Mendonça Filho.

http://www.aomestre.com.br/ent/arquivo/e_eru.htm – Uma mulher em movimento - Luiza Erundina é destacada como uma das 100 mulheres do século XX.

www.bolsademulher.com.br – Vida de solteira, Laura Araújo. (matéria analisada).

www.aol.com.br – O Guru do amor. Fórum AOL, Adriana Souza Silva.

<http://www.radiobras.gov.br/materia> – Agência Brasil. Maior expectativa de vida justifica aumento no número dos que moram sós, diz antropóloga (25/11/2005), Aline Beckestein.

www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano.

www.msn.com – Denise Molinaro. “Sex and The City” versão brasileira!.

<http://news.bbc.co.uk/1/hi/programmes/panorama/5097780.stm> , acesso em 10/09/06.

<http://www.avassaladoras.com.br/ofilme/ofilme.htm>.

<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,ESS641-2107,00.html>.

http://medusanet.ca/singlewomen/resources/bib_hist.htm.

www.fgv.br/clipping.

www.aol.com.br.

<http://www.terra.com.br/istoe/arquivo> – “A Dallas brasileira”.

http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st_23.html

http://www.terra.com.br/istoegente/339/diversao_arte/teatro_ao_sou_feliz.htm – Daniel Schenker Wajnberg, “Não sou feliz mas tenho um marido”.

Caracterização dos veículos pesquisados

Com exceção dos veículos locais, os demais têm uma abrangência nacional, distribuição regular, mantém edições *on line* atualizadas diariamente e informações recolhidas em suas editorias de publicidade permitem caracterizá-los como se segue:

- O jornal *Folha de S.Paulo*, fundado em 1921, tornou-se na década de 80 o jornal mais vendido no país, com circulação média de 350 mil em dias úteis e 430 mil aos domingos; foi o primeiro veículo a oferecer conteúdo on-line a seus leitores;
- O *Globo on line* ampliou seu universo de leitores em 58%, fechando 2005 com 2,3 milhões de cadastrados e 250 mil visitantes únicos por dia. Diariamente, o site é visitado por um público qualificado, no Brasil e no mundo, que busca informação com qualidade e credibilidade. Desse universo, 80% estão na classe A e B e 89% são graduados ou pós-graduados;
- O jornal *O Popular*, da Organização Jaime Câmara, é um jornal diário, existe desde 1938, é o veículo de maior circulação do Estado, com tiragem de cerca de 40 mil exemplares, é distribuído em todo o estado de Goiás, parte de Tocantins, Minas Geras, Mato Grosso e São Paulo. O jornal disponibiliza seu conteúdo na internet apenas para assinantes. O Perfil do leitor é definido como de classe A, B e C, acima de 30 anos, com alto nível de escolaridade, com leve preponderância de pessoas do sexo feminino.
- O *Diário da Manhã* foi fundado em 1980, é o segundo maior jornal do Estado, é diário e concorrente direto de O Popular. Tem uma tiragem de 12 mil exemplares, durante a semana, e 15 mil nos finais de semana. Circula em todo o Estado de Goiás e, em algumas ocasiões, no Distrito Federal. Perfil do público: classes A e B.
- A Revista *Veja*, do Grupo Abril, é semanal, existe desde 1969, possui 931.630 assinaturas, mas soma 1.094.000 exemplares no total (avulsas e exterior). Seu público está dividido nas classes A (28%), B (42%), C (21%). 47% são do sexo masculino e 53%, feminino, com idades: 30% entre 25-39; 14% até 24 anos, 18% até 49 e 16% 50+. Ocupa o primeiro lugar no *ranking* das revistas de interesse geral.

- A revista *Marie Claire* tem periodicidade mensal, tiragem de 255 mil exemplares, 115 mil assinantes, existe há 15 anos e já recebeu mais de 20 prêmios. A circulação atual da *Marie Claire* Brasil é de 300 mil exemplares. O público é essencialmente feminino (82%), das classes A e B (63%). A faixa etária é de 18 a 34 anos (48%);
- A revista *Época*, da Editora Globo, é caracterizada como de interesse geral, é semanal, existe desde 1998 e ocupa o segundo lugar no *ranking* nacional, com tiragem de 600 mil exemplares, lidos pelas classes A e B.;
- A revista *Cláudia*, do Grupo Abril, é mensal e possui 302.320 assinantes. Seus leitores são majoritariamente do sexo feminino (85%), das classes A (22%), B (47%) e C (21%). Na faixa etária de 25-39, alcança 35% e 36% nas faixas acima dos 40 anos;
- A revista *Isto É*, criada em 1976, pela Editora 3, é da uma revista independente, de informação semanal, está entre as dez mais lidas no mundo;
- A revista *Criativa* é uma publicação mensal da Editora Globo, destinada ao público feminino, com projeção de 1.271.000 leitores, dos quais 84% do sexo feminino e 16%, masculino, das classes AB (53%) e C (34%). A revista é lida em todo o Brasil, concentrando uma fatia de 58% no Sudeste e em todas as faixas etárias.

Anexo 1 - Perfil em 2003-2004

Codinome Idade	Cor/"raça" declarada	Renda mensal	Profissão/ Ocupação	Religião de referência	Origem da família	Tempo que mora só (em Goiânia)	Meio de transporte no dia-a-dia	Tipo de moradia	Histórico afetivo-sexual em 2003/04	Como se define sexualmente ao longo da entrevista?
Sarah 29 anos	Branca	10SM+	Economista/ executiva financeira	Católica	Interior de Goiás	4 anos	Carro próprio	Apart. próprio	Sim, namorado recente após separação de um namorado com quem coabitou por oito meses.	Exclusivamente heterossexual.
Meire 34 anos	Branca	10SM+	Odontóloga	Católica	SP capital	2 anos	Carro próprio	Apart. próprio	Na segunda entrevista havia terminado uma relação de quatro anos com uma mulher e declarava estar sentindo desejo por homens. Nunca coabitou.	Bissexual
Jussara 35 anos	Morena	5SM	Economista/fun- cionária pública	Protestante. presbiteriana	Interior de Goiás	14 anos	Transporte público. Mora perto do trabalho.	Casa de aluguel	Recém separada do namorado. Nunca coabitou.	Exclusivamente heterossexual
Cândida 36 anos	Branca	10SM+	Professora universitária (doutora)	Eclética. Pais protestantes	Goiânia	4 anos	Carro próprio	Apart. próprio	Recém-separada de uma namorada, no passado coabitou por oito anos com uma mulher.	Hetero até os 23 anos e gay a partir da primeira relação duradoura com uma mulher.
Mariah 42 anos	Morena	10SM+	Professora universitária (doutora)	Eclética	Manaus	7 anos	Carro próprio	Apart. alugado	"Namoricos" avulsos. No passado viveu duas relações longas, uma de oito e a última de quatro anos. Nunca coabitou.	Exclusivamente heterossexual

Codinome Idade	Cor/“raça” declarada	Renda mensal	Profissão/ Ocupação	Religião de referência	Origem da família	Tempo que mora só (em Goiânia)	Meio de transporte no dia-a-dia	Tipo de moradia	Histórico afetivo-sexual em 2003/04	Como se define sexualmente ao longo da entrevista?
Madalena 42 anos	Branca	10SM+	Relações Públicas	Católica “fervorosa”	Belo Horizonte	4 anos	Mora perto do trabalho, anda a pé e de táxi.	Apart. alugado	Tentando ser “amiga” da última namorada. No passado coabitou com um homem por quatro anos.	Hetero até os 30 e “sem definição”, hoje, após relacionamentos com mulheres e homens.
Évora 44 anos	Negra	10SM+	Professora universitária (doutora)	Não mencionou.	Rio de Janeiro	10 anos	Transporte público e “caronas”; táxi.	Apart. alugado	Tem um namorado com quem está há quatro anos. Nunca coabitou.	Exclusivamente heterossexual
Helena 44 anos	Morena (?)	10SM+	Professora universitária (doutora)	Católica de criação	Interior de Goiás	7 anos	Carro próprio	Apart. Próprio	Namorou alternadamente rapazes e moças. Última namorada há um ano. Nunca coabitou.	Hetero até os 24, depois, bissexual.
Laura 47 anos	Branca (?)	10SM+	Professora universitária (doutora)	Católica praticante	SP capital	10 anos	Carro próprio	Apart. Próprio	Relata poucos namoros e está há muito tempo sem “companheiro”. Nunca coabitou.	Exclusivamente heterossexual
Tália 53 anos	Morena	15SM+	Funcionária pública	Não tem religião específica	Interior de MG	15 anos	Carro próprio	Apart. Próprio	Não menciona namorados atuais ou antigos, apenas os da adolescência.	Exclusivamente heterossexual
Salomé 51 anos	Branca	10SM+	Psicóloga e filósofa	Católica. Ex-freira.	Interior de Goiás	7 anos	Carro próprio	Apart. Próprio	“Saindo” com uma moça mais jovem, que não considera namoro. Coabitou por sete anos com uma mulher.	Hetero até os “vinte e poucos” e homossexual, a partir de então.
Camila 43 anos	Negra	10SM+	Assistente social, psicóloga e Psicanalista	Protestante. Cristã evangélica	Interior de Goiás	10 anos	Ônibus e taxi	Apart. Alugado	Não. O último namoro durou três anos. Agora está “à procura de”.	Exclusivamente heterossexual.

Anexo 2 - Carta para formação de rede

UNICAMP/IFCH
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ORIENTADORA: PROF. DRA. ADRIANA PISCITELLI

Goiânia, novembro de 2003.

Prezada amiga,
Prezado amigo,

Como é do conhecimento de alguns/mas de vocês, estou cursando o doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp/SP - em fase de campo, com pesquisa que se situa na linha dos estudos de família e relações de gênero. Escolhi estudar estilos de vida de ***mulheres de camadas médias urbanas consideradas “independentes”, morando/vivendo sozinhas há cerca de dois anos pelo menos, que não tiveram filhos, não importando o estado civil anterior, nem o fato de ter ou não um relacionamento afetivo/amoroso/sexual no momento do estudo, nem a orientação erótica, que morem em Goiânia e com idades entre 30-50 anos, aproximadamente.*** Pretendo investigar, na trajetória destas mulheres, a formação de redes sociais, as amizades, a relação com a família, a vida social, o amor e a sexualidade, e que experiências referem sobre a solidão. Nas minhas análises, pretendo indagar sobre uma potencial influência do feminismo na produção destes estilos de vida - fato aparentemente inédito na história, e com nuances bastante diferentes, por exemplo, das solteiras de outras épocas, especialmente se traçarmos paralelos – de um século - entre a perspectiva da segunda metade do século XX até os dias atuais e a segunda metade do século XIX.

Tratando-se de um estudo qualitativo, baseado em histórias de vida focalizadas, no qual preferiria não conhecer previamente a pessoa que será o sujeito da entrevista, gostaria de contar com sua ajuda no sentido de me recomendar pessoas de seu círculo de relações ***que se enquadram no perfil acima***, e que eu pudesse entrar em contato. Você só precisa perguntar se a ela aceita ser recomendada, me fornecer o telefone, que eu entro em cena e explico os detalhes da pesquisa. Já entrevistei três mulheres e preciso ter cerca de 15. Além de ficar extremamente agradecida, estou certa de que o estudo trará novas luzes para pensar o contexto da experiência das mulheres, as relações sociais, a visibilidade de estilos de vida não centrados exclusivamente no casamento e no núcleo familiar e indagações importantes acerca da singularidade destes novos estilos de vida nos dias atuais.

Desde já agradeço, colocando-me à sua inteira disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Eliane Gonçalves
elianego@ uol.com.br
Tel: 287-5104 (res.) e 248-2365 (trab.)

Anexo 3 - Roteiro de entrevistas

Dados de identificação

- 1- Nome completo
- 2- Idade
- 3- “raça”/cor (auto-referida)
- 4- Religião(ões) ou culto(s) que pratica
- 5- Escolaridade
- 6- Ocupação/profissão
- 7- Local(is) no(s) qual(is) trabalha
- 8- Renda média mensal
- 9- Tipo de moradia (apartamento, casa; de aluguel ou própria; outro?)
- 10- Endereço completo
- 11- Há quanto tempo mora sozinha.
- 12- Tamanho e origem (nome da cidade e estado) da família. Onde moram familiares?
- 13- Meio que utiliza para transporte: carro próprio, moto, bicicleta, transporte público...

Bloco I - cotidiano/sociabilidade

1. Fale-me um pouco sobre como é a sua rotina diária durante a semana: que coisas faz ao acordar, como e com quem passa a maior parte do dia, onde e com quem costuma almoçar?
2. E as noites? O que costuma fazer usualmente durante a semana?
3. Quanto aos fins de semana, costuma passá-los com amigas/os, familiares, sozinha? Mais em Goiânia ou viajando? A que lugares vai com mais frequência e por quê?
4. Você tem amigos? mais amigos ou amigas? Fale um pouco das suas principais relações de amizade, como é que se conheceram, como a amizade se mantém, etc.
5. Fale-me também de suas relações familiares, com quem mantém relações mais próximas, sobre o que conversam, que coisas fazem juntos, etc.
6. O que costuma ler? Lendo algo interessante no momento? A que programas de TV assiste? Vai ao cinema? De que filmes mais gosta? Lembra-se de algum que marcou mais? Por quê?
7. Quem faz o trabalho doméstico (lavar, passar, arrumar a casa, cozinhar...)? Costuma cozinhar? O que acha das “tarefas domésticas”?
8. Fale sobre sua vida profissional e o trabalho. Quando começou a ganhar algum dinheiro com seu trabalho? O que fazia e como foi a experiência? E atualmente, o que faz? O que ganha hoje é suficiente para arcar com todas as despesas ou conta com ajuda (financeira, de recursos materiais, etc) de alguém? Faz algum tipo de trabalho voluntário?
9. Você ajuda alguém financeiramente de forma regular? Quem? Desde quando? Por quê? Quanto representa a ajuda no seu orçamento?
10. Quando fica doente ou precisa de ajuda, costuma recorrer a alguém? Que tipo de ajuda pede e a quem? Como se sente pedindo ajuda?

11. Possui animais de estimação em casa? Quais? Fale um pouco sobre como se sente em relação aos bichos, quando e por quê começou a tê-los, que tipo de alterações eles produzem no seu dia-a-dia, o que eles significam para você, etc.
12. Qual o lado bom e o ruim de morar sozinha? Por quê?

Bloco II – afetividade/sexualidade

1. Com quem morou antes? Poderia contar quando e como foi a experiência de ir morar sozinha?
2. Fale-me sobre a sua experiência afetiva/amorosa e sexual. Como foram seus primeiros namoros? Com que idade teve o primeiro beijo, a primeira experiência sexual? Como foi?
3. Uma curiosidade: você tem em sua casa cama de solteiro ou de casal?
4. Tem alguém no momento, alguma relação amorosa? Há quanto tempo? Fale um pouco desta relação, de como é esta pessoa, de como você se sente em relação a ela, etc.
5. Fale-me sobre como é não ter filhos: foi (é) uma decisão? O que mais pesou nesta decisão? Como se sente? Algum plano neste sentido, no futuro?
6. Como acha que as outras pessoas vêem as mulheres que moram sozinhas e sem filhos? Aqui em Goiânia, mais especificamente. Costuma ser perguntada sobre sua “condição” de mulher sem filhos? Como e quem mais frequentemente te aborda sobre o assunto?
7. Você costuma pensar no futuro? Faz planos? Como se sente em relação ao futuro?
8. O que tem a dizer sobre envelhecer? A idade a preocupa, em que sentido?
9. Você conhece outras mulheres entre aproximadamente 30-50 anos morando sozinhas como você? Poderia me recomendar alguma para uma entrevista?

ERRATA

Página 31, onde se lê: Nas análises do mercado matrimonial, se a razão de sexo é menor que 100, significa que há um número maior de homens, se é maior, como parece ser o caso do Brasil, há mais mulheres.

Substituir por:

Nas análises do mercado matrimonial, se a razão de sexo é menor que 100, significa que há um número menor de homens, como parece ser historicamente o caso do Brasil (Brasil, 2004a).